

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP**  
**Faculdade de Filosofia e Ciências – Campus de Marília**

**SAMANTHA AUGUSTA DOS SANTOS DE JESUS**

**DESCCLASSIFICAÇÃO**

subsídios metodológicos de aplicação sob aportes da desconstrução

Marília

2026

**SAMANTHA AUGUSTA DOS SANTOS DE JESUS**

**DESCCLASSIFICAÇÃO**

subsídios metodológicos de aplicação sob aportes da desconstrução

Tese apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, para obtenção do título Doutora em Ciência da Informação.

Área de Concentração: Informação, Tecnologia e Conhecimento.

Orientador: Prof. Dr. Walter Moreira.

Marília

2026

J58d

Jesus, Samantha Augusta dos Santos de

Desclassificação : subsídios metodológicos de aplicação sob  
aportes da desconstrução / Samantha Augusta dos Santos de  
Jesus. -- Marília, 2026

218 f. : il., tabs.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP),  
Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília

Orientador: Walter Moreira

1. Classificações Bibliográficas. 2. Teoria Crítica. 3. Modelos.  
I. Título.

## **IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA**

O cerne desta tese reside na teoria da desclassificação de García Gutiérrez, proposta aqui não como recusa à classificação, mas como uma estratégia crítica e dialógica. Enquanto as classificações tradicionais operam frequentemente sob uma lógica de exclusão e silenciamento, a desclassificação, em contrapartida, permite o reconhecimento do conhecimento marginalizado e a proposição de uma pluralidade lógica, buscando uma representação mais justa do saber.

O impacto social desta pesquisa é profundo e alinha-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). No âmbito do ODS 10 (Redução das Desigualdades), a desclassificação atua como um antídoto à marginalização de grupos sub-representados, frequentemente invisibilizados por concepções e relações reducionistas. Ao desconstruir e desclassificar essas estruturas, o trabalho promove a justiça social, essencial para o ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes), ao fomentar sistemas de organização que respeitem a pluralidade identitária e cultural. Dessa forma, a desclassificação transforma os sistemas e o próprio campo da Ciência da Informação em instrumentos de emancipação social, garantindo que o acesso à informação (ODS 4 – Educação de Qualidade) não seja pautado apenas por critérios técnicos, mas, fundamentalmente, éticos.

## **POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH**

The core of this thesis centers on García Gutiérrez's theory of declassification, proposed herein not as a rejection of classification but as a critical and dialogical strategy. While traditional classifications often operate under a logic of exclusion and silencing, declassification, in turn, facilitates the recognition of marginalized knowledge and the advancement of logical plurality, aiming for a more equitable and just representation of knowledge.

The social implications of this research are profound, aligning with the Sustainable Development Goals (SDGs). Within the framework of SDG 10 (Reduced Inequalities), declassification serves as an antidote to the marginalization of underrepresented groups, who are frequently rendered invisible by reductionist structures and relationships. By deconstructing and declassifying these structures, this work promotes

social justice — a fundamental pillar of SDG 16 (Peace, Justice, and Strong Institutions) — by fostering organizational systems that support identity and cultural plurality.

In this way, declassification repositions both the systems and the broader field of Information Science as vehicles for social emancipation, ensuring that access to information (SDG 4 — Quality Education) is governed by ethical principles rather than strictly technical criteria.

## **SAMANTHA AUGUSTA DOS SANTOS DE JESUS**

### **DESCCLASSIFICAÇÃO:**

subsídios metodológicos de aplicação sob aportes da desconstrução

Tese de doutorado apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, para obtenção do título de Doutora em Ciência da Informação.

Área de Concentração: Informação, Tecnologia e Conhecimento.

Data da defesa: 23/02/2026

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Walter Moreira

UNESP – Faculdade de Filosofia e Ciências – Campus de Marília

---

Profa. Dra. Deise Maria Antonio Sabbag

UNESP – Faculdade de Filosofia e Ciências – Campus de Marília

---

Profa. Dra. Suellen Oliveira Milani

UFF – Universidade Federal Fluminense

---

Prof. Dr. Marivalde Moacir Francelin

USP – Universidade de São Paulo

---

Prof. Dr. Fabio Assis Pinho

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

Dedico este trabalho a Deus, que nunca me abandonou apesar de eu o ter abandonado diversas vezes. Obrigada por ser um pai amoroso, por me cuidar e me trazer a paz que excede todo o entendimento.

Dedico este trabalho ao meu amor, Eliezer. Meu parceiro, minha paixão, meu cúmplice, meu confidente, meu amigo, minha vida. Obrigada por me amar, por me cuidar, por acreditar no meu potencial, por estar comigo nas madrugadas trabalhando e por tornar os meus dias mais leves. Te amo!

Dedico este trabalho à minha mãe, Mariana, que sempre me coloca em suas orações e por sempre se preocupar comigo.

Dedico este trabalho ao meu tio Bene, *in memoriam*, que me ajudou a tornar esse sonho real e sempre me apoiou nas minhas decisões. Obrigada por contar sua história de superação, ela me inspirou a buscar pelo meu caminho. Sentirei eternas saudades.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente e principalmente, ao prof. Walter, por essa trajetória acadêmica e de amizade. Agradeço por sempre me incentivar e por acreditar em meu potencial. Sou feliz por ter sua amizade, admiro muito sua pessoa e sua atuação como professor. Enquanto estou crescendo, quero sempre me inspirar em me tornar uma professora como você. Agradeço por me ajudar a construir este trabalho e a torná-lo real!

Agradeço ao grupo de estudos em organização e representação do conhecimento (GEORC), pelas trocas, leituras, encontros e conversas. Agradeço por ser um dos pilares fundamentais para o meu crescimento acadêmico e pelas reuniões festivas com muitas bebidas e risadas.

Agradeço a oportunidade de participar da disciplina “Classificação, Conhecimento e Poder”, ministrada pelas professoras Deise Sabbag e Danielle Achilles. Foi a partir dessa disciplina, que tive *insights* do meu projeto de doutorado. Meus sinceros agradecimentos.

Agradeço à minha banca, professora Deise e Suellen, que me ajudaram desde a qualificação com muita atenção e cuidado. Agradeço aos professores Fabio e Marivalde, admiro muito o trabalho de ambos e fico honrada por participarem da minha defesa. Obrigada!

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

“Bom dia!’, disse Bilbo, e era verdade. O sol estava brilhando, e a grama estava muito verde. Mas Gandalf olhou para ele debaixo de sobancelhas longas e frondosas, que se projetavam mais para a frente do que a aba de seu grande chapéu. ‘O que quer dizer?’, perguntou. ‘Está me desejando um bom dia ou quer dizer que é um bom dia quer eu queira ou não; ou que você se sente bem neste dia; ou que é um bom dia para ser bom?’

‘Tudo isso de uma vez’, disse Bilbo. ‘E é um dia muito bom para encher o cachimbo de tabaco ao ar livre, de quebra. Se trouxe um cachimbo, sente-se e pegue um pouco do meu tabaco! Não há pressa, temos o dia inteiro diante de nós!’”

(Tolkien, 2020, p. 30)

## RESUMO

A Classificação é constituída por conceitos que, ao definir, estabelecem limites de sentidos. Esses limites impactam a diversidade no mundo, formada pela pluralidade de pensamentos. A sociedade, baseada no conhecimento dogmático, ao ser representada, reforça a dicotomia e a binaridade, outrossim, a Classificação busca a resolução dessas limitações. No entanto, a Classificação somente anestesia esses problemas de representação com a hierarquia e a dicotomia, além de que os Sistemas de Classificação não são neutros, carregam crenças e pré-conceitos e fazem mau uso da lógica. Essas limitações reforçam a insuficiência desses sistemas tradicionais para classificar e organizar o conhecimento complexo e o mundo diverso. Dessa maneira, identifica-se a necessidade de sistemas não tradicionais para representar e refletir o conhecimento e a sociedade. García Gutiérrez propõe a Desclassificação, como crítica aos sistemas tradicionais, além de reforçar a necessidade de rever as estruturas de representação. No entanto, o autor permanece na crítica e não se estende para a possibilidade de uma aplicação. Por este motivo, problematizaram-se os seguintes questionamentos: é viável operacionalizar a Desclassificação como alternativa e/ou complemento para os Sistemas de Classificação? Há pesquisas que aplicam a Desclassificação na Organização do Conhecimento? A Desconstrução do pensamento classificatório com a Desclassificação pode contribuir para uma aplicação? Acredita-se haver suporte de aplicação da Desclassificação. No entanto, só existem teorias e não aplicações. Ademais, acredita-se que a Desconstrução pode ajudar a desenvolver um pensamento desclassificado. Dessa maneira, objetivou-se analisar a Desclassificação no cerne da Organização do Conhecimento, como subsídio para metodologia de aplicação e modelo. Como procedimento metodológico, identificaram-se os termos representativos de García Gutiérrez, por meio do *software* Voyant Tools, para a proposição da estratégia de busca, visando realizar um levantamento bibliográfico, identificar a fortuna crítica do autor e, conjuntamente com os textos do autor, construir subsídios reflexivos da Desclassificação. Como resultado, realizaram-se as inferências dos trabalhos com fichamentos e, a partir desses fichamentos, construíram-se ancoragens reflexivas da Desclassificação e a reflexão teórico-aplicada na classe 200 (religião) da Classificação Decimal de Dewey. Considera-se que futuras pesquisas, subsidiadas pelo trabalho, poderão auxiliar na construção de um modelo aplicado da Desclassificação.

**Palavras-chave:** desclassificação; desconstrução; subsídios reflexivos.

## ABSTRACT

Classification is constituted of concepts that, when defining, establish limits of meaning. These limits impact the diversity in the world, which is formed by the plurality of thoughts. Society, based on dogmatic knowledge, when represented, reinforces the dichotomy and binary. Classification seeks the resolution of these limitations. However, it merely mitigates these representation problems with hierarchy and dichotomy. Classification Systems are not neutral; they carry beliefs and prejudices and misapply logic. Therefore, these limitations reinforce the insufficiency of these traditional systems to classify and organize complex knowledge and the diverse world. In this manner, the necessity of non-traditional systems to represent and reflect knowledge and society is identified. García Gutiérrez proposes Declassification as a critique of traditional systems and reinforces the necessity to review representation structures. However, the author remains in this critique and does not extend to the possibility of an application. For this reason, this study problematizes the following questions: Is it viable to operationalize Declassification as an alternative and/or complement for Classification Systems? Are there studies that apply Declassification in Knowledge Organization? Can the Deconstruction of the classificatory thought with Declassification contribute to an application? It is believed that there is application support for Declassification. However, only theories exist, not applications. Moreover, it is believed that Deconstruction may help to develop a declassified thought. In this way, the objective was to analyze the process of declassification at the core of Knowledge Organization, as a basis for an application methodology and model. As a methodological procedure, the study identified the representative terms of García Gutiérrez through the Voyant Tools software to propose a search strategy. This aimed to perform a bibliographic survey and, concurrently, to identify the author's critical reception. Jointly with the author's texts, reflexive subsidies for Declassification were constructed. As a result, inferences were made from the work with summaries, and from these summaries, reflective anchors of Declassification and theoretical-applied reflection were constructed in class 200 (religion) of the Dewey Decimal Classification. It is considered that future research, supported by this work, may assist in the construction of an applied model of Declassification.

**Keywords:** declassification; deconstruction; reflective subsidies.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Estrutura da árvore	46
Figura 2 – Frequência dos Termos em García Gutiérrez	115
Figura 3 – Sumário da Classe 200 da CDD	172
Figura 4 – Religião no Brasil	180

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Valoração dos Termos de Análise	118
Tabela 2 – <i>Corpus</i> de Análise	120
Tabela 3 – Dados de Denúncia e Violação da Liberdade e Liberdade de Religião ou Crença	170

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Exemplo do Carro Ford	18
Quadro 2 – Recorte da Classe 200 da CDD	21
Quadro 3 – Silogismo nas Classe 200	22
Quadro 4 – Divisões da Lógica	33
Quadro 5 – Estratégias de busca em bases de dados	116
Quadro 6 – Ações e Programas do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania	124
Quadro 7 – Estrutura de resolução de problemas éticos	126
Quadro 8 – Estrutura para Construção dos Subsídios Metodológicos	130
Quadro 9 – Fichamento – Farias (2014)	134
Quadro 10 – Fichamento – Vilela (2024)	137
Quadro 11 – Fichamento – Pinho (2006)	142
Quadro 12 – Fichamento – Bezerra (2019)	146
Quadro 13 – Fichamento – Guimarães (2018)	149
Quadro 14 – Fichamento – Vogel (2007)	150
Quadro 15 – Fichamento – Vanin e Sales (2024)	152
Quadro 16 – Fichamento – Canário (2017)	153
Quadro 17 – Fichamento – Guimarães, Pinho e Milani (2016)	154
Quadro 18 – Fichamento – Duarte (2024)	154
Quadro 19 – Fichamento – Farias e Bizello (2016)	155
Quadro 20 – Fichamento – Moreira e Sabbag (2022)	156
Quadro 21 – Fichamento – Vilela e Barros (2022)	156
Quadro 22 – Fichamento – Arboit e Guimarães (2015)	157
Quadro 23 – Fichamento – Bragagnolo (2019)	158
Quadro 24 – Fichamento – Gaudêncio, Albuquerque e Côrtes (2021)	158
Quadro 25 – Fichamento – Guimarães e Pinho (2006)	160
Quadro 26 – Fichamento – Santana, Martins e Costa (2024)	160
Quadro 27 – Fichamento – Almeida e Saldanha (2021)	161
Quadro 28 – Fichamento – Guimarães, Evangelista, Luz e Osawa (2019)	163
Quadro 29 – Fichamento – Martínez-Ávila e Guimarães (2013)	164
Quadro 30 – Fichamento – Saldanha e Silva (2017)	164

Quadro 31 – Fichamento – Martínez-Ávila (2015)	164
Quadro 32 – Fichamento – Giraudy Gómez (2018)	166
Quadro 33 - Subsídios Metodológicos para a Desclassificação	167
Quadro 34 – Pré-teste: Classe 200 da CDD	174

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>16</b>
<b>2</b>	<b>LÓGICA</b> .....	<b>29</b>
<b>2.1</b>	<b>Definições de Lógica</b> .....	<b>31</b>
<b>2.2</b>	<b>A Lógica na Organização do Conhecimento</b> .....	<b>35</b>
<b>3</b>	<b>TEORIA DA CLASSIFICAÇÃO</b> .....	<b>41</b>
<b>4</b>	<b>COMPLEXIDADE</b> .....	<b>49</b>
<b>5</b>	<b>TEORIAS CRÍTICAS</b> .....	<b>57</b>
<b>6</b>	<b>DESCONSTRUÇÃO</b> .....	<b>64</b>
<b>7</b>	<b>DESCCLASSIFICAÇÃO</b> .....	<b>74</b>
<b>7.1</b>	<b>Antonio Luis García Gutiérrez</b> .....	<b>76</b>
<b>7.2</b>	<b>Concepções de Fundamentação da Desclassificação</b> .....	<b>78</b>
7.1.1	Dicotomias e Binariedades .....	79
7.1.2	Pluralismo lógico.....	82
7.1.3	Lógica paraconsistente .....	84
7.1.4	Epistemografia .....	86
7.1.5	Exomemória.....	88
7.1.6	Operadores.....	91
<b>7.3</b>	<b>Desclassificação</b> .....	<b>93</b>
<b>8</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	<b>98</b>
<b>8.1</b>	<b>Aplicação da Desconstrução</b> .....	<b>101</b>
8.1.1	IDENTIFICANDO AS OPOSIÇÕES BINÁRIAS .....	101
8.1.2	DESCENTRALIZANDO O BINÁRIO .....	102
8.1.3	TRANSCENDENDO O BINÁRIO.....	103
<b>8.2</b>	<b>Operadores Desclassificacionistas</b> .....	<b>104</b>
8.2.1	OPERADOR Complexo $\lambda$ .....	104
8.2.2	OPERADOR Transcultural V .....	108
<b>8.2</b>	<b>Modelos</b> .....	<b>111</b>
<b>8.3</b>	<b>Procedimentos de Aplicação Metodológica</b> .....	<b>114</b>
<b>9</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	<b>128</b>
<b>9.1</b>	<b>Fichamentos</b> .....	<b>134</b>
<b>9.2</b>	<b>Subsídios Metodológicos da Desclassificação</b> .....	<b>166</b>
<b>9.3</b>	<b>Aplicação dos Subsídios na CDD</b> .....	<b>171</b>

<b>10</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>182</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>188</b>
	<b>ANEXO A – CORRESPONDÊNCIA DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL NA</b>	
	<b>CONSTITUIÇÃO DE 1988.....</b>	<b>206</b>

## **1 INTRODUÇÃO**

O conhecimento, a informação e o dado são expressos por meio da representação. A representação pretende substituir  $x$  por  $y$ , de modo que  $y$  facilite a compreensão de  $x$ . Representa-se para si e para o outro, com o objetivo de realizar uma efetiva comunicação.

A representação sempre esteve presente na sociedade, acompanhou e tem acompanhado a transformação do meio social, com destaque na linguagem. A linguagem é construída por meio dos signos, que se desenvolvem pela prática e através da evolução da sociedade. A representação pode ser compreendida, sinteticamente, como “um modelo de abstração do mundo real” (Bräscher; Café, 2008, p. 6), isto é, ela se dá pela linguagem e pelos seus signos.

Como uma esquematização de ideias, a representação está relacionada ao contexto social, ao ser formada por concepções de um constructo social. A representação também tem sido uma preocupação da ciência da informação (CI), bem como da organização do conhecimento (OC), por meio dos seus instrumentos – os sistemas de organização do conhecimento (SOCs) –, ao utilizar de termos e conceitos e os relacionar, caracterizar o conteúdo dos documentos de especialidade e refletir o pensamento da comunidade especializada.

Os SOCs são estruturas de representação do conhecimento baseadas na terminologia. Essas estruturas representam e organizam o conhecimento para fins de recuperação e uso. Os SOCs representam conceitos expressos por termos especializados, promovem um mapeamento semântico de um domínio e estabelecem relacionamentos.

Os sistemas de classificação são um dos muitos exemplos de SOCs. O ser humano está familiarizado com a classificação, ao lidar com um mundo mutável, que identifica padrões e os categoriza a partir de seu modelo. Isso significa que o mundo se diversifica constantemente e para se adaptar a ele é necessário julgar e distinguir o novo em diálogo ao conhecido, ao passo que também é necessário reconhecer os padrões e as semelhanças.

A classificação, no campo da OC, não difere essencialmente da classificação no cotidiano, pois ambas envolvem a categorização e o estabelecimento de relações. De forma sintética, classificar consiste em distinguir e distribuir diferentes tipos de classes em grupos (Hjørland, 2017a). Ou seja, o processo de classificação envolve tanto o agrupamento de conceitos que compartilham características em

comum (criação de classes) quanto a rotulagem dessas classes (nomeação). Esses processos também podem ser denominados de categorização e representação.

A classificação é um campo de estudo da OC, presente em diversas áreas do conhecimento, além de estar presente em tudo, por ser um conceito interdisciplinar e intrínseco ao ser humano; isto é, a classificação está presente em grande parte das atividades do indivíduo. A classificação pode ser definida, sinteticamente, como o ato de separar coisas distintas e agrupar coisas semelhantes. No âmbito da OC, a classificação é fundamental e possui definições, características e funções mais complexas, envolvendo classes e conceitos.

Fundamentados na classificação, os sistemas de classificação, como SOCs, são de natureza conceitual, pois nascem de conceitos representados por termos e são resultados do estabelecimento de relações entre eles. Em essência, um sistema de classificação é uma estrutura de conceitos inter-relacionados. Esses conceitos são organizados em uma sequência planejada e aplicados à organização da informação para garantir a recuperação eficaz e eficiente.

Em relação às propriedades dos sistemas de classificação, elas são sutis, no entanto, possibilitam realizar inferências. Isso acontece no exemplo do carro Ford proposto por Frické (2012) (Quadro 1):

Quadro 1 – Exemplo do Carro Ford

<p>Ford é uma marca de carro.          Ford é um carro americano [estadunidense].          Meu carro é um Ford.          Ou seja, meu carro é americano          [estadunidense].</p>
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: adaptado de Frické (2012).

Isso acontece porque todos os sistemas de classificação contêm classificações, tipos ou ordens que sugerem inter-relações. Apesar de a lógica não ser devidamente utilizada, é a disciplina que ajuda a compreender melhor essas inter-relações (Frické, 2012).

A lógica, como instrumento para compreensão dessas inter-relações, é formada por uma família de linguagens formais, um pensamento válido e um argumento. Esse argumento lógico é uma forma de comunicar pela linguagem composta de premissas e conclusões, sabendo que a inferência sob as premissas gera a conclusão do raciocínio lógico (Almeida, 2020).

A lógica possui um papel muito importante na representação da informação, pois auxilia na solução de alguns problemas da linguagem natural, como, por exemplo, na dificuldade de compreensão da linguagem natural por computadores, no processo da classificação para o entendimento de como se estabelecem as tabelas e os arranjos e na distribuição dos conceitos nessas tabelas, entre outros.

A linguagem natural expressa a diversidade do conhecimento existente, a lógica auxilia a representação do conhecimento da linguagem natural para uma forma computável, assim como a biblioteconomia tradicional desenvolveu a OC para estruturar dados com ferramentas de hierarquias, conjuntos, subconjuntos, tipos e partes e entre outras (Sowa, 2000; Frické, 2012). Compreende-se que a lógica está presente em diversos contextos – no estabelecimento de teorias e conceitos na ciência e na filosofia, na matemática e na organização do conhecimento, por exemplo –, além de ser por meio dela que se estruturam e se estabelecem as relações.

A lógica pode ser muito útil para a OC. Em ambientes digitais, por exemplo, pode auxiliar na simbolização ou na formalização, por meio de inferências; na classificação, a lógica é a notação ideal para a identificação dos conceitos e suas inter-relações; a lógica pode auxiliar na indexação, por meio da sintetização dos conceitos; no controle dos sinônimos e homônimos; para a estruturação de classificações; no uso da navegação de informações; na *web* semântica, na ontologias e em outros sistemas de representação, tais como, OWL, SKOS, RDF e inferência em armazenamento em triplas, que são a própria lógica (Frické, 2012).

Nas linguagens documentárias (LDs), a lógica está presente em um de seus elementos básicos; sua estrutura é composta por: a) léxico, uma lista de descritores; b) rede paradigmática, que estabelece relações essenciais entre os descritores por meio de uma organização “lógico-semântica”, isto é, a classificação; e c) rede sintagmática, que estabelece relações contingentes entre os descritores, sendo válidas apenas no contexto aplicado (Cintra; Tálamo; Lara; Kobashi, 1994). Simplificando,

as LDs são estruturadas de maneira lógico-semântica. O conjunto nocional básico é apresentado em hierarquias (na vertical), em torno das quais se agregam as unidades informacionais que se relacionam horizontalmente, relações não-hierárquicas, convencionalmente denominadas associativas” (Cintra; Tálamo; Lara; Kobashi, 1994, p. 31).

Ou seja, o uso da lógica nas LDs ocorre por meio do estabelecimento das relações. Tradicionalmente, essa aplicação da lógica acontece nas relações hierárquicas, identificadas em sistemas de classificação e tesouros.

A história da lógica tem início com Aristóteles, no século IV a.C. Aristóteles criou as teorias dos silogismos, dos axiomas e criou o seu primeiro sistema lógico modal, que lidava com conceitos de necessidade, possibilidade e contingência (Évora, 1992).

A lógica tradicional, ou lógica clássica, como é mais conhecida, é caracterizada pelos princípios e métodos de inferência ou de raciocínio válido, isto é, ela se preocupa com a validade dos argumentos. Além de se caracterizar pelo “conjunto resultante de teoremas/fórmulas válidas” (Mortari, 2001, p. 353). As possibilidades de aplicações da lógica clássica são imensas, no entanto, há algumas limitações.

O tempo em uma proposição pode ser considerado um exemplo desse déficit na lógica clássica. Isso acontece porque a ordem dos enunciados (acontecimentos) pode interferir na inferência (conclusão dos enunciados). Deve-se colocar os enunciados no presente em um silogismo, para que o tempo verbal dos enunciados não interfira a conclusão, por exemplo. Essa inexistência temporal ocorre porque a lógica nasceu para a fundamentação da matemática, em que o tempo não é considerado fundamental.

Outros operadores de lógicas não-clássicas podem auxiliar a suprir essas lacunas da lógica clássica que, em consequência, geram outras lógicas, como, por exemplo, as lógicas modais, as temporais, as epistêmicas, as deônticas e entre outras (Mortari, 2001).

A lógica não-clássica amplia a lógica clássica, acrescenta algumas lacunas por meio de extensões ou de substituições. Ela é dividida por dois grupos: a) lógicas complementares, que estendem a lógica clássica; b) lógicas alternativas, que substituem a lógica clássica. No entanto, esse pensamento ainda é limitante e reduz as lógicas não-clássicas, ao defini-las pelo que a lógica clássica não é.

Tendo em vista as limitações das lógicas clássicas, a pesquisa se inseriu no contexto das lógicas não-clássicas, pois a lógica clássica não suporta a diversidade e flexibilidade do conhecimento, que os SOCs necessitam em sua representação e classificação. As bibliotecas tradicionalmente utilizam SOCs como, por exemplo, a Classificação Decimal de Dewey (CDD). Sistemas como a CDD utilizam a lógica

aristotélica, o que não é um problema em si, porém essa lógica organiza e sistematiza os documentos baseada na lógica clássica; isto é, sistemas, como a CDD, que carregam consigo pré-conceitos e distinções. Não há problema na lógica em si, apesar de a lógica clássica ser insuficiente para os SOCs, mas o problema está na aplicação, que valoriza um conceito em detrimento de outros.

Os sistemas de classificação, assim como outros SOCs, não são neutros; eles carregam crenças e pré-conceitos nas escolhas dos termos e de suas relações. Esses sistemas têm o poder de influência nas unidades de informação, na Academia ou em qualquer lugar em que estejam inseridos; conseqüentemente, disseminam sua representação – muitas vezes, tomada por crenças e discriminações – nos meios sociais. A classificação, dessa maneira, ao se apoiar em lógicas tradicionais, não será diferente; ela carregará consigo as crenças e pré-conceitos estabelecidos por tais sistemas.

Um exemplo a ser observado dessa discriminação e dos preconceitos dos sistemas é na CDD. No Quadro 2 apresentou-se um recorte da classe 200 (religião), em que se observa uma valorização de uma religião (cristianismo) em detrimento de outra (judaísmo).

Quadro 2 – Recorte da Classe 200 da CDD

230 Cristianismo e teologia cristã
231 Deus
231.6 Amor e sabedoria
[...]
290 Outras religiões
296 Judaísmo
296.3 Teologia, ética e outras questões sociais
296.31 Deus e seres espirituais
296.311 Deus

Fonte: adaptado da Dewey Decimal Classification (2003).

Esse recorte apresenta um exemplo simples da distinção estabelecida no sistema de classificação em relação às crenças entre as duas religiões. Como forma de colocar a prova essa afirmação, aplicou-se nesse recorte o silogismo da lógica tradicional, verificando se há uma má aplicação da lógica e, conseqüentemente, se reflete na representação entre as religiões (Quadro 3):

Quadro 3 – Silogismo nas Classe 200

<p>Exemplo 1:  <i>Deus está submisso ao cristianismo</i>  <i>Amor e sabedoria são atributos de Deus</i>  Logo, amor e sabedoria são atributos do cristianismo</p> <p>Exemplo 2  <i>Deus e seres espirituais são atributos da teologia, ética e outras questões sociais no judaísmo</i>  <i>Deus é um tipo de Deus e seres espirituais</i>  Logo, Deus faz parte da teologia e outras questões sociais no judaísmo</p>
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: elaborado pela autora.

Nota: produzido durante 1º semestre de 2023.

No segundo exemplo, “Deus” no judaísmo é classificado como algo que faz parte da teologia e outras questões sociais do judaísmo, enquanto no primeiro exemplo “Deus” é submisso diretamente ao cristianismo. Infere-se que somente *a priori* já se nota que enquanto no primeiro exemplo “Deus” está diretamente relacionado ao cristianismo, no segundo, “Deus” está relacionado a teologia e questões sociais do judaísmo, diminuindo, de certa maneira, o “Deus” do judaísmo, como apenas uma questão social.

Outra observação a respeito da valorização da religião cristã, da omissão e, na maioria das vezes, da inferiorização do judaísmo – não é a única religião inferiorizada na CDD – é que no primeiro exemplo, amor e sabedoria são atributos de “Deus”, os quais são atributos do cristianismo. Subentende-se que esses atributos de “Deus” estão apenas na religião cristã, quando esses não são mencionados na religião judaica.

Por fim, um outro exemplo é que a religião cristã possui amplas designações e especificações, enquanto o judaísmo está classificado em outras religiões; isto é, há uma lógica binária de oposição: enquanto o cristianismo é a religião com maior destaque, o judaísmo, o islamismo, as religiões germânicas etc. são consideradas “outras”, colocadas inferiores ao cristianismo.

Esses exemplos deixam claro que não há problema na lógica clássica em si, mas há um mal uso, pois escolhe-se qual classe se quer impor e quais se quer inferiorizar.

Dessa maneira, compreende-se que a lógica clássica, assim como os sistemas tradicionais que a utilizam, não é suficiente para classificar e organizar, tendo em vista o mundo diverso em que se está inserido. Para isso, são necessárias lógicas-

não clássicas, sistemas e classificações não-tradicionais para representar e refletir a sociedade assim como ela é<sup>1</sup>.

Nesta pesquisa, focou-se no elemento conceito da classificação e em suas limitações. O conceito é uma propriedade fundamental à classificação e o contrário também, pois, ao classificar, emprega-se o conceito e ao conceituar, classifica-se o sujeito ou objeto. Tendo como viés a terminologia, o conceito é baseado na cognição e a sua formação é baseada na percepção e na estrutura do consciente na mente. Para o emprego do conceito, utiliza-se da linguagem natural em apoio aos processos cognitivos envolvidos e na expressão do seu significado. De acordo com Boutin-Quesnel, Bélanger, Kerpan e Rousseau (1985, p. 18, tradução livre), o conceito ou a noção, conforme os autores denominam, é uma “unidade de pensamento constituída por um conjunto de características atribuídas a um objeto ou a uma classe de objetos que podem ser expressas por um termo ou por um símbolo”. O conceito científico difere do conceito geral pela necessidade de ser comunicado e explicitado por especialistas.

O conceito científico pode ser definido por conceitos que são elementos ou unidades da cognição e do conhecimento científico e verificável. Esse conceito científico necessita atender aos seguintes critérios para sua formação: selecionar itens ou referência, formular afirmações verdadeiras sobre esse item e sintetizar essas afirmações por meio de um termo.

O conceito envolve a definição, ao estabelecer limites de sentidos e se distinguir dos demais conceitos. A definição impõe e determina os limites de um conceito ou ideia e se utiliza de elementos que constituem argumentos para a construção de sistemas. Ao mesmo tempo que a definição pode ser limitadora, ela serve como ponto de partida na comunicação e na construção de sistemas, como os sistemas de classificação.

García Gutiérrez (2013) critica a limitação do conceito, ao argumentar que um conceito fechado não consegue assimilar a diversidade. Ou seja, um conceito que se utiliza da definição possui limitação e essa limitação pode afetar a diversidade existente no mundo, pois o mundo real é diverso, composto de diversas instâncias, pensamentos e ideias, isto é, uma pluralidade de lógicas. Isso significa que um único ponto de vista não consegue representar a totalidade da realidade, pois o mundo não

---

<sup>1</sup> Existem diferentes teorias que explicam a respeito da realidade, como ela é construída e como é interpretada, no entanto, não foi objetivo e / ou objeto da pesquisa se aprofundar sobre o assunto.

é composto de apenas um pensamento. Sobre essa diversidade, García Gutiérrez (2013, p. 99, tradução livre) declara

As instâncias do mundo se entrelaçam como rizomas, como rupturas espontâneas, ausências e alianças inimagináveis e aleatórias. É o logos que as torna harmônicas, deterministas e autorreferenciais por meio de um cerrado de conceitos cujos interstícios abismais e os fluxos de suas porosidades são encobertos por gramáticas, contextos e usos pragmáticos.

O conceito de rizoma, atribuído a Deleuze e Guattari (2000), representa, para García Gutiérrez, a diversidade de concepções e lógicas do mundo.

Considerando o rizoma, o mundo em que se vive – o simulacro<sup>2</sup> – reforça a predominância de uma perspectiva de mundo dicotômica. “Nossas sociedades estão cada vez mais baseadas em um conhecimento poderoso, vociferante e dogmático, que também cresce em impassibilidade, fragmentação e anestesia” (García Gutiérrez, 2013, p. 94, tradução livre). Em outras palavras, a sociedade encontra-se acostumada a esse simulacro da classificação dicotômica, no qual os conceitos são estruturados e classificados conforme o que García Gutiérrez (2013) denomina de pressupostos contrários – um mundo baseado em conceitos binários e de oposições.

O conceito fechado possui limitações e essas limitações podem não representar plenamente as trajetórias, as mudanças e os significados precisos. A classificação pode resolver os problemas da representação temporariamente, por ser uma medida mitigadora de curto prazo. Apesar de a classificação ao longo do tempo ter sido utilizada como algo permanente nas unidades de informação, a classificação é efêmera; deve ser atualizada e modificada, assim como o conhecimento se transforma conforme espaço-tempo.

Na visão de García Gutiérrez (2013), o principal obstáculo da classificação só poderá ser superado se for emancipado da hierarquia de sentido e acompanhado da incerteza, no entanto, essa prática já não é mais classificação, mas desclassificação. Paralelamente, Derrida compreende que as hierarquias são arbitrárias e contextuais, que devem ser consideradas, invertidas para se enxergar diferentes prismas.

---

<sup>2</sup> A concepção do simulacro apresentada no texto refere-se a um mundo de simulação. Embora o mundo real seja plural e diverso, ele pode ser considerado uma simulação enquanto for representado apenas por dicotomias e oposições - como branco/preto, homem/mulher, rico/pobre -, sugerindo a existência de uma única verdade e um único erro. Nesse sentido, essa representação não reflete a realidade em sua complexidade.

A desclassificação viabiliza o politicamente incorreto<sup>3</sup> por meio da “desobediência simbólica e epistemológica como única possibilidade de criatividade, emancipação e dissidência e, portanto, um futuro descolonizado para o conhecimento” (García Gutiérrez, 2013, p. 101, tradução livre). Não se negar o impulso classificatório e não se propor como solução universal, mas se apresentar como instrumentos heterogêneos para reflexão das práticas organizacionais utilizadas e abolir a dominação do pensamento dicotômico.

“O mundo que percebemos é feito de materiais aos quais demos nomes, [isto é, os conceituamos]. Esses materiais não possuem hierarquia. Apenas nomes ou conceitos se sucedem e se classificam na grande e inquestionável herança conceitual, a cultura” (García Gutiérrez, 2013, p. 100, tradução livre). Isto é, os conceitos estão anestesiados na cultura e essa cultura possui muitos problemas, que estão acompanhados por afirmações, seleções, decisões, julgamentos, discriminações e classificações (García Gutiérrez, 2017).

Ao mesmo tempo, García Gutiérrez (2014a, local. 5, tradução livre, 2014b, p. 399, tradução livre) reflete: “Quem se importaria com a Verdade se vivemos na normalidade do simulacro?” Vive-se em uma fagulha, em uma ilusória noção do que são as coisas. Vive-se com a representação e com a substituição. Como na alegoria da caverna de Platão (2012), o homem, ao ter vivido toda a sua vida na prisão e na escuridão da caverna, ao ser tirado à força e o obrigarem a ir à luz do sol, sofrerá e se queixará. Não acreditará e não lhe parecerá mais verdadeiro que o som das sombras que anteriormente ouvia é de um outro objeto que reflete essa sombra.

Essas reflexões trazem inquietações que forcem a saída do anestésico simulacro, de representações que não condizem com a diversidade que há no mundo.

Como proposta da presente pesquisa, pretende-se aprofundar as reflexões a respeito do conceito, teorias e diálogos com outros autores sobre a desclassificação de García Gutiérrez, além de propor subsídios reflexivos para aplicação. Algumas questões que se pretende discorrer são: a desclassificação é operacional como

---

<sup>3</sup> A expressão *politicamente incorreto* utilizada nesta tese refere-se a evitar o uso de termos e expressões que são consideradas corretas ou mais adequadas e priorizadas pelas classificações tradicionais. Por exemplo, em versões antigas da Classificação Decimal de Dewey (CDD), a classe religião dava prioridade para o cristianismo e em versões mais atuais também, no entanto, religiões, como islamismo, judaísmo, germânica eram classificadas como outras religiões. É importante enfatizar que apesar do destaque nessa discrepância de representação entre religiões, edições mais atuais, a partir da 22ª, adicionaram-se opções de classificação relacionadas à religião, para que as unidades de informação deem o tratamento preferencial de uma religião de acordo com aquela mais predominante em sua área de atuação ao invés do cristianismo.

alternativa e/ou complemento para os sistemas de classificação? Há pesquisas que aplicam a desclassificação na OC? A desconstrução do pensamento classificatório com a desclassificação pode contribuir para uma aplicação? Como construir um pensamento desclassificado?

Acredita-se que haja suporte à aplicação da desclassificação, mas que ainda só há teorias e não aplicações. Acredita-se, ademais, que a desconstrução pode ajudar a desenvolver um pensamento desclassificado. A desclassificação desconstrói as lógicas tradicionais de OC. Como alternativa às classificações tradicionais, propõem um conhecimento pautado no complexo, na desconstrução das tradicionais teorias de OC e na transdisciplinaridade, considerando que a lógica clássica é simples e não é suficiente para classificar o conhecimento complexo.

Para verificar se essas hipóteses são verdadeiras, objetiva-se explicar o conceito de desclassificação no bojo da OC e explorar a sua aplicabilidade no processo de classificação. Pretende-se, mais especificamente:

- identificar a literatura sobre desclassificação, sob o levantamento bibliográfico da produção de García Gutiérrez e sua fortuna crítica;
- sintetizar a literatura identificada da desclassificação, por meio da concepção do referencial teórico;
- identificar, interpretar e sistematizar na literatura de autoria de García Gutiérrez se as ideias apresentadas são operacionais, sob apontamentos críticos;
- verificar e identificar se na fortuna crítica do autor houve aplicações da desclassificação;
- propor princípios norteadores para a tomada de decisão crítica na classificação, em suas perspectivas teórica e prática.

A fim de atender a esses objetivos, nas próximas seções foram explanadas as seguintes literaturas: a lógica, a teoria da classificação, a teoria da complexidade de Edgar Morin, a teoria crítica, a desconstrução de Derrida, a desclassificação de García Gutiérrez e propôs-se pressupostos metodológicos da desclassificação, juntamente à desconstrução.

Na seção da lógica, discorreu-se a respeito da compreensão das estruturas e bases como instrução de aplicação e construção da classificação, com os autores: Salmon (1965), Kant (1992), Sowa (2000), Mortari (2001), D'Ottaviano e Feitosa ([2003]), Soares (2003; 2023), Frické (2012) e Bergman (2022).

Como instrumento que se utiliza da base da lógica, na próxima seção dissertou-se sobre a teoria da classificação, especificamente: a classificação tradicional, sua teoria, suas bases lógicas e instrumentos. Além disso, discorreu-se sobre a importância da teoria da classificação no entendimento e na constatação de suas inconsistências a partir dos teóricos: Souza (1943), Barbosa (1969), Langridge (1977), Piedade (1983), Bowker e Star (2000), Hunter (2009), Araújo (2006), Anjos (2008), Albuquerque e Madio (2013), Albuquerque (2012; 2016), Mai (2013), Hjørland (2013; 2017a), Joudrey, Taylor e Miller (2015), Garcia Gutiérrez (2018a), Arboit (2018a; 2018b), Broughton (2020) e Choi (2022).

Compreendendo as limitações das classificações tradicionais e as complexidades inerentes aos sistemas de classificação, discorreu-se, em sequência, a respeito da teoria da complexidade de Edgar Morin. Objetivou-se entender sobre o universo complexo das teorias discutidas e envolvidas no trabalho desenvolvido, a partir de teóricos como: Japiassu (1994), Szostak (2004; 2011; 2015), Morin (2005), Francelin (2005), Pombo (2005), Franco e Tuzzo (2013) e Szostak, Gnoli e López-Huertas (2016).

Como inferência às leituras desses teóricos, compreendeu-se que as teorias tradicionais são insuficientes para a classificação, tendo em vista a complexidade do conhecimento. Dessa maneira, apresentou-se, como perspectiva analítica, a teoria crítica. Na seção das teorias críticas, para entender o campo que se adentrou, apresentou-se sobre a limitação das teorias tradicionais e a necessidade de discussão da dominação e poder nas estruturas sociais e culturais. Para isso, utilizou-se, como base teórica, os autores: Hjørland e Albrechtsen (1995), Horkheimer (2002), Smiraglia (2002), Hjørland (2002; 2015; 2017b), Leckie e Buschman (2010), Naumis e Peña (2021), Garcez e Sales (2022), Martínez-Ávila e Mello (2022), Milani (2024) e Saldanha (2024).

Em complemento à teoria crítica, apresentou-se a desconstrução de Derrida, como crítica à teoria estruturalista da linguagem. Ademais, apresentou-se sobre a aplicação da desconstrução, como metodologia posterior proposta por outros autores da OC. A explanação da desconstrução se baseou nos seguintes teóricos: Strathern (2000), Derrida (2001), Olson (2002a, 2002b), Greenberg (2002), Radford (2005), Deodato (2010), Olson e Fox (2010) e Meneses (2013).

Por fim, como objeto principal de estudos, explanou-se a teoria da desclassificação de García Gutiérrez, como alternativa às classificações tradicionais

e como objetivo de melhorias. Para isso, utilizou-se dos seguintes teóricos: Lewis (1986), Santos (1995), García Gutiérrez (1998; 2004; 2006; 2007; 2008a; 2008b; 2011a; 2011b; 2013; 2014b; 2017; 2018a; 2020; [2025?a]; [2025?b], c2025a; c2025b; c2025c), Hjørland (2007), Soares, Martin e Francelin (2013), Amorim e Medeiros (2017), Arboit (2018b), Feitosa e Salcedo (2019), Barros e Lima (2021), Beghtol (2005), Vanin (2024) e Universidad Complutense Madrid (c2025).

## 2 LÓGICA

“[...] não acredite cegamente nos mitos e lendas fornecidos por oráculos de nobres, por vanglória racial ou nacional ou, ainda, por sublimação de valores populares, bondade ou razão majoritária. Implica aceitar a melhor explicação, o argumento mais convincente e, portanto, estar disposto a mudar drasticamente a sua posição, embora sempre provisoriamente.”  
(García Gutiérrez, 2018a, p. 45, tradução livre)

Há mais de dois milênios, as palavras conhecimento e representação apresentaram divergências de opiniões. Uma dessas divergências que ocorreu no século V a.C. deu-se com Sócrates, quando o filósofo afirmou a famosa frase “só sei que nada sei”. Isso fez com que houvesse uma desordem entre pensadores que se deliciavam em mostrar o seu próprio conhecimento sobre assuntos fundamentais. Platão, aluno de Sócrates, em continuidade com essas divergências, estabeleceu a epistemologia, onde questionava crenças e convicções (Sowa, 2000).

Em continuidade, Aristóteles, aluno de Platão, mudou a natureza dos questionamentos sobre a natureza do conhecimento para a natureza da representação. Com isso, estabeleceu uma terminologia inicial, em que definiu o escopo de vários campos do conhecimento, os quais são ainda utilizados. Logo, após apresentar sua terminologia, desenvolveu a lógica para refletir sobre o conhecimento, por meio do silogismo (Sowa, 2000).

O silogismo de Aristóteles é composto por “duas premissas para derivar uma conclusão” (Sowa, 2000, p. 2, tradução livre). O autor apresenta o exemplo de Aristóteles:

Todas as plantas de folhas largas são decíduas,	<i>premissa principal</i>
todas as videiras são plantas de folhas largas,	<i>premissa menor</i>
então todas as videiras são decíduas.	<i>conclusão</i>

Mais tarde, os escolásticos medievais utilizaram o silogismo de Aristóteles e implementaram letras para indicar os tipos elementares de proposições (Sowa, 2000, p. 3, tradução livre):

R: Afirmativa universal. Todo a é b.  
 I: Afirmativa particular. Algum a é b.  
 E: negativa universal. Nenhum a é b.  
 O: Negativo particular. Algum a não é b.

Além dessas codificações, os escolásticos introduziram inovações na aplicação da lógica à linguagem, apresentaram trabalhos sobre lógica modal e temporal. Houve inúmeros teóricos que contribuíram para o desenvolvimento da lógica e, inclusive, em diversas áreas do conhecimento, houve estudos e aplicação dela. Sowa (2000) apresenta sua aplicação historicamente na terminologia, nos silogismos, nas escolas escolásticas, em redes semânticas, raciocínio automatizado, lógica matemática, álgebra booleana, notação algébrica.

Leibniz iniciou a lógica moderna no século XVII e a desenvolveu com a colaboração da matemática. Influenciou contemporâneos e sucessores, Leibniz buscava por uma linguagem universal baseada no “alfabeto do pensamento”, que

viabilizaria um conhecimento fundamental de todas as coisas, além do projeto do cálculo da razão (D'Ottaviano; Feitosa, [2003]).

Apesar de seu projeto não ter tido sucesso, por buscar uma linguagem universal improvável, Leibniz foi o precursor da metodologia da lógica contemporânea, com a antecipação do uso dos quantificadores, com a lei da identidade e da lei da (não-)contradição (D'Ottaviano; Feitosa, [2003]).

O trabalho de Leibniz só foi publicado no início do século XX, o que atrapalhou o conhecimento das contribuições para a lógica e somente generalidades do seu trabalho influenciaram lógicos que o sucederam (D'Ottaviano; Feitosa, [2003]).

Outros precursores da lógica contemporânea que são possíveis mencionar foram Boole (1847) e De Morgan (1847 e 1860) com a álgebra da lógica; Peirce introduziu a definição da ordem simples, primeiro tratamento do cálculo proposicional como um cálculo de dois valores de verdade, a definição de igualdade e o início do tratamento dos fundamentos da aritmética; Schröder e McColl, em 1877, construíram o primeiro cálculo de proposições (D'Ottaviano; Feitosa, [2003]).

No entanto, o verdadeiro fundador da lógica moderna foi Gottlob Frege, descoberto por Bertrand Russell. Frege trabalhou com o cálculo proposicional em sua forma lógica moderna, a noção proposicional, o uso de quantificadores e a análise lógica de prova por indução matemática. Ademais, Frege foi um dos precursores da distinção entre linguagem e metalinguagem, além de adotar a tese de que a aritmética é um ramo da lógica (D'Ottaviano; Feitosa, [2003]).

Nesta seção foi apresentado um pouco da introdução da lógica, contribuidores para o seu desenvolvimento e algumas das lógicas que mais tiveram destaque na história. À frente, serão apresentadas algumas definições do que é a lógica, para entender a operação lógica e como essa disposição pode se comportar e auxiliar na estrutura das classificações.

## **2.1 Definições de Lógica**

Soares (2003, p. 13) afirmou que a lógica, pelo senso comum, é o “estudo da correspondência do discurso e a realidade”; no sentido estrito, a lógica pode ser considerada uma “metodologia de análise e construção de raciocínios e argumentos em âmbito formal”, isto é, ela se preocupa com a estrutura do argumento.

Tradicionalmente, na filosofia, a lógica é compreendida e muito conceituada como “a arte de pensar corretamente” (Soares, 2023, p. 13), ou melhor, o estudo das

formas corretas do pensamento. Essa definição é rasa, pois, ao afirmar isso, induz à ideia de que existe uma forma correta de se pensar, que é por intermédio da lógica e, por consequência, as demais formas podem não produzir um pensamento correto. Ao refletir sobre essa definição, a lógica tradicional pode ser considerada rígida, ao compreender somente uma verdade absoluta, o que pode ser prejudicial quando aplicada em SOC.

Mortari (2001, p. 2), ao definir a lógica, propõe um pensamento de uma lógica que envolve a interpretação, ou seja, ela não é tão rígida quanto a tradicional definida anteriormente, ao afirmar que é uma “ciência que estuda princípios e métodos de inferência, tendo como objetivo principal de determinar em que condições certas coisas se seguem (são consequência), ou não, de outras”.

A lógica formal, como uma ciência que estuda os conceitos, juízos e raciocínios, estuda a confluência entre o discurso e a realidade; considerada um instrumento metodológico de análise e construção de argumentos e raciocínios (Soares, 2023).

Salmon (1965, p. 13) afirma que a lógica elabora técnicas para análise de argumentos. Essa análise examina “relações entre uma conclusão e a evidência que lhe serve de apoio”. Isso significa que a lógica se ocupa de argumentos e inferências, além de objetivar, de modo sintético, apresentar métodos para identificar argumentos logicamente válidos ou não válidos.

Para Kant (1992, p. 30), a lógica é uma “ciência que se refere a todo pensamento em geral, abstração feita dos objetos enquanto matéria do pensamento”. Essa lógica é (Kant, 1992):

- a base para outras ciências;
- não possui um conhecimento exato dos seus objetos e de suas fontes;
- um cânon, isto é, possui leis, *a priori*, as quais são de entendimento geral;
- uma ciência racional, pois suas regras não são da experiência;
- uma doutrina ou teoria demonstrada, pois se ocupa das leis universais e necessárias do pensamento em geral.

De maneira sintética, Kant (1992, p. 33) define

A lógica é uma ciência, não segundo a mera forma, mas segundo a matéria; uma ciência *a priori* das leis necessárias do pensamento, mas não relativamente a objetos particulares, porém a todos os objetos em geral; por / tanto uma ciência do uso correto do entendimento e da razão em geral, mas

não subjetivamente, quer dizer, não segundo princípios empíricos (psicológicos), sobre a maneira como pensa o entendimento, mas, sim, objetivamente, isto é, segundo princípios a priori de como ele deve pensar

A lógica não se interessa pela persuasão dos argumentos, mas estuda a relação entre a evidência e a conclusão, pois um argumento pode ser logicamente correto sem aceitação, assim como pode ser logicamente incorreto universalmente aceito (Salmon, 1965). De modo geral, a lógica pode determinar se as premissas utilizadas sustentam a conclusão.

A lógica possui várias divisões, algumas que são possíveis citar estão no Quadro 4:

Quadro 4 – Divisões da Lógica

<b>Analítica</b>	<b>Dialética</b>
Descoberta de todos os atos da razão e é denominada de Lógica da verdade, por conter regras necessárias de toda verdade formal	Arte prática da analítica
<b>Natural (ou popular)</b>	<b>Artificial (ou científica)</b>
Não é considerada lógica, mas uma ciência com princípios empíricos	Denominada de lógica, pois possui regras universais do pensamento, que devem e podem ser conhecidas <i>a priori</i>
<b>Teórica</b>	<b>Prática</b>
Dogmática	Arte lógica da ordenção, das expressões técnicas e distinções lógicas
<b>Pura</b>	<b>Aplicada</b>
Separa o entendimento dos demais poderes da mente e considera o que ele faz por si só	Entendimento em sua combinação com outros poderes da mente sob influência de suas ações
<b>Uso comum</b>	<b>Especulativo</b>
<b>Escolástica</b>	<b>Popular</b>
Ânsia ao conhecimento, pelas habilidades e cultura	Habilidades e necessidades dos que se dedicam ao estudo da lógica como ciência, apenas a busca pelo aprimoramento do entendimento
<b>Lógica menor (ou formal)</b>	<b>Lógica maior (ou material)</b>
Estuda a forma dos argumentos, determinando a sua validade	Estuda a matéria e conteúdo dos argumentos, indicando a verdade ou falsidade nos argumentos

Fonte: Adaptado de Kant (1992).

O Quadro 4 foi dividido em duas colunas, sendo que se estabelece um comparativo entre as lógicas. Na primeira divisão, apresentaram-se a lógica analítica e a lógica dialética, respectivamente. A lógica analítica é definida por Kant (1992) como a lógica da verdade, isto é, a lógica formal; enquanto a lógica dialética é a arte prática da primeira.

A segunda divisão, o autor considera como uma lógica e a outra não, a primeira por utilizar princípios da experiência, enquanto a outra por utilizar regras formalizadas. Como crítica a essa divisão, essa distinção não pode ser considerada justa, ao denotar uma lógica por não se utilizar de recursos formais. Existem outros

conhecimentos válidos, como conhecimento de memória, da cultura de um determinado local, que utilizam outras lógicas que não são as tradicionais.

Da mesma forma, nas próximas divisões, o autor distingue a lógica teórica e a prática. Nesse caso, o autor afirma que não é certo separar a lógica dessa forma, pois não pode haver parte prática por pressupor o conhecimento de uma certa espécie de objetos aos quais é aplicada, por isso toda ciência é uma lógica prática. Sendo assim, a lógica geral, considerada prática, não pode ser outra coisa senão uma técnica da sabedoria em geral.

Na próxima divisão da lógica, a lógica aplicada não adere aos padrões da lógica, ela se baseia em uma psicologia que observa como nosso pensamento geralmente opera. Isso significa que ela se diferencia da lógica tradicional, que compreende somente de acordo com um entendimento formal. A lógica aplicada, nessa divisão, se aproxima do contexto inserido e é dialógica, ao analisar as combinações de diversos poderes da mente.

Na divisão do uso comum e especulativo, Kant (1992) afirma ser uma divisão incorreta, pois não se pode ser uma ciência do entendimento especulativo e tampouco pode ser produto de entendimento comum, “pois o entendimento comum é a faculdade de discernir in concreto as regras do conhecimento. A lógica, porém, deve ser uma ciência das regras do pensamento in abstracto” (Kant, 1992, p. 36). Nesse sentido, o autor enxerga a lógica como uma ciência, aproximando-se da lógica tradicional, que é rígida e possui uma verdade absoluta.

O autor também divide a lógica por conhecimentos populares e escolásticos, no qual o autor, enfaticamente, demonstra a superioridade do conhecimento formal e demonstra uma menor importância do conhecimento popular, apesar de apresentar a sua existência.

Segundo Soares (2023), antigos tratados da lógica dividiam a arte de raciocinar em dois grupos: lógica menor ou formal e lógica maior ou material. A primeira estuda a forma dos argumentos, determinando a validade ou não dos argumentos. A segunda estuda a matéria e o conteúdo dos argumentos, indicando a verdade ou falsidade nos argumentos.

Essa divisão da lógica predominou até o século XVII, baseada no pensamento de Aristóteles. Ademais, hoje, a lógica focaliza o formal. A lógica maior passou a focalizar as ciências e a filosofia, ficando conhecida como lógica moderna,

que se aproxima da matemática, física e computação. A lógica menor passou a ser conhecida como lógica tradicional ou lógica clássica de Aristóteles.

Ao contrário do que o senso comum considera, a lógica formal se preocupa com a estrutura do argumento e não com o conteúdo das premissas. Isso significa que a lógica não possibilita ou possui instrumentos para indicar realidade ou falsidade, mas ela analisa a estrutura do argumento, verificando se ele está ou não bem construído (Soares, 2003; 2023). Sinteticamente, “a Lógica objetiva analisar formalmente argumentos ou raciocínios com a finalidade de determinar a validade dos mesmos” (Soares, 2023, p. 17).

A lógica possui como objeto a própria estrutura do argumento ou raciocínio (Soares, 2003; 2023), isto é, possui um encadeamento de enunciados, que podem ser, de acordo com Soares (2023, p. 19):

- afirmativos ou negativos;
- particulares ou universais;
- categóricos ou hipotéticos;
- dedutivos ou indutivos;
- conjuntivos ou disjuntivos.

Esses enunciados são conhecidos na lógica tradicional clássica como premissas ou inferências; eles são basilares para se alcançar a conclusão de um silogismo, por exemplo.

Após a compreensão da lógica, adiante será explanado mais especificamente como a lógica é tratada na OC, tendo em vista a função basilar da lógica nos sistemas de classificação. Nesse sentido, estudar a lógica é importante para verificar como tem se dado sua aplicação nos sistemas de classificação e como ela pode ser aplicada na desclassificação.

## **2.2 A Lógica na Organização do Conhecimento**

O tipo de lógica mais frequentemente utilizado nas classificações pode ser encontrado em hierarquias do tipo natural, como na taxonomia de Linneu. Frické (2012) emprega o termo classificação para denominar taxonomias, como, por exemplo, a taxonomia de Linneu, que o autor chama de classificação aristotélico-linneana, pois ele compreende que ambas utilizam a mesma estrutura e relações de tópicos. Alguns exemplos desse tipo de classificação encontram-se na classificação de animais, nas teorias dos grafos e em estruturas arborescentes (Frické, 2012). Essa

classificação é baseada em estruturas hierárquicas, em que um determinado animal, por exemplo, herda características de níveis superiores e compartilha características com outros animais do mesmo nível e de nível inferior.

Essa estrutura de classificação pode ser aplicada em diversos cenários, como na Geografia e com os vinhos. Por exemplo, a região Bordeaux é um subtipo da região da França, bem como o vinho de Bordeaux é um subtipo de vinho francês (Frické, 2012). Esse exemplo pode ser, igualmente, aplicado no domínio bibliográfico. Um livro classificado como literatura inglesa é um subtipo de literatura, isto é, literatura inglesa, bem como literatura brasileira, literatura francesa ou literatura espanhola, são subtipos de literaturas, assim por diante.

Os subtipos da hierarquia na classificação Aristotélica-Linneana possuem cinco propriedades:

- (a) a exaustividade requer que cada item tenha uma localização na classificação;
- (b) a exclusividade requer que não haja duas ou mais propriedades ao mesmo tempo;
- (c) os princípios referem-se às características que diferenciam classes que compartilham o mesmo nível;
- (d) a riqueza, quando uma classificação não omite níveis;
- (e) o estreitamento refere-se ao refinamento de uma classe, iniciando da raiz até o ramo apropriado.

De acordo com Frické (2012, p. 171, tradução livre)

A classificação aristotélica é um modelo digno: é exemplar em sua clareza e abrange quase tudo o que parece desejável. Outros esquemas, muitas vezes, não são tão bons; na verdade, muitos podem ser melhorados com modificações, de modo a aproximarem-se do ideal aristotélico.

Classificações que possuem características hierárquicas aristotélicas, tal como a CDD, por exemplo, atendiam bem em seu início. No entanto, com o passar dos anos e décadas, isso tem se tornado dificultoso. Existem inúmeros assuntos e têm surgido novos que as classificações não têm conseguido acompanhar tais mudanças, principalmente no âmbito da ciência da computação, tais como aprendizado de máquina, inteligência artificial, ciência de dados e entre outros (Frické, 2012).

Essas dificuldades podem ser justificadas pela natureza de tais classificações, que possuem estruturas hierárquicas. Isto é, essas classificações apresentam todos os possíveis assuntos existentes para representar. No entanto, na prática, isso não é possível, tendo em vista a crescente gama de assuntos existentes e os que possam surgir. Mesmo que haja atualizações recorrentes, ao longo do tempo isso se torna inviável.

Uma alternativa que surgiu em 1933 foi a classificação facetada de Ranganathan, a Colon Classification (CC). Ranganathan, ao propor a CC, pretendia que sua classificação tivesse como um de seus princípios a hospitalidade; isto é, que ela previsse a acomodação de novos assuntos. A CC consistia em criar classes principais e possibilitar a construção sintética direta de subclasses dessas classes (Frické, 2012).

Antes da CC de Ranganathan, compreendia-se que existia somente uma forma de construir classificações, por meio da atribuição de um tópico geral e sua subdivisão em partes, assim sucessivamente (Frické, 2012).

A CC e a Bliss Bibliographic Classification (BBC) são alguns exemplos dentre outras formas de lógicas de classificação bibliográfica gerais, que visam além da estrutura hierárquica, que assumem que a lógica arborescente não atende às necessidades do conhecimento existente e futuro.

Embora a aplicação da lógica ao conhecimento seja limitada e complexa, basicamente tudo pode ser definido pela lógica. A lógica clássica, por exemplo, possui diversas possibilidades de aplicação (Mortari, 2001), como forma de “satisfazer os requisitos de um sistema de definição completo” (Sowa, 2000, p. 420, tradução livre). Ao mesmo tempo que a lógica clássica pode ser considerada limitada ao não refletir o conhecimento complexo e por apresentar somente uma forma de pensamento correto, é necessário abranger outras técnicas para apresentar sistemas mais completos e mais bem-sucedidos.

Um exemplo de grande limitação da lógica clássica presente nos SOC tradicionais é a estrutura binária, que compreende somente uma verdade (1) e o outro como falso (0). Uma lógica que possua mais de dois valores pode representar um estado muito bem definido ou indefinido.

Essencialmente, as lógicas não clássicas diferenciam-se das lógicas clássicas, de acordo com D'Ottaviano e Feitosa ([2003], p. 21), por “(i) poderem estar baseadas em linguagens mais ricas em formas de expressão; (ii) poderem estar

baseadas em princípios inteiramente distintos; ou (iii) poderem ter uma semântica distinta”.

Para Mortari (2001, p. 356), “essa divisão é, naturalmente, bastante artificial, pois, [...] podemos ter lógicas que acrescentam coisas à lógica clássica, por um lado, enquanto, por outro, excluem dela alguns princípios. Mas é uma divisão que serve como um ponto de partida.”

A estrutura hierárquica, as teorias tradicionais, a lógica clássica e as binaridades inseridas nos sistemas de classificação tradicionais são limitadoras, não representam adequadamente o conhecimento complexo e a realidade presente no mundo, além de não atenderem às necessidades da representação do conhecimento. Essas construções possuem o entendimento de somente uma lógica como verdadeira e uma estrutura que compreende somente uma forma de representar o conhecimento. Essas lógicas representam o conhecimento e, conseqüentemente, o mundo, pelo olhar ocidentalizado do homem, branco, hétero, cristão e conservador; marginaliza, demarca e classifica como outro aquilo que está fora dessas categorias; não existem categorias para os demais, elas somente existem em função da categoria principal.

Apesar das limitações das hierarquias, não é possível aboli-las por completo, pois elas estão em toda parte e enraizadas nas culturas dominantes, mas é preciso assumir que elas existem, buscar por uma representação plural e transcultural e buscar formas de as hierarquias se tornarem minorias. O “universo é de natureza hierárquica” e as hierarquias são “a base lógica da inferência e do raciocínio nos sistemas de conhecimento. As hierarquias usadas nas classificações trazem organização ao nosso mundo” (Bergman, 2022, p. 41, tradução livre).

Alguns exemplos de modelos basilares lógicos do conhecimento que se tem na OC e utilizam das hierarquias são os modelos conceituais, como o de análise documentária, as taxonomias, os tesauros, as ontologias, entre outros. O Library Reference Model (LRM), igualmente, é um modelo conceitual da International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA), com um alto nível conceitual, que serve como base para regras de catalogação e sistemas bibliográficos (IFLA, 2017).

A LRM é um guia para a formulação de regras e implementação tanto para a catalogação quanto para sistemas bibliográficos. Segundo a International Federation of Library Associations and Institutions (2017, p. 10), sua “aplicação prática deve determinar um nível apropriado de precisão”. Isso significa que os processos da LRM

devem se adaptar ao contexto específico de sua aplicação, entretanto, ainda assim, é necessária uma aplicação fiel ao modelo, com respeito à sua estrutura básica: as entidades, os relacionamentos e os atributos.

Sabendo que uma das bases lógicas do conhecimento são as hierarquias, o estabelecimento de relacionamentos entre esses elementos da estrutura da LRM também utiliza as hierarquias.

As hierarquias, historicamente, foram influenciadas por obras de pensamento religioso, que viam a Igreja como detentora do poder e responsável por guiar o homem à salvação por meio da submissão. Essas concepções religiosas da natureza da hierarquia levaram para outros campos além do teológico, com o surgimento das enciclopédias e com a divisão do conhecimento em disciplinas (Bergman, 2022).

No entanto, a extensão do conceito de hierarquia religiosa para outros âmbitos era um tanto quanto contraditória, pois “havia verdades em algumas hierarquias, mas não em outras. Ao libertar a classificação do divino, o interesse pelas hierarquias do conhecimento e da informação conseguiu regressar a muitos dos seus fundamentos gregos.” (Bergman, 2022, p. 42, tradução livre).

Essa ampliação da abrangência da estrutura hierárquica incluiu estruturas do conhecimento, bem como sistemas de classificação, ademais, o universo bibliográfico. Dewey, por exemplo, incluiu as hierarquias em seu sistema de classificação (CDD) em 1876, bem como a Library Congress Classification (LCC) em 1897 e a Universal Decimal Classification (UDC) em 1904 (Bergman, 2022).

Por outro lado, as hierarquias refletem uma perspectiva limitada do conhecimento, pois somente abarcam um mundo sob um panorama ou contexto, além de incluir um aspecto idealista. Dessa maneira, nesta pesquisa foi discutido, dialogado e refletido sobre as complexidades existentes nas classificações tradicionais e em suas hierarquias. Refletem-se os problemas das hierarquias, das lógicas clássicas e tradicionais, as limitações da aplicação dessas lógicas e hierarquias nos sistemas de classificação. Propuseram-se novas formas de pensar a classificação por meio de reflexões e utilização de ferramentas e metodologias existentes na desclassificação e na desconstrução, que objetivam emergir o pensamento múltiplo e o pluralismo lógico. Em contrapartida, subverter e se distanciar das binaridades e dicotomias, por meio da promoção de memórias marginalizadas e da transculturalidade nas classificações e nos SOC.

Portanto, para discutir essas teorias, foi importante compreender a teoria da classificação, para tratar os problemas e limitações dos sistemas tradicionais. Dessa maneira, na próxima seção foi apresentada a teoria da classificação e, subsequentemente, em sua subseção, foi apresentado a respeito da classificação bibliográfica, sendo o foco em discussão da tese.

### **3 TEORIA DA CLASSIFICAÇÃO**

A hiperclassificação e a hiperdivisão crescente da temporalidade, a paranoia sincrônica e a sua hipervisibilidade enfática, nada mais implicam do que a destruição do sentido de um tempo coercitivo, incompatível com a vida plena. Sentido que a desclassificação libertaria do jugo cronográfico, introduzindo tempos, anacronias, arritmias e momentizações, pelo menos em imensas extensões de temporalidade interna, que não requerem sincronização.

(García Gutiérrez, 2018a, p. 92, tradução livre)

Por muitos anos, a organização dos livros na biblioteca tinha como objetivo a preservação, não para consulta, mas para armazenamento. O conceito moderno da biblioteca como organismo vivo surgiu somente no século XIX, com as universidades, quando a biblioteca passou da função custodial e guardiã do conhecimento para disseminadora e mediadora da informação.

A partir dessa perspectiva, percebeu-se a necessidade de criar sistemas que atendessem às necessidades dos usuários, isto é, organizar o conhecimento por assuntos. Assim, desenvolveram-se grandes sistemas de classificação, utilizados até hoje, com algumas modificações ao longo do tempo (Barbosa, 1969).

Barbosa (1969) define a classificação como “um processo mental pelo qual coisas, seres ou pensamentos, são reunidos segundo as semelhanças ou diferenças que apresentam” (Barbosa, 1969, p. 13). Sendo que essa definição remete a um processo mental por ser uma atividade natural e instintiva ao ser humano.

Para García Gutiérrez (2018a), a classificação pode ser compreendida como uma operação lógica geral e especializada, simultaneamente, que representa e desmembra um mundo externo em conceitos universais.

A classificação está presente em todos os contextos, em atividades simples do cotidiano à classificação do streaming de música ou filme, no entanto, grande parte das pessoas “não percebe o quanto classifica[r] é meramente um indício da natureza fundamental do processo da classificação.” (Langridge, 1977, p. 11).

A classificação é tão importante que, sem ela, não haveria pensamento, ação ou organização por facilitar o cotidiano. “Todos os seres humanos classificam a todo momento as outras pessoas e os objetos do mundo, com quem e com os quais se relacionam, incessantemente. Todas as nossas ações no mundo são envolvidas por atos classificatórios” (Araújo, 2006, p. 118). A classificação é instintiva e, ao mesmo tempo, intelectual, tendo em vista que é uma atividade natural (Albuquerque, 2012).

Para Araújo (2006), a classificação faz parte das sociedades, há diversos exemplos do estabelecimento de relacionamentos sociais na classificação, como em atividades cotidianas em distinções simples dicotômicas, como “pessoas em ricos e pobres, a música em boa ou ruim, os políticos em ‘de direita’ ou ‘de esquerda’” (Araújo, 2006, p. 119). Há também possibilidades de se acrescentar outras distinções, com refinamentos, como “‘classe média’, ‘classe média alta’, ‘classe média baixa’; ‘música

erudita’, ‘música popular’, ‘música da cultura de massa’; ‘políticos de centro’, de ‘centro-esquerda’, ‘de centro-direita’” (Araújo, 2006, p. 119).

Essa prática corrente da classificação, segundo Albuquerque (2012), mostra o caráter “natural” da classificação. É importante ressaltar que esse caráter natural da classificação, de acordo com Albuquerque (2012), se refere à natureza inerente do ser humano de classificar. Conforme o autor afirma, essa classificação natural não ocorre por divisão de características dos objetos, mas segue a ordem em que esses objetos estão e ocorre em objetos que já nascem classificados. No entanto, esse pensamento é um tanto quanto ingênuo e limitado, pois a classificação não é inata ao mundo e o mundo não nasceu/surgiu classificado, todas as representações e classificações são construídas. Assim como o ser humano deu nome às coisas, ele também as classificou.

Existem diversas formas de classificar e é no cotidiano que está “o repertório base das outras classificações” (Araújo, 2006, p. 120). No entanto, há as classificações, além dos esquemas cotidianos, como as bibliográficas, que serão apresentadas posteriormente (Araújo, 2006, p. 120).

A essência da classificação, para Hunter (2009, p. 1, tradução livre), é o “agrupamento de coisas semelhantes de acordo com uma qualidade ou característica comum”. Joudrey, Taylor e Miller (2015, p. 496, tradução livre) apresentam a mesma concepção a respeito, ao definir a classificação como “a arte de agrupar coisas semelhantes e separar diferentes”.

A natureza fundamental da classificação humana permite reconhecer um elemento de uma classe através de suas características compartilhadas ou não com essa classe. Permite, igualmente, o agrupamento de coisas semelhantes e a separação de coisas distintas (Hunter, 2009). A classificação reúne

em classes ou grupos, coisas que apresentam entre si certos traços de semelhança, ou mesmo de diferença. [...] é um processo mental por meio do qual podemos distinguir coisas, pelas suas semelhanças ou diferenças, estabelecer as suas relações e agrupá-las em classes de acordo com essas relações (Souza, 1943, p. 21).

Essa concepção de agrupamento apresentada pelos autores se tornou de comum conhecimento e até um pouco genérica. Ao mesmo tempo, apresenta uma síntese que traduz a concepção da classificação, ao apresentar, concomitantemente, o objetivo, o processo e o resultado que envolve a classificação.

Piedade (1983, p. 16) compartilha dessa concepção e afirma: “classificar é dividir em grupos ou classes, segundo as diferenças e semelhanças”. Ainda, acrescenta: “é dispor os conceitos, segundo suas semelhanças e diferenças, em certo número de grupos metodicamente distribuídos”, tendo em vista que existem diversas maneiras de classificar por essas semelhanças e diferenças.

Segundo Anjos (2008, p. 22), as classificações “permitem ao homem identificar tempo e espaço; reconhecer entes e fatos; estabelecer semelhanças e diferenças; agrupar e separar seres e saberes; enfim, ordenar tudo que rodeia para se orientar no mundo”.

O pensamento de Anjos (2008) vai ao encontro do pensamento de Joudrey, Taylor e Miller (2015, p. 496, tradução livre), quando os autores afirmam que a classificação “é mais do que somente encontrar a notação ou categoria correta; é sobre relacionamentos”. Ou seja, classificar é estabelecer e identificar relações através das categorias (Moreira, 2021).

Albuquerque (2012) também compreende a classificação como o estabelecimento de relações. Para a autora, as classificações podem ser definidas como o estabelecimento de relações entre conceitos, dentre elas, as relações hierárquicas, que auxiliam na construção de representações de memórias e códigos culturais. Os conceitos, ademais, se relacionam com a classificação, para dividir e agrupar coisas, como pessoas, objetos ou fatos. Isso significa que a classificação se caracteriza pelo agrupamento e divisão do conhecimento, por meio das semelhanças e diferenças.

Conforme Hjørland (2013, p. 173, tradução livre), as classificações possuem bases distintas, que refletem diferentes epistemologias. Algumas delas, que são possíveis citar:

- (a) classificações baseadas na lógica, como a análise conceitual;
- (b) classificações baseadas em estudos empíricos, como experimentos médicos;
- (c) classificações baseadas em convenções humanas, como a fronteira de um país;
- (d) classificações baseadas em herança, isto é, pertence a uma família;
- (e) classificações baseadas em um propósito, isto é, conforme função ou objetivo;

(f) classificações baseadas em diversos critérios, podendo ser lógicos, empíricos etc.

Não existe uma classificação melhor em si mesma. Deve-se avaliar os métodos, características, objetivos e, ademais, verificar sua validade a um dado contexto (Hjørland, 2013).

A classificação é um fenômeno social que impulsiona novas formas de classificação (Albuquerque, 2012; 2016; Albuquerque; Madio, 2013); isto é, por ser um fenômeno, está em contínuo movimento, assim como também a sociedade está em constante mudança, sendo que é através desses fatos que são possíveis novas classificações. Para Bowker e Star (2000, p. 10, tradução livre), “uma classificação é uma segmentação espacial, temporal ou espaço-temporal do mundo”, isso significa que a classificação é uma representação ou recorte de um contexto no mundo, mais especificamente, é organizar a realidade de acordo com um contexto.

A classificação, como foi debatido até aqui, pode ser aplicada em diferentes conjunturas. Na aplicação atual, a bibliográfica, a classificação representa conceitos e os ordena sistematicamente. Adiante, na subseção seguinte, será debatido em detalhes a respeito dessa classificação bibliográfica.

### **Classificação Bibliográfica**

García Gutiérrez (2018a) compreende a classificação como uma operação lógica geral e especializada, simultaneamente, que representa e desmembra um mundo externo em conceitos universais. Para Arboit (2018b, p. 126, tradução livre), “toda classificação é sistemática e conceitual, pois cada classe é um termo/signo que representa um conceito”. Isso significa que a classificação se relaciona diretamente com os sistemas conceituais, pois o conceito é intrínseco à classe e o contrário também.

Os sistemas conceituais são responsáveis pela organização de princípios e ideologias filosóficas, assim como pela organização do conhecimento científico. As classificações bibliográficas, por sua vez, podem ser definidas como um tipo de sistema conceitual que objetiva organizar os itens das unidades de informação e as informações contidas nesses objetos informacionais (Arboit, 2018a).

No entanto, as classificações bibliográficas se diferenciam das classificações filosóficas em sua abrangência. Apesar de as classificações bibliográficas serem construídas a partir de conceitos abstratos, elas possuem

aplicações pragmáticas. As filosóficas, por outro lado, são amplas e abstratas, pois não estão preocupadas com seu uso (Arboit, 2018a).

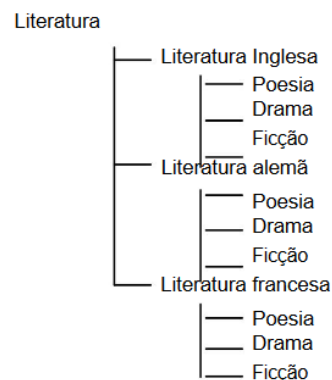
A classificação filosófica foi compreendida por muitos teóricos, como Richardson (1901) e Sayers (1915), como ideal e perfeita, tendo em vista que eles discutiam preceitos sob perspectiva positivista e elevaram a ciência como inquestionável. Por outro lado, a classificação bibliográfica é tendenciosa à “imperfeição” e varia conforme o contexto, mesmo que esteja em conformidade com o “rigor lógico-científico” (Arboit, 2018b, p. 127, tradução livre).

“As classificações refletem a realidade. [No entanto,] a realidade é tendenciosa, injusta e cheia de contradições” (Mai, 2013, p. 242, tradução livre). Ela, assim como outras ferramentas de OC, reflete visões de mundo específicas em detrimento de outras (Broughton; Lomas, 2020).

Tradicionalmente, a classificação se fundamenta na universalidade das representações objetivas, no entanto, ela deve ser relativa e condicionada ao tempo e espaço, pois as classificações “se inserem na ciência, na sociedade e na cultura” (Mai, 2013, p. 242, tradução livre).

A classificação é tradicionalmente subdividida em categorias com sucessivas subordinações. A classificação sofre um processo de divisão conforme suas características e, conforme esse processo continua, ela enumera assuntos complexos e mais especializados, assemelhando-se, dessa maneira, à estrutura de uma árvore:

Figura 1 – Estrutura da árvore



Fonte: Hunter (2009, p. 40, tradução livre).

As classificações bibliográficas utilizadas atualmente tiveram o seu início no final do século XIX com a elaboração de tabelas sistemáticas. Essas tabelas dividem o conhecimento, para encontrar informações e documentos (Albuquerque,

2012; Albuquerque; Madio, 2012). Piedade (1983) também declara que as classificações bibliográficas viabilizam o estabelecimento das relações entre documentos para facilitar a localização em estantes ou arquivos e em referências em bibliografias ou no catálogo.

A respeito dos documentos: “podem ser ordenados segundo os mais variados critérios [...], mas a característica mais útil à classificação de documentos é a idéia [sic] apresentada, pois a sua finalidade é facilitar a localização de informações” (Piedade, 1983, p. 65). Além da recuperação da informação, é fundamental o estabelecimento de relações por meio das similaridades e diferenças entre os documentos; os sistemas de classificação são ferramentas basilares para isso (Albuquerque, 2012; Albuquerque; Madio, 2013).

Piedade (1983, p. 66) apresenta, em seu texto, algumas características das classificações bibliográficas:

1. uma classe que reúna as obras sobre todos os assuntos, subdividida pela forma do documento;
2. subdivisões de forma, aplicáveis aos vários assuntos;
3. uma notação, isto é, um conjunto de símbolos para representar os assuntos e permitir a ordenação lógica dos documentos;
4. um índice, para facilitar a consulta.

Os sistemas de classificação são um tipo SOC, que possuem essas características de divisão mencionadas. Os sistemas tradicionais utilizam a lógica clássica, que compreende o mundo sob somente um prisma e um olhar, isto é, somente uma forma de representar um determinado documento. No entanto, sabe-se que o conhecimento pode ser representado sob diferentes aspectos e pontos de vista, ademais, a escolha de como representar um documento é enviesada.

Isso pode ser observado na aplicação de sistemas de classificação mais utilizados, que foram projetados para o uso no país desenvolvido, mas acabaram se tornando populares também em outros países. Dessa maneira, para uma melhor aplicação, não se deve adotar um sistema sem as modificações de acordo com o país adotado, pois, caso contrário, pode ocorrer uma hegemonia cultural, isto é, o domínio de pontos de vista do país que criou sob outro país que aplicou o sistema (Choi, 2022).

Para isso, é necessário que o conhecimento seja representado sob diferentes aspectos e pontos de vista, pois a escolha de como representar um documento é enviesada e reflete a realidade, isto é, distintas culturas, atividades humanas, línguas, tradições, hábitos etc.

Por um lado, para tais sistemas refletirem um certo domínio ou visão cultural, é possível que os sistemas tenham acessibilidade limitada — menos usuários poderão usar um sistema culturalmente específico. Por outro lado, quaisquer sistemas que visem acomodar diversas culturas e diferentes perspectivas, provavelmente, não satisfarão ninguém devido às dificuldades de gerenciar inúmeras e, muitas vezes, incompatíveis diferenças. Portanto, um desafio no desenvolvimento de um SOC é torná-lo acessível ao maior número possível de usuários, ao mesmo tempo em que satisfaça as necessidades dos usuários pretendidos (Choi, 2022, p. 1480, tradução livre).

Deve-se, portanto, assumir a existência do enviesamento e da multiplicidade de lógicas, além de adotar um ponto de vista. Isso significa que a representação deve ser consciente, no sentido de que a escolha do que e como será representado existe e ocorre um posicionamento dentre outros diversos pontos de vista. Ou seja, a representação não é neutra. É necessário assumir a posição escolhida e aceitar a existência de outras. Para isso, são necessários sistemas que representem esse rizoma do conhecimento e essa transculturalidade, isto é, a pluralidade de conhecimentos existentes.

As características das classificações não são simplesmente intrínsecas, de acordo com Hjørland (2017a), elas dependem das atividades e objetivos humanos, exigindo, além do modelo clássico — com conjuntos de critérios mutuamente exclusivos e exaustivos. Esse modelo já não tem sido suficiente, são necessários sistemas alternativos, tendo em vista a complexidade do conhecimento.

## **4 COMPLEXIDADE**

“A desclassificação privilegia a autocrítica para revelar o autoengano.”  
(García Gutiérrez, 2018a, p. 29, tradução livre)

As discussões apresentadas na introdução do trabalho demonstram graus elevados de aprofundamento, por tratar de diversos fenômenos que se interconectam. Esses fenômenos, teorias e concepções, por si só, quando tratados individualmente, podem ser, igualmente, considerados de natureza complexa, por envolver diversas teorias e concepções para o seu pleno entendimento. Dessa maneira, relacionar conceitos complexos suscita maior complexidade em seu entendimento, ou seja, é necessário abordar o conceito de complexidade inerente a essa discussão.

A complexidade tem origens no pensamento de Gaston Bachelard, teórico que mais se aprofundou sobre o tema, mas foi com Edgar Morin que o pensamento complexo se desenvolveu, segundo Francelin (2005).

A complexidade pode ser considerada uma abordagem epistemológica. Essa epistemologia seria o discurso da ciência ou, ainda, o ramo que investiga a ciência e o conhecimento científico. Esse ramo da epistemologia inclui, ademais, a análise da linguagem científica e da produção do conhecimento científico; isto é, ela se fundamenta na ciência (Francelin, 2005). Dessa maneira, a complexidade seria, então, uma abordagem do discurso e da filosofia da ciência.

Morin buscou respostas a respeito da complexidade em ciências exatas e naturais, além de buscá-las nas teorias da informação e dos sistemas, para romper fronteiras entre os domínios e realizar uma reforma do pensamento (Franco; Tuzzo, 2013).

A existência da complexidade está condicionada aos sistemas que a compõem estarem em constante movimento, estabelecer relações e inter-relações, além de possuir como fonte de subsídio a incerteza, o ilimitado, o indeterminismo e o incondicional (Francelin, 2005).

Szostak (2011, 2015) acredita que o mundo em que se vive é complexo e inter-relacionado e sugere tratar o conceito complexo como a combinação de conceitos básicos.

Na CI existem diversas discussões sobre o conceito, conforme abordam Francelin e Kobashi (2011). Os autores afirmam que os conceitos são objetos de estudos de diversas áreas e, conseqüentemente, conjectura-se as diversas abordagens do conceito de acordo com o campo a ser discutido, além das correntes de pensamento a serem consideradas dentro de um campo.

Em dicionários de filosofia, é comum encontrar definições de conceito como noção ou ideia geral ou abstrata, indicando ambigüidades em sua definição (Kobashi;

Francelin, 2011). O conceito pode ser definido, em sua etimologia, como de origem grega por *horos*, composto por três elementos, *logos*, *pragma* e *noema*; no latim, sua tradução para *terminus*, que corresponde somente ao *logos* no grego (Francelin; Kobashi, 2011).

Uma das discussões do conceito na OC é a consolidada teoria do conceito estabelecida por Dahlberg (1978a), na qual a autora apresenta o conceito como a soma de enunciados verdadeiros sobre um referente, como a constituição de uma estrutura de elementos articulados e como “unidade de conhecimento que surge pela síntese dos predicados necessários relacionados com determinado objeto e que, por meio de sinais linguísticos, pode ser comunicado” (Dahlberg, 1978b, p. 12).

Hjørland (2009, p. 1526, tradução livre) apresenta diferentes formas de se definir um conceito e uma delas é o pragmatismo, que o autor defende como o ideal para “basear o conhecimento na análise de objetivos, propósitos, valores e consequências”. Nessa perspectiva, o autor compreende que as observações são contextuais, que o conhecimento não é neutro e os conceitos são como “forma de fixar partes da realidade no pensamento, na linguagem e em outros sistemas simbólicos”. Ou seja, os conceitos são “como signos que representam classes de coisas funcionalmente equivalentes. [...] Definir um conceito é, portanto, envolver-se ativamente na luta entre diferentes visões” (Hjørland, 2009, p. 1526–1527, tradução livre).

No entanto, o conceito que será apresentado agora se refere ao da complexidade. Nesse sentido, em continuidade ao pensamento de Szostak, o argumento é construído por conceitos complexos a partir da combinação de distintos conceitos básicos. Os conceitos básicos, segundo o pensamento de Szostak (2011), precisam de entendimento compartilhado suficiente para a classificação, isto é, não precisam ter significados idênticos a distintas áreas ou culturas. Em contrapartida, os conceitos complexos são conceitos compreendidos somente em áreas e culturas particulares. Compreende-se, dessa maneira, que a complexidade ocorre no domínio — da rede de conceitos e teorias desse domínio — isto é, o significado de um conceito diferirá entre áreas diferentes.

Outrossim, é crucial distinguir a complexidade dos conceitos complexos, apesar de suas intersecções. A complexidade é um atributo, enquanto os conceitos são produtos desses atributos. Ou seja, a complexidade é intrínseca a esses conceitos, mas não se resume a eles.

O conceito de complexidade está enraizado no vocabulário corrente, se comparado ao vocabulário científico. Ele traz consigo o sentido de “conselho ao entendimento, uma observação de cuidado contra a clarificação, a simplificação, o reducionismo excessivo” (Morin, 2005, p. 33), demonstrando, dessa maneira, objeção à disjunção, que reproduz inúmeras reduções e simplificações.

Diferentemente do que popularmente se acredita, o complexo não é o mesmo que difícil ou complicado, mas possibilita “pensar o ser em si, sua relação com o mundo, as relações do mundo com o mundo e do ser com o ser” (Francelin, 2005, p. 107). Isso significa que a complexidade possibilita o conhecimento do próprio ser e de seus limites. Essa necessidade de autoconhecimento se dá pela essência do conhecer, pois não existe conhecimento quando não se autoconhece (Morin, 1995).

A complexidade pode ser definida, *a priori*, como um tecido de “constituintes heterogêneas inseparavelmente associadas”, ela se constitui de um emaranhado de linhas distintas, mas que se relacionam como um “paradoxo do uno e do múltiplo”. Como segunda definição, a complexidade é um “tecido de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos, que constituem nosso mundo fenomênico” (Morin, 2005, p. 13).

[...] a complexidade [...] é um fenômeno quantitativo, [porém] [...] não compreende apenas quantidades de unidade e interações [...] ela compreende também incertezas, indeterminações, fenômenos aleatórios. A complexidade num certo sentido *sempre tem relação com o acaso*. [...] Não se reduz à incerteza, *é a incerteza no seio de sistemas ricamente organizados*. [...] A complexidade está, pois, ligada a certa mistura de ordem e de desordem (Morin, 2005, p. 35).

Para o pensador, a complexidade está inserida entre a ordem e a desordem, entre o uno e o múltiplo. Essas relações refletem a complexidade existente no pensamento complexo, pelo paradoxo existente em sua definição ao surgir como uma desordem, concorrentemente,

A dificuldade do pensamento complexo é que ele deve enfrentar o emaranhado [...]. Mas podemos elaborar algumas das ferramentas conceituais, alguns dos princípios para esta aventura, e podemos entrever o semblante do novo paradigma de complexidade que deveria emergir (Morin, 2005, p. 14)

O conhecimento é uma ferramenta que pode auxiliar nessa ordem da complexidade, visto que ele está em todo lugar e se desenvolve sob diferentes esferas: física, psicológica, biológica e sociológica. Para verificar esse conhecimento, a ciência utiliza a lógica e o conhecimento empírico. O conhecimento é selecionado,

separado, unido, hierarquizado e centralizado com o uso de lógicas para organizar o pensamento, princípios ou paradigmas.

Para Morin (2005), o mundo em que se vive está tomado pelo império do paradigma da simplificação, constituído de princípios que ordenam o mundo e o conhecimento — disjunção, redução e abstração. Essa simplificação, para o autor, separa o sujeito pensante da coisa entendida, controlando o pensamento ocidental a partir do século XVII e que muito auxiliou no processo do conhecimento científico e na reflexão filosófica, no entanto, sua nocividade só inicia a partir do século XX.

Essa disjunção torna cada vez mais rara a comunicação entre o conhecimento científico e a reflexão filosófica, além de esse princípio ter isolado grandes campos do conhecimento. Dessa maneira, a única forma de remediar essa disjunção será uma outra simplificação, sendo “a redução do complexo ao simples” (Morin, 2005, p. 11).

Esse pensamento simplificador não realiza a conjunção entre o uno e o múltiplo, isto é, ou unifica e anula a diversidade, ou se aproxima da multiplicidade sem aplicar a unidade. No entanto, o pensamento complexo é necessário, pois o conhecimento é construído pela interação e retroações dos múltiplos, da ação da certeza e da incerteza.

A complexidade compreende os antagonismos como complementares. As posições opostas se relacionam e se complementam, sendo, concomitantemente, uma área que “engloba e é englobada pelo objeto sem, necessariamente isolar ou estar isolada” (Francelin, 2005, p. 108).

Como já mencionado, o complexo se relaciona ao “empírico, à incerteza, [...] à incapacidade de evitar contradições” (Morin, 2005, p. 68). Na visão complexa, o surgimento de uma contradição de ordem empírico-racional significa que foi alcançada “uma camada profunda da realidade” (Morin, 2005, p. 68).

Diferentemente da completude, que compreende uma contradição como um erro, a complexidade não pretende ter uma visão completa das coisas, mas “compreender que jamais poderemos escapar da incerteza e que jamais poderemos ter um saber total: ‘A totalidade é a não-verdade’” (Morin, 2005, p. 69).

De modo geral, é necessário saber que, para compreender a importância da complexidade, o ser humano, até o presente momento, ainda está na era bárbara das ideias, de acordo com Morin. O autor afirma: “Estamos ainda na pré-história do

espírito humano. Só o pensamento complexo nos permitirá civilizar nosso conhecimento” (Morin, 2005, p. 16).

Especificamente, a complexidade pode ser dividida em três princípios para sua compreensão: princípio dialógico; princípio da recursão organizacional e princípio hologramático.

O princípio dialógico se divide entre duas lógicas, não somente justapostas, mas necessárias uma à outra; ao mesmo tempo que se complementam, podem ser antagônicas. Por exemplo, “a ordem e a desordem são dois inimigos: um suprime o outro, mas ao mesmo tempo, em certos casos, eles colaboram e produzem organização e complexidade” (Morin, 2005, p. 74), isto é, esse princípio dialógico permite a dualidade na unidade.

O segundo princípio é o de recursão organizacional, que se compreende como “um processo onde os produtos e os efeitos são ao mesmo tempo causas e produtores do que os produz” (Morin, 2005, p. 74). Essa ideia recursiva não segue a ideia linear de causa/efeito, tanto o produto quanto o efeito podem ser causas e produtores do que os produz, isto é, o produto volta-se ao que produz em um ciclo autoprodutor (Morin, 2005).

O princípio hologramático compreende que uma parte representa a totalidade da informação do objeto: “não apenas a parte está no todo, mas o todo está na parte” (Morin, 2005, p. 74). Essa ideia vai além do reducionismo e igualmente do holismo, isto é, não se concebe o todo sem as partes e não se concebe as partes sem o todo, além de assemelhar-se às relações conceituais partitivas nos SOC.

O pensamento de Pombo (2005, p. 10) vai ao encontro da elaboração de Morin (2005) sobre o pensamento hologramático, compreendendo que “quanto mais fina é a análise, maior a complexidade que se abre à nossa frente”. Compreende-se pela perspectiva de Pombo que quanto mais específico um conhecimento, mais complexidade ele se torna na sua compreensão e, ao mesmo tempo, a autora acredita que “o todo não é a soma das partes” (Pombo, 2005, p. 10). Corrobora-se que essa definição da complexidade surge pela necessidade de uma incrementação ou substituição especializada por um entendimento interdisciplinar, a fim de proporcionar perspectivas múltiplas para um conhecimento aprofundado, conforme Pombo (2005).

Japiassu (1994, local. 1) comenta a respeito dessa especialização exagerada: “culminou numa fragmentação crescente do horizonte epistemológico”, essa ânsia por saber mais, termina em saber menos e tudo sobre nada. Dessa

maneira, o autor afirma que a interdisciplinaridade é necessária e o futuro pertence às pesquisas na área.

A interdisciplinaridade é um termo de difícil definição. De uma maneira objetiva, Pombo (2005) afirma que esse termo compartilha a mesma raiz com os termos multidisciplinaridade e pluridisciplinaridade: todos eles possuem a palavra disciplina. Ou seja, a interdisciplinaridade se relaciona com as disciplinas e, ao mesmo tempo, articula-se com o prefixo inter ou possui inter-relação entre disciplinas e estabelece uma ação recíproca.

A multidisciplinaridade, para Japiassu (1976, p. 73), é uma “gama de disciplinas que propomos simultaneamente, mas sem fazer aparecer as relações que podem existir entre elas”. A pluridisciplinaridade, por sua vez, é a “justaposição de diversas disciplinas situadas geralmente no mesmo nível hierárquico e agrupadas de modo a fazer aparecer as relações existentes entre elas”.

Japiassu (1994, local. 2) já afirmava que o trabalho interdisciplinar envolve a “interação das disciplinas, uma interpenetração ou interfecundação, indo desde a simples comunicação das idéias [sic] até a integração mútua dos conceitos (contatos interdisciplinares), da epistemologia e da metodologia, dos procedimentos, dos dados e da organização da pesquisa”.

Szostak, Gnoli e López-Huertas (2016) definem a interdisciplinaridade envolvendo as seguintes características:

- problemas abordados em múltiplas disciplinas;
- integra percepções de múltiplas disciplinas para melhor compreensão de questão específica; e
- aberta a teorias, métodos e dados utilizados em diferentes disciplinas.

Essas perspectivas da interdisciplinaridade permitem uma visão mais abrangente do conhecimento, além de ser possível interpretar e inferir possíveis semelhanças com a complexidade de Morin. O princípio dialógico da complexidade, por exemplo, se relaciona com algumas características da interdisciplinaridade ao se relacionar com diversas disciplinas, de modo que haja o discernimento para uma maior compreensão, além da sua abertura a distintas perspectivas, concepções e teorias.

Ademais, a classificação é um instrumento que pode tornar a complexidade mais compreensível, com o uso de recursos de síntese e sistematização. De acordo com Szostak (2004, p. 34, tradução livre), “a classificação serve como um poderoso

antídoto para o canto da sereia da grande teoria: elas atraem porque os seres humanos anseiam por um meio de simplificar a complexidade”.

As classificações tradicionais apresentam vieses, que representam a cultura dominante de onde essa classificação foi criada. Ressalta-se que todas as culturas, de alguma maneira, são vítimas de preconceitos pelos sistemas, mas também são vítimas de preconceitos distintos, pois cada cultura e memória compreende o mundo de uma determinada maneira. Em contrapartida, a desclassificação e a desconstrução são pensamentos que criticam as formas tradicionais de como o mundo e as categorias são organizadas. Adiante, para complementar essas discussões, abordou-se a respeito das teorias críticas, as quais são de extrema importância para essas discussões, ao apresentarem um viés contrário às categorias universais.

## **5 TEORIAS CRÍTICAS**

“Somos os únicos seres conhecidos viciados em vício”  
(García Gutiérrez, 2018a, p. 92, tradução livre)

Antes de apresentar a respeito das teorias críticas, é necessário compreender o que é teoria. Para Horkheimer (2002), a teoria pode ser definida como um compêndio de princípios de um domínio especializado e essas proposições estão relacionadas entre si. A teoria será melhor em relação às suas conclusões quanto menor for o número de proposições, sua validade se dá no consenso entre essas proposições no que se refere às suas deduções e aos fatos, e o contrário requer que haja uma revisão.

Nessa revisão, observa-se a experiência e os princípios teóricos, sendo que neste último caso sempre será hipotético. “É preciso estar pronto para mudá-la se suas fraquezas começarem a aparecer à medida que se trabalha no material. A teoria é o conhecimento armazenado, colocado em uma forma que o torna útil para a descrição mais próxima possível dos fatos” (Horkheimer, 2002, p. 188, tradução livre).

A teoria, no campo da CI e OC, é uma temática bastante discutida. Ao realizar uma simples busca pelo termo “teoria” na base de dados Library Information Science and Technology (LISTA)<sup>4</sup>, observa-se que houve mais de 9.000 publicações sobre a temática nos últimos cinco anos.

No entanto, nem sempre foi assim. O conceito de teoria, há aproximadamente uma década, ainda era pouco abordado no campo da CI e OC, apesar da sua importância, de acordo com Hjørland (2015). Para Smiraglia (2002, p. 331, tradução livre), a teoria é composta por “declarações explicativas testáveis derivadas de pesquisas”. No entanto, é um termo de difícil definição, por ser utilizado no discurso informal e compreendido como princípio ou ideia. No meio acadêmico, ambiente rigoroso e preciso, a teoria é definida como

a base da pesquisa possibilita fornecer hipóteses para a pesquisa empírica e para confirmar as observações na pesquisa qualitativa. O poder da teoria é a sua capacidade explicativa. Pode-se usar a teoria para analisar, prever e manipular fenômenos. (Smiraglia, 2002, p. 331, tradução livre).

No século XX, a teoria na OC era voltada para a compilação de códigos e assumia uma postura epistêmica e pragmática, baseada no empirismo. No entanto, a partir do século XXI, os estudos começam a adotar métodos qualitativos em junção ao empirismo, além de ferramentas ontológicas e epistemológicas, para compreender as estruturas do conhecimento (Smiraglia, 2002).

---

<sup>4</sup> Busca realizada em 6 de outubro de 2025, com a seguinte estratégia de busca: TI (theor\*) OR KW (theor\*) OR AB (theor\*), filtros: nos último 5 anos.

Dessa maneira, “as posturas racionalistas e historicistas começaram a se destacar [...] por meio do emprego de métodos qualitativos” (Smiraglia, 2002, p. 332, tradução livre). Esse destaque levou ao crescimento do racionalismo e do historicismo, que levou à construção de ferramentas de OC, isto é, o desenvolvimento de SOC. Com essa evolução, auxiliou na construção de pesquisas formal e empírica no campo, que deram início ao desenvolvimento de um conjunto de teorias formais para a OC registrado (Smiraglia, 2002).

A teoria, segundo Hjørland (2015), pode ser considerada uma crença para orientar o comportamento, ela requer uma explicação fundamentada em aspectos do mundo natural e sociocultural. A teoria está pautada no mundo natural, é um sistema organizado do conhecimento utilizado para explicar fenômenos, além de testar hipóteses e teorias.

A teoria tradicional é um conhecimento acumulado utilizado para caracterização, como aparato conceitual de classificação e proposições. Ela possui, fundamentalmente, partes conectadas harmoniosamente, que não possuem contradições, não possuem componentes supérfluos, dogmáticos e independentes de aparências, além de seguir um sistema de sinais puramente matemático (Horkheimer, 2002).

A característica matemática da teoria pode ser compreendida por não haver espaços para a dúvida e o erro, assim como, por uma perspectiva pragmática, uma operação matemática em que existe sempre uma resposta correta para suas proposições (por exemplo,  $1+1=2$ ). Mesmo que existam N caminhos para a sua resolução (técnicas e métodos distintos), sempre deverá chegar a uma mesma conclusão a essas proposições. Deve-se atentar que essa definição é válida somente para a teoria tradicional, tendo em vista que as teorias críticas possuem um pensamento muito distinto, como poderá ser observado mais adiante.

Um conhecimento organizado pode ser considerado uma teoria, no entanto, somente alguns são robustos e bem estabelecidos. Dessa maneira, a teoria está relacionada a identificar como são as alegações do conhecimento e se podem ser verificadas ou não, sabendo que diferentes teorias de conhecimento possuem diferentes perspectivas e, conseqüentemente, diferentes concepções de teoria (Hjørland, 2015).

A teoria tradicional abrange o sistema geral da ciência, que compreende conceitos e categorias universais. Ademais, abrange todos os fatos de um campo,

suas hierarquias de gêneros e espécies que subordinam as esferas de relações. A teoria tradicional está presente em todas as especializações e organiza as experiências por meio da formulação de questões relacionadas à sociedade atual. Sua formulação se constitui como profissão delimitada por atividades científicas, que não possui como preocupação as tendências ou metas históricas (Horkheimer, 2002).

Como forma alternativa à teoria tradicional, as teorias críticas podem fornecer subsídios para outras perspectivas de pensamento, que rejeitam a concepção universal do conceito de teoria, por acreditarem que se deve considerar o contexto social de onde surge, de onde é aplicada e testada (Hjørland, 2015). Para Naumis Peña (2021, p. 16, tradução livre), “a teoria crítica se opõe radicalmente à ideia de teoria pura”, pois, de acordo com a autora, o adjetivo acompanhado ao termo teoria induz a ideia de desafio a uma teoria anterior.

O surgimento da teoria crítica teve origem na Escola de Frankfurt, com discussões críticas à comunicação na sociedade em geral, durante a década de 1930. Liderada por Max Horkheimer, a teoria crítica teve como foco a crítica radical tanto para a sociedade quanto para as teorias sociais explicativas dos fenômenos sociais (Leckie; Buschman, 2010).

O início das teorias críticas teve o intuito de iluminar as tradicionais, que possuem suposições implícitas e problemáticas em relação ao contexto sócio-histórico, conforme Horkheimer (2002). De forma sintética, a teoria crítica teve como intuito unir a teoria e a prática, além de problematizar a realidade a partir de aspectos “humanos, econômicos, históricos, culturais e ideológicos”, isto é, “compreender o corpo social em suas dimensões coletiva e individual, tendo em conta os fenômenos concretos que o circunda e o conduz” (Garcez; Sales, 2022, p. 93).

A teoria crítica tem como intuito viabilizar alternativas teóricas, por meio do exame da realidade e da verificação das lógicas hegemônicas e de determinismos (Garcez; Sales, 2022). De acordo com Milani (2024), as vertentes críticas, assim como as abordagens pós-estruturalistas, podem ser uma alternativa às pesquisas que rejeitam verdades universais e admitem multiplicidades de realidades. Não se pretende reconstruir realidades estáveis, mas apresentar visões alternativas e posturas epistêmicas com subsídios que desmistifiquem premissas adotadas como verdadeiras.

Martínez-Ávila e Mello (2022) admitem que a teoria crítica pode ser considerada uma visão abrangente e plural, que denomina e agrega todas as teorias

que negam o positivismo, na busca de uma sociedade altruísta e justa, e uma das primeiras reflexões se deram em oposição à teoria clássica cartesiana.

Na OC, os estudos críticos objetivam a busca pelas estruturas e orientações, como auxílio na promoção do acesso e, subsequentemente, na apropriação da informação (Milani, 2024).

Na concepção de Saldanha (2024), as teorias críticas em OC constituem-se como críticas ao positivismo e, posteriormente, ao estruturalismo. O autor enfatiza que essas teorias em OC ainda possuem “um longo caminho de reflexões, o que permite um caminho sólido para o desenvolvimento da reflexão dialética” (Saldanha, 2024, p. 265). O autor apresenta alguns outros autores que podem servir de embasamento, como Antonio García Gutiérrez, Hope Olson, Maria Nélida González de Gómez, Maria Aparecida Moura, Melissa Adler, José Augusto Guimarães, Daniel Martínez-Ávila, Rosa San-Segundo, Carlos Cândido de Almeida e Fabio Pinho. No entanto, Antonio García Gutiérrez e Hope Olson são os que foram trabalhados e mencionados na presente pesquisa.

Na OC, estudos sobre SOC podem ser considerados críticos quando tratam a respeito de temas sociais e políticos. Um exemplo da aplicação em pesquisa crítica dos SOC, segundo Milani (2024), é o método da desconstrução, desenvolvido por Derrida e aplicado em estudos feministas por Hope Olson. Ademais, observam-se outros estudos críticos e pós-estruturalistas no campo da OC, como as discussões que se pretende abordar no presente trabalho, isto é, a desclassificação de García Gutiérrez e a desconstrução de Derrida. Dessa maneira, serão abordadas as teorias críticas no contexto da OC.

### **Teorias Críticas na OC**

As teorias críticas, de acordo com Hjørland (2017b, p. 447, tradução livre), “são importantes, porque essa categoria em particular define a análise de domínio”. Hjørland (2017b), um dos teóricos que debatem a questão, insere as teorias críticas em uma de suas abordagens da análise de domínio, como estudos epistemológicos e críticos de diferentes paradigmas, pressupostos e interesses em domínios.

Todas as pesquisas em diferentes domínios possuem teorias e conhecimento prévio, cada campo possui diferentes paradigmas e escolas de pensamento. Esses paradigmas auxiliam na compreensão do comportamento da informação para avaliar o desempenho em sistemas de informação (Hjørland, 2002).

Além de que estudar o domínio do conhecimento e as comunidades de pensamento é de extrema importância por ser a melhor maneira de compreender a informação (Hjørland; Albrechtsen, 1995; Hjørland, 2017b).

A crítica, uma das abordagens de domínio, conforme Hjørland (2002, 2017b), é o mais básico de todos os outros enfoques. Se ela não for incluída, as demais abordagens se tornam superficiais. Compreende-se, dessa maneira, que para estudar um domínio, isto é, uma especialidade, requer-se uma abordagem crítica.

Estudos epistemológicos e críticos de domínios de conhecimento fornecem conhecimento sobre os fundamentos dos domínios e avaliações críticas de suas reivindicações de conhecimento. Eles fornecem diretrizes para seleção, organização e recuperação da informação e fornecem o mais alto nível de generalidade sobre necessidades de informações e critérios de relevância que podem ser obtidos (Hjørland, 2017b, p. 440, tradução livre).

A análise de domínio é uma abordagem que se ocupa com a natureza do conhecimento, sua estrutura e a singularidade no discurso. Para a análise de domínio, salienta-se a relevância do conhecimento do assunto e sua especialização, isto é, o conhecimento do domínio.

É possível definir o domínio, conforme conclui Hjørland (2017b, p. 441, tradução livre), como “um corpo de conhecimento, definido social e teoricamente como o conhecimento de um grupo de pessoas que compartilham compromissos ontológicos e epistemológicos”, ou seja, trata-se de fundamentos e princípios estabelecidos por uma comunidade que divide as mesmas ideias, conceitos e teorias.

Conforme mencionado, os estudos críticos são somente uma dentre as diversas abordagens da análise de domínio na CI, de acordo com Hjørland (2002, 2017b). Tennis (2003) discute as abordagens de domínio e apresenta um estudo dos procedimentos de operacionalização para a definição de domínios. Segundo o autor, essas abordagens, quando sozinhas, não permitem definir e delimitar o objeto analisado, sendo necessário pelo menos dois dispositivos analíticos.

Para Tennis (2003), o artigo de Hjørland sobre análise de domínio apresenta problemas, divididos em dois eixos: áreas de modulação e graus de especialização. A respeito do primeiro eixo, o autor critica a necessidade de delimitar e deixar explícita a extensão do domínio que será analisado. No segundo eixo, é necessário definir a intensão de um domínio por meio de uma qualificação baseada no foco ou intersecção. Um foco permite qualificar e aumentar a intensão e diminuir a

extensão, já a intersecção ocorre quando se estabelece um cruzamento entre domínios e resulta em um novo.

Para Smiraglia (2015a), essas abordagens tiveram um papel de extrema importância no campo da OC, além da publicação do artigo de Hjørland e Albrechtsen (1995), que se tornou catalisador para a área e abrangeu um “novo horizonte” para a CI.

Smiraglia (2015a, 2015b) define o domínio como a captura de uma base de conhecimento compartilhada entre uma comunidade; esse compartilhamento ocorre no discurso ao ser uma ferramenta empírica basilar. O autor denomina o domínio como a unidade de auxílio à construção de SOC, ou seja, possui fundamentos ontológicos.

A análise de domínio é orientada pelo contexto, isso significa que ela se volta pela contribuição de um domínio com demais domínios que estão ao redor. Smiraglia (2015a), ademais, compartilha pensamentos semelhantes ao de Hjørland, como uma de suas abordagens: a teoria crítica. Para Smiraglia (2015a), a análise de domínio é uma teoria que objetiva revelar influências sociais e culturais, além de ser utilizada na CI e na OC.

Guimarães (2014) compreende o domínio como resultado da aplicação do princípio de categorização da OC, que possui como medida a identificação de características semelhantes e diferentes, de acordo com uma comunidade discursiva. Essa medida possibilita identificar categorias fundamentais do campo; o autor concorda com Smiraglia ao afirmar que o domínio é uma unidade importante na construção de SOC.

Compreender o domínio, bem como as teorias tradicionais e críticas, é de extrema importância para a pesquisa. Adiante, explanar-se-á a desconstrução, como aplicação da teoria crítica no contexto da CI e da OC.

## **6 DESCONSTRUÇÃO**

Antes de discutir sobre o conceito de desconstrução, é importante relatar a história de seu autor e o contexto inserido, enfatizando a motivação do discurso do autor. Jacques Derrida nasceu na Argélia em 1930 e era filho de judeus. Quando Derrida tinha os seus dez anos de idade, a Argélia foi apoderada pela Segunda Guerra Mundial com um protetorado do império nazista. Dois anos depois, leis raciais foram introduzidas no seu país e, com isso, um sistema de cotas foi introduzido nas escolas, que limitava o acesso da educação aos judeus.

A escola em que Derrida estudava também foi afetada e, por permitir somente 7% de judeus, Derrida foi expulso. O efeito disso foi um homem que emergiu com total rejeição ao racismo, com extrema rebeldia, apesar do excepcional intelecto.

Em 1952, ingressou, pela segunda tentativa, na École Normale Supérieure, onde estudou filosofia durante cinco anos, tendo sido influenciado por leituras como Sartre, Husserl e Heidegger.

Dois anos depois, deu-se o início da Guerra da Argélia. Derrida apoiou o esforço da independência do seu país contra a França. No entanto, ao se formar, em 1957, foi convocado a servir na Argélia no exército francês. Voluntariou-se para ministrar aulas, sendo enviado para uma escola nos arredores de Argel.

Desolado com as atrocidades da guerra, em 1960, retornou à França, onde lecionou filosofia e lógica na Sorbonne, Universidade de Paris.

Seu primeiro trabalho importante foi a tradução da Origem da Geometria de Husserl. Sua introdução ficou tão grande que tornou muito pequena a obra traduzida. Nesse trabalho, Derrida questionou toda a base da filosofia, afirmando que a estrutura dela é minada por incertezas e inconsistências.

Derrida nega a possibilidade da filosofia e, também, as tradicionais filosofias de verdades absolutas, tendo como intenção, em suas publicações, destruir toda escritura por demonstração da sua falsidade.

O escritor escreve com uma das mãos, mas o que ele está fazendo com a outra? Toda escritura e todos os textos têm suas próprias metas obscuras, contêm suas próprias pressuposições metafísicas. Isso é especialmente válido para a linguagem propriamente dita. O escritor, na maioria das vezes, está desatento para esse fato. A própria linguagem que utiliza, inevitavelmente, distorce o que ele pensa e escreve (Strathern, 2000, p. 173-174).

Para Derrida, ele poderia duvidar de toda certeza, pois seus sentidos e sua sensação de realidade poderiam enganá-lo.

Descartes acreditava que a única verdade da qual não se pode ter dúvidas é a de que Penso, logo existo. No entanto, Derrida discordou e assegurou que a sociedade continua à mercê da linguagem que utilizava, por ser impossível sair da linguagem a qual pensava.

Isto é, para Derrida, a filosofia se equivocou ao procurar pela verdade essencial, devendo ter se aprofundado na linguagem utilizada. No entanto, o que se encontra “na linguagem é um sistema de diferenças, e o significado, simplesmente, emerge dessas diferenças” (Strathern, 2000, p. 212).

Esse pensamento de diferenças, prevalecido no pensamento ocidental, é baseado na noção binária. Essa concepção compreende que os conceitos dos termos dependem do significado do termo opositor, o que para Derrida indica falha essencial, pressupondo uma verdade absoluta e que essa verdade é lógica.

O mundo que se conhece é através da consciência e da linguagem, que fundamenta o conhecimento. No entanto, esse processo é excluído na obtenção do conhecimento. As diferenças, que originam os significados na linguagem, são transformadas pela lógica em verdades. Essa contradição, para Derrida, “abala a ‘verdade’ do conhecimento” (Strathern, 2000, p. 229).

Apesar de Derrida invalidar o processo da lógica, suas afirmações foram feitas utilizando argumentação lógica.

O argumento central de Derrida diz respeito a como se tem utilizado o conhecimento? Como o expressa? E como se expressa? É através da linguagem. Mesmo com muitas ambiguidades, mesmo com diversas interpretações, mesmo com as diversas atitudes e interpretações, seja na linguagem escrita ou falada, é através da linguagem que se constrói o pensamento e o comunica.

A todo esse pensamento e processo de argumentação, Derrida denominou como desconstrução.

Tradicionalmente, o entendimento ocidental está “enraizado na busca de centros, origens e essências” e essa visão central exclui, reprime e marginaliza o “Outro” (Deodato, 2010, p. 77, tradução livre).

Esse entendimento tem origem na metafísica, que compreende ser necessária a criação de oposições binárias, em que um conceito é considerado primário e o outro secundário. A ordem da sucessão é compreendida como a ideia de que a primeira instância é indiscutível e independente do que vier depois. Não há uma sucessão linear, mas hierárquica, na qual o conceito secundário é denominado pela

falta do primário e o primário, conseqüentemente, é privilegiado. Ou seja, essa oposição não é somente a necessidade de ambos os termos, há sempre um mais importante do que o outro, em que um é subordinado ao outro e ainda o reduz à existência do outro.

Isso pode ser observado por uma analogia entre a dicotomia luz e trevas, por exemplo, que está incutida na sociedade ocidental. Observa-se que, pela perspectiva ocidental cristã, entre esses termos, a luz sempre será o primeiro termo e o termo trevas sempre será o segundo, nunca o contrário e nunca estarão no mesmo nível. É importante salientar que, na leitura linear da narrativa religiosa cristã do Gênesis<sup>5</sup>, por exemplo, compreende-se que as trevas existiam primeiro da luz. No entanto, ao longo das histórias e hermenêuticas do livro sagrado cristão, as trevas são entendidas como o mal, sendo retratadas como inferior à luz, esta entendida como o bem; e a existência das trevas é condicionada pela ausência da luz<sup>6</sup>. Infere-se, dessa maneira, pela perspectiva ocidental cristã, que a ordem contrária, isto é, as trevas primeiro ou principal, depois a luz, não é aceita e a presença de ambas não existe concomitantemente. Ademais, reforça-se que esta explanação é uma simples analogia sobre dicotomias, compreende-se que existem aprofundamentos filosóficos e teológicos, no entanto, não se pretendeu aprofundar no assunto, pois não é o objeto de discussão.

Derrida critica a metafísica e argumenta que o primeiro conceito não pode ser definido sem recorrer ao segundo conceito; um conceito não se fundamenta na presença, mas no “jogo de diferenças na significação” (Deodato, 2010, p. 78, tradução livre). É necessário que o primeiro conceito recorra ao seu oposto binário, pois ele não pode ser estabelecido por si mesmo. Ignorar essa relação é o mesmo que “congelar o jogo dos opostos binários, colocando um termo do binário no centro enquanto marginaliza o outro” (Deodato, 2010, p. 78, tradução livre).

Dessa maneira, como forma de crítica às oposições binárias, Derrida (2001) propõe a neutralização dessas oposições e, ao mesmo tempo, consiste no campo fechado dessas oposições e sua confirmação. “Desconstruir a oposição

---

<sup>5</sup> “E a terra era sem forma e vazia; e havia trevas sobre a face do abismo; e o Espírito de Deus se movia sobre a face das águas. E disse Deus: Haja luz; e houve luz.” Gênesis 1:2,3. Tradução Almeida Corrigida Fiel.

<sup>6</sup> “Jesus respondeu: Não há doze horas no dia? Se alguém andar de dia, não tropeça, porque vê a luz deste mundo; Mas, se andar de noite, tropeça, porque nele não há luz.” João 11:9,10. Tradução Almeida Corrigida Fiel.

significa [...] inverter a hierarquia [e] descuidar-se dessa fase de inversão significa esquecer a estrutura conflitiva e subordinante da oposição” (Derrida, 2001, p. 48), sabendo que essa não é simplesmente uma fase qualquer, mas estrutural.

Essa fase da desconstrução, segundo Derrida (2001), coloca a posição inferior na posição superior e desconstrói, dessa maneira, a genealogia idealizadora da oposição em questão. Ademais, ocorre a emergência de um novo conceito, que não se deixa compreender como no regime anterior.

“A desconstrução consiste em produzir, discursivamente, o Outro, a partir de si mesmo” (Meneses, 2013, p. 188) e objetiva “revelar que as oposições binárias são construídas e não inatas” (Olson, 2002a, p. 96, tradução livre).

Isso significa que, se de fato elas forem construídas, não existe uma estrutura hierárquica universal que seja possível aplicar em todo o conhecimento, pois a hierarquia universal coloca cada assunto em uma dada classe mais ampla. No entanto, “os discursos sociais e culturais de uma determinada época constroem estas relações e as relações mudam à medida que os discursos mudam” (Olson, 2002a, p. 96, tradução livre).

Meneses (2013) define a desconstrução como a “audição da palavra” e uma reelaboração da palavra. Essa definição vai ao encontro da inversão.

A inversão é uma fase necessária e muito importante, pois se busca desacreditar e reconhecer que “[...] estamos lidando com [...] uma hierarquia violenta” (Derrida, 2001, p. 48), em que um termo ocupa o lugar mais alto. Esquecer a fase de inversão é o mesmo que ignorar a estrutura conflitual da oposição (Derrida, 2001; Meneses, 2013).

A desconstrução “revela que as oposições binárias são construídas e não inatas” (Olson, 2002a, p. 96, tradução livre). “Os discursos sociais e culturais de uma determinada época constroem estas relações e as relações mudam à medida que os discursos mudam” (Olson, 2002a, p. 96, tradução livre).

Segundo Olson e Fox (2010), Spivak, tradutora da obra de Derrida para o inglês, o pensador valoriza a desconstrução, por não negar a verdade, mas persistir em investigar verdades produzidas. “A desconstrução, por revelar a definição como um processo sempre adiado, mantém um questionamento constante” (Olson; Fox, 2010, p. [298], tradução livre).

A desconstrução, segundo Olson e Fox (2010, p. [296], tradução livre), “é uma prática crítica aplicada a textos, que interpreta o conceito do texto amplamente”.

Na CI, os tipos de textos que podem ser incluídos são obras fundamentais, políticas, dados informétricos, esquemas de classificação, portais web, código de catalogação legível por máquina (MARC), esquemas de metadados, bases de dados, entre outros.

A respeito das fases da desconstrução, ela se divide em três:

1. identificar uma oposição binária;
2. inverter o binário; e
3. transcender o binário.

Na primeira etapa, primeiramente, destaca-se um conceito-chave e o seu oposto implícito. Esses dois conceitos, em uma oposição, estão em uma relação hierárquica entre si, em que um é dominante e, às vezes, denominado de dominante; o outro é subordinado, sendo qualificado como outro. “O primeiro requer a presença do outro para sua própria existência [;] a diferença entre os dois define o primeiro” (Olson; Fox, 2010, p. 297, tradução livre).

Na etapa da inversão, ao inverter o binário, os textos selecionados para análise são lidos atentamente, com foco no conceito subordinado do binário e sua expressão nos textos, tendo como objetivo evidenciar vestígios daquilo que está obscurecido: o outro.

A terceira etapa, da dissolução, acontece, conseqüentemente, à medida que a leitura avança na segunda etapa, tornando notório que a diferença entre um conceito e outro não é inata, mas construída. Ademais, a diferença e o significado de uma palavra não estão definidos conclusivamente, mas sua definição é constantemente adiada. Portanto, não existe uma definição final e permanente e nunca haverá uma definição da diferença solidificada. Isso é evidenciado na segunda etapa, mas só na terceira que se constitui.

Vale ressaltar que, assim como a inversão é uma etapa muito importante da desconstrução, há o segundo momento da desconstrução, a reconstrução; pois somente a inversão é o mesmo que substituir uma presença por outra (Meneses, 2013).

Sintetizando, “a desconstrução é a tentativa não de negar as oposições (tais negações), mas de neutralizar depois de as ter derrubado” (Meneses, 2013, p. 199). Isso significa que a desconstrução não contraria a existência das oposições, mas mostra, através da inversão das oposições, que essa diferença entre um termo e outro é construída.

Para uma plena compreensão, Derrida apresenta a noção de *différance*<sup>7</sup>. *Différance* é a principal característica da linguagem que possibilita a desconstrução, pois ela “refere-se ao jogo sistemático de diferenças dentro da significação que governa a produção de significado” (Deodato, 2010, p. 77, tradução livre).

O conceito de *Différance* é de origem francesa e se refere à concatenação das palavras *différence* (diferença) e *différer* (adiar). A primeira palavra está pautada no princípio da arbitrariedade do signo de Ferdinand de Saussure. Para o autor, a linguagem é um sistema de signos, em que cada signo é formado por um significante e um significado. No entanto, a relação entre ambos é arbitrária, pois não há uma relação natural entre uma palavra e o seu conceito, isto é, esses signos não são diretamente relacionados ao seu significado, mas esse significado é formado pela relação e diferença de um signo para o outro (Deodato, 2010).

O conceito nunca é suficiente para se referir a si mesmo, mas está dentro de um sistema em que um se refere ao outro, por meio das diferenças e relações. “Uma palavra só se torna ‘ela mesma’ dependendo de sua relação com outras palavras no sistema” (Deodato, 2010, p. 79, tradução livre).

na medida em que produz os diferentes, na medida em que diferencia, é, pois, a raiz comum de todas as oposições de conceitos que escondem a linguagem, tais como, [...] sensível/inteligível, intuição/significação, natureza/cultura etc. Enquanto raiz comum, a *différance* é também o elemento do mesmo (que se distingue do idêntico) no qual essas oposições anunciam (Derrida, 2001, p. 15).

Com as oposições binárias não é diferente, elas são definidas pela definição do dominante pelo Outro. Esse jogo de diferenças implica que o significado deve sempre a sua existência a algo que está ausente.

A palavra adiar da concatenação *différance* se refere ao significado que nunca está totalmente presente no momento da expressão, mas sempre é adiado para interpretação. O significado depende do contexto e esse contexto necessita que se atravesse o tempo e o espaço, que separa uma dada palavra das demais para lhe dar o seu sentido. Sintetizando, a *différance* é “aquilo que se difere no espaço e no tempo” (Meneses, 2013, p. 187).

No entanto, muitas vezes, ao encontrar um significado, se percebe que, na realidade, “todo signo é meramente o signo de outro signo. [...] As diferenças, os

---

<sup>7</sup> Apresenta-se o termo no original, por não haver tradução adequada em língua portuguesa.

traços e os adiantamentos que permeiam a linguagem criam perturbações no sentido que se revelam no processo da desconstrução” (Deodato, 2010, p. 79, tradução livre).

A concepção da desconstrução de Derrida emerge do movimento do pós-estruturalismo, sendo ele o próprio líder da escola de pensamento. O pós-estruturalismo é uma escola de pensamento ampla e variada, que nasceu em resposta à abordagem do estruturalismo, que adere à concepção de que a linguagem cria significado, ao invés de refletir significados (Greenberg, 2002).

Ademais, o pós-estruturalismo questiona o estruturalismo e complementa as lacunas das investigações dos princípios do sistema linguístico, isto é, critica a estrutura aplicada à linguagem, estrutura esta proposta por Ferdinand Saussure<sup>8</sup>. Diferentemente do estruturalismo, que propõe a descrição objetiva e científica do sistema linguístico, o pós-estruturalismo apresenta uma descrição sempre contextual.

O estruturalismo de Saussure estava confiante de que os princípios pelos quais a linguagem é organizada podem ser totalmente determinados e descritos, o pós-estruturalismo põe em causa todos esses pressupostos e sugere que tais conclusões são sempre frágeis e abertas à subversão (Radford, 2005, p. 61, tradução livre).

Saussure foi muito importante para o estruturalismo e um dos seus trabalhos foi definir a palavra como signo linguístico, que se divide em significante e significado. O significante é a imagem acústica ou a impressão mental de um som linguístico, já o significado é o conceito a que esse significante se refere.

O pós-estruturalismo aprofunda as investigações das concepções de significante e significado de Saussure. Esses aprofundamentos levaram a algumas considerações de que não existem verdades duradoras, mas contextuais e resultam da relação entre signos.

Foucault, ao ser um pensador pós-estruturalista, difere de Saussure, ao procurar descrever relações e arranjos discursivos, que se compreendem como entidade concreta e real, que podem ser vivenciadas, por serem compostas de objetos materiais (Radford, 2005).

Em uma biblioteca, por exemplo, de acordo com a visão de Foucault, os enunciados não são dispostos de conhecimento, mas o “conjunto em arranjos de

---

<sup>8</sup> Ferdinand Saussure foi um linguista que ficou conhecido por aplicar a estrutura à linguagem, em outros termos, conhecido pela estrutura linguística, por meio do seu Curso de Linguística Geral. O seu curso propunha um modelo científico da linguagem como um sistema fechado de elementos e regras. Saussure acreditava que a linguagem é um sistema em que todos os elementos se interligam e os seus valores dependem da coexistência de todos (Radford, 2005).

outras declarações é gerador de conhecimento” (Radford, 2005, p. 72, tradução livre), isto é, as relações dos enunciados geram conhecimento.

A biblioteca, bem como a área da biblioteconomia e da CI, tem lugar para oferecer possibilidades de geração de novos conhecimentos, bem como fornecer acesso à informação. O acesso depende de organização e criação de padrões, isto é, da OC. Essa organização depende de instrumentos de classificação, vocabulários controlados, esquemas de indexação e entre outras ferramentas.

Essas ferramentas utilizadas, tradicionalmente, “procura[m] fornecer um identificador único para cada documento [...] e um número limitado de identificadores [...] e, em seguida, corresponder uma determinada consulta para documentos” (Radford, 2005, p. 75, tradução livre). Entretanto, a responsabilidade da classificação e da OC recai sobre o conceito de agenciamento, que se relaciona à capacidade de executar uma ação.

Na teoria pós-colonial, o agenciamento se refere à capacidade de sujeitos pós-coloniais de executar ações de resistência ao poder imperial. Em uma metodologia de desconstrução, promove-se esse agenciamento, além de ser considerado uma ação ética do bibliotecário, ao negociar os limites e inclusão do “outro” nos sistemas (Milani, 2024).

Como já reconhecido pela área, a classificação, bem como outras atividades da biblioteconomia, não deve ser dita como uma ciência exata, mas como uma arte, no sentido de complexidade. Isso se deve ao fato de incluir diversos aspectos, como a expressão de conceitos pela representação e pela linguagem e no sentido do processo da representação como técnica e domínio, pois “não existe uma realidade fixa à qual qualquer sistema de classificação possa corresponder. A única realidade que se tem é a dada pelos padrões e estruturas” (Radford, 2005, p. 76, tradução livre).

Estudos pós-estruturalistas na biblioteconomia e CI podem ser considerados uma melhor correspondência que atenda questões de contexto e complexidade para as classificações. Derrida, também teórico pós-estruturalista, trouxe a desconstrução para desconstruir estruturas de classificações, que podem contribuir com novas formas de enxergar a realidade e dar base à construção de sistemas de classificação que atendam o contexto e a complexidade da realidade.

O objeto de estudo da pesquisa debatido na próxima seção foi a desclassificação, que busca reavaliar e repensar os sistemas tradicionais, empenha-

se pelo pluralismo lógico, pela diversidade da representação das memórias e pela multi e transculturalidade. Nesse contexto, foi essencial apresentar e discutir sobre as possibilidades da desclassificação para a representação.

## 7 DESCLASSIFICAÇÃO

“Aqueles que estão destinados a definir, no entanto, talvez devessem tentar alternativas ao verbo *to be*, evitando invocar a utopia da essência. Desta forma, o mundo poderia ser pensado, mitigando a gravitação essencialista redutora”.

(García Gutiérrez, 2018a, p. 24, tradução livre)

A desclassificação é uma abordagem alternativa e complementar da classificação, idealizada por Antonio García Gutiérrez. O pensador, ao expressar sua ideia, teve como intuito acolher conceitos, indivíduos e comunidades marginalizadas e esquecidas pelos sistemas de classificação e de representação do conhecimento.

Para discutir primeiramente sobre desclassificação, é necessário debater um pouco mais sobre classificação, pois a desclassificação necessita da classificação. Não por serem opostas, mas por serem complementares entre si.

A desclassificação não se opõe à classificação, até porque a desclassificação é contrária às estruturas de oposições. O oposto de classificar é “não classificar”, em vez de “desclassificar”. Feitosa e Salcedo (2019, p. 238) concordam ao afirmar que a desclassificação não possui a intenção de substituir a classificação: “A desclassificação [...] antecede o fazer classificação e não tem o intuito de substituir esse processo”, mas de “superar as defasagens inerentes” (Vanin, 2024, p. 41).

A desclassificação, segundo García Gutiérrez (2018a, p. 22, tradução livre), “[...] sempre implicaria uma reclassificação com outras lógicas e objetivos”, isto é, pode ser compreendida como o processo de repensar as estruturas lógicas existentes, propor novas formas de se pensar e assumir sua posição lógica. Feitosa e Salcedo (2019) complementam ao alegar que a intenção da desclassificação é incentivar o exercício de transcender o irrefletido e a hierarquia.

A desclassificação se baseia na reflexão crítica e na constante atualização (Feitosa; Salcedo, 2019); assim como está focada no questionamento “[d]o exercício de poder das noções de ‘conhecimento’ e ‘conceito’” (Amorim; Medeiros, 2017, p. 364). Ela se preocupa com os aspectos éticos da informação e do conhecimento, de modo que haja aceitação da diversidade e das contradições.

A desclassificação incute o pluralismo na lógica da classificação (García Gutiérrez, 2011a) e perturba “a dicotomia da classificação convencional”, repensa a transcultura e visa a construção de “ferramentas de resistência, reclassificação e autoclassificação” (Vanin, 2024, p. 41).

A proposta da desclassificação interfere no raciocínio, com a denúncia do pensamento binário e o fomento das contradições. Coopera com o respeito, por meio da aceção do pluralismo lógico, especialmente das lógicas consideradas opostas. Bem como, eliminam-se as hierarquias e estabelecem-se as relações entre conceitos, sujeitos ou comunidades (Vanin, 2024).

Objetivamente, García Gutiérrez compreende a desclassificação como uma análise crítica das convenções e concepções existentes no mundo. Critica o estabelecimento de privilégios, exclusões e marginalizações (Arboit, 2018b).

A desclassificação é um pensamento paralelo à lógica e às classificações tradicionais. Ela auxilia no desenvolvimento de um pensamento que abranja um mundo mais plural e propõe possibilidades de melhorias aos sistemas de classificação com inclusões de exclusões. Não é objetivo do presente trabalho negar a importância das classificações, entretanto, reforçar sua importância e mostrar as necessidades de melhorias, propondo um pensamento crítico com a desclassificação e a desconstrução.

Por se tratar de um pensamento intrínseco a García Gutiérrez, uma linha de pensamento contemporânea e relativamente pouco disseminada — até o conhecimento atual, conferiu-se a necessidade de conhecer o pesquisador. Dessa maneira, segue-se uma breve biografia do autor.

### **7.1 Antonio Luis García Gutiérrez**

Livre-pensador — como se autointitula — espanhol e criador da noção da desclassificação, Antonio Luis García Gutiérrez, trabalha com temáticas da desclassificação, OC, exomemória, transculturalidade e CI (Barros; Lima, 2021; García Gutiérrez, [2025?a], [2025?b], c2025a, c2025b, c2025c; Universidad Complutense Madrid, c2025).

Licenciado em CI na Universidade Complutense de Madrid, é doutor pela mesma instituição em CI. Sua tese de doutorado, defendida em 1983, teve o título “Normalización de la documentación informativa: propuesta de tesouro español de las ciencias de la información”, tendo sido supervisionada pelo professor doutor José López Yepes (Barros; Lima, 2021; García Gutiérrez, [2025?a], [2025?b], c2025a, c2025b, c2025c; Universidad Complutense Madrid, c2025).

Foi consultor da Unesco na Divisão de Livre Fluxo da Informação durante 1985 a 1990. Avaliador da AGAE Andalusian Universities entre 2004 e 2007, avaliador na ANECA da Spanish University entre 2008 e 2012 na Comissão de Ciências Sociais e avaliador no Programa de Framework, na Comissão Europeia entre 1999 e 2000. Professor contratado na Universidade Complutense de Madrid, de 1980 a 1986, depois professor titular de 1986 a 1992. Após, foi professor da Universidad de Sevilla durante 1993 a 2019, onde atuou como diretor do Departamento de Jornalismo

(Barros; Lima, 2021; García Gutiérrez, [2025?a], [2025?b], c2025a, c2025b, c2025c; Universidad Complutense Madrid, c2025).

As pesquisas do autor estão relacionadas ao campo da OC, tendo várias publicações em tópicos da documentação, da comunicação e CI desde os anos de 1981, como “hacia un modelo de centro de documentación español para la investigación de las ciencias informativas”, “la información sobre investigaciones científicas de comunicación: perspectiva internacional”, “la documentación, desde la perspectiva lingüística” (García Gutiérrez, [2025?a]). Entretanto, os trabalhos mais atuais do autor, muitas vezes, se distanciam da CI e da OC, e se aproximam mais do caráter crítico epistemológico, ou epistemografia, como o autor denomina em seus textos.

O termo “epistemografia” já estava presente em seus trabalhos acadêmicos no final da década de 90 (1998) com o livro intitulado “Principios de lenguaje epistemográfico: la representación del conocimiento sobre Patrimonio Histórico Andaluz” e em 2000, em continuidade ao trabalho anterior, o autor publica o artigo “Itinerarios de representación del conocimiento en la sociedad de la información: bases para la construcción epistemográfica del patrimonio histórico andaluz”. Sua produção em documentação teve aproximações com a linguística e com a informação.

A partir de 2001, o autor se dedica a publicar trabalhos exclusivamente com assuntos relacionados à memória, exomemória, redes digitais, transculturalidade, epistemografia e desclassificação, aproximando-se de questões sociais e culturais na OC. Isso é possível verificar em textos do autor, como, por exemplo, “Knowledge organization from a ‘culture of the border’: towards a transcultural ethics of mediation” em 2002, “Otra memoria es posible: estrategias descolonizadoras del archivo mundial” em 2004, “Desclassification in knowledge organization: a post-epistemological essay” em 2011, “En pedazos: el sentido de la desclasificación” em 2018a e “Tout droit: iniciación a la desclasificación” em 2022.

O pesquisador trabalha a respeito da memória, ademais, a respeito da desclassificação, com início de suas investigações em 2006 no artigo: “Científicamente favelados: una visión crítica do conhecimento a partir da epistemografia”. A partir desse assunto, García-Gutiérrez avançou em estudos sobre a transcultura, dialética na OC, perspectivas pós-coloniais, complexidade e exomemória (García Gutiérrez, [2025?a]).

Seus trabalhos de pesquisa demonstram alta capacidade crítica e exercício na transdisciplinaridade, procurando refletir sobre a OC, com diálogos com a memória, cultura, identidade, linguagem, conhecimento e tecnologia (García Gutiérrez, [2025?a]).

García Gutiérrez trabalha com epistemologia, comunicação e mídia. Possui domínio de desclassificação, conhecimento e cultura.

Ademais, conhecer o pesquisador foi importante e, mais importante, foi compreender a desclassificação, sendo o que se quis focar na pesquisa. Para se ter o entendimento pleno da desclassificação, o mais importante foi assimilar as concepções apresentadas por García Gutiérrez, pois elas auxiliaram no entendimento da desclassificação, que foi explanada na próxima subseção.

## **7.2 Concepções de Fundamentação da Desclassificação**

O sistema tradicional de classificação, quando observado mediante uma percepção neutra, dissemina “arbitrariedade, desigualdades e sectarismo sórdido” (García Gutiérrez, 2018a, p. 30, tradução livre). Isso significa que a classificação apresenta categorias injustas, desiguais e que se baseia em acordos sociais. O grande problema de a classificação seguir esse acordo comum é que nossa sociedade está absorta em pré-conceitos e enraizada em crenças limitantes.

Utilizando-se do recurso do pensamento binário, García Gutiérrez (2017) diferencia, de modo pragmático, a classificação e a desclassificação. O autor afirma que a primeira “divide e separa”, enquanto a segunda “soma e reúne”. Essa divisão da classificação pode ser eficaz se o único objetivo for reunir após separar, tendo em vista que essa divisão deve ser temporária. “Pois a disjunção gera escuridão e o conhecimento precisa de cooperação.” (García Gutiérrez, 2007, p. 6, tradução livre)

[para] a desconstrução desde Hegel, não é possível uma ordem positiva que omita o seu oposto. E mais: não é possível ordenar sem violência, sem a cooperação da desordem. Portanto, não seria viável classificar o mundo de forma eficiente ou efetiva sem liberar as forças de desclassificação (García Gutiérrez, 2007, p. 14, tradução livre).

Dessa maneira, para aplicação eficaz da desclassificação, foram apresentadas nas próximas subseções algumas concepções ensinadas por García Gutiérrez, para empregar a desclassificação, sendo conceitos como os de dicotomias e binaridades, pluralismo lógico, epistemografia, exomemória e os operadores complexo e transcultural.

### 7.1.1 DICOTOMIAS E BINARIEDADES

As estruturas classificatórias oferecem ao mundo uma categorização dicotômica, que constrói um conhecimento de binaridades, oposições, subordinações, generalizações e exclusão (García Gutiérrez, 2011a, 2014b, 2018a). Essa classificação opera por uma lógica de dominação e expansão, que carrega “moral: bom/mau; lei: inocente/culpado; política: a favor/contra; tecnologia digital: 1/0” (García Gutiérrez, 2014b, p. 396, tradução livre).

A binaridade representa um mundo em “pares conceituais” e se favorece em reduzir a compreensão pela “polarização binária”. A oposição se favorece de pares de conceitos que expressam conflitos e não são imprescindivelmente compatíveis. A subordinação é uma ordem parcial com critérios hegemônicos. Ademais, a generalização e exclusão negativa ocorrem em certas instâncias negativas por prefixos (in-fiéis, in-crédulo) e por uma representação de um mundo diverso que o representado (cristão/infiéis — muçulmanos, budistas, ateus, agnósticos) (García Gutiérrez, 2014b).

Geralmente, um dos pares conceituais possui “mais poder, empatia ou familiaridade que o outro. [Isso significa que] toda dicotomia implica também uma hierarquia, ao impor uma subordinação entre dois conceitos que nos convida a inclinar-se para o conceito superordenador [...], desprezando o segundo” (García Gutiérrez, 2018a, p. 128, tradução livre).

Na prática, não existe essa polaridade: bem ou mal, dentro ou fora, perto ou longe, grande ou pequeno, pois o que não é bom não é, necessariamente, mau; igualmente, o que não está próximo, não está, necessariamente, longe e assim sucessivamente. Somente em contexto situacional existe esse conhecimento e essa universalidade de conceitos opostos, para estabelecer uma tranquilidade momentânea.

Um exemplo que nega a existência dessas oposições é a dicotomia absoluto/relativo:

[...] não existem verdades absolutas, nem as falsidades, nem as afirmações ou negações, seriam absolutas. [...] ao opor um conceito ao seu suposto oposto, o resultado da diátribe não poderia de forma alguma ser absoluto, uma vez que os significados em jogo não eram absolutos. [...] uma contradição nunca é absoluta, visto que as posições que a geram, sustentando princípios ou significados opostos, não são absolutas (García Gutiérrez, 2007, p. 20, tradução livre).

Isso significa que o absoluto não é o único oposto do relativo, igualmente o encerramento e a abertura, por exemplo, também não são seus únicos opostos. A oposição se dá somente de acordo com uma perspectiva. Absoluto e relativo ou encerramento e abertura podem ser considerados opostos, de acordo com as condições que definem o conceito.

A verdade e a mentira, conceitos tidos como opostos, são perspectivas e denominadas por um interesse. Ou seja, possuem um contexto ao qual um conceito e o seu oposto são determinados e sua posição é “situadamente fixa” (García Gutiérrez, 2007, p. 21, tradução livre), ou seja, a verdade ou mentira são conceitos relacionados determinadamente ao contexto inserido e somente a esse contexto; um contexto diferente, uma verdade e uma mentira diferentes. “Dependendo da tipologia, do campo semântico ou da amplitude semântico-prática do conceito, a tarefa de limitar e confinar o significado é utópica, os opostos poderiam ser muito mais, ou muito menos.” (García Gutiérrez, 2007, p. 21, tradução livre).

Outrossim, é importante considerar, como adendo, a advertência de Capurro e Hjørland (2007, p. 151) a respeito da definição:

É bem sabido que as definições não são verdadeiras ou falsas, mas sim, mais ou menos produtivas. [...] Contudo, quando alguém define um termo de modo muito idiossincrático, a definição será negligenciada e não contribuirá para o entendimento, a comunicação ou o avanço da prática. [...] O uso real de termos pode diferir de suas definições mais formais. O uso ordinário de um termo como informação pode ter significados diferentes de sua definição formal. [...] Em função disso, devemos não somente comparar diferentes definições formais, mas também considerar o significado de uma palavra como informação, tal como é usada em relação a outros termos [...].

Ainda, em continuidade ao pensamento de García Gutiérrez, existem outros motivos além do contextual ao qual um conceito e o seu oposto podem ser utilizados, pois dentro de um contexto pode haver um conceito ou outro. É possível afirmar ou negar, ou mesmo, afirmar e negar concomitantemente, por exemplo. Conceitua-se e fixa-se o real, mas se desconsidera que esse mesmo conceito é mutável e multidimensional (García Gutiérrez, 2007).

A contradição não pode ser considerada uma inversão do real em uma multiplicidade de ambientes, pois “tudo é contínuo”. Assim como num rizoma, a rede se direciona em contextos aleatórios e inesperados. Dessa maneira, “nada deveria exigir de nós total lealdade a uma hierarquia necessariamente mutável no jogo inexorável da linguagem” (García Gutiérrez, 2007, p. 25, tradução livre).

Enfatiza-se que a polarização em si não é um grande problema, quando temporária. A problemática reside na abolição de posições intermediárias e na interposição de novos significados (García Gutiérrez, 2018a).

Além de que a binaridade não representa a diversidade existente no mundo. Pode até auxiliar pragmaticamente, por exemplo, a explicar para uma criança sobre a moralidade do que é certo e errado. Não é uma má solução se utilizar desse recurso, inclusive no contexto da classificação, mas deve-se assumir uma posição e se atentar que essa posição é temporária. É importante, ainda assim, lembrar que existem diversas variáveis, e que ao escolher por dicotomias, valorizar-se-á um lado e desprezará o outro.

A policotomização é exatamente essa inserção de conceitos intermediários entre os extremos da dicotomia, de modo que a tensão existente se dilua, através da substituição desses polos por confrontos menos intensos: sim/não substituídos por sim/talvez e não/improvável. Esses são alguns exemplos de como é possível um pensamento múltiplo, que não é determinado por oposições (García Gutiérrez, 2018a).

O oxímoro também é uma policotomia eficaz, que une as oposições e a inversão dos significados por transformações morfológicas e recursos gráficos (dominador/dominado por dominado/r, educador/educado por educado/r ou dominador dominado, educador educado). Ou, em outros casos, consistência/inconsistência por paraconsistência ou em construções sintagmáticas, como, centro/periferia por centro periférico ou, em uma estrutura contraditória, sua inversão seria periferia central (García Gutiérrez, 2018a).

Esses recursos auxiliam na representação de um mundo mais plural, de multiplicidades e aleatoriedades. No entanto, não se pode negar que, para conhecer e compreender o mundo, é necessário categorizar, classificar e organizar. A sociedade está refém dessas ferramentas (García Gutiérrez, 2007).

Concomitantemente, é possível apresentar um mundo complexo de maneira mais gentil, por meio de uma classificação evolutiva e plural, isto é, uma desclassificação. Compreendida como “um conceito solto, complexo e ativo” — oposto à classificação. Sua principal função é “instalar o pluralismo lógico no próprio cerne da classificação” (García Gutiérrez, 2007, p. 27, tradução livre).

### 7.1.2 PLURALISMO LÓGICO

O termo conhecimento se refere a conhecer algo, mediante uma classificação, categorização e representação. A classificação é uma ação natural humana, que envolve o agrupamento de coisas para dar sentido a elas. O resultado dessa classificação se dará de acordo com a percepção de mundo do indivíduo e do contexto em que está inserido.

No entanto, a percepção do mundo moderno, especificamente, o contexto científico, estabelece um paradigma peculiar. Esse paradigma valoriza o domínio das Ciências Naturais e exclui as Ciências Humanas e o senso comum, conseqüentemente, transforma-se em um modelo totalitário, isto é, se o conhecimento não está estruturado por determinados princípios, ele é excluído (Santos, 1995; Soares; Martin; Francelin, 2013).

Santos (1995) afirma que essa dicotomia não é linear entre as ciências sociais e as ciências naturais, uma vertente dessas distinções pode ser compreendida por

enquanto, nas ciências naturais, o desenvolvimento do conhecimento tornou possível a formulação de um conjunto de princípios e de teorias sobre a estrutura da matéria que são aceites sem discussão por toda a comunidade científica, [...] nas ciências sociais não há consenso [...], pelo que o debate tende a atravessar verticalmente toda a espessura do conhecimento adquirido (Santos, 1995, p. 21).

Outra vertente é que o problema reside na ciência da sociedade, pois a “a acção [sic] humana é radicalmente subjetiva. O comportamento humano, ao contrário dos fenómenos [sic] naturais, não pode ser descrito e muito menos explicado com base nas suas características exteriores e objectiváveis [sic]” (Santos, 1995, p. 22).

Esses modelos dogmáticos influenciam as ciências formais e o contexto social. Generalizam uma determinada visão de mundo e o persuadem aos seus “métodos quantitativos e exatos como única via utilizável para todas as demais ciências, caracterizando o paradigma dominante que impõe aquilo que considera exemplar para todos” (Soares; Martin; Francelin, 2013, p. 58).

Essas repressões, paradigmas dominantes e dogmáticos influenciaram, conseqüentemente, a lógica ao longo da história, ao impor a aceitação de uma lógica única e universal, além de submeter à abstinência da diversidade, pois, conseqüentemente, a “unidade lógica é, por excelência, inimiga do diverso” (García Gutiérrez, 2006, p. 106).

Essa influência universal e a negação da diversidade, como discutido em seções anteriores, possuem influência da lógica clássica, determinada pelo dualismo e pela binaridade, que centraliza uma lógica dominante em detrimento de uma lógica marginalizada.

Segundo García Gutiérrez (2007, p. 10–11, tradução livre), “a lógica é uma estrutura culturalmente determinada [...] a lógica é circunstancial, sendo determinada por crenças. E mais: lógicas são crenças”.

O predomínio das lógicas clássicas e do pensamento universal aristotélico condenou a possibilidade de outras lógicas e do pluralismo lógico. No entanto, é necessário reconhecer essas interferências da lógica clássica e a existência de diversas lógicas, culturas e visões de mundo que se opõem ao pensamento dominante universal e aristotélico (García Gutiérrez, 2007).

A teoria modal de Lewis (1986) inspirou García Gutiérrez em suas ideias sobre pluralismo lógico. Lewis (1986) acreditava na pluralidade de mundos ou, como o autor denomina, de realismo modal, que compreende a existência de “inúmeros outros mundos” (Lewis, 1986, p. 2, tradução livre).

Os mundos são muitos e variados. [...] Há tantos outros mundos, de fato, que absolutamente todas as maneiras que um mundo poderia ser são uma maneira que algum mundo é. E, como com mundos, assim é com partes de mundos. Há tantas maneiras que uma parte de um mundo poderia ser; e tantos e tão variados são os outros mundos que absolutamente todas as maneiras que uma parte de um mundo poderia ser é uma maneira que alguma parte de algum mundo é (Lewis, 1986, p. 2, tradução livre).

Lewis (1986) afirma haver um paraíso para os filósofos sob a lógica, por existir um “reino de possibilidades”, no entanto, é um alto preço pago para se obter os benefícios.

É nessa ideia da pluralidade dos mundos que se debruça o pluralismo lógico, em compreender que a lógica existente é só mais uma em relação às outras, o que se conhece é uma fagulha em relação ao que existe, o que se coloca em prática é somente uma lógica dominante. Existem inúmeras maneiras de enxergar o mundo, inúmeras formas de classificar o conhecimento e variados modos de representar a informação.

Existe um preço a se pagar quando se desafia a supremacia. Há desafios em inverter a hierarquia, em desconstruir as binaridades. O mundo que se conhece está classificado com a visão dicotômica e de oposições, “[...] mostram somente um lado do par, justamente aquele que o sistema valorizaria mais positivamente ou

apresentaria como deficitário ou falta” (García Gutiérrez, 2018a, p. 31, tradução livre). Mudar isso, ou melhor, repensar essas hierarquias e classificações é uma tarefa desafiadora, pois será necessário “não somente denunciar ativamente o pensamento binário, mas também nutrir, cuidar e abraçar as contradições” (García Gutiérrez, 2018a, p. 44, tradução livre).

O livro “A ojos de la arena: ejercicios de desclasificación”, de Antonio García Gutiérrez (2020), possui inúmeras proposições que podem auxiliar no pensamento desclassificatório. O autor não invalida a classificação, mas propõe reavaliar as formas de pensamento, repensar a estrutura classificatória.

A humanidade foi doutrinada a pensar de uma forma e negar sua natureza. Ações, como a empatia, a compaixão, a generosidade ou a sensibilidade, por exemplo, foram conceituadas como comuns aos seres humanos. Em contrapartida, a humanidade coagida aprendeu que a falta desses atributos pode ser considerada patologia. No entanto, o comum é a falta deles; a indiferença é a mais comum e dominadora da espécie humana (García Gutiérrez, A., 2020).

O pluralismo lógico não objetiva extinguir a lógica clássica, mas reconhecer a parcialidade em sua estrutura. Ao invés de aceitar um único sistema lógico, no qual as posições existentes concordem com uma teoria e rejeita-se a outra, o pluralismo aceita uma lógica diferente, em que se admitem contradições dentro e entre eles no sistema (García Gutiérrez, 2007).

García Gutiérrez (2007) abrange um outro conceito que reflete essas contradições e vai além da lógica clássica, a “lógica paraconsistente”, que foi discutida na próxima subseção. Essa lógica foi cunhada por Newton da Costa (1963) como “sistemas formais inconclusivos persistentes” e, mais tarde, nomeada de “lógica paraconsistente” por Francisco Miró Quesada (1976).

### 7.1.3 LÓGICA PARACONSISTENTE

A lógica paraconsistente permite que uma afirmação seja contradita internamente, através da “viabilidade de oposições dentro de um mesmo sistema, para apresentar uma explicação plausível de seus fundamentos e dos elementos que compõem o sistema” (García Gutiérrez, 2007, p. 55, tradução livre).

García Gutiérrez (2013) faz alusão à lógica paraconsistente, ao afirmar que o conhecimento é baseado em uma lógica consistente e, ao mesmo tempo, questiona essa consistência, ao dizer que ela é incapaz de explicar todas as circunstâncias,

inclusive a do próprio conhecimento — pois este é plural — e do cotidiano. A mente humana evidencia a normalidade da paraconsistência em paradoxos do cotidiano, como, por exemplo, “querer comer o bolo de chocolate, mas, ao mesmo tempo, não querer que ele acabe, ou querer e não querer que nossos filhos cresçam” (García Gutiérrez, 2013, p. 98, tradução livre). Esse exemplo demonstra onde reside a paraconsistência, na inclusão da contradição em contextos que a consistência não oferece devido suporte.

A paraconsistência, dessa maneira, desmistifica a negação e a contradição; não com o objetivo de substituir a lógica clássica, mas de reconhecer a parcialidade onde as estruturas clássicas são aplicadas e estruturar onde envolva crenças contraditórias. Ou seja, a lógica paraconsistente não nega a lógica clássica, mas é aplicada em situações nas quais a clássica não foi eficaz (García Gutiérrez, 2007).

[...] em vez de aceitar, mediante um sistema lógico único em que ambas as posições concordam, uma das teorias e rejeitar a outra, concordam com uma lógica diferente que admite as contradições dentro de cada sistema e entre eles. Este é o poder transcultural de uma pós-epistemologia, para a qual o pensamento paraconsistente contribui decisivamente (García Gutiérrez, 2007, p. 54, tradução livre).

A lógica paraconsistente pode contribuir efetivamente nas contradições, promovendo o diálogo entre diferentes teorias e linhas de pensamento, além de contribuir, dentre muitos outros contextos, com a interdisciplinaridade entre disciplinas e a transculturalidade entre culturas.

De acordo com García Gutiérrez (2011b), a lógica paraconsistente é multifuncional e lida com ações e declarações contraditórias, além de buscar formas de explicar a complexidade inacessível da insuficiente lógica tradicional. O autor apresenta algumas maneiras de possibilitar um diálogo, sendo necessário assumir que não existe uma lógica única, mas várias; é necessário suspender a identidade e se aproximar da diversidade, para encontrar o diálogo; é necessário, também, a suspensão do princípio da não contradição, pois apesar das contradições, muitas vezes, serem evidentes, não significa que uma oposição anula a outra afirmação por poderem existir concomitantemente, uma não é a falta da outra; por fim, mas não menos importante, é necessária a suspensão do terceiro excluído, isto é, apesar dos conceitos dicotômicos estarem intrinsicamente incutidos na mente humana, não existe somente opções binárias (0 ou 1), sempre há mais opções do que as suas oposições.

A lógica paraconsistente legitima os esforços teóricos e epistemológicos de oposições, além de reconhecer o valor nas contribuições, mesmo que uma teoria tenha sido revogada (García Gutiérrez, 2007). Isso reside na importância de mecanismos que possam auxiliar nesses esforços, dos quais a epistemografia é um instrumento que pode contribuir nessas dificuldades, ao se preocupar com o equilíbrio entre diferentes pensamentos, culturas e saberes. Dessa maneira, para compreender como esse aporte pode se dar, na próxima subseção, explanar-se-á mais detalhadamente a respeito dessa ferramenta.

#### 7.1.4 EPISTEMOGRAFIA

As linguagens documentárias tradicionais possuem algumas limitações, dentre elas é possível citar a falta de instrumentos e metodologias para resolução de lacunas e problemas dos atuais sistemas de informação, ao representarem relações e conceitos acompanhados de pré-conceitos e crenças restritivas. Isso ocorre pela sua própria natureza limitante, além da desatualização teórica e metodológica desses sistemas (García Gutiérrez, 1998).

Esses sistemas tradicionais e desatualizados, como a CDD e a Library of Congress Classification (LCC), por exemplo, não acompanharam a evolução das tecnologias da informação, como as bases de dados, a transmissão e o armazenamento dos dados, além das programações avançadas, como a inteligência artificial.

No entanto, esses sistemas possuem papel essencial na transmissão do conhecimento,

as linguagens documentárias devem refletir não somente um determinado sistema nocional, mas também como ele é ordenado e manipulado pelos atuantes envolvidos na ação discursiva. [...] o esquema macroteórico [...] é um quadro suficientemente amplo que permite fazer suas articulações sobre as estruturas discursivas (García Gutiérrez, 1998, p. 13, tradução livre).

Isso mostra a importância não somente dos conceitos que um sistema pode representar, mas, igualmente, das estruturas discursivas. A epistemografia pode ser considerada uma alternativa às tradicionais linguagens documentárias, não um novo produto, mas uma tipologia delas (García Gutiérrez, 1998), ao oferecer ferramentas práticas na construção de sistemas críticos.

Como um instrumento, as linguagens epistemográficas “são auxiliares aos documentalistas e usuários em suas respectivas tarefas de análise e busca de dados”

(García Gutiérrez, 1998, p. 16, tradução livre). Pode ser denominada, segundo García Gutiérrez (1998, 2006, 2008a), como uma epistemologia prática, que incorpora dimensões socioculturais, éticas e políticas, ou seja, uma dimensão crítica pós-moderna.

A epistemografia “é uma configuração transdisciplinar que tem como objeto a organização horizontal e interativa dos conhecimentos e, por extensão, da exomemória” (García Gutiérrez, 2006, p. 104). Atua sob conceitos da epistemologia moderna, como classificação, ordem, categoria, método, conhecimento, representação, entre outros. Além de colaborar efetivamente na crítica à epistemologia.

O autor define a epistemografia como um conjunto de “estudos, ferramentas, práticas e resultados” orientados a uma OC descolonizada de redes globais (García Gutiérrez, 2011b, p. 291, tradução livre).

A epistemografia diz respeito à representação de um documento e, concomitantemente, à construção de um sistema cuja estrutura documental está relacionada a outro sistema, proporcionando-lhe visibilidade global via uma língua franca digital. Ademais, refere-se a um “conjunto de observações, descrições, reflexões e conclusões derivadas de tais práticas, sistemas e ferramentas que promovem [...] uma enunciação descolonizada e enunciada aberta à troca e à mistura em igualdade de condições” (García Gutiérrez, 2011b, p. 291, tradução livre).

Dessa maneira, a epistemografia objetiva organizar e representar memórias e registros digitais do conhecimento, além das suas respectivas lógicas e particularidades de representação e organização, cuja intenção é o acesso. Apesar de o digital ser o meio dominante, a epistemografia não pretende organizar somente esse meio, mas quaisquer outras organizações baseadas em outros meios manifestados no passado ou em um futuro com distintas evoluções tecnoculturais forçadas pela digitalidade (García Gutiérrez, 2011b).

Os processos e teorias da classificação do conhecimento e organização das memórias possuem base na epistemologia. Na ciência, a epistemologia representa um “mundo ideal do conhecimento competitivo e bem sucedido”, enquanto a epistemografia se preocupa com “o conhecimento despercebido”, acomodando tanto áreas científicas privilegiadas quanto a “imensidão das favelas do saber” (García Gutiérrez, 2006, p. 105).

A epistemografia possui raízes em disciplinas positivistas, no entanto, objetiva a sua emancipação.

São ciências que adotam paradigmas, divisões, hábitos e nomenclaturas do pensamento moderno, que pretendem representar em arquivos, catálogos, mapas e outros artefatos de inscrição e classificação de conhecimentos, com os quais mantêm um regime de dependência, determinando todas as práticas cognitivas da vida cotidiana ocidental (García Gutiérrez, 2006, p. 105).

A epistemografia se empenha para um possível equilíbrio e igualdade entre saberes e culturas distintas em rede digital. De maneira que se criem mecanismos de auxílio, que estão além da organização de conhecimentos dominantes e proporcionem defesa a conhecimentos considerados inferiores e excluídos (García Gutiérrez, 2006). Assim, compromete-se com a dignidade, a democracia e o pragmatismo, ao utilizar ferramentas independentes da epistemologia — impositora de dogmas e repressões, a epistemografia busca pelos conceitos abertos, pela contraditória, pelo pluralismo lógico, pela busca do dissenso e da diversidade (García Gutiérrez, 2006).

A desclassificação é o principal instrumento da epistemografia, cuja incumbência se constitui em “instalar o pluralismo lógico no coração mesmo da classificação” (García Gutiérrez, 2006, p. 108).

#### 7.1.5 EXOMEMÓRIA

As memórias, de acordo com Soares, Martin e Francelin (2013, p. 64), são registros conservados de “ideias, pensamentos e imagens”. Por meio delas, são formadas a identidade e uma fração do progresso da humanidade.

As memórias estão em constantes mudanças, não existem por si mesmas, mas são dominadas pelo tempo-espaço (García Gutiérrez, 2008a), isto é, são suscetíveis às mudanças do seu contexto. Dessa maneira, como forma de não cair no esquecimento e possibilitar o seu compartilhamento, criou-se a escrita como mecanismo de registro dessa memória (Soares; Martin; Francelin, 2013).

As memórias são construídas, bem como nossa cultura e identidade (García Gutiérrez, 2004). No entanto, não é uma construção somente individual, ocorre, igualmente, de modo coletivo e social, pois “[...] cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios.” (Halbwachs, 1990, local. 44).

Na construção da memória, a interação é inerente e o contrário só acontece em sistemas fechados e irreais (García Gutiérrez, 2004). Para ocorrer essa veiculação e comunicação, é necessária sua organização em categorias compreensíveis, de tal forma que seja possível distinguir memória de imaginação (Soares; Martin; Francelin, 2013).

No que tange às memórias coletivas, prevalecem as experiências de domínio (Soares; Martin; Francelin, 2013), que satisfazem somente “uma versão do mundo” (García Gutiérrez, 2008a, p. 232, tradução livre), isto é, o mundo Ocidental. Nessa perspectiva, essas memórias são dispensáveis e consideradas como “periferias do saber e do conhecimento” (Soares; Martin; Francelin, 2013, p. 65).

A restituição dessa memória aos seus devidos produtores e guardiões só ocorrerá por meio de revoluções, como forma de “dignificar o passado de quem já não está ou de quem ainda não está”. Para isso, é necessário que haja “igualdade de oportunidades de discurso”, isto é, a igualdade que não é contrária à diferença ou à diversidade, mas oposta à desigualdade (García Gutiérrez, 2008a, p. 232, tradução livre).

A exteriorização e a comunicação das memórias marginais coletivas são chamadas de exomemória, que, segundo García Gutiérrez (2011b, p. 35, tradução livre), abrange “todo o universo simbólico registrado pelas culturas passadas e presentes”. Ademais, é uma documentação global dessa memória marginal, atualmente marcada pelo digital, apesar de englobar todos os tipos de documentos (García Gutiérrez, 2011b; Soares; Martin; Francelin, 2013).

O ambiente digital possui uma estrutura de rede, viabiliza a democratização da informação, o desenvolvimento de novos conhecimentos e uma classificação horizontal e interativa. Esse contexto de troca e interatividade pode ser denominado como campo híbrido da cultura, conhecido como multicultural.

Em relação a esse multiculturalismo, García Gutiérrez critica o conceito, por apresentar o prefixo multi-, que remete à concepção de quantidade sob as culturas. Para o autor, é impossível numerar ou demarcar, pois em uma cultura não se tem conhecimento de começo ou fim, ou mesmo limite.

A exomemória representa essa cultura de fronteira e demarcacionista, denominada de construção social da memória digital e determinada por uma ordem hierárquica dominante, dogmática, excludente e racionalista (García Gutiérrez, 2004).

Essa fronteira estabelece barreiras e uma linha que demarca o limite e, conseqüentemente, dois sentidos opostos. Essa demarcação excludente envolve a seleção natural e exclui a fraqueza, como forma de autodefesa e sobrevivência. Ela é intencional e diferenciadora, sendo uma forma de compreender o mundo, os meios de representação e a classificação.

Um dos campos no qual a OC se dedica é a classificação linear e conceitual, ao passo que “a natureza e o mundo cognitivo se configuram numa ordem paradoxal e rizomática [...]”. Portanto, deve-se levar as teorias e as práticas de classificação, enviesadas pela lógica positivista, à crise do limite, para, então, desconstruir essa lógica, ou seja, pensar na desclassificação” (García Gutiérrez, 2004, p. 31, tradução livre).

O uso do conceito “demarcação” é considerado agressivo, pois se fundamenta em princípios hierárquicos e totalitários. Como forma de intermediação, a exomemória pode mediar essa demarcação na classificação, considerando a linguagem a ser utilizada no sistema, a linguagem multicultural do usuário e a linguagem do sistema (Soares; Martin; Francelin, 2013).

Ademais, é necessário apresentar as “cotas de racionalidade e sensibilidade que devem estar presentes na construção da memória registrada” (García Gutiérrez, 2004, p. 31, tradução livre), isto é, a exomemória precisa ser organizada de maneira ética, baseada em “princípios da transcultura e no reconhecimento das legítimas redes de sensibilidade e reinterpretação transversal que constroem a realidade e a própria memória” (García Gutiérrez, 2004, p. 29, tradução livre).

A exomemória não viabiliza o consenso e o diálogo entre todas as culturas, mesmo as que tenham discrepâncias extremas, pois o universalismo extremo conduz à “extinção de múltiplas narrativas próprias e sensibilidades sobre o passado” (García Gutiérrez, 2008a, p. 234, tradução livre).

Ao mesmo tempo, um acordo pode ser necessário em algumas situações, como em conjunturas frágeis ou marginais, que estejam suscetíveis à hegemonia global ou local, ou ainda, em circunstâncias centrais ou tangenciais ao campo dos direitos humanos (García Gutiérrez, 2008a).

Para a exomemória, não se trata de questões sociais, culturais, políticas e econômicas, mas de questões que tratam de direitos humanos. Isso significa que “não haveria discussão sobre a relevância ou rentabilidade de uma ação voltada à proteção

da livre expressão e produção da exomemória de determinada cultura ou posição” (García Gutiérrez, 2011b, p. 95, tradução livre).

Dessa maneira, para construir um passado, são necessárias estratégias complexas concebidas por meio de uma teoria dialética da exomemória. Se, porventura, for necessário recorrer ao acordo, o universalismo falha e é necessário buscar outras matrizes heurísticas. De maneira que seja melhor obter um universalismo parcial — interno de cada cultura — com respeito aos direitos, ao invés de forçar um universalismo geral, que submete “ao ideal regulador da cultura mais dominante” (García Gutiérrez, 2008a, p. 234, tradução livre).

De maneira objetiva, a exomemória pode possibilitar por representar as memórias excluídas e demarcadas por uma cultura dominante, como forma de democratização da informação e, conseqüentemente, da democratização da representação de memórias esquecidas e excluídas.

Adiante, serão explanados os operadores propostos por García Gutiérrez, como ferramenta de aplicação da desclassificação. Os operadores são ferramentas lógicas que auxiliam na representação e os propostos pelo pesquisador objetivam apresentar uma lógica mais plural. Eles são divididos em dois e cada um possui objetivos distintos, mas, ao mesmo tempo, se complementam, como se verá nas subseções seguintes.

#### 7.1.6 OPERADORES

O operador é uma ferramenta lógico-semântica, de natureza ética e política, que possui como função o estabelecimento de relações de registros e documentos, além de fornecer conexão entre eles e os integrantes de uma rede (García Gutiérrez, 2008b, 2011b).

Os operadores clássicos mais utilizados em instrumentos de representação, como os tesouros, são conhecidos por TG (termo geral), TE (termo específico) e TR (termo relacionado) e possuem relações de hierarquias e outros tipos de relacionamentos. O TG, por exemplo, é superordenado ao TE, assim como o TE é subordinado ao TG. Isso significa que um TE possui relação de dependência ao TG, o TE herdará características do termo superordenado (TG). Os TR são termos que não possuem subordinação entre si, mas possuem características em comum, são próximos em semântica ou contexto, possuem relação de coordenação e podem ou não compartilhar de um mesmo TG.

No caso do TR, refere-se a termos que possuem alguma característica em comum, mas não possuem relações de superordenação ou subordinação, isto é, não possuem características em comum herdadas de outro termo.

Os clássicos operadores de busca e representação apresentados atendem a critérios epistemológicos determinados, mediante instrumentos de hierarquia (García Gutiérrez, 2011b). Esses operadores tradicionais descrevem lógicas de um poder dominante, por meio da monopolização e do estabelecimento de um único mundo possível. No entanto, o operador que se pretende apresentar aqui visa otimizar os recursos dos operadores tradicionais, além de garantir liberdade à exomemória e informar quando os registros não cumprem acordos transculturais pactuados (García Gutiérrez, 2008b, 2011b).

Em geral, os motores de busca oferecem simples operadores, que fornecem proximidades de palavras, hierarquias de conceitos, sinônimos, equivalências ou associações entre termos (García Gutiérrez, 2008b, 2011b). Ou seja, esses operadores tradicionais “[...] são superficiais, descontrolados, semanticamente pobres, gramaticalmente deficientes” (García Gutiérrez, 2008b, p. 133, 2011b, p. 300, tradução livre).

Em muitos momentos, García Gutiérrez apresenta um pensamento hiperbólico em relação aos sistemas tradicionais, desconsiderando, nesse caso, por exemplo, a riqueza que se pode obter na utilização dos operadores clássicos. Não se pode negar a limitação dos operadores tradicionais, ao mesmo tempo que não se pode negar que eles são úteis para fins de OC, mesmo que temporariamente. Considera-se que, de fato, o grande problema dos sistemas tradicionais reside na má aplicação dos recursos existentes e não, em si, nas ferramentas, apesar da necessidade de aprimoramento delas.

Os operadores, que serão abordados, diferentemente desses operadores fechados, transcendem a lógica clássica, garantem a descolonização do pensamento e um fluxo igualitário na exomemória (García Gutiérrez, 2011b). Ademais, otimizam os recursos formais dos operadores tradicionais, adicionam “democracia, ética, e autogestão do registro e da rede” (García Gutiérrez, 2008b, p. 133).

Em contrapartida, esses operadores de lógica aberta incluem, igualmente, a lógica fechada — dos operadores de relações tradicionais — e quaisquer outros. Isso inclui utilizar operadores de hierarquias classistas e partitivas, após a retirada da lógica de subordinação e superordenação no sistema.

Utiliza-se a lógica fechada somente como recurso de proximidades parciais, mas, simultaneamente, quando “não provém de reprodução de certas hierarquias epistemológicas ou sociais ou tal origem é suficientemente explícita” (García Gutiérrez, 2011b, p. 300, tradução livre).

Os operadores aplicados, de lógica aberta, se dividem em dois, como se observará em uma das subseções dos procedimentos metodológicos: 1) operador antiabsolutista e 2) operador antirrelativista e crítico. O primeiro é conhecido como operador complexo  $\Lambda$ , que representa pluralmente todas as posições e oposições, inclusive as consideradas injustas e antidemocráticas. O segundo, conhecido como operador transcultural  $V$ , assume posicionamento contra as injustiças e desigualdades que perpassam a memória sendo estabelecidas na exomemória, além de intervir em conflitos locais e acordos transculturais (García Gutiérrez, 2008b, 2011b).

Esses operadores objetivam fornecer um diálogo para a implantação da desclassificação. Na seção seguinte, abordou-se a desclassificação, considerando as concepções apresentadas até aqui, proposta por García Gutiérrez.

### **7.3 Desclassificação**

Compreendendo as concepções apresentadas, é possível conectá-las, compreender o intuito da desclassificação para com a classificação e como podem ser aplicadas no contexto dos SOC.

O mundo ocidental está familiarizado com a ideia do individual e com a falsa ideia de um todo dividido em partes — como se fosse possível conhecer o todo. Na universidade, por exemplo, as práticas exercidas são focalizadas no indivíduo, como a “competitividade, qualificação individual, currículo pessoal, decisão pessoal, inovação” (García Gutiérrez, 2018a, p. 67, tradução livre). Tudo se volta ao indivíduo.

Além do indivíduo, a lógica ocidentalizada, igualmente, focaliza na divisão, na simetria, na fração e no fragmento. Tudo se parte. No entanto, na prática, não é possível dividir em partes sem quebrar em pedaços, sem existir consequências dolorosas.

A concepção da fronteira foi uma das primeiras “amputações que o logos praticou sobre o ilimitado” (García Gutiérrez, 2018a, p. 81, tradução livre), emergindo, dessa maneira, o demarcacionismo dos territórios.

Cada território, mais do que delineado, foi brutalmente expropriado do seu espaço físico e simbólico natural; cada expropriação foi nomeada em uma

língua, reexpropriada e renomeada mil vezes em outras línguas e, cada nome foi registrado e divulgado tantas vezes quanto foi apagado e esquecido. E esse ataque não parou. Para cada ser humano que nasce, a pré-história volta a acontecer, lembra-nos Saramago.

As dimensões e condições dos territórios mudaram e mudaram de mãos, os sucessores faleceram ou seus bens foram usurpados por clãs e famílias. Mas o que sempre permaneceu foi a lógica do poder, da divisão e da propriedade, o desmembramento indiferente ao significado do espaço natural e cultural, insensível à necessidade de raízes e sofrimento (García Gutiérrez, 2018a, p. 81, tradução livre).

Essas limitações de fronteiras foram demarcadas, primariamente, por símbolos naturais (rios, montanhas, vulcões), depois reforçadas por muros, paredes, castelos, fortificações. Depois demarcadas por províncias, regiões, cidades, ruas e praças.

Os símbolos naturais foram substituídos por culturais, religiosos e nacionais e, depois, substituídos por comerciais (banners e outdoors de McDonald's, Apple, Google, Walmart, Amazon, Nvidia). Além das classificações de regras, normas e obrigações em espaços urbanos, que fazem a hiper-regulação do espaço, que reforçam a burocracia, o conceito de não-lugar e a dissolução da transcultura.

No entanto, não é possível desclassificar o território fisicamente, retirando “a saturação simbólica da sua estrutura [...], mas podemos adquirir a consciência crítica do desmembramento que a sua hiperracionalização acarreta” (García Gutiérrez, 2018a, p. 85, tradução livre).

A desclassificação realiza esse desmembramento crítico, por meio do sujeito contemporâneo, que não é somente emissor ou receptor, mas “um classificador que consome e exporta o seu mundo esquematizado para todos os lugares do planeta por redes digitais” (García Gutiérrez, 2018a, p. 40, tradução livre).

Essa divisão de como o mundo ocidental é organizado possui uma estrutura dicotômica e binária, além de enaltecer as lógicas tradicionais com suas hierarquias. No entanto, esse pensamento de dicotomias e hierarquias é problemático, ao limitar o conhecimento existente e as possibilidades de classificação.

A desclassificação, como alternativa, “enfraquece qualquer dicotomia que capacite a razão (razão/crença, razão/emoção) para eliminar qualquer pensamento opositor” (García Gutiérrez, 2018a, p. 43, tradução livre). Através do pluralismo lógico, da epistemografia, da exomemória e dos operadores complexos e transculturais, é possível minimizar os impactos dos dogmas, das crenças limitantes e repressões inculcadas e impostas no Ocidente.

Segundo Amorim e Medeiros (2017, p. 364), a desclassificação é uma proposta ao “exercício de poder das noções ‘conhecimento’ e ‘conceito’”, sendo que “todo conhecimento é um ato de colonização, isto é, de hierarquização de coisas e ideias”. A desclassificação sugere que a OC amplie os seus objetivos com a inclusão de aspectos éticos, da multiplicidade, da aceitação da diversidade e das contradições existentes no mundo; aproximando-se, dessa maneira, da filosofia de Deleuze e Guattari.

Não se pode negar a popularidade das dicotomias e das hierarquias trazidas ao conhecimento. No entanto, “somente mundos fechados são inferidos a partir de conceitos fechados, as dicotomias somente produzem pensamento dicotômico, tal como as hierarquias mal inspiram o pensamento hierárquico” (García Gutiérrez, 2018a, p. 24, tradução livre).

Para a desclassificação, entretanto, o ser humano é prisioneiro de uma realidade construída, de passados e acontecimentos de outros, de padrões, crenças e heranças que se acredita pertencer. Acredita-se serem indivíduos livres, exclusivos e originais, em uma sociedade na qual a produção em massa possui maior intensidade (García Gutiérrez, 2018a).

“Os processos de emancipação são, geralmente, setoriais: o feminismo luta pela emancipação das mulheres, o marxismo luta pelos proletários, o ambientalismo luta pelo ambiente, o movimento LGBTQIAP+ luta pelos sexualmente marginalizados, o abolicionismo luta pelos escravos” (García Gutiérrez, 2018a, p. 32, tradução livre). Isso significa que as reivindicações são positivas, representam avanço parcial da desclassificação e devem ser pensadas na desclassificação geral autocrítica, objetivando a emancipação da “lógica dominante que se infiltra em qualquer pensamento” (García Gutiérrez, 2018a, p. 32, tradução livre).

O processo da desclassificação contrasta com a autoridade, a burocracia e o conservadorismo na classificação e OC, tendo em vista que a classificação é uma tarefa que segrega saberes e privilegia uma cultura em desfavor de outras (Feitosa; Salcedo, 2019).

Não há dúvida de que a repressão de desejos contraditórios pode ajudar a inserir os sujeitos nos caminhos estabelecidos pela sociedade (uma sociedade que eles não escolheram), mas, claro, impede o desenvolvimento da sua singularidade. Assim, os programas de domesticação humana (Nietzsche, Sloterdijk) determinariam os comportamentos unívocos como sinais de maturidade e integração num único sistema lógico dominante ao mesmo tempo que anatematizavam os desvios, o pluralismo lógico ou o

recurso à contradição como prática diária de sobrevivência face aos nossos próprios cataclismos e à falácia da estabilidade, normalidade e ausência de violência (García Gutiérrez, 2007, p. 17, tradução livre).

Isso pode ser traduzido para os sistemas de classificação universais, que auxiliam, de fato, no estabelecimento da organização em bibliotecas, por exemplo, mas, ao mesmo tempo, impedem uma representação singular dos documentos nessa unidade de informação, interferindo, dessa maneira, em uma representação que reflita o seu contexto. Esses sistemas, assim como outras estruturas enraizadas na sociedade, buscam se adequar ao modelo dominante, como se isso representasse maturidade e o contrário, a diversidade, fosse rejeitado.

A imposição da universalidade é ilusão, pois não existe estabilidade e normalidade, apesar de o ser humano sempre buscar por isso. Os sistemas devem se basear no contexto, no pluralismo e na contradição. Ao mesmo tempo, não se deve negar que em algumas áreas requer mais estabilidade do que outras, tornando o sistema universal um recurso viável de aplicação, mesmo que sujeito a revisitações. Um exemplo disso é a aplicação na área da saúde, como na classificação das doenças (CID), que pode sofrer alterações com novas descobertas, mas, ainda assim, pode não haver tantas mudanças de um contexto para o outro.

“No conhecimento íntimo, as contradições como modo de cognição estão descaradamente relacionadas com estruturas lógicas e éticas com que cada época nos programa” (García Gutiérrez, 2007, p. 17, tradução livre)

Discutir classificação é discutir lógica. Na classificação, a lógica auxilia na estruturação do sistema, além de apontar para um viés. Na desclassificação, em contrapartida, aponta para o pluralismo lógico, que compreende a existência de uma lógica entre outras.

Em poucos lugares do planeta, porém, ainda se desfruta de uma certa diferença cultural, a emoção que a diferença genuína transmite, uma diferença que, inata ou tentada, deveria ser realçada para além da nuance gastronômica ou da falácia folclórica. Esta diferença por vezes mal sobrevive entre as práticas culturais entregues à globalização capitalista e ao turismo de massas, empurradas para a decadência total (García Gutiérrez, 2018a, p. 41, tradução livre).

Essa discussão a respeito do pluralismo lógico se assemelha à noção do rizoma de Deleuze e Guattari (Amorim; Medeiros, 2017). Em que se compreende que não existem unidades, mas multiplicidade. Desenvolvendo esse raciocínio aplicado às

estruturas do conhecimento e à lógica do pensamento, compreende-se que não existe somente uma forma de se pensar, mas múltiplas que se comunicam entre si.

Adiante, explanaram-se os procedimentos, as decisões tomadas e os métodos escolhidos para aplicação na presente pesquisa.

## **8 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Não se deve desclassificar em busca de certezas, mas sim de um desconforto ou saturação que surge da demanda interminável e acumulada de limpeza simbólica, de definições, verdades, julgamentos, regulamentos, pertencimentos, hierarquias, subordinações e demarcações que a classificação exige a cada momento. E, também, pela convicção de que, até os últimos limites do estabelecido, aquilo que sempre esteve aí a ditar o mundo pode ser sujeito a uma investigação autocrítica e desclassificada. Só isso seria suficiente para o feitiço desaparecer.  
(García Gutiérrez, 2018a, p. 26, tradução livre)

A natureza desta pesquisa é qualitativa. A pesquisa qualitativa ocorre, muitas vezes, em estudos de campo, estudos de caso, pesquisa participante, pesquisa-ação. Ao contrário da pesquisa quantitativa, a qualitativa não possui fórmula ou receita predefinida, mas depende muito da capacidade de análise e estilo do pesquisador (Gil, 2008).

A análise qualitativa consiste, a princípio, na categorização de elementos. Seu postulado consiste na “especificidade dos elementos do conteúdo e [n]as relações entre esses elementos [, que] são portadoras da significação da mensagem analisada e que é possível alcançá-la sem mergulhar na subjetividade” (Siman, 1999, p. 225).

A pesquisa qualitativa pode ser dividida em três etapas, que seguem na análise dos dados (Gil, 2008):

- redução, que consiste na seleção e simplificação dos dados;
- apresentação, que organiza e analisa os dados selecionados;
- conclusão, em que se revisa e verifica para uma conclusão.

A análise qualitativa é dividida por um conjunto de princípios e práticas (Gil, 2008), alguns desses princípios aplicados ao trabalho foram em relação ao processo de análise. A análise, nesta pesquisa qualitativa, foi realizada de maneira cíclica, a coleta de dados e a própria construção do referencial teórico, diferentemente da análise quantitativa. A inferência e reflexão foram realizadas ao longo do trabalho, guiando, dessa maneira, todo o processo. Realizou-se a análise sistematicamente, porém sem rigidez; foi construída uma metodologia, mas não possui regras definidas e o mais importante para a análise qualitativa nesta pesquisa foi a interpretação, tendo como resultado da análise um tipo de síntese do mais alto nível.

Ademais, o tipo de pesquisa adotado foi a pesquisa bibliográfica, pois, nessa pesquisa, pretendeu-se relacionar assuntos da desclassificação, das teorias críticas e da desconstrução. Para isso, foi necessário compreender os assuntos em questão por meio de uma revisão de literatura, a fim de identificar pontos concernentes, discutir e estabelecer essas relações.

A pesquisa bibliográfica é um tipo de pesquisa que compreende a reunião de documentos já publicados sobre uma determinada temática, tais como livros, artigos científicos, dicionários, enciclopédias, resumos ou resenhas. O principal objetivo da pesquisa bibliográfica é que o pesquisador entre em contato com tudo o que já foi publicado sobre o assunto pesquisado. Dessa maneira, a pesquisa

bibliográfica “propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras” (Marconi; Lakatos, 2017, p. [200]). “Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas” (Gil, 2008), que foi o caso da presente pesquisa.

A pesquisa bibliográfica é dividida em oito fases, segundo Marconi e Lakatos (2017, p. [54]):

- (a) escolha do tema;
- (b) elaboração do plano de trabalho;
- (c) identificação;
- (d) localização;
- (e) compilação;
- (f) fichamento;
- (g) análise e interpretação;
- (h) redação.

Conforme orientação da pesquisa bibliográfica (Marconi; Lakatos, 2017), a escolha do tema na tese objetivou o desenvolvimento de uma dificuldade sem solução no campo da classificação, tendo em vista as limitações existentes nos sistemas tradicionais. Após a escolha do assunto, foi delimitada a pesquisa para o campo da desclassificação, como alternativa aos sistemas de classificação tradicionais.

No segundo passo, ocorreu a elaboração do plano de trabalho, observando a estrutura da pesquisa. Nesse momento, foi realizado o desenvolvimento dos procedimentos metodológicos, considerando que foi uma fase intermediária e que poderia sofrer alterações com o decorrer da pesquisa.

Na terceira fase, ocorreu a identificação e o reconhecimento do assunto ao tema de estudo, no qual se verificou obras sobre a temática e relacionou um resumo dessas obras; essa fase influenciou tanto na definição do levantamento do referencial teórico quanto na análise e nos resultados da pesquisa.

Na quarta fase, a localização, foi realizado o levantamento bibliográfico em bases de dados, como na Web of Science (WoS), Scopus, Library Information Science and Technology Abstracts (LISTA), na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI) e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD).

Na quinta fase, ocorreu a compilação do material contido nessas obras levantadas. Na quinta fase, foi realizado o fichamento com a transcrição desses

dados; na sexta fase, a análise e interpretação, sendo realizada a crítica do material selecionado; por fim, a fase da redação que ocorreu concomitante a todas as outras, desde a fase do planejamento.

Aplicou-se a desconstrução na pesquisa, ainda assim, é importante salientar que a desconstrução não é um método, tendo em vista que Jacques Derrida, criador do conceito e teoria da desconstrução, insiste em não ser um método. Outrossim, a pesquisadora Lather (2007, p. 173, tradução livre) compreende que a desconstrução pode ser usada para descrever “uma outra lógica da metodologia crítica”. Apesar de Derrida afirmar, em diversos momentos, que a desconstrução não é uma operação técnica, os passos de identificar, inverter e reverter as oposições implicam em uma abordagem processual e metodológica. Diante do exposto, após a desconstrução, aplicou-se a desclassificação de García Gutiérrez, apresentada no referencial teórico, com suas concepções dos operadores desclassificacionistas apresentadas em uma das subseções adiante, isto é, o operador complexo e o transcultural.

## **8.1 Aplicação da Desconstrução**

### **8.1.1 IDENTIFICANDO AS OPOSIÇÕES BINÁRIAS**

Os membros da oposição binária se definem pelas diferenças entre si. No entanto, como já apontado, na desconstrução a definição é sempre adiada. Dessa maneira, “os conceitos que formam uma oposição binária definem-se mutuamente — cada um sendo o que o outro não é” (Olson, 2001, p. 3, tradução livre).

Para Olson (2002a, p. 86, tradução livre), o oposto é “contrário em natureza, caráter ou tendência; diametralmente diferente... um objeto, fato ou qualidade que é o inverso de outra coisa”, isso significa que um conceito oposto é diferente e inverso do outro, isto é, “formam oposições binárias desconstruíveis” e “o tratamento do outro não é a exclusão absoluta, mas sim a marginalização” (Olson, 2002a, p. 87, tradução livre).

A desconstrução, de acordo com Olson (2002a, p. 2002, p. 11, tradução livre), “emprega o conceito de uma ‘palavra-chave’ como pré-condição da oposição binária, a dualidade de termos opostos que se implicam mutuamente”

Essa exclusão do outro conceito é hierárquica, pois um membro é dominante e o outro é oculto ou implícito na definição. Identificar a oposição binária

ajuda a perceber a fronteira e o outro além da oposição. Olson (2002a, p. 96, tradução livre) complementa: “a hierarquia é a chave para as oposições binárias, os dispositivos conceituais da desconstrução”.

É possível identificar a oposição binária, conforme Olson (2002a), por meio da identificação dos sujeitos. A autora afirma que “sujeitos menores, então, formam o membro subordinado de uma oposição binária com os sujeitos maiores sendo dominantes. [...] os sujeitos menores definem os maiores por não serem maiores. Eles são ‘comparativamente pequenos ou sem importância’” (Olson, 2002a, p. 123, tradução livre).

Questionar o binário é um ato de resistência à autoridade, pois se abre a uma construção cultural e ideológica, que não se busca por uma “inversão do binário prototípico [...], mas uma ruptura dessa relação hierárquica” (Olson, 2001, p. 4, tradução livre). Ademais, deve-se reconhecer que o foco em um único binário limita uma investigação, pois “as oposições binárias devem ser contextualizadas para reconhecer que múltiplos binários estão em operação em qualquer situação” (Olson, 2001, p. 4, tradução livre).

### 8.1.2 DESCENTRALIZANDO O BINÁRIO

A etapa da descentralização da desconstrução desequilibra a oposição binária com a inversão da relação hierárquica. Resulta, dessa maneira, na elevação do outro e na perceptível construção existente de fronteira entre os binários. Segundo Olson (2002a, p. 142, tradução livre), essa descentralização expõe “os limites entre a universalidade e a diversidade”. Esse limite é construído e, conseqüentemente, resulta na incerteza, por ser mutável.

Os esquemas tradicionais possuem como justificativa principal para esses problemas um “sistema fechado e cada um se baseia na noção de que pode ser aplicado universalmente”, dentro de um domínio temático (Olson, 2002b, p. 106, tradução livre). Todos os sistemas possuem limites, incluindo algumas coisas e excluindo outras. O problema, então, é que os sistemas são particulares em uma perspectiva convencional, isto é, eles não podem ser aplicados universalmente por possuírem características particulares (Olson, 2002b).

Olson (2002b), ao utilizar a técnica para aplicar a teoria, define a abordagem excêntrica, que pode ser considerada a inversão do binário, como “as margens primeiro e ir além do limite para o que foi excluído. Excêntrico é não-padrão,

não-convencional ou mesmo indisciplinado: fora do padrão, da convenção e da regra” (Olson, 2002b, p. 225, tradução livre). A autora complementa que “abrir espaço para a voz do Outro significa que se deve renunciar ao poder do Outro — poder da voz, poder da construção, poder da definição” (Olson, 2002b, p. 227, tradução livre).

Para que, de fato, ocorra a inversão proposta, é necessário ser questionada “a natureza inata do binário” (Olson, 2001, p. 4, tradução livre), não permitindo que a desconstrução seja somente uma inversão, mas que leve à terceira etapa, a qual é a transcendência. “Precisamos enxergar os sistemas holisticamente, como teias que funcionam em todas as direções, não somente de cima para baixo a partir de alguma autoridade hierárquica” (Olson, 2002b, p. 239, tradução livre).

### 8.1.3 TRANSCENDENDO O BINÁRIO

Após a desestabilização do binário (Milani, 2017, p. 34), a próxima etapa da desconstrução é a transcendência das oposições binárias, que consiste em apresentar como sugestão ou ponto de partida que “negociaria os limites das oposições binárias identificadas e examinadas nas etapas anteriores”. A desconstrução não somente inverte ou substitui a estrutura do binário, mas indica que a estrutura dominante é uma realidade construída. Oferece uma liberdade da restrição conceitual dominante e se alimenta da incerteza, como sujeitos a mudanças (Olson, 2001).

Olson (2001), em concordância com Drucilla Cornell, adota o conceito de desconstrução de resistência, focalizando na fronteira ou no limite entre o dominante e o outro, para negociar uma relação distinta entre eles. Olson (2001) prefere desenvolver técnicas permeáveis em relação aos limites dos sistemas, sendo que identificar os limites é um passo muito importante para identificar as oposições binárias. Após identificar esses limites, é possível compreender os padrões universais assumidos, desequilibrando um e elevando o outro, de modo que seja óbvio a arbitrariedade dessas exclusões. Essas atividades devem consistir em reflexão, de forma que se deve adicionar técnicas para criar brechas nesses limites.

O limite é a construção que separa o dominante do binário, segundo Olson (2001, p. 21, tradução livre): “é no limite que uma relação deve ser negociada”. Concisamente, a autora propõe três princípios necessários para o desenvolvimento de técnicas à desconstrução, como complementares aos sistemas existentes e para desequilibrar “um dominante para outras vozes poderem intervir” (Olson, 2001, p. 21,

tradução livre), sendo eles: a) fazer brechas no limite, b) criar espaços e c) ser dinâmico.

## 8.2 Operadores Desclassificacionistas

Na OC, o desenvolvimento de linguagens e sistemas tem ocorrido, predominantemente, por meio de perspectivas tendenciosas e discursos que desconsideram as variáveis culturais, resultando em representações simplistas. Isso é possível observar através dos sistemas de classificação universais, ao priorizarem somente uma perspectiva e cultura dominante (ocidental, cristã etc.). O operador complexo pode, em contrapartida, provocar esses sistemas e linguagens tradicionais e adaptá-los à rede digital.

### 8.2.1 OPERADOR COMPLEXO $\lambda$

O operador complexo, representado pelo símbolo  $\lambda$  (lambda), segundo García Gutiérrez (2011b), detecta contradições, oposições e dicotomias, por meio da busca de coexistência com a coleta de todos os significados possíveis de um assunto. Ele “se sustenta na explicitação de todas as posições e realidades, sem exclusão” (García Gutiérrez, 2008b, p. 134). É o operador mais próximo ao multiculturalismo, com “uma copresença inicial de posições em igualdade de condições e com as mesmas possibilidades de visibilidade” (García Gutiérrez, 2008b, p. 302, tradução livre).

O operador complexo fomenta o equilíbrio, com democracia e hermenêutica de relações interculturais, ao construir uma representação plural, que garanta a presença de diversas posições e, ao mesmo tempo, promova as diferenças, independentemente de serem injustas ou não. Ele está presente na linguagem coletiva e na epistemografia, como rede, além de atuar no nível sistemático (García Gutiérrez, 2011b). Trata-se de um operador que não apresenta síntese e, muito menos, consenso (García Gutiérrez, 2008b), pois para sintetizar é necessário representar ideias e, conseqüentemente, reunir conceitos e ideias distintas e, por conseguinte, fundi-las em uma concepção e ideia coerente. Isso significa que esse operador não objetiva sumarizar ideias diferentes em uma única ou acordar quais são as melhores ou mais adequadas e, conseqüentemente, descartar as demais.

Por não apresentar consonância entre as concepções, considera-se “multissêmico e multicultural (posto que não precisa de um consenso que propiciaria

seu sincretismo), no sentido de presença simultânea e possível do múltiplo, antagônico e diverso” (García Gutiérrez, 2008b, p. 136). Essas características do operador complexo explicitam o motivo de ele sozinho não bastar, isto é, são necessárias ferramentas complementares para emanar um equilíbrio, como o operador transcultural, que será discutido mais adiante.

García Gutiérrez (2011b) explica que a concepção do operador complexo advém de Morin, que possui um pensamento que admite todas as posições e oposições, isto é, as essenciais e complementares, para visualizar o todo, mas sem perder a individualidade de seus componentes.

A complexidade é um suporte ao operador complexo, para valorizar e respeitar ideias de outrem, além de preservar a memória por meio da ética e da transculturalidade, mas não objetiva relativizar ou ser indiferente para com as comunidades.

García Gutiérrez (2008b, 2011b) não opõe os conceitos de transculturalidade e complexidade; mas, apresenta todas as concepções, como aconselha a complexidade, inclusive a perspectiva transcultural.

Esse diálogo entre diversas perspectivas contribui para a exomemória; o contrário, reduz a linguagem a uma ditadura de um único conceito, que atende a “usuários passivos e agradecidos” (García Gutiérrez, 2008b, p. 137). Além de que uma outra fragilidade são as estruturas digitais, que, dentre outras coisas, legitima a hegemonia dos sistemas, isto é, as estruturas digitais possuem uma universalidade intrínseca à sua natureza. Observa-se que as redes sociais, por exemplo, apesar de aparentar um ambiente de pensamento livre, veiculam um “pensamento unificador fomentado pelas ideologias e filosofias sistêmicas dominantes, sejam elas globais, locais ou por imposição hierárquica em forma de transversalidades [...], autênticos disseminadores da unificação, da lógica camuflada e unificadora” (García Gutiérrez, 2011b, p. 227, tradução livre).

O organizador da exomemória deve respeitar o outro, acima de tudo, e se comprometer com a ordem social. Isso significa que um “mediador ‘multicultural’ conscientizado respeita e transfere todas as opções sem cair necessariamente no relativismo por situar seu ponto de vista de mediador entre os demais e o simples fato de mediar certamente lhe dará algum privilégio” (García Gutiérrez, 2008b, p. 137).

O operador complexo  $\Lambda$ , em discussão, baseia-se em algumas hipóteses (Gutiérrez, 2008b, 2011b):

- um sistema aberto de representações abertas pode identificar sensibilidades previsíveis na rede;
- a tecnologia possibilita a construção de sistemas e linguagens que abrangem diferentes perspectivas sobre mundos registrados;
- a diversidade possibilita a complementação de perspectivas e não sua oposição e contradição;
- o operador complexo representa o multicultural, mais bem denominado como complexo, aberto, plural e voltado à miscigenação;
- a concepção emancipadora da exomemória propõe o estudo de relações com o desenvolvimento do compartilhamento da inteligência e memória social.

Além dessa diversidade conceitual, o operador complexo incorpora significados da multiplicidade de ângulos para o fluxo do tempo e a diversidade da localização espacial. Isso possibilita que a OC acompanhe, de forma democrática, a mudança do mundo de fato, considerando o momento e/ou o local de um discurso (García Gutiérrez, 2011b).

Apesar de sempre ocorrer essa superação de um paradigma por outro, deve-se considerar a relevância histórica de paradigmas anteriores, pois essas questões afetam a diacronia do discurso. A memória registrada, como, por exemplo, um acontecimento registrado em um arquivo de jornal, não possui pureza em seus fatos ou “significados legitimamente registrados”, por possuir repressiva interpretação, ou seja, apesar de esses registros sofrerem múltiplas interpretações ao longo do tempo, não são registrados, sendo impedidos de publicação.

Em contrapartida, a construção de uma memória digital demanda uma sensibilidade pluralista e uma inspeção de conhecimentos inter-relacionados. A exposição de diferentes ideias e alternativas, distintas da atual individual ou coletiva, sejam conservadoras ou progressistas, é legítima e faz parte da exomemória. A exomemória canaliza a multiplicidade de entendimentos, com registros atribuídos a significados específicos de lugar, tempo e pensamentos, além de orientação de buscas por respostas no sistema e, ademais, possibilidades imprevistas.

Essas funções da exomemória cumprem a proposta de uma epistemografia aberta a mudanças e à liberdade, embora também ofereçam caminhos para a repressão e o conservadorismo. A liberdade de expressão deve ser incentivada, não as variantes expressões ou opiniões, como ameaças ou danos, que precisam ser tidas

como crime em toda e qualquer sociedade: “[...] a justificação da morte, da tortura, da extorsão e do uso da violência, não importa de onde venha — ‘marginal’ ou ‘oficial’ — é repreensível mesmo que uma cultura tradicional ou o direito à autodefesa a prove, a menos que seja para salvar a própria vida” (García Gutiérrez, 2011b, p. 319, tradução livre).

Deve-se ressaltar que essas afirmações categóricas possuem diversas nuances e um dos objetivos do operador complexo é “libertar o mediador da responsabilidade do subjetivismo ou da prática da objeção da consciência” (García Gutiérrez, 2011b, p. 319, tradução livre).

A imprensa, por exemplo, é um mecanismo de controle que procura ilegítimamente reduzir a complexidade do mundo a uma visão simples. A imprensa pode ser considerada uma poderosa produtora de controle global, sendo que o mesmo ocorre com a cinematografia e com a *Internet*.

Esse fenômeno pode ser observado, por exemplo, com a imprensa tendo sido utilizada como ferramenta para disseminação de propagandas de controle e desinformação em tempos de guerra, além de ser um dos meios de comunicação mais amplo e poderoso e, segundo Carvalho (1996, p. 3), “leva idéias [sic] e opiniões a todas as localidades, que as apresenta a todos os olhos, atravessa os Estados, percorre o mundo, consegue o acesso de muitos, porque comunica-se [sic] com todos, porque põe em movimento o pensar de milhões de homens”. Hoje, entretanto, muito provavelmente, esse cenário tenha sido mudado e migrado para a *Internet*.

Os principais produtores de imprensa apresentam uma narrativa desequilibrada da memória ao estarem preocupados com a liberdade da divulgação de seus produtos em grandes vitrines midiáticas. As visões e concepções majoritárias são introduzidas em seus veículos, convertem gestores de exomemória em seguidores dos vícios de um “mundo da informação jornalística, comercial ou científica” (García Gutiérrez, 2011b, p. 320, tradução livre). Ademais, favorecem os desejos de governos neoliberais, que priorizam mercadorias em detrimento das pessoas e desenvolvem o próprio currículo dos mediadores de conhecimento e memória, como forma de doutrinação.

Nessa conjuntura, é necessário aos cidadãos o desenvolvimento de adequados programas de formação de redes digitais, para que a coexistência do físico e do virtual, com os pensamentos e expressões contrárias aos padrões, não seja considerada anormal, mas enriquecedora.

Essencialmente, o operador complexo possibilita ao gestor da exomemória incorporar todos os possíveis acessos a um conceito, sem cair no relativismo. De maneira que o mediador remova preconceitos da classificação e inclua todas as perspectivas, inclusive a sua e a legitimada pelo operador transcultural V (García Gutiérrez, 2011b).

Outrossim, é importante salientar que existe uma certa dificuldade em representar todas as perspectivas de um conceito, até porque não se tem acesso a todos os termos que possam representar um conceito. Um ponto de equilíbrio, sendo um mecanismo já utilizado por profissionais da informação, são as notas de escopo, que permitem aos mediadores representarem o conceito com os termos apresentados em manuais/tesauros/dicionários/glossários e os termos utilizados no contexto a que se quer representar.

Adiante, o operador transcultural será explanado e, como será possível observar, ele equilibrará o operador complexo, ao encontrar um acordo entre as diversas culturas.

## 8.2.2 OPERADOR TRANSCULTURAL V

O operador transcultural V viabiliza acordos interculturais, mesmo que apresentem contradições entre princípios gerais. Seu símbolo, na lógica, significa OU e é associado a uma disjunção inclusiva. Essa disjunção compreende que a proposição resultante será verdadeira se uma das proposições for verdadeira ou se todas o forem. Não há obrigação na adoção desse operador, exceto para quem concorda com os seus fundamentos, por meio de canais de comunicação e mediação transcultural. Ainda, é necessário que esse acordo inclua cláusulas de revisão e obsolescência.

Para García Gutiérrez (2011b, p. 324, tradução livre), esse acordo intercultural “[...] é necessário e possível em questões em que posições fracas ou marginais sucumbem à propaganda hegemônica global ou local, por exemplo, ou em questões centrais ou tangenciais relacionadas com os direitos humanos”. Concomitantemente, o universalismo geral extingue a diversidade de narrativas sobre conhecimento e memórias.

O universalismo falha quando esse acordo é casualmente aplicado, pois o universalismo anula o acordo intercultural. Uma alternativa é recorrer a outras matrizes heurísticas. Ao invés de empregar o universalismo geral, que força a

submissão de culturas a uma dominante, o universalismo setorial pode ser útil, pois ele somente universaliza questões internas dentro de uma cultura (García Gutiérrez, 2011b).

O acordo transcultural ocorrerá sob algumas características:

- priorizar a relação entre sujeito-objeto, em detrimento do dominante objeto-objeto, desprovido de subjetividades;
- considerar relações rejeitadas como possível ordenação de relações com e entre objetos de exomemória;
- proteger relação diacrônica entre sujeitos e sujeitos-objetos como possível lógica de organização e sistemas relacionais de objetos síncronos e históricos;
- promover uma organização baseada na metonímia, em índices e traços despercebidos, uma estrutura transcendente;
- proteger todas as possíveis traduções em respeito à memória;
- eliminar concepções paternalistas das culturas subordinadas às culturas elitistas, por meio de uma concepção miscigenada em todos os processos de interação.

Para ocorrerem os acordos interculturais, é necessário construir uma teoria.

Algumas etapas desse processo são:

- (a) estabelecer formas e acessibilidade às categorias;
- (b) estabelecer características, representação e legitimação dos representantes nesse diálogo;
- (c) estabelecer propriedade e condições do diálogo;
- (d) estimar questões relacionadas ao contexto, ao espaço-tempo e à capacidade de captar variações em qualquer processo representativo.

Essas etapas não negam a globalização, pois ela não é o horizonte de referência, mas, sim, a monopolização do conhecimento social de uma memória subordinada a um poder opressor. Essa visão de divergência ocorre pois sempre há visões de uma lógica opositora. Não se trata de negar a divergência e concordar com todas as proposições lógicas, mas “construir dialogicamente proposições complexas que acomodem todos os interesses, contradições e oposições entre as lógicas em conflito, a partir de algumas concessões e alterações menores e aceitáveis” (García Gutiérrez, 2011b, p. 327, tradução livre).

Para isso, é necessário aplicar o operador transcultural para o diálogo proposto. Dessa maneira, a “[...] exomemória, a democracia, a liberdade, a emancipação, a diversidade e a dignidade dos conhecimentos e das memórias, e a participação dos cidadãos justificam os meios dialógicos” (García Gutiérrez, 2011b, p. 328, tradução livre) para se obter uma transculturalidade.

A dialética é um instrumento que oferece acordo comum a todas as partes, para inserir uma presença coletiva na rede e uma opinião democrática. García Gutiérrez (2011b) desenvolveu princípios para esse diálogo, inspirado em Boaventura de Sousa Santos, Arthur Schopenhauer e Otto Apel, para alcançar acordos interculturais:

- (a) princípio da homologação de princípios;
- (b) princípio da flexibilidade;
- (c) princípio da incompletude;
- (d) princípio da tradução intertópica de assuntos e linguagens;
- (e) princípio da co-contextualidade;
- (f) princípio da utilidade;
- (g) princípio da igualdade;
- (h) princípio da implementação;
- (i) princípio da obsolescência.

O primeiro princípio se refere à homologação de princípios. Ele orienta que um debate necessita de objetivos que coincidam com alguns padrões éticos, considerados mínimos, como o direito à dignidade e à emancipação. No segundo princípio, é orientada a disposição de todas as partes a defender o seu ponto de vista e aceitar possíveis mudanças, não contrariando o princípio anterior.

O princípio da incompletude complementa o anterior e orienta que as partes devem expressar publicamente a possibilidade de estarem erradas e em uma posição tendenciosa, equivocada ou difícil de sustentar. O quarto princípio, da tradução, revela que, a cada debate, será estabelecido um assunto e um idioma. Deve-se estabelecer entre tópicos uma estrutura de tradução cultural complexa — apresentando, inclusive, círculos viciosos e mal-entendidos. As traduções se basearão nas três impossibilidades: peso autobiográfico na leitura, existência certa de margens de intraduzibilidade e o cometimento de erros inevitáveis.

No princípio da cocontextualidade, derivado do princípio anterior, verifica-se a solidez desses quadros interpretativos de tradução, baseados em um sistema em

relação à matriz cognitivo-cultural do outro, isto é, avalia-se o contexto cultural dessas traduções. No princípio da utilidade, os representantes devem estar convencidos da utilidade do consenso, do diálogo em prol de mudanças e do acordo, mesmo que hábitos conhecidos sejam trocados por novos e estranhos hábitos.

O sétimo princípio busca pela igualdade de oportunidade dialógica na diferença em cada pensamento, além de buscar pelo sentimento de igualdade, mesmo após um acordo. O contrário é o mesmo que fraude ou submissão. O princípio da implementação encarrega-se de se comprometer a implementar os acordos voluntariamente em todas as esferas de mediação e influência na exomemória. E, por fim, o princípio da obsolescência se compromete com a revisão dos acordos, quando há questionamentos de sua validade e/ou novos posicionamentos são introduzidos.

Após a explanação dos procedimentos e etapas da desconstrução e da desclassificação, como subsídios para o desenvolvimento dos pressupostos metodológicos, apresentaram-se concepções de modelo, tendo em vista que a construção dos pressupostos se baseou *a priori* em um modelo.

## 8.2 Modelos

O termo modelo é um diminutivo de medida e forma, do latim *modulus* de *modus*, ou seja, se refere a um padrão que representa uma forma. O modelo abrange a abstração, ao compreendê-lo como processo mental que constrói modelos de partes da realidade. Essa parte é recortada de acordo com o observador e os seus princípios (Melo, 2010).

Silva (2010), igualmente, define o modelo por sua raiz etimológica de medida e forma, e aprofunda para o campo científico, que o mesmo significado permanece, como um “sistema físico, matemático ou lógico que representa as estruturas essenciais de uma realidade e é capaz de, no seu nível, explicar ou reproduzir, dinamicamente, o funcionamento dessas mesmas estruturas” (Silva, 2010, p. 299). Compreende-se, dessa maneira, que os modelos representam uma realidade por meio de estruturas compostas por elementos basilares para sua compreensão.

Os modelos podem ser definidos, em essência, como representações do mundo que portam características indispensáveis a um domínio, sendo desenvolvidos pela necessidade de entender a realidade complexa do universo. De acordo com Sayão (2001, p. 83), “a mente tenta decompor o mundo real em uma série de sistemas simplificados”, isso significa que os modelos nascem da necessidade humana de

simplificar para compreender por meio dos sistemas, da representação e da classificação.

Dessa maneira, é possível inferir que SOCs são modelos. Os modelos, segundo Sayão (2001), representam o mundo em um domínio do conhecimento e, como simplificação e representação, tendem a excluir algumas características da realidade para uma dada compreensão.

A modelagem é fundamental no desenvolvimento de sistemas, sendo um processo de tomada de decisão, ela objetiva (Melo, 2010):

- simplificação;
- formalização;
- otimização;
- resolubilidade;
- generalidade e especificidade.

Isso significa que se busca encontrar padrões no mundo real, realizar estudos formais de uma dada realidade e elaborar representações encontradas no mundo real (Melo, 2010).

Existem diversas razões para se criar modelos do mundo real, principalmente relacionadas à dificuldade de manipulá-lo diretamente [...]. Muitas vezes, nosso modelo do mundo não é físico, mas um modelo abstrato. Esses modelos são abstrações do mundo real, e sua semelhança com a realidade é conceitual, e não física (Coyle, 2016, p. 29, tradução livre).

Os modelos possuem sua própria estrutura independente da realidade que ele representa e um de seus objetivos é comunicar algo sobre o objeto a ser modelado, para “gerar um entendimento mais completo sobre a realidade”. Isso exige “uma correta seleção dos elementos do universo do discurso que comporão a visão a ser representada”, de acordo com Sayão (2001, p. 83). Ou seja, é necessário alguém qualificado nessa seleção para uma adequada precisão.

Em cada domínio, o modelo possui noções e procedimentos de aplicação distintos e até no interior de um domínio (Silva, 2010). No contexto científico, os modelos e teorias possuem estreita relação. Sob um primeiro ponto de vista, os modelos são estruturas de teorias complementares, pois cada relação com elementos da teoria deve ter relação correspondente a elementos do modelo; sob um segundo ponto de vista, os modelos são interpretações de teorias ou explicações, ou ambas, no entanto, os modelos são mais restritos (Rocha; Duarte; Paula, 2017).

Como simplificação, os modelos são subjetivos por não selecionar todos os elementos da realidade, ao mesmo tempo, são valiosos por permitir apresentar aspectos fundamentais relacionados. Essa seleção impacta diretamente no alcance da aplicação de um modelo e no estado provisório que eles carregam consigo, pois, as teorias e modelos que a ciência dispõe possuem suas limitações (Sayão, 2001).

Os modelos possuem algumas características básicas: a) o mapeamento, b) a redução e c) o pragmatismo. A primeira característica do mapeamento refere-se à modelagem dos modelos, isto é, modelos modelam e representam algo que pode ser modelado. A segunda característica, da redução, se refere ao mapeamento da representação dos atributos, isto é, os modelos representam somente atributos relevantes. A última característica do pragmatismo se refere ao caráter funcional dos modelos, isto é, os modelos substituem os seus originais para um objetivo e limitado por um tempo (Sayão, 2001).

Os modelos também podem ser considerados, conforme Sayão (2001, p. 84):

aproximações seletivas que, pela eliminação de detalhes acidentais, permitem o aparecimento de alguns aspectos fundamentais relevantes ou interessantes do mundo real sob alguma forma generalizada. [...] são estruturados, no sentido de que os aspectos importantes selecionados da realidade são explorados em termos de suas relações com outros modelos e aspectos da realidade.

Ou seja, os modelos são aproximações da realidade através da seleção e, por consequência, os modelos são estruturas selecionadas da realidade.

Os modelos simplificam, explicam e caracterizam uma teoria, ou seja, reduzem a complexidade. Eles possuem função organizacional, ao extrair e estruturar informações relevantes; possuem função lógica, ao explicar um fenômeno; função normativa, ao comparar fenômenos; função sistemática, por construir sistemas interligados; função construtiva, ao fundamentar a construção de teorias e leis; além da função de parentesco, ao promover a comunicação de ideias científicas (Sayão, 2001).

### 8.3 Procedimentos de Aplicação Metodológica

O primeiro passo realizado foi o levantamento em bases de dados da literatura, conforme mencionado, na WoS, Scopus, LISTA, BRAPCI e BDTD. A princípio, houve dificuldades nos processos do levantamento bibliográfico e, muitas vezes, nesse levantamento, obtiveram-se resultados pouco representativos.

Utilizaram-se tentativas de várias estratégias de busca, no entanto, nenhuma apresentava homogeneidade de aplicação nas bases de dados propostas. Ao restringir a busca, alguns documentos eram excluídos e, ao ampliar, muitos documentos de áreas diversas eram apresentados. Cada base de dados teria que apresentar uma estratégia totalmente diferente uma da outra.

Dessa maneira, como alternativa, verificaram-se os termos mais utilizados por García Gutiérrez em seus artigos e livros utilizados no referencial teórico sobre desclassificação (García Gutiérrez, 2001, 2004, 2006, 2007, 2011a, 2011b, 2013, 2014a, 2014b, 2014c, 2016, 2017, 2018a, 2018b) e a partir desses termos poderiam ser utilizados para o levantamento nas bases de dados.

Para verificar as palavras mais repetidas dos textos de García Gutiérrez, utilizou-se o software Voyant Tools<sup>9</sup>. Nesse software, ao anexar um arquivo de texto, carregam-se diversas ferramentas de análise, como, por exemplo, lista de termos e suas respectivas frequências no texto, há também nuvem de palavras, gráficos de tendência de termos e entre outras funções.

O recurso utilizado do Voyant Tools para a análise foi a lista de palavras com sua frequência. Após tratar os dados de cada um dos artigos no Voyant Tools, exportou-se e os tratou no Microsoft Excel, onde foram reunidos os dados de todos os textos e tratados respectivamente, com a retirada de termos que não são representativos para a análise (como, por exemplo, a, o, para, de, um, do, possui, esses, mais, que etc.).

Após, identificaram-se 412 termos com suas respectivas variações (perspectiva, perspectivas, perspective, por exemplo). O termo que mais se repetiu nos textos de García Gutiérrez foi “lógica” (com suas variações: lógicas, lógico, logic, logics, logical), com a frequência de 257 vezes. Identificou-se, igualmente, o termo

---

<sup>9</sup> *Software* de código aberto, o Voyant Tools é um ambiente de leitura e análise de textos. Advindo de um projeto acadêmico de Stefán Sinclair e Geoffrey Rockwell da University of Alberta (Canadá), tem como intuito facilitar práticas de leitura e interpretação para estudantes e acadêmicos do campo das humanidades digitais e demais públicos. Possui interfaces em vários idiomas, inclusive no português. (Sinclair; Rockwell, 2016).

“conhecimento” (com suas variações: conhecimentos, knowledge, knowledges), com 277 repetições, no entanto, não foi considerado para a análise, por ser muito abrangente no campo da OC.

Como forma de recorte do número de categorias, por ser um valor muito expressivo, considerou-se somente 20 termos, isto é, o número das categorias de análise representa 10% do valor do termo com o maior número de repetição (257). Os termos mais repetidos nos textos do García Gutiérrez foram representados na Figura 2:

Figura 2 – Frequência dos Termos em García Gutiérrez



Fonte: elaborada pela autora.

Nota: produzida durante 1º semestre de 2025.

Os termos possuem a seguinte frequência, em ordem decrescente: lógica (257), mundo (195), cultura (194), contradição (182), posição (173), memória (154), classificação (127), operador (119), outro (104), conceito (103), sentido (101), assunto (81), sistema (75), pensamento (74), desclassificação (73), digital (69), categoria (57), ferramenta (55), teoria (54) e instância (52).

A partir dos termos identificados, elaborou-se a estratégia de busca e, posteriormente, o ranqueamento dos artigos levantados. As estratégias utilizadas para a busca nas bases de dados estão apresentadas no Quadro 5, tendo em vista que cada uma das bases possui sua particularidade e, dessa maneira, foi necessária uma adaptação para cada uma.

Quadro 5 – Estratégias de busca em bases de dados

Base	Estratégia
LISTA	("garcía gutiérrez" OR "garcía-gutiérrez") AND (((logic OR world OR contradiction OR position OR culture OR memory OR classification OR operator OR other OR concept OR sense OR subject OR system OR declassification OR category OR tool OR theory OR instance OR social OR epistemography OR thought OR identity OR consenso OR exomemory OR complex OR reason OR oxymoron OR epistemology OR respect OR epistemological OR life OR transcultural OR construction OR opposite OR reality OR declassifying OR dialogue OR pluralism OR disenso OR issue OR real OR contra OR democratic OR cognition OR metonymic OR occidental OR principio) OR (lógica OR mundo OR contradição OR posição OR cultura OR memória OR classificação OR
LISTA	operador OR outro OR conceito OR sentido OR sistema OR desclassificação OR categoria OR ferramenta OR teoria OR instância OR social OR epistemografia OR pensamento OR identidade OR consenso OR exomemória OR complexo OR razão OR oxímoro OR epistemologia OR respeito OR epistemológico OR vida OR transcultural OR construção OR oposição OR realidade OR desclassificando OR diálogo OR pluralismo OR dissenso OR assunto OR real OR contra OR democrático OR cognição OR metonímico OR ocidental OR princípio) OR (lógica OR mundo OR contradicción OR posición OR cultura OR memoria OR clasificación OR operador OR otro OR concepto OR sentido OR sistema OR desclasificación OR categoría OR herramienta OR teoría OR instancia OR social OR epistemografía OR pensamiento OR identidad OR consenso OR exomemoria OR complejo OR razón OR oxímoron OR epistemología OR respeto OR epistemológico OR vida OR transcultural OR construcción OR oposición OR realidad OR desclasificación OR diálogo OR pluralismo OR dissenso OR asunto OR real OR contra OR democrático OR cognición OR metonímico OR occidental OR principio)))
WoS	("garcía gutiérrez" OR "garcía-gutiérrez") AND (logic OR world OR contradiction OR position OR culture OR memory OR classification OR operator OR other OR concept OR sense OR subject OR system OR declassification OR category OR tool OR theory OR instance OR social OR epistemograph OR thought OR identity OR consensx OR ecomemory OR complex OR reason OR oxymoron OR epistemology OR respect OR epistemological OR life OR transcultural OR construction OR opposite OR reality OR declassifying OR dialogue OR pluralism OR dibenso OR issue OR real OR contra OR democratic OR cognition OR metonymic OR occidental OR principia) (All Fields) and Information Science & Library Science (Web of Science Categories)
Scopus	ALL ( ( "garcía gutiérrez" OR "garcía-gutiérrez" ) AND ( ( ( logic OR world OR contradiction OR position OR culture OR memory OR classification OR operator OR other OR concept OR sense OR subject OR system OR declassification OR category OR tool OR theory OR instance OR social OR epistemography OR thought OR identity OR consenso OR exomemory OR complex OR reason OR oxymoron OR epistemology OR respect OR epistemological OR life OR transcultural OR construction OR opposite OR reality OR declassifying OR dialogue OR pluralism OR disenso OR issue OR real OR contra OR democratic OR cognition OR metonymic OR occidental OR principio ) OR ( lógica OR mundo OR contradição OR posição OR cultura OR memória OR classificação OR operador OR outro OR conceito OR sentido OR sistema OR desclassificação OR categoria OR ferramenta OR teoria OR instância OR social OR epistemografia OR pensamento OR identidade OR consenso OR exomemória OR complexo OR razão OR oxímoro OR epistemologia OR respeito OR epistemológico OR vida OR transcultural OR construção OR oposição OR realidade OR desclassificando OR diálogo OR pluralismo OR dissenso OR assunto OR real OR contra OR democrático OR cognição OR metonímico OR ocidental OR princípio ) OR ( lógica OR mundo OR contradicción OR posición OR cultura OR memoria OR clasificación OR operador OR otro OR concepto OR sentido OR sistema OR desclasificación OR categoría OR herramienta OR teoría OR instancia OR social OR epistemografía OR pensamiento OR identidad OR consenso OR exomemoria OR complejo OR razón OR oxímoron OR epistemología OR respeto OR epistemológico OR vida OR transcultural OR construcción OR oposición OR realidad OR desclasificación OR diálogo OR pluralismo OR dissenso OR asunto OR real OR contra OR democrático OR cognición OR metonímico OR occidental OR principio ) ) ) AND ( LIMIT-TO ( SUBJAREA , "SOCI" ) ) AND ( LIMIT-TO ( LANGUAGE , "English" ) OR LIMIT-TO ( LANGUAGE , "Spanish" ) OR LIMIT-TO ( LANGUAGE , "Portuguese" ) ) AND ( LIMIT-TO ( EXACTSRCTITLE , "Knowledge Organization" ) )

<b>Scopus</b>	OR LIMIT-TO ( EXACTSRCTITLE , "Scire" ) OR LIMIT-TO ( EXACTSRCTITLE , "Profesional De La Informacion" ) OR LIMIT-TO ( EXACTSRCTITLE , "Informacao E Sociedade" ) OR LIMIT-TO ( EXACTSRCTITLE , "Perspectivas Em Ciencia Da Informacao" ) OR LIMIT-TO ( EXACTSRCTITLE , "Encontros Bibli" ) OR LIMIT-TO ( EXACTSRCTITLE , "Ciencia Da Informacao" ) OR LIMIT-TO ( EXACTSRCTITLE , "Revista General De Informacion Y Documentacion" ) OR LIMIT-TO ( EXACTSRCTITLE , "Revista Espanola De Documentacion Cientifica" ) OR LIMIT-TO ( EXACTSRCTITLE , "Transinformacao" ) OR LIMIT-TO ( EXACTSRCTITLE , "Investigacion Bibliotecologica" ) OR LIMIT-TO ( EXACTSRCTITLE , "Revista Interamericana De Bibliotecologia" ) OR LIMIT-TO ( EXACTSRCTITLE , "Revista Ibero Americana De Ciencia Da Informacao" ) OR LIMIT-TO ( EXACTSRCTITLE , "Journal Of Documentation" ) OR LIMIT-TO ( EXACTSRCTITLE , "Estudios Sobre El Mensaje Periodistico" ) OR LIMIT-TO ( EXACTSRCTITLE , "Health Information And Libraries Journal" ) OR LIMIT-TO ( EXACTSRCTITLE , "Biblios" ) )
<b>BRAPCI</b>	("garcía gutiérrez" OR "garcía-gutiérrez") AND (((logic OR world OR contradiction OR position OR culture OR memory OR classification OR operator OR other OR concept OR sense OR subject OR system OR declassification OR category OR tool OR theory OR instance OR social OR epistemography OR thought OR identity OR consenso OR exomemory OR complex OR reason OR oxymoron OR epistemology OR respect OR epistemological OR life OR transcultural OR construction OR opposite OR reality OR declassifying OR dialogue OR pluralism OR disenso OR issue OR real OR contra OR democratic OR cognition OR metonymic OR occidental OR principio) OR (lógica OR mundo OR contradicção OR posição OR cultura OR memória OR classificação OR operador OR outro OR conceito OR sentido OR sistema OR desclassificação OR categoria OR ferramenta OR teoria OR instância OR social OR epistemografia OR pensamento OR identidade OR consenso OR exomemória OR complexo OR razão OR oxímoro OR epistemologia OR respeito OR epistemológico OR vida OR transcultural OR construção OR oposição OR realidade OR desclassificando OR diálogo OR pluralismo OR dissenso OR assunto OR real OR contra OR democrático OR cognição OR metonímico OR ocidental OR principio) OR (lógica OR mundo OR contradicción OR posición OR cultura OR memoria OR clasificación OR operador OR otro OR concepto OR sentido OR sistema OR desclasificación OR categoría OR herramienta OR teoría OR instancia OR social OR epistemografía OR pensamiento OR identidad OR consenso OR exomemoria OR complejo OR razón OR oxímoron OR epistemología OR respeto OR epistemológico OR vida OR transcultural OR construcción OR oposición OR realidad OR desclasificación OR diálogo OR pluralismo OR dissenso OR asunto OR real OR contra OR democrático OR cognición OR metonímico OR occidental OR principio)))
<b>BDTD</b>	("garcía gutiérrez" OR "garcía-gutiérrez") AND (((logic OR world OR contradiction OR position OR culture OR memory OR classification OR operator OR other OR concept OR sense OR subject OR system OR declassification OR category OR tool OR theory OR instance OR social OR epistemography OR thought OR identity OR consenso OR exomemory OR complex OR reason OR oxymoron OR epistemology OR respect OR epistemological OR life OR transcultural OR construction OR opposite OR reality OR declassifying OR dialogue OR pluralism OR disenso OR issue OR real OR contra OR democratic OR cognition OR metonymic OR occidental OR principio) OR (lógica OR mundo OR contradicção OR posição OR cultura OR memória OR classificação OR operador OR outro OR conceito OR sentido OR sistema OR desclassificação OR categoria OR ferramenta OR teoria OR instância OR social OR epistemografia OR pensamento OR identidade OR consenso OR exomemória OR complexo OR razão OR oxímoro OR epistemologia OR respeito OR epistemológico OR vida OR transcultural OR construção OR oposição OR realidade OR desclassificando OR diálogo OR pluralismo OR dissenso OR assunto OR real OR contra OR democrático OR cognição OR metonímico OR ocidental OR principio) OR (lógica OR mundo OR contradicción OR posición OR cultura OR memoria OR clasificación OR operador OR otro OR concepto OR sentido OR sistema OR desclasificación OR categoría OR herramienta OR teoría OR instancia OR social OR epistemografía OR pensamiento OR identidad OR consenso OR exomemoria OR complejo OR razón OR oxímoron OR epistemología OR respeto OR epistemológico OR vida OR transcultural OR construcción OR oposición OR realidad OR desclasificación OR diálogo OR pluralismo OR dissenso OR asunto OR real OR contra OR democrático OR cognición OR metonímico OR occidental OR principio)))

Fonte: elaborado pela autora.

Nota: desenvolvida durante 1º semestre de 2025.

Como corpus documental, levantou-se um total de 148 artigos, teses e dissertações. Observa-se que foram adaptadas as estratégias de busca conforme as particularidades de cada base de dados, tendo em vista o número de termos identificados e que, ao mesmo tempo, esses termos propiciaram um levantamento bibliográfico mais representativo.

Uma dificuldade encontrada no levantamento está relacionada à base de dados Scopus, que possui filtros pouco precisos, como, por exemplo, não há filtros para o campo de estudo que se deseja buscar, somente para as grandes áreas (ciências sociais, multidisciplinar, ciências exatas, ciências humanas etc.), dificultando a especificidade da busca. Então, para especificar a busca, foram realizados filtros pelos periódicos do campo da CI.

Conforme os resultados do corpus documental, observa-se que a desclassificação ainda é uma teoria pouco explorada. Dessa maneira, optou-se por não estabelecer recortes temporais, a fim de conferir mais abrangência à literatura sobre a temática. De ora em diante, para fins da composição do corpus de análise, foram realizados recortes. Verificou-se em cada um dos textos a presença e a frequência dos termos mais frequentes de García Gutiérrez, apresentados na Figura 2.

Esses termos, quando presentes nos textos do levantamento, para fins de recorte, receberam valoração decrescente de 20 a 1, de acordo com sua frequência apresentada nos textos do García Gutiérrez. Isso significa que o termo mais frequente pelo autor, como “lógica”, recebe a pontuação 20; o termo menos frequente, como “instância”, recebe o valor de 1. Na Tabela 1, há um detalhamento da frequência de cada um desses termos.

Tabela 1 – Valoração dos Termos de Análise

Termo	Pontuação	Termo	Pontuação	Termo	Pontuação
Lógica	20	Operador	13	Desclassificação	6
Mundo	19	Outro	12	Digital	5
Cultura	18	Conceito	11	Categoria	4
Contradição	17	Sentido	10	Ferramenta	3
Posição	16	Assunto	9	Teoria	2
Memória	15	Sistema	8	Instância	1
Classificação	14	Pensamento	7		

Fonte: elaborada pela autora.

Nota: desenvolvida durante 1º semestre de 2025.

Concomitantemente, ao verificar a presença dos termos nos textos, verificou-se o número de vezes que o termo aparecia no texto. Dessa maneira, multiplicou-se a frequência com que um termo aparecia no texto pela sua pontuação, ou seja, se em um texto se repete três vezes o termo “memória”, ficaria uma pontuação de  $3 \times 15 = 45$ , por exemplo. Havendo mais de um termo do Quadro 5 presente no texto, as pontuações correspondentes devem ser somadas. Por exemplo, em um texto aparecem duas vezes o termo “lógica”, cinco vezes o termo “memória” e oito vezes o termo “classificação”, ficaria um total de  $(2 \times 20) + (5 \times 15) + (8 \times 14) = 227$ .

Após a verificação da presença e frequência dos termos, além dos seus respectivos cálculos, cada texto obteve uma pontuação total. Os textos foram ranqueados em ordem decrescente, pelos que obtiveram maior a menor pontuação, tendo em vista que o texto com maior pontuação pode ser considerado o mais representativo para a temática em discussão, ao incluir em seus termos, aqueles que García Gutiérrez mais utiliza. Ressalta-se que essa representatividade se refletiu nos fichamentos realizados posteriormente; ou seja, tais registros também verificam se, de fato, os termos utilizados pelos autores possuem os mesmos sentidos daqueles propostos por García Gutiérrez.

Como forma de recorte, tendo em vista que objetivou-se identificar a fortuna crítica de García Gutiérrez, eliminaram-se os textos de sua autoria. Após, o total dos textos passou a ser de 131, tendo em vista que o texto com maior pontuação obteve 34.238 pontos e o que obteve menor pontuação foram 19 pontos. Para fins de melhor compreensão e entendimento, simplificou-se o resultado das pontuações multiplicando o total por 0,0001 (por exemplo,  $34.238 \times 0,0001 = 3,4238$ ) e arredondou-se para duas casas decimais, ficando em 3,42. Ainda, como recorte, para compor o corpus de análise, considerou-se até o artigo que obteve a pontuação de até 5% do texto com maior pontuação (ou seja,  $5\% \text{ de } 3,42 = 0,17$ ), correspondente a aproximadamente os primeiros 50% do corpus documental. Na Tabela 2, adiante, apresentou-se o corpus documental detalhadamente:

Tabela 2 – *Corpus de Análise*

Autor	Pontuação
Farias, M. C. Q. S. (2014)	3,42
Vilela, C. L. (2024)	2,75
Pinho, F. A. (2006)	1,50
Fornells, V. H. G. (2016)	1,29
Bezerra, V. C. A. (2019)	0,78
Guimarães, M. L. (2018)	0,75
Vogel, M. J. M. (2007)	0,63
García Gutiérrez, A. J. (2020)	0,61
López-Huertas, M. J. (2008)	0,54
Farias, M. C. Q. S.; Almeida, C. C. (2014)	0,52
Vanin, L. F.; Sales, R. (2024)	0,50
Machado, L. M. O.; Martínez-Ávila, D.; Simões, M. G. M. (2019)	0,45
Dumont, V. M. G. O. (2019)	0,45
Canário, R. F. (2017)	0,45
Biscalchin, R.; Moreira, W. (2020)	0,42
Guimarães, J. A. C.; Pinho, F. A.; Milani, S. O. (2016)	0,41
Duarte, M. E. S. (2024)	0,40
Bocato, V. R. C.; Biscalchin, R. (2014)	0,37
Sundström, A. S. S. (2023)	0,35
Farias, M. C. Q. S.; Bizello, M. L. (2016)	0,34
Sales, R.; Murguia, E. I. (2015)	0,33
Turner, H. (2017)	0,31
Moreira, W.; Sabbag, D. (2022)	0,31
Vilela, C. L.; Barros, C. M. (2022)	0,29
Gomes, P.; Frota, M. G. C. (2019)	0,28
Arboit, A. E.; Guimarães, J. A. C. (2015)	0,27
Bragagnolo, B. M. (2019)	0,27
Gaudêncio, S. M.; Albuquerque, M. E. B. C.; Côrtes, G. R. (2021)	0,26
Guimarães, J. A. C. (2024)	0,26
Manhique, I. L. E.; Casarin, H. C. S. (2019)	0,26
Quintero Castro, N. <i>et al.</i> (2009)	0,23
Guimarães, J. A. C.; Pinho, F. A. (2006)	0,22
Santana, S. R.; Martins, E. E.; Costa, D. J. E. (2024)	0,22
Almeida, T.; Saldanha, G. S. (2021)	0,22
Chagas, L. B. R.; Paula, L. T. (2023)	0,21
Martines, A. R.; Moreira, W.; Almeida, C. C. (2022)	0,21
Reig, R. (2019)	0,21
Guimarães, J. A. C.; Evangelista, I. V.; Luz, G. A. M.; Osawa, H. F. (2019)	0,20
Martínez-Ávila, D.; Kipp, M. E. I. (2014)	0,20
Mejías, A. C.; García Rodríguez, L.; Álvarez Bornstein, B. (2024)	0,19
Martínez-Ávila, D.; Guimarães, J. A. C. (2013)	0,19
Geffet, M. G.; Hajibayova, L. (2020)	0,19

Saldanha, G. S.; Silva, M. L. G. (2017)	0,19
Martínez-Ávila, D. (2015)	0,19
Almeida, C. C. (2012)	0,18
Saldanha, G. (2020)	0,18
Café, L. M. A.; Barros, C. M.; Santos, V. C. (2014)	0,18
Farias, R. A. N.; Lima, I. F. (2021)	0,18
Monteiro, S. D.; Vignoli, R. G.; Almeida, C. C. (2020)	0,18
Giraudy Gómez, M. (2018)	0,18
Martines, A. R.; Almeida, C. C. (2023)	0,17

Fonte: elaborada pela autora.

Nota: desenvolvida durante 1º semestre de 2025.

Ainda em relação ao corpus de análise, além de servir para o referencial teórico sobre desclassificação, também foi utilizado para verificar a fortuna crítica de García Gutiérrez. Verificou-se quem cita seus trabalhos e o que falam a respeito do assunto, mais especificamente, verificou-se o uso que os autores fazem da desclassificação em seus trabalhos e a metodologia aplicada.

Após o levantamento, foram construídos fichamentos dos conceitos de desclassificação que os autores apresentam e os procedimentos das aplicações que os autores fazem da desclassificação. Essa identificação foi realizada através do atalho de busca (Ctrl+f, em ambiente *Windows*, no *software* Adobe Acrobat) em que se pesquisou as variações das iniciais do termo desclassificação em distintos idiomas: declassif-(inglês), desclassif-(português) e desclasif-(espanhol).

Em seguida, pretendeu-se dialogar e interpretar as ideias apresentadas pelo autor e por autores que citam os seus trabalhos, através do trabalho de inferência; verificou-se se é possível e viável aplicar em sistemas de classificação e se os autores aplicam a desclassificação em seus trabalhos.

Nesse momento da interpretação, verificou-se quem os autores citam para dialogar com os conceitos de desclassificação e o que há em comum entre essas concepções. Ademais, verificou-se se é possível um diálogo com a desconstrução de Derrida.

Através dessas inferências e interpretações, a princípio, considerou-se a construção de um modelo. Entretanto, ao se deparar com literaturas a respeito, como, por exemplo, os modelos de leitura documentária, de indexação e de diversos serviços documentários, constatou-se e compreendeu-se que modelos devem passar por procedimentos de testes e avaliações. A ausência de validação profissional impede que diretrizes sejam elevadas ao *status* de modelo, corroborando às afirmações de

Fujita e Gil-Leiva (2014, p. 51, 56) sobre o modelo de indexação: “a evolução da indexação nesse contexto foi determinada pelos estudos de avaliação”, além de que “essas avaliações deveriam aplicar-se não somente para realizar um controle sobre a indexação, senão também quando se produzem modificações ou melhoras nas linguagens de indexação”; e Alves (2020, 350) “[...] avaliar na prática esse modelo, demonstrando que está aberto a adaptações, conforme as necessidades de uma instituição”.

Dessa maneira, construíram-se subsídios para uma metodologia de aplicação ou, por assim dizer, um protótipo de como a desclassificação poderá ser aplicada nas representações das classificações, com o auxílio do pensamento da desconstrução, conforme a literatura apresentada e as três etapas descritas adiante. Salienta-se que, apesar de não ser um modelo em si, o objetivo por esses subsídios é que seja utilizado para a sua construção em futuras pesquisas.

Nesse contexto, para a construção dos subsídios de aplicação da desclassificação, baseou-se no modelo de tomada de decisão ética para sistemas de organização e representação do conhecimento (ORC) para uso global da professora Beghtol (2005).

Beghtol (2005) se baseia em um modelo de Brey (1999), em que o autor propõe uma divisão da ética computacional: “a reveladora” e a “não reveladora”, no entanto, Beghtol somente abrangeu a ética “reveladora”, que o autor divide em três níveis e pode ser adaptada, segundo Beghtol, às pesquisas sobre ética em sistemas de ORC. Os níveis são os seguintes:

(a) o nível de divulgação, no qual ocorre a análise de sistemas com base em algum valor ético; (b) o nível teórico, no qual as principais teorias éticas são identificadas e refinadas; e (c) o nível de aplicação, no qual as principais teorias são aplicadas aos resultados da pesquisa no nível de divulgação (Beghtol, 2005, p. 904, tradução livre).

Os níveis aplicados por Beghtol (2005) foram o primeiro e o último, isto é, o nível de divulgação e o nível de aplicação, respectivamente, objetivando uma análise crítica ética dos sistemas para uma possível aplicação.

Como afirmado anteriormente, o modelo da autora busca um uso global; no entanto, sabe-se que o acesso à informação global é tendencioso, pois “[...] a adequação cultural de cada sistema será maior para alguns grupos do que para outros e, por essa razão, podem surgir potenciais conflitos entre os diferentes grupos de usuários que adotarem o sistema” (Beghtol, 2005, p. 905, tradução livre). Para

conciliar diferenças culturais, a autora utiliza a Declaração Universal dos Direitos Humanos, com ênfase nos privilégios dos direitos à informação de indivíduos e comunidades, e o conceito de Smit (2001) de justiça global da informação (ou global information justice (GIF), em inglês).

No Brasil, não há um documento oficial que substitua e se adapte à realidade brasileira como a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Entretanto, na Constituição Federal de 1988 foram traduzidos enunciados da declaração em direitos fundamentais (consulte ANEXO A – CORRESPONDÊNCIA DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL NA CONSTITUIÇÃO DE 1988 ANEXO A – CORRESPONDÊNCIA DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL NA CONSTITUIÇÃO DE 1988), além de existirem ações e programas do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDH) do Governo Federal do Brasil, que visam a atender a declaração universal, como apresentado no Quadro 6.

Quadro 6 – Ações e Programas do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

ÁREAS DE ATUAÇÃO	PROGRAMAS TRANSVERSAIS	CARTA DE SERVIÇOS
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Cooperação Internacional;</li> <li>▪ Criança e Adolescente;</li> <li>▪ Comissão de Anistia;</li> <li>▪ Combate à Tortura e Graves Violações de Direitos Humanos;</li> <li>▪ Combate ao Trabalho Escravo;</li> <li>▪ Liberdade Religiosa;</li> <li>▪ LGBTQIA+;</li> <li>▪ Migrantes, Refugiados e Apátridas;</li> <li>▪ Pessoa Idosa;</li> <li>▪ Pessoa com Deficiência;</li> <li>▪ Pessoas Ameaçadas de Morte;</li> <li>▪ População em Situação de Rua;</li> <li>▪ Programa Aqui é Brasil;</li> <li>▪ Registro Civil de Nascimento;</li> <li>▪ Segurança Pública e Direitos Humanos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Pró-DH;</li> <li>▪ Educação em Direitos Humanos;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Carta de Serviços;</li> <li>▪ Denunciar violação de direitos humanos (Disque 100);</li> <li>▪ Denunciar e buscar ajuda a vítimas de violência contra mulheres (Ligue 180);</li> <li>▪ Acessar Programa Nacional de Educação Continuada em Direitos Humanos (PNEC_DH);</li> <li>▪ Acompanhar requerimentos de Anistia Política;</li> <li>▪ Equiparar Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa;</li> <li>▪ Receber assistência e proteção a testemunhas (PROVITA);</li> <li>▪ Solicitar pensão especial por isolamento e internação compulsórios de Hanseníase;</li> <li>▪ Registrar Ameaça de Morte contra Criança e Adolescente (PPCAAM);</li> <li>▪ Solicitar acesso ao Sistema de Informação Para a Infância e Adolescência (SIPIA Conselho Tutelar);</li> <li>▪ Solicitar adesão ao Programa Viver – Envelhecimento Ativo e Saudável;</li> <li>▪ Solicitar adesão ao Pró-DH – Conselho Tutelar;</li> <li>▪ Solicitar de inclusão no Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (PPDDH).</li> </ul>

Fonte: Brasil ([202-?]).

A declaração foi traduzida para diversos idiomas — aqueles cujos países falantes a aderiram —, assim como no Brasil, foi traduzida para o português, sendo uma das formas para se adotarem as medidas no Brasil.

No Brasil, a Constituição Federal, com o intuito de aplicar a Declaração Universal, adapta os enunciados dessa declaração, por exemplo, acerca da dignidade humana. Nesse exemplo, na Declaração Universal, em seu preâmbulo, é afirmado que: “I. Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade”. Na Constituição de 1988, esse mesmo enunciado é adaptado para “Art. 5º, I — homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição.” (Brasil, 1988), além de o Brasil fazer parte de convenções internacionais, aderindo à Declaração Universal.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, para Beghtol e em sua pesquisa, é ampla. Como forma de refinamento, a autora adotou o conceito de hospitalidade em seu modelo, como forma de apoio na criação, desenvolvimento, manutenção, revisão e uso de sistemas de ORC para fins globais. Dessa maneira, a autora adaptou para a sua pesquisa o conceito de hospitalidade da classificação bibliográfica, como “capacidade de uma notação de classificação incorporar novos conceitos em locais apropriados e permitir o estabelecimento de relações precisas entre os conceitos antigos e novos” (Beghtol, 2005, p. 905, tradução livre) e, como extensão à essa definição, a autora conceitua a “hospitalidade cultural”, sendo a possibilidade de um sistema de ORC acomodar “necessidades de diferentes culturas e refletir adequadamente às premissas de qualquer indivíduo, grupo ou comunidade” (Beghtol, 2005, p. 905, tradução livre).

Esses conceitos são muito importantes quando se trata de ética, principalmente para um movimento global. Mais relevante ainda, esses conceitos são aplicados ao nível da análise teórica de Brey, para o estabelecimento de princípios éticos. Em relação ao nível de divulgação, há necessidade intrínseca de uma estrutura de análise para as características éticas. Beghtol apresenta várias estruturas baseadas em diversas áreas, no entanto, escolheu-se somente a apresentada da área da CI (baseada em Kochen, 1987) para a presente pesquisa (Quadro 7):

Quadro 7 – Estrutura de resolução de problemas éticos

<b>DIRETRIZES PARA A RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS ÉTICOS:</b>	
a.	defina o problema;
b.	determine se o problema é ético;
c.	isole a dimensão ética do problema;
d.	pergunte se há conflito de interesse ou questão de direitos e justiça;
e.	quem pode ajudar? Distinguir aspectos técnicos de aspectos éticos;
f.	perguntar de quem é o problema;
g.	quem é afetado?
h.	reduza as alternativas a duas ou três opções viáveis;
i.	avalia as alternativas;
j.	pergunte se há alguma lei que a proíba. Violação de alguma regra moral? Ofensivo aos costumes locais?
k.	cada alternativa reflete com precisão a pessoa/empresa que você é ou deseja ser?

Fonte: Adaptado de Kochen (1987).

Nessas diretrizes, Kochen (1987) buscou identificar problemas éticos na CI, verificando se um problema apontado em um sistema possui violação ética, moral, legal ou dos costumes. No contexto da presente pesquisa, utilizou-se essa estrutura para a construção dos subsídios reflexivos acerca da desconstrução e da desclassificação.

Acerca do modelo de Beghtol (2005), inspirado em Brey (1999), após a análise ética do sistema, dar-se-á o nível de aplicação, que constitui a aplicação da teoria aos resultados da análise. Para Beghtol (2005, p. 908, tradução livre), o nível de aplicação constitui “minimizar o viés de forma justa e equitativa”. Dessa maneira, a autora estabelece vários modelos para diversas áreas os aplicarem a fim de diminuir o viés.

No presente contexto, o nível de aplicação ocorreu a construção dos subsídios metodológicos da desconstrução e da desclassificação, para reduzir tendências e apresentar um sistema mais ético, em consonância com os objetivos de Beghtol. No entanto, diferente da autora, que embasou os seus modelos na Declaração Universal e nos conceitos de Justiça da Informação de Smit, sendo de contexto global, na presente pesquisa utilizou-se da Constituição Federal de 1988, com o objetivo de apresentar um documento brasileiro que trouxesse normativas éticas aplicáveis ao contexto inserido.

A desclassificação, como tem sido possível observar até o presente momento, é uma crítica teórica da lógica tradicional da classificação. Para que houvesse um avanço nesse protótipo, a partir da literatura de García Gutiérrez e sua fortuna crítica, pretendeu-se esboçar subsídios de aplicação da desclassificação.

Conforme apresentado nos objetivos, pretendeu-se para esta pesquisa o diálogo entre teorias da desclassificação com a aplicação da desconstrução. A partir

da própria discussão, pretendeu-se dialogar e utilizar mecanismos dos autores como exemplificações de um conhecimento desclassificado e desconstruído.

A respeito da desconstrução, conforme mencionado na subseção anterior, ela se divide em três etapas: a) identificação da oposição binária, b) descentralização da oposição binária e c) transcendência da oposição binária; tendo em vista que a etapa mais importante é a das oposições binárias, como se perceberá nas subseções a seguir.

Dessa maneira, pretendeu-se verificar a possibilidade de aplicação do pensamento desclassificado, olhando para a exomemória, de modo que propiciasse um diálogo entre as concepções, utilizando as etapas da desconstrução e as orientações da desclassificação.

## **9 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Foram realizados os fichamentos para análise dos textos, localizados na próxima subseção. Dentre estes, alguns consistiam em trabalhos acadêmicos, como dissertações, os quais exigiram um processamento mais aprofundado das informações, dada a sua extensão e complexidade.

As dissertações representaram a maioria dos trabalhos iniciais com maior pontuação, apresentando maior frequência das categorias mais representativas. Isso se justifica pela extensão e nível de mais detalhes inerentes a esse tipo de trabalho, o que naturalmente leva a uma maior repetição de certas categorias. Além disso, esses mesmos trabalhos foram os que mais referenciaram o pensamento de García Gutiérrez e basearam teoricamente o desenvolvimento dos subsídios metodológicos da desclassificação.

Após a construção dos fichamentos, construíram-se os subsídios metodológicos da desclassificação e desconstrução, diante dos princípios apresentados pelos autores e suas respectivas fortunas críticas, embasando-se na construção do modelo de Beghtol (2005), em consonância ao disposto na Constituição Federal de 1988.

Observou-se que as proposições refletem tanto aplicações quanto reflexões sobre a classificação atual — podendo ser sistemas de classificação, tesouros e outros vocabulários controlados — analisada e empregada pela desclassificação de García Gutiérrez e pela desconstrução de Derrida.

Para isso, seguiu-se o objetivo principal da desclassificação, o olhar crítico sobre os sistemas. A desclassificação, por sua vez, consoante afirmações frequentes de García Gutiérrez em seus textos, não objetiva derrubar a classificação, pois a classificação organiza as estruturas do conhecimento e possibilita a compreensão do mundo. A desclassificação não anula a classificação, ela busca a reflexão e crítica sob a classificação, busca verificar se a classificação atual condiz com a realidade e busca incluir culturas e memórias marginalizadas em seu sistema, isto é, o pluralismo lógico. Dessa maneira, considerou-se a seguinte estrutura para a construção dos subsídios descritos no Quadro 8:

Quadro 8 – Estrutura para Construção dos Subsídios Metodológicos

<b>ESTRUTURA PARA METODOLOGIA</b>		
<b>ESTRUTURA DE TOMADA DE DECISÃO ÉTICA (Kochen)</b>	<b>CONCEITOS TEÓRICOS DESCONSTRUÇÃO</b>	<b>ATITUDES E DECISÕES</b>
Problema	Identificar o binário	Identificar as oposições
Problema ético		Distinguir conceitos subordinado e superordenado
Isolar dimensão ética	Inverter o binário	Inverter a subordinação
Conflito de interesse e injustiça / Violação de leis, normas ou ética / De quem é o problema?	Transcender o binário	Identificar o resultado da inversão
Redução de alternativas		Reconhecer que oposições e hierarquias são construídas
<b>DESCLASSIFICAÇÃO Operador Complexo</b>		
Problema	Lógica paraconsistente	Identificar paradoxos e dicotomias
Problema ético		Discutir os paradoxos e domínios distintos.
	Isolar dimensão ética	Pluralismo lógico
Estabelecer outros pontos de vista desses assuntos / conceitos		
Conflito de interesse e injustiça / Violação de leis, normas ou ética / De quem é o problema?	Epistemografia	Representar outros pontos de vista adicionando novos termos
		Propor mudança de operadores entre termos, hierárquicos por relacionados
Redução de alternativas	Exomemória	Enunciar domínios marginalizados do assunto
		Propor mudanças nas oposições por oxímoros para conceitos representativos
		Representar documentos marginalizados

Operador Transcultural		Registrar o histórico de interpretações do assunto / conceito
Problema / Problema ético		Identificar termos / conceitos colonizados
Isolar dimensão ética	Epistemografia	Identificar limitações do sistema
		Estabelecer política de atualização de termos e acordos
Conflito de interesse e injustiça / Violação de leis, normas ou ética / De quem é o problema?		Prever o uso de tecnologia
Isolar dimensão ética		Construir e organizar estrutura coerente com discurso / domínio
Redução das alternativas	Exomemória	Identificar termos / conceitos descolonizados
		Estabelecer termos / relacionamentos / traduções que melhor se adequam ao contexto, respeitando a cultura e o debate
		Estabelecer o diálogo e igual acordo das escolhas, respeitando as diferenças de cada oposição
		Representar registros excluídos da cultura dominante
		Propor mudança de conceitos paternalistas por miscigenados
		Estabelecer relações rejeitadas entre termos
		Organizar e relacionar conceitos por sua diacronia
		Utilizar notas explicativas
		Representar de maneira ética
		Propor um sistema mutável e hospitaleiro
		Aplicar o universalismo apenas parcial e contextual

Fonte: elaborado pela autora.

Notas: desenvolvido entre 2º semestre de 2025 e 1º semestre de 2026.

O quadro apresentado se dividiu em três colunas categorizadas como: a) estrutura de tomada de decisão ética (Kochen), que constitui uma das estruturas éticas apresentadas por Beghtol (2003) e optou-se pela utilização desse modelo na presente pesquisa em razão de sua pertinência ao campo da CI, de sua simplicidade e por corroborar a desconstrução e a desclassificação; b) conceitos teóricos, englobam a desconstrução e os operadores da desclassificação (complexo e transcultural); c) atitudes e decisões, que compreendem os subsídios estabelecidos em conformidade com as teorias da desconstrução e da desclassificação.

Essa estrutura objetivou englobar os aspectos apresentados por García Gutiérrez em seus textos, desde os operadores complexo  $\lambda$  e transcultural V. Isso inclui, em seus aspectos, a lógica paraconsistente, o pluralismo lógico, a epistemografia e a exomemória no cerne do operador complexo; a epistemografia, a exomemória e os acordos transculturais no operador transcultural. Além dos procedimentos da desconstrução, que envolvem identificar, inverter e transcender o binário.

Essa estrutura não refletiu uma ordem de aplicação, podendo ocorrer etapas concomitantemente. A única exceção que pode ocorrer é com o operador transcultural, que objetivou julgar e assumir um posicionamento contra injustiças e desigualdades. Para a sua tomada de decisão e possível intervenção de conflitos, pode ser necessária a instauração de um pluralismo lógico.

No decorrer da desconstrução, sucede-se a identificação das oposições e hierarquias no sistema, a inversão de tais hierarquias, a identificação dos efeitos da inversão e a retirada da oposição.

Ulteriormente, no decurso da desclassificação, no âmbito do operador complexo, observam-se que os sistemas são inconsistentes, parciais e, inclusive, paradoxais. Compreende-se, dessa maneira, que é necessário promover a interdisciplinaridade e a pluralidade dos termos, inclusive dos termos marginalizados. Reconhece-se que a lógica representada é somente uma dentre múltiplas possibilidades, e que a escolha de uma lógica, suas oposições e hierarquias resultam de um constructo social, não sendo inerentes aos conceitos. A partir disso, substituem-se as hierarquias desnecessárias por relacionamentos mais equitativos e utilizam-se oxímoros quando estes melhor representarem uma oposição.

O conceito de pluralismo lógico, em continuidade ao âmbito do operador complexo, inclui a ampliação do leque conceitual, que se estabelece por buscas em

enciclopédias, bases de dados e periódicos especializados. O pluralismo incentiva a representação, principalmente, de grupos não privilegiados, por estarem sobre a margem; além de incluir culturas e memórias subjugadas. Ainda, para um equilíbrio entre a representação plural e a limitação da representação, é importante considerar o limite do acesso.

No âmbito do operador transcultural, sucede-se a análise dos termos, da estrutura, da pluralidade dos conceitos e das lógicas identificadas pelo operador complexo. Nessa análise, identificaram-se os termos colonizados e os descolonizados, as limitações do sistema, como a política de atualização, a previsão do uso de tecnologias e se a estrutura do sistema é condizente com o discurso dos conceitos.

Havendo pares mediadores na unidade de informação, discutem-se entre eles os termos e a estrutura do sistema que melhor se adequam ao contexto. Priorizam-se culturas e memórias e, ao mesmo tempo, representam-se registros excluídos. Os termos e a estrutura do sistema devem estar harmônicos, evitando hierarquias, aplicando princípios dialéticos, que respeitem a ética, a dignidade e a emancipação. A circunstância do operador transcultural resume-se a tomar decisões nas representações e a assumi-las, as quais podem estar descritas em notas explicativas.

Diante dessas atitudes e decisões, além da estrutura corroborar com a desconstrução e a desclassificação, ela foi construída visando um pensamento ético dos direitos e garantias fundamentais da Constituição Federal de 1988. Isso pode ser evidenciado ao observar as atitudes apresentadas no Quadro 8, quando, por exemplo, assuntos são solicitados para serem representados de forma igualitária. Isso ocorre quando se reconhece que as oposições e hierarquias entre conceitos são construídas e não inerentes aos termos, ou mesmo, quando é solicitado o relacionamento entre conceitos e termos sem subordinação.

Essas atitudes se relacionaram à Constituição, ao promulgar o direito fundamental do “Art. 5, I — homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”. É óbvio que um sistema de classificação não só diz respeito a homens e mulheres, entretanto, representa, classifica e organiza conhecimentos e, conseqüentemente, essas representações exprimem uma forma de enxergar o mundo, incluindo grupos, constituídos por pessoas. Dessa maneira, esses

subsídios pretenderam se aproximar ao máximo de uma representação mais equitativa, a fim de atender os direitos humanos.

### 9.1 Fichamentos

Os quadros subsequentes apresentaram os fichamentos com as referências do pensamento de García Gutiérrez, isto é, a fortuna crítica proposta. A ordem apresentada está em consonância com as pesquisas que obtiveram maior relevância para a pesquisa. Ressalta-se que os fichamentos tiveram adaptações e intersecções da fortuna crítica, visto que a natureza do texto é de fichamentos de resumo e fichamento analítico.

Houve, igualmente, a presença de trabalhos de outros campos — que foram a minoria (2) — e houve a presença de trabalhos que somente possuíam categorias de García Gutiérrez, mas não citaram o autor e suas concepções. Observa-se o Quadro 9, a seguir:

Quadro 9 – Fichamento – Farias (2014)

Farias (2014)	
ÉTICA TRANSCULTURAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Olhar crítico sobre fenômenos culturais, integra a ética, cultura, política no conhecimento para organização e representação.</li> <li>▪ Busca pela diversidade cultural da conduta do profissional, por meio de um diálogo entre culturas.</li> <li>▪ Se relaciona com a epistemografia interativa.</li> <li>▪ Analisa a transculturalidade em diversas culturas, isto é, a cultura como sistema aberto, dialógico e dinâmico, além de uma análise crítica ao multiculturalismo.</li> <li>▪ Aqui a linguagem é destacada.</li> <li>▪ Considera a complexidade da cultura nos processos e sistemas de ORC.</li> <li>▪ Dá suporte à construção da exomemória de maneira que identifique diferentes realidades, por meio de categorias transculturais e conjunto de regras que detectem preconceitos.</li> </ul>
REPRESENTAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Valoriza-se o contexto cultural do usuário e reflete a postura do profissional mediador com a diversidade linguística, cultural e sua postura ética na representação.</li> <li>▪ Processo reflexivo e se responsabiliza pela organização, seleção do discurso, análise, decodificação, representação e acesso.</li> </ul>
DEMOCRACIA	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Livre de particularidades e nível global.</li> </ul>
DIVERSIDADE CULTURAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Liberdade cultural e livre escolha individual cultural.</li> </ul>
CULTURA	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Estabelece-se no social e no indivíduo, na fronteira entre público e privado.</li> <li>▪ Constrói-se na comparação para perceber suas características a partir das diferenças.</li> <li>▪ Na interação entre culturas reside o sentido, o conhecimento, a cultura e memória.</li> <li>▪ Processo de elaboração de sentido e produto nas interações sociais em contextos transculturais</li> <li>▪ Sistema aberto e dialógico, deve ser apresentado sem favoritismo.</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Não são dogmas, nem sistema de regras sintáticas e semânticas, mas sofrem interferências e interpretações favoráveis e combinam em todos os outros universos;</li> <li>▪ São distintas de acordo com o contexto. Não são estáticas e se produzem pela interação simbólica.</li> <li>▪ Complexa e norteia a análise do conhecimento, com seus dispositivos comunicadores (códigos, linguagem e a língua).</li> <li>▪ Dinâmica e varia com as experiências e transformações ocorridas pelas relações com a comunidade.</li> <li>▪ Sistema aberto como um imaginário simbólico, nunca fechado e formal.</li> <li>▪ dinâmica na memória e na geração de conhecimento.</li> </ul>
SOCIOCULTURAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Concepção ocorre pelo diálogo e interação entre culturas.</li> </ul>
EXOMEMÓRIA	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Envolve as diversas formas de registrar o conhecimento (suporte), além de tratar a memória e o conhecimento como sinônimos, ao apresentarem registro ou suporte, como forma de reprodução e fixação.</li> </ul>
LINGUAGEM EPISTEMOGRÁFICA (LE)	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Constrói linguagens documentais especializadas avançadas, substituindo tesouros tradicionais (melhora no rendimento, aproveitamento das estruturas léxicas e o oferecimento de novas funções).</li> <li>▪ “[...] representações cognitivas criadas a partir de construções lógico-semânticas e discursivas” (García Gutiérrez, 1998, p. 14).</li> <li>▪ São linguagens documentais de estrutura associativa, cumprem funções dialógicas de normalizar o vocabulário e sugerir alternativas, além de servir de base de dados com respostas pontuais.</li> <li>▪ Simulam enunciados do discurso de acordo com a estrutura lógico-semântica e a ordem discursiva e pragmática.</li> <li>▪ Um tipo na classificação das linguagens documentais é um produto (tesauro, glossário), além de uma linguagem avançada.</li> <li>▪ Tipo de linguagem para definir categorias de linguagens e tem raiz em disciplinas positivistas que deseja se libertar.</li> <li>▪ Visa à prática consciente do profissional, com auxílio dos usuários e na representação da informação, além de que a linguagem codifica o pensamento.</li> <li>▪ Base das estruturas de organização, que em sua representação visa ultrapassar essas estruturas para se tornar um instrumento complexo de representação.</li> <li>▪ Possui duas funções: normalizar vocabulário e sugerir alternativas na representação.</li> <li>▪ Representa esse mundo de convergência, inspirado no adjetivo epistemologia prática de Gardin, que reflete os métodos de construção e de aplicação.</li> </ul>
LINGUAGEM	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Sistema de signos sujeitos a convenções estruturais, funcionais e pragmáticas, além de possuir um significado especial na Linguística Documental.</li> <li>▪ São variáveis.</li> <li>▪ Expressão da cultura.</li> </ul>
EPISTEMOGRAFIA TRANSCULTURAL E INTERATIVA (EI)	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Surge pela necessidade de se integrar ao conhecimento, junto às questões éticas, culturais e políticas.</li> <li>▪ Necessita agrupar conhecimento excluído, incluir em ambientes digitais e devolver sua legitimidade perdida pelos processos tradicionais e dominantes da ORC.</li> <li>▪ Abordagem crítica ao caráter tradicional da epistemologia (conhecimento ordenado e elitista), no lugar integra a ética, cultura e política à organização do conhecimento.</li> <li>▪ Introduz ao profissional o transcultural no sociocultural, sendo a consciência a representação.</li> <li>▪ Retoma as linguagens epistemográficas, que contemplam as linguagens documentárias, que objetivam a representação plural da cultura e linguagem.</li> </ul>
TRANSCULTURALISMO	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Autor propõe, no lugar do multi, ao olhar o transversal com olhar complexo e contraditório, a demarcação metacognitiva.</li> <li>▪ Transcende o universo e espaços culturais, por conta da diversidade cultural.</li> <li>▪ Ocorre na desordem e na mistura e fusão da construção de novas singularidades.</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Envolve a representação formalizada com fins documentais em uma base de conhecimento de uma construção cognitiva.</li> <li>▪ Nos SOCs, supera-se o multiculturalismo com uma mudança de paradigma.</li> <li>▪ fusão cultural, que mistura culturas e sua dinâmica no contemporâneo. Olhar crítico e transcultural, além de considerar a dinâmica na construção do conhecimento por meio dos contextos culturais.</li> <li>▪ Critica o multiculturalismo, que possui uma ideia demarcacionista, e afirma que a representação das culturas ocorre por suas diferenças.</li> <li>▪ Diversidade de elementos para a concepção de cultura, valoriza a hibridez cultural e permite acesso sem restrição de cultura.</li> <li>▪ Mostra a fragilidade do multiculturalismo na compreensão da cultura.</li> <li>▪ Para construir categorias dos elementos culturais, é necessária capacidade de interação em um sistema aberto e não uma análise redutora.</li> <li>▪ Reflete uma representação cultural que ultrapasse o conhecimento local.</li> </ul>
MULTICULTURALISMO	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Considera sistemas abertos e dialógicos com a interação não somente de tradições.</li> <li>▪ Partilha de ideias conservadoras e preconceituosas.</li> <li>▪ Diversas interpretações.</li> </ul>
PROFISSIONAL MEDIADOR	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ García Gutiérrez muda de profissional da informação para mediador, ao ser mais abrangente em contextos culturais. Mediação é uma atividade complexa.</li> <li>▪ Devem perceber a diversidade de códigos, simbologias e linguagens presentes na cultura, pois os auxiliará no diálogo da mediação, estabelecendo a relação profissional e sujeitos, sujeitos e contextos culturais, profissionais e sistemas de organização, e representação do conhecimento e sujeitos.</li> <li>▪ O pessoal emotivo, cognitivo etc. do profissional influencia as suas práticas e se sobrepõe a uma boa parte.</li> <li>▪ carrega seus valores e crenças embutidos em sua linguagem natural.</li> </ul>
GARANTIA CULTURAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Auxilia no acesso à informação e a representar uma cultura de forma democrática, o que a ética transcultural e o transculturalismo se destacam pelas análises transculturais em fenômenos culturais.</li> </ul>

Fonte: elaborado pela autora.

Notas: desenvolvido durante o 1º semestre de 2025, baseado em Farias (2014).

Farias (2014) apresenta em seu texto vários conceitos de García Gutiérrez, como a ética transcultural, representação, democracia, diversidade cultural, cultura, sociocultural, exomemória, linguagem epistemográfica, epistemografia transcultural e interativa, transculturalismo, multiculturalismo, profissional mediador e garantia cultural. Todos esses conceitos refletem a visão crítica de García Gutiérrez sobre os SOC, incluem uma visão sociocultural, busca pela diversidade de pensamento, cultura e lógica, criticam o preconceito e valorizam a liberdade.

Vilela (2024), por sua vez, apresenta os conceitos de desclassificação, a lógica paraconsistente, marginal, a epistemografia interativa, a linguagem epistemográfica, a classificação tradicional, a epistemografia, a exomemória, a redução metonímica, dicotômica e analógica, a epistemologia, o pluralismo lógico, a contradição, as instâncias, a oposição, o oxímoro, a cultura, o transculturalismo, o multiculturalismo, os operadores, os mediadores e ética transcultural, conforme o Quadro 10:

Quadro 10 – Fichamento – Vilela (2024)

Vilela (2024)	
DESCCLASSIFICAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Teoria da OC que traz um olhar sociocultural, introduz pluralismo na lógica das classificações e transgride seus limites, pelo desmonte da estrutura dominante.</li> <li>▪ Desconstrói a classificação e dá lugar às culturas marginalizadas, com o uso da lógica paraconsistente.</li> <li>▪ Não nega a classificação, ao ser intrínseca a nós, no entanto, é necessário envolver uma lógica diferente e plural. Além de rever modelos que tiram o privilégio de outros conhecimentos, como quando as categorias não se ajustam à realidade em contextos discursivos ou se desconsideram questões éticas e culturais na ORC.</li> <li>▪ Contrapõe-se à burocracia, autoritarismo e conservadores na classificação e OC. Os SOC tradicionais usam lógica demarcacionista com conceitos que afastam uma cultura da outra.</li> <li>▪ Dá suporte à revisão da OC com aplicação de perspectivas socioculturais.</li> <li>▪ Contrapõe-se à epistemologia classificatória dominante, busca uma representação mais plural que represente a sociedade atual, além da crítica à estrutura dos SOC.</li> <li>▪ Não objetiva oferecer subsídios metodológicos para o desenvolvimento de SOC, no entanto, apresenta reflexão crítica do fazer da OC.</li> <li>▪ Proposta de combater o modelo da classificação ocidental dominante e a diversidade de pensamento deve ser compreendida como pontos de vista, evitando a exclusão do conhecimento. Devem-se construir categorias transculturais baseadas na paraconsistência – evitando rigidez, restrição e dogmatismo, convertendo-se em configurações abertas, flexíveis e diversificadas.</li> <li>▪ Enunciado pós-epistemológico, guiado pela hermenêutica, justificado pela democracia do pensamento.</li> <li>▪ Estratégias autoritárias sejam revistas, de modo que nenhuma cultura se sobressaia sobre a outra e que as categorias sejam ajustadas em consonância com a ética, cultura e política do momento da representação, além de reconhecer a subjetividade, vieses e a necessidade do pluralismo lógico na classificação.</li> <li>▪ O uso como fundamento deve-se pautar em duas dimensões: a) pluralismo lógico e b) criação de operadores lógicos semânticos e éticos, que garanta uma emancipação.</li> <li>▪ Interrompe estruturas hierárquicas de relacionamento, suspende temporariamente o contexto cultural que tende a classificar e considera diversas situações (faca pode ser arma, relíquia no museu ou talher, p.e.).</li> <li>▪ Garante oportunidade igual para a diversidade de conhecimento e lógicas.</li> <li>▪ Questiona a estrutura predominante de sistemas hierárquicos rígidos e imutáveis, depois reclassifica por diferentes critérios.</li> <li>▪ Possui categorias abertas baseadas no pluralismo lógico, na cultura, aspectos sociais e cognitivos. A classificação divide e separa, a desclassificação agrega, reúne.</li> <li>▪ Deve-se aprender a desclassificar e a usar a contradição para explicar o mundo.</li> <li>▪ Expor e pensar criticamente as referências e não invisibilizá-las.</li> <li>▪ Construir um SOC com desclassificação necessita alterações de relações conceituais entre termos, como minimizar dicotomias, metonímias e analogias, além de apresentar horizontalidade de conceitos e todas as visões como forma de infinitas ordenações.</li> <li>▪ <i>“A ideia de ‘desclassificar’ me causou estranheza e desconfiança. ‘Como assim?’, questioneei, pensando que talvez a professora estivesse equivocada. No entanto, durante a pesquisa, mergulhando na obra de García Gutiérrez (GG), a inquietação se intensificou. A leitura me conduziu a um terreno desconfortável, forçando-me a sair da minha zona de conforto e abrindo meus horizontes. Apresentou-me</i></li> </ul>

	<i>novas perspectivas sobre o mundo, revelando realidades que eu jamais imaginara. Ao me inserir nessa vertente crítica, social e decolonial, posso dizer que meu espírito crítico ficou a florado, me fez repensar, me trouxe várias provocações, vi uma parte da história que me causou tristeza e inquietação. (p. 142).</i>
LÓGICA PARACONSISTENTE	<ul style="list-style-type: none"> <li>Opõe-se à lógica aristotélica, com configuração horizontal, transdisciplinar e contradição. Necessário perceber essas reduções culturais no mundo criticamente, compreender a pluralidade e contradições do conhecimento.”</li> </ul>
MARGINAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>São importantes quanto os técnicos e científicos.</li> </ul>
EPISTEMOGRAFIA INTERATIVA (EI)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Baseia-se na linguística documental, com estudos na linguagem epistemográfica.</li> <li>No seu cerne, há conceitos de transculturalismo, transcultural, exomemória e desclassificação.</li> <li>Resposta à classificação hierárquica, que oprimiu e marginalizou povos e culturas, além de apagar seu conhecimento por não os considerar importantes.</li> </ul>
LINGUAGEM EPISTEMOGRÁFICA (LE)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Utiliza amplificação de sentidos e relacionamentos, além de outras categorias gramaticais utilizadas nos SOC.</li> </ul>
CLASSIFICAÇÃO TRADICIONAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>Baseada em processos que banem outras formas que não são consideradas racionais.</li> <li>Envolve aspectos epistemológicos e cognitivos, relacionados ao pensamento, além de expressar e refletir estruturas sociais e culturais, aprisionando o pluralismo. A mente possui um arsenal de categorias, com objetos e significados, fornecidos pela cultura inserida, que auxilia na compreensão do mundo, no entanto, pode haver influência e, muitas vezes, imposição da cultura que organiza como universal. Isso é um problema, acaba que as pessoas não compreendem ou não se interessam pelas demais culturas.</li> <li>Moldada pela lógica dominante, incentiva a construir perspectivas e classificar as coisas, além de ser uma ação interdependente.</li> <li>Contra a diversidade e determinadas pelas crenças, pois lógicas são crenças.</li> <li>Baseado somente na cultura ocidental, representado em uma enciclopédia baseada em reduções metonímicas, dicotômicas e analógicas.</li> <li>Há muitos problemas de injustiça, discriminação, desigualdades, destruição, exploração etc., no entanto, é ele que é operado diariamente.</li> <li>Necessário mudar e tomar uma nova perspectiva em que nenhuma cultura se sobressai sobre a outra, pois não existe uma grande cultura e outras auxiliares ou pequenas.</li> <li>Não é possível classificar eficientemente o mundo sem desencadear a desclassificação.</li> </ul>
EPISTEMOGRAFIA	<ul style="list-style-type: none"> <li>Alternativa ao pensamento tradicional da OC, com uma organização horizontal e interativa do conhecimento com a exomemória.</li> <li>Confronta a epistemologia. A epistemologia representa um mundo ideal e a epistemografia um conhecimento desapercibido.</li> <li>Estuda domínios privilegiados e os conhecimentos menos reconhecidos. Isso ocorre com o genuíno interesse nas realidades ao seu redor, além de possuir raízes em áreas positivistas, pois artefatos classificatórios determinam o pensamento ocidental do cotidiano.</li> <li>Opera por organização horizontal e memória registrada. Formado por corporificação algológica [lógica de sofrimento] de memória gerada por dignidade pelos desapercibidos, além de acolher o pluralismo lógico.</li> <li>Promove ferramentas de resgate de todas as cognições e práticas, como sistema de auto-narração (experiências narradas da forma de compreender o mundo), guiada pelo conhecimento situado, além de neutralizar um relativismo que impede a responsabilidade e crítica.</li> </ul>
EXOMEMÓRIA	<ul style="list-style-type: none"> <li>Inscrições humanas em diversos suportes.</li> </ul>

REDUÇÃO METONÍMICA	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Fazer epistemológico que associa uma parte ao seu todo e objetiva a redução das reduções. Baseado nisso, as culturas formam e fixam categorias com perspectivas limitadas e distorcidas.</li> <li>▪ Divide-se em duas: divisão de todas as instâncias para sua investigação e a identificação da divisão com o todo do que era somente parte – compreende que a parte não existe sem o todo.</li> <li>▪ Enraizada na demarcação, construindo fronteiras, catalogando disciplinas e impossibilitando diálogo.</li> </ul>
REDUÇÃO DICOTÔMICA	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Possui quatro propriedades: o deslizamento, um movimento incontrolável de uma instância a outra, por possuir representações homônimas; a dicotomização, apresenta um mundo com pares opostos, por aspecto binário de pares conceituais e por oposição que não são pares harmoniosos, mas conflitantes; a terceira propriedade é a subordinação, sua sequência de apresentação não é imparcial e um está acima do outro; a quarta é a generalização e exclusão negativa em que o elemento subordinado é retratado negativamente. Normalmente, a instância negada representa um mundo mais diversos</li> <li>▪ Há uma lógica dominante em qualquer cultura, sendo que a cultura inserida impregnou a moral, a lei, a política e a tecnologia.</li> </ul>
REDUÇÃO ANALÓGICA	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Exemplo da classificação do ornitorrinco como mamífero, um animal que pode ser classificado por diversas classes, mas preferiu-se a classe mamífero, privilegiando-a; e desvalorizando as demais.</li> </ul>
EPISTEMOLOGIA	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Deve ser substituída pela hermenêutica da OC, ou desclassificação – com tratamento de processos mais amplo e inclusivo.</li> </ul>
PLURALISMO LÓGICO	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Nos SOC's, aceitam-se diferentes métodos e pontos de vista para organizar o conhecimento.</li> <li>▪ Necessário estudar lógica para se alcançar.</li> </ul>
CONTRADIÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Importante, pois uma coisa pode ser duas ao mesmo tempo.</li> <li>▪ Abraça-las e se apoia na lógica paraconsistente para subsidiar conceitos de GG.</li> <li>▪ Garante o pluralismo lógico e a transculturalidade, além de assumir a dúvida, admitir um possível equívoco ou revisão das culturas.</li> <li>▪ Ferramenta heurística e epistemológica de primeira ordem.</li> <li>▪ Nunca é total absoluta, pois suas posições não sustentam princípios absolutos, ou seja, a verdade ou falsidade dependem de uma perspectiva, sendo que um conceito não evoca diretamente o seu oposto fora de um contexto, mas se estabelece baseado na tipologia que adquire. Isso significa que um conceito não pode ser de uma única hierarquia universalmente, mas deve ser situacional.</li> <li>▪ Uma contraposição não está sempre lidando com negação, mas com múltiplas declarações de perspectivas distintas, refletindo antagonismo do mesmo tópico. A intercultura pode ajudar a compreender diferenças culturais e a contradição a resolver problemas de comunicação entre culturas.</li> </ul>
INSTÂNCIAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Inúmeras (é também) possibilidades de incertezas.</li> <li>▪ “É também” rompe a perspectiva tradicional, o sistema hierárquico excludente, insere o pluralismo na formação conceitual.</li> </ul>
OPOSIÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Determinada pela tipologia, campo semântico ou amplitude semântico-pragmática de um conceito. É desafiador limitar o significado, os opostos podem ser mais abrangentes ou restritos de acordo com o contexto.</li> </ul>
OXÍMORO	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Qualquer dicotomia é suscetível a ser modificada por um oxímoro, dependendo de como é olhada.</li> <li>▪ Modelos de contradição combinam palavras com sentidos opostos que parecem excluir, mas em certos contextos reforçam a expressão de paradoxismo.</li> <li>▪ operador heurístico de desclassificação, que cria um sentido em dois supostos inimigos, de modo que mostre suas qualidades individuais e um novo com sua junção.</li> <li>▪ antídoto à lógica demarcacionista, propõe diálogos abertos a diferentes culturas, além de propiciar o entendimento da própria linguagem.</li> </ul>

CULTURA	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Forma-se quando as coisas mudam, não se separa das pessoas e sociedade e acontece na fronteira – espaço de convergência e diálogo – entre público e privado, além de objetivar fortalecimento das identidades com a interação.</li> <li>▪ Sistema aberto e dialógico, sem favoritismos, que sua melhor análise é pelo transculturalismo.</li> </ul>
TRANSCULTURALISMO	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Abordagem crítica aos fenômenos culturais, olhar transversal que deve inserir no contraditório e complexo da classificação do conhecimento e da memória.</li> <li>▪ Analisa interação e evolução em distintas culturas, além de ser aberto, dinâmico, com traços polissêmicos e comunicativos.</li> <li>▪ Está no centro das discussões de GG, com a ética transcultural, que compreende a cultura como um sistema aberto, dinâmico e dialógico. Busca pela diversidade cultural com aspectos da epistemografia interativa com objetivos da OC.</li> </ul>
MULTICULTURALISMO	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Não é suficientemente crítico para abordar direitos da diversidade e singularidade em uma sociedade monocultural.</li> </ul>
OPERADORES	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Há dois tipos de desclassificação, que objetivam romper esquemas homogêneos dependentes, são ferramentas lógico-semânticas e estabelecem relações conceituais que substituem a hierarquia convencional.</li> <li>▪ Objetivam a descolonização do pensamento e o fluxo igual de sistemas de informação, para democracia e ética, além de evidenciar acordos interculturais.</li> <li>▪ Divide em dois: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Complexo <math>\lambda</math> (remete a Morin): garante todas as interpretações, posições, oposições e oportunidades para os conceitos;</li> <li>• Transcultural V: anti-reativista e crítico, toma partido nas injustiças e desigualdades, aplica princípios consensuais.</li> </ul> </li> <li>▪ Não se opõem, se completam. O transcultural situa o complexo para não cair no total relativismo. Ambos éticos e democráticos, o complexo explica todas as posições possíveis, garante igualdade na representação; o transcultural é regulador e executivo, equilibra possíveis tratamentos injustos e é somente aplicado por decisão democrática (síntese transcultural).</li> <li>▪ Função mais notória do operador complexo é identificar contradições, oposições para apresentar todas as possíveis interpretações, representar e ser acessada por qualquer grupo ou cultura, de forma a garantir uma representação equitativa de todas as posições de um documento.</li> <li>▪ Operador complexo é baseado no sistema aberto a visões que existem e possam existir, auxiliando na aplicação da epistemografia. Representa o pluralismo cultural e a exomemória.</li> <li>▪ Operador complexo se manifesta pela idealização de apresentar todas as formas de pensamento sem privilégios, para neutralizar efeitos da hierarquia, age como operador de relações. As combinações de terminologia em um contexto desse operador são maiores, para identificar e integrar as possibilidades de registro da exomemória.</li> <li>▪ Operador complexo é como um leque, ao apresentar um conceito radical e o seu sentido antagonista em outra extremidade sem envolver preconceitos. Esse leque representa variedades, multiplicidades. Essas hastes e extremos não ligam à cultura e ideologia, pois não afetam como se recupera um sentido de forma simples, mas somente servem como organização interna.</li> <li>▪ O operador complexo é múltiplo, não se limita ao tempo e qualquer projeção sobre um assunto está relacionada ao tempo e ao local.</li> <li>▪ Operador complexo apresenta uma visão plural, apresentando, muitas vezes, interpretações equivocadas, no entanto, o objetivo é a construção da ética transcultural, que se materializa no operador transcultural para influenciar padrões.</li> <li>▪ O operador complexo se baseia no reconhecimento da complexidade, análise crítica, mediação, revelação das contradições e subjetividade.</li> <li>▪ O operador complexo busca pela convivência dos antônimos e todos os sentidos possíveis; o transcultural procura o diálogo democrático aberto entre diversas posições, procura negociação pela integração.</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ O operador transcultural busca o diálogo contínuo e democrático entre representações, além de buscar o consenso de temas específicos, materializado em categoria abrangente. Quando aprovada, transforma-se em norma ética transcultural, que influencia registros locais que a violem através da conscientização dessa violação.</li> <li>▪ O operador complexo evita o favorecimento de discursos e culturas em detrimento de outras, para representar equitativamente, assegurar a diversidade das culturas, considerar usuários independentemente da posição social, conectar para promover inclusão e abrangência do conhecimento. Se comprometer socialmente com a disseminação e OC.</li> <li>▪ Após os enunciados, o mediador não precisa usar o operador transcultural quando não há violação dos direitos humanos, afetar a saúde física e psicológica e/ou forem impostos por menores de idade.</li> <li>▪ Operador transcultural serve como ponte entre diferentes culturas e perspectivas, permitindo a construção de um conhecimento mais rico e inclusivo, por negociação e consenso. É baseado na moderação de diferentes perspectivas que sejam confrontadas, para entendimento comum.</li> <li>▪ Pelo consenso se encontram soluções abrangentes, reduz conflitos e fortalece a democracia. O operador transcultural não ocorre somente pelo processo livre, é necessária uma vertente política e parcial para uma elaboração teórica.</li> <li>▪ Operador transcultural não substitui o complexo ou outro, acompanha categorias de avaliação quando preciso, influencia na inclusão ou exclusão no registro baseado na posição avaliada pelo acordo, que influencia a memória.</li> <li>▪ Um exemplo é o termo ablação, que tivesse uma categoria transcultural que considerasse maus-tratos à mulher. Nesse caso, a ablação seria legítima e acompanhada do operador transcultural de mutilação feminina e outros que denominam como maus-tratos.</li> <li>▪ Nesse caso, ambos os operadores devem se inserir em locais diferentes para que a busca proposital dos assuntos, posições e avaliações transculturais seja realizada separadamente, sendo que esse operador transcultural seja como um glossário com revisões periódicas por assembleia, baseado no consenso de construção.</li> <li>▪ O operador transcultural em um vocabulário controlado seria apresentado a conceitos de diversas culturas, com termos críticos que infringem os direitos humanos e que em algumas culturas são aceitos.</li> <li>▪ O operador transcultural não é um aplicador de sanções de condutas, mas potenciador de acesso a registros marginais e conhecimento reprimido pela ideologia hegemônica.</li> <li>▪ Os operadores se complementam, o transcultural com a integração e o complexo com um leque de posições, favorece o diálogo, a integração e a transcultural. Esses operadores objetivam integração aberta ao diálogo entre culturas para uma OC mais justa, democrática e digna de todo ser humano.</li> <li>▪ Esses operadores de GG complementam outros operadores. O complexo pode apresentar mais conceitos e posicionamentos de um termo para não haver privilégios de conceitos, além de que haveria mais relações associativas de confronto, contradições, oposições e antônimos.</li> <li>▪ Aplicar o operador complexo na língua pode apresentar aspectos culturais. Respeitar suas especificidades e um tratamento representativo pode ser uma forma de desclassificação, abrindo espaços para línguas não representadas.</li> </ul>
MEDIADORES	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Atentem-se a detalhes em SOC. Evite imposição de consenso sem considerar todas as nuances importantes. Para isso, deve-se preservar os significados sem distorcer com o uso da própria linguagem formal, ideias serem limitadas das linguagens, conceitos extraídos com seus significados, aplicar a diversidade e a linguagem, adaptar e respeitar as perspectivas do usuário, não privilegiar uma visão em relação às outras.</li> </ul>

ÉTICA TRANSCULTURAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ visa o entendimento das culturas abertamente, respeita seus aspectos e não cria barreiras ou imposições de sistemas universais, além de subsidiar categorias transculturalmente aceitas por operadores para aplicação nos SOC.</li> </ul>
------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: elaborado pela autora.

Notas: desenvolvido durante o 1º semestre de 2025, baseado em Vilela (2024).

Um conceito observado *a priori* apresentado por Vilela (2024) é interessante e pode ser objeto a ser explorado como metodologia: o oxímoro, o qual é um modelo de contradição que combina sentidos de palavras opostos que, aparentemente, excluem um ao outro, mas em certos contextos reforçam a expressão paradoxal. Como, por exemplo:

- Doce amargura – ao combinar esses termos, aparentemente, opostos, sugere uma experiência palatável complexa;
- Realidade virtual – experiência que imita a realidade, mas não é em si;
- Silêncio ensurdecedor – silêncio profundo que parece ensurdecer.

Ademais, Pinho (2006) apresenta no Quadro 11 as definições de concepções do pensamento de García Gutiérrez. Como se observará, Pinho (2006) apresenta inúmeras concepções como os demais já apresentados. Isso pode ser observado por se tratar de uma dissertação de mestrado, que abrange maior complexidade em relação a um artigo científico.

Quadro 11 – Fichamento – Pinho (2006)

Pinho (2006)	
EPISTEMOGRAFIA INTERATIVA (EI)	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Contribui para aspectos éticos na representação do conhecimento, que permite que questões polarizadas sejam introduzidas sem privilégios pelo mediador, de forma dialógica.</li> <li>▪ Forma de reordenar fundamentos da ORC, para incluir diferentes culturas e relações, estabelece a ética transcultural de mediação.</li> <li>▪ Novo paradigma com a teoria crítica e hermenêutica na OC, com desordem e reordem do conhecimento e amparo da ética transcultural.</li> <li>▪ Nome para transdisciplinaridade, que objetiva resolução e não denominação dogmática.</li> <li>▪ Ajusta a teoria às representações, por ser o fazer gráfico do conhecimento por meio da representação do conhecimento técnico, científico e no meio digital.</li> <li>▪ Compromissos da teoria da epistemografia: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Relativismo epistemológico – proporciona questionamento;</li> <li>• Inovação tecnológica – entender novos suportes e formatos;</li> <li>• Renovação e evolução cultural – atualização de atitudes e lógicas;</li> <li>• Manutenção da transdisciplinar para construção de instrumentos lógico-semânticos;</li> <li>• Âmbitos não puramente cognitivos;</li> <li>• Construção de memória diferente, com justiça e imparcialidade.</li> </ul> </li> <li>▪ Os pressupostos de sua construção envolvem princípios da hermenêutica e o pensamento complexo, aliados à sua condição sistêmica com a convivência da diversidade e complexidade, além dos suportes de armazenamento e registro do conhecimento, gerando novas interações.</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Um dos seus princípios é o modelo interativo, que se favorece pela internet, conseqüentemente, pelo pluralismo e diversidade, apesar de interesses comerciais. Atua em 3 direções: entendimento de intercâmbios, procedimentos e instrumentos de organização, na avaliação de redes. O modelo interativo convive com outros, como o conservacionista (concepção estática do conhecimento), o positivista (organização universal, asséptica e evolutiva) e o economista (empresa com visão dinâmica da informação).</li> <li>▪ O objetivo é abordar a relevância da concepção realista e analisar o impacto em contexto plural de culturas e discursos.</li> <li>▪ Construto cognitivo por meio de uma ordenação de conceitos e intersecção de todas as macroestruturas.</li> <li>▪ Conjunto teórico-conceitual transdisciplinar, que auxilia na análise das representações no pluralismo das culturas e discursos.</li> <li>▪ Visão transdisciplinar e possibilita atuação ética ao conteúdo representado.</li> </ul>
ÉTICA TRANSCULTURAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Nova estrutura epistemológica social, ética e princípios técnicos da ORC.</li> <li>▪ fazem trabalho discursivo em discursos registrados em todos os tipos de suporte sobre os que elaboram outros discursos, não isentas de uma peculiar retórica.</li> </ul>
MEDIADORES	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Função de desenvolver ferramentas lógico-semânticas precedidas por princípios éticos e econômico-políticos.</li> <li>▪ Devem refletir e incluir conceitos metateóricos, para dar ciência aos usuários de como é feita a análise documentária e os pontos de acesso temático.</li> <li>▪ Não se exime no processo de ORC de emoções e cognições que se impõem na formação técnica isenta da capacidade metacognitiva.</li> <li>▪ Após identificar o discurso, mediador aplica questionários para produzir esquemas, como mapas conceituais, isto é, epistemografia interativa.</li> <li>▪ Quem constrói o tesouro possui 3 ferramentas construtivas: base léxica do discurso representado, macroestrutura que oferece esquema, coerência e segmentação temática e microestrutura.</li> <li>▪ Assim como esses conceitos de macro e microestrutura se confluem, é necessário que um especialista determine alguns princípios, como: na existência de lacuna sêmica, a relação se dá ao nível superior, inferior ou justaposto; a interface deve ser amigável; e o cenário deve se formar a partir da macroestrutura.</li> <li>▪ Na atribuição de conceitos, muitas vezes, profissionais excluem – influenciados pela demarcação, gerando descontextualização. Necessário que o mediador atue compatibilizadamente, com seu papel de promover confiança do sistema, por meio de bases éticas e estabelecer o transcultural.</li> <li>▪ Atuar sob regras que detectem preconceitos na representação, oposto à purificação conceitual e não acompanha a flexibilidade do conhecimento.</li> <li>▪ Como valores, inclui a transculturalidade na mediação do usuário e profissão.</li> </ul>
EXOMEMÓRIA	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ A ORC, com as tecnologias, pode contribuir para a exomemória, com mudanças epistemológicas para o estudo dos fenômenos da área e os processos documentais na produção de um conhecimento plural, considerando variantes cognitivas e não cognitivas.</li> <li>▪ São diversas formas de registrar o conhecimento, como livros, fotografias, quadros, entre outros, como pelo acesso à rede digital. Essa mediação estará sob responsabilidade de manipuladores, fiscalizadores, delegados, além de contribuir para a reinterpretção da memória, constituição da cultura, consciência e identidades atuais.</li> <li>▪ Inclui o registro cognitivo, objeto ou processo de memorização.</li> <li>▪ Conhecimento e memória são sinônimos no sentido de registro, suporte, reprodução e fixação.</li> <li>▪ Profissional da informação é mediador e estimula a reflexão crítica. Necessário à compreensão discursiva, além do entendimento da estrutura, valores intrínsecos da representação, a transculturalidade e as crenças devem ser refletidas pelo sistema.</li> </ul>
DEMARCAÇIONISMO	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Aproximação utópica da realidade com uma purificação ontológica.</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Noção positivista que entende que um único lugar é para cada coisa e cada coisa em cada lugar, reduzindo a diversidade. Por isso, é necessária a ruptura da normativa convencional, além de repensar instrumentos e ferramentas de ORC, fundadas no positivismo. É necessário um paradigma que combina a teoria crítica e hermenêutica, como ponto de partida a teoria e prática da classificação e OC.</li> <li>▪ Propõe fronteira na atribuição de conceitos, são utopias para purificação ontológica, sendo que esse demarcacionismo faz parte da representação e a linguagem codifica o pensamento. Denominar é demarcar.</li> <li>▪ Junto ao positivismo, influencia o fazer da OC. É necessário substituir o princípio da hierarquização pelo modelo rizomático com sistemas abertos, pois a demarcação baseia-se na exclusão ao invés do diálogo e é responsável pela separação do saber.</li> </ul>
ORC	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Necessária a OC incluir a participação, isto é, para lembrar da democracia e propriedade pública do conhecimento. Essas operações não são neutras, mas mediadas; a aplicação não só se copia ou reproduz o conhecimento, mas toda inscrição há um discurso, há sentimento, imaginação sobre o conhecimento.</li> <li>▪ Instrumentos lógico-semânticos concebidos para o desenvolvimento de normas inflexíveis para o conhecimento, é necessário conceber uma teoria que compreenda a área com sistemas complexos e interativos.</li> <li>▪ A configuração transdisciplinar aberta, como uma formação de redes, pode auxiliar na representação, além de maior eficácia ética, democrática e pública, para construir a exomemória.</li> <li>▪ A análise de documentos vai além das técnicas e se compromete com a cultura, mediada por procedimentos e profissionais na análise de conteúdo. Por isso, é necessária a leitura do texto para comprovações e modificações, além de garantir homogeneidade no processo e resultados. A teoria busca identificar transdiscurso a partir da organização e da interação de usuários.</li> <li>▪ Deve passar por mudanças teóricas, práticas, assumir condição mestiça complexa, via concepção epistemográfica.</li> <li>▪ Essas atividades devem ser desempenhadas por mediadores com reflexão crítica, pois não podem ter ideologia dominante.</li> </ul>
CULTURA	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Intrinsecamente aberta e improvável de ser demarcada, além de rejeitar teorias simples. Cada assunto é uma cultura distinta, isto é, dificulta a concepção única ou a classificação cultural.</li> <li>▪ O conceito de multiculturalismo não é suficiente para conferir diversidade e singularidade à cultura.</li> <li>▪ A simplificação da cultura ou o conjunto delimitado (multiculturalismo) e essa fragmentação constante apresentam estruturas culturais limitadas e isoladas que não têm relação com o mundo real.</li> <li>▪ No lugar de realidades culturais simplificadas, deve-se construir ética transcultural que apoia a construção social da exomemória com o uso de categorias transculturais aceitas e regras que detectem preconceitos.</li> </ul>
TRANSCULTURALISMO	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Conceito alternativo ao multiculturalismo com o diálogo e interação, um olhar transversal complexo e contraditório da demarcação.</li> <li>▪ Acrescenta a transculturalidade na mediação aos valores do usuário e à profissão, a preservação de crenças ao usuário e a reflexão crítica e a compreensão discursiva ao profissional.</li> </ul>
LINGUAGEM EPISTEMOGRÁFICA (LE)	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Linguagem sob ótica universal, prática, a partir do seu conteúdo, idioma, cultura, sociedade ou ideologias.</li> <li>▪ Realiza o controle linguístico necessário.</li> <li>▪ Baseada na organização local e até global.</li> <li>▪ O setor local deve pensar nos usuários universais e ser acessível.</li> <li>▪ Abandona lógica hierárquica e segue uma modal.</li> <li>▪ Baseada no horizontal e assume a hierarquia como estrutura menor.</li> <li>▪ Baseia-se na epistemografia concreta e estudos teóricos empíricos.</li> <li>▪ Considera a tecnologia para evolução.</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Incorpora categorias léxicas significativas.</li> <li>▪ Convertem-se os sinônimos intra e interidiomáticos.</li> <li>▪ Assume polissemia amparada pelo contexto, economizando vocabulário e facilitando o acesso por um termo com várias óticas.</li> <li>▪ Compromisso com a pluralidade, não negar uma posição em detrimento de outra ou ser neutro, assume a complexidade e admite a relação lógica paradoxal.</li> <li>▪ Representações cognitivas criadas a partir de lógica-semântica.</li> <li>▪ Inspirada como epistemologia prática, é uma representação formalizada com uma base de conhecimento de fins documentários.</li> <li>▪ Para sua formação, necessita de elementos da semântica estrutural, linguística documental e análise do discurso, operando: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Na definição terminológica e conceitual;</li> <li>• Transformações de relações convencionais em macroestruturas resultantes de relações binárias lógico-semânticas;</li> <li>• Equiparar estrutura dos tesouros com outras organizações categoriais;</li> <li>• Construção de ferramentas para sistemas de descrição e metodologia;</li> <li>• Resolução da redução dos elementos do vocabulário à categoria;</li> <li>• Criação de regras e macrorregras que afetem o vocabulário.</li> </ul> </li> <li>▪ Em geral, os tesouros em particular são limitados e não resolvem problemas e lacunas dos sistemas de informação atuais, além de sua evolução estar estagnada no eixo sintagmático.</li> <li>▪ Permite construir linguagens documentárias avançadas, com construções artificiais e comportamento discursivo.</li> <li>▪ É um tipo de classificação das linguagens documentárias, do que um produto como o tesouro ou glossário, por exemplo.</li> <li>▪ O vocabulário se normaliza na língua natural e sugere alternativas ao usuário por uma rede semântica pré-construída, assumindo a função do tesouro.</li> <li>▪ Formada por base léxica e macrorregras. A léxica é essencial e resulta da língua natural para formar o vocabulário de um discurso, com a diversificação de substantivos, adjetivos, verbos etc., para não ocorrer lacunas léxicas ou distorções com descritores substitutos.</li> <li>▪ Permite o número no lugar da substituição e controle de polissemia. O gênero é concebido na dualidade pela suficiente flexibilidade de descritor mais adequado e a composição morfológica funciona como recurso construtivo. Notas e definições nos descritores evitam polissemia, para esclarecer o uso do descritor. Na equivalência dos descritores, é permitido acesso ao vocabulário sem saber a forma preferida, pois essa regra pertence ao sistema que alerta o emprego de sinônimos.</li> <li>▪ Aqui, o eixo sintagmático introduz na lógica das relações associativas como estrutura.</li> <li>▪ Sustentam um nível discursivo e organizam diferentes relações com a relação intercategoriaal (relação associativa) criada e suas determinações ocorrem por um vetor.</li> <li>▪ Reconhecida por suas características, estruturas, operadores e recursos, além da macroestrutura, da microestrutura, vetor e macrocategoria.</li> <li>▪ Baseada na investigação e confronto entre indutivo e dedutivo, inspirando e impondo esquemas macroestruturais.</li> </ul>
HIERARQUIA	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Não há justificativas permanecer com procedimentos de uma tradição piramidal, isto é, hierárquica, pois somente evidencia a supremacia de um conceito sobre o outro.</li> <li>▪ García Gutiérrez admite sua importância para dividir na construção, detectar polissemias e relações horizontais em campos homogêneos.</li> </ul>
ESTRUTURA	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Superestrutura é uma forma global de discurso, definida como esquema baseado em regras, formado por categorias que diferenciam entre culturas e a diferentes tipologias discursivas.</li> <li>▪ Semas (menor unidade linguística) pode se tornar macrocategoria, quando segue princípios da universalidade, evidência, exclusividade, indutiva e válidas.</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ A macroestrutura é determinada pela interação e avaliação de categorias e macro, por organizarem a construção e o acesso, com discurso sujeito à lógica a qual foi esquematizada.</li> <li>▪ O estabelecimento da microestrutura ocorre por critérios relacionais, que afetam binariamente os conceitos.</li> <li>▪ A macroestrutura é concebida por validação dos termos, sofrendo modificações, pois se cruzam aproximações dedutivas e indutivas.</li> <li>▪ A estrutura é um sistema de conceitos representados por descritores, que possui relações sintagmáticas e paradigmáticas.</li> </ul>
--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: elaborado pela autora.

Notas: desenvolvido durante o 1º semestre de 2025, baseado em Pinho (2006).

Na subsequência, a dissertação de Fornells (2016), presente no *corpus* de análise, não é da área da OC e/ou CI, sendo da pós-graduação interdisciplinar em estudos latino-americanos, com foco em interpretações musicais de grupos minoritários. Não possui citações ou ideias e pensamentos de García Gutiérrez, no entanto, por ser um estudo sociocultural, possui categorias similares aos estudos de García Gutiérrez, como cultura e memória. Dessa maneira, não forneceu base suficiente para análise.

Já no artigo de Bezerra (2019), o autor utiliza o *software* REFIBRA (que permite várias descrições) para receber diferentes visões e auto narrações a respeito de selos postais, promovendo a desclassificação, pois o usuário é interagente na descrição e sempre há uma reclassificação. A ferramenta não apresenta hierarquias, mas apresenta uma estrutura rizomática.

O autor apresenta um grafo em seu artigo, que representa as relações que os interagentes atribuem novas visões sobre selos postais e cadastra novos itens; essas ramificações mudam sua estrutura. Esse inter-relacionamento entre itens informacionais como prática epistemográfica promove representação do conhecimento igualitária e o pluralismo lógico, corrobora com o pensamento da EI, pois os sistemas e ferramentas não possuem somente declarações de si mesmas, mas dependem de vetores de transformações abertas à troca em condições iguais (Bezerra, 2019).

Adiante, foi apresentado o fichamento realizado do artigo de Bezerra (2019), no Quadro 12, com as concepções de García Gutiérrez:

Quadro 12 – Fichamento – Bezerra (2019)

Bezerra (2019)	
OC / CLASSIFICAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Classifica conceitos universalmente, resultando em uma descrição enviesada. GG critica essa forma elitista e que, apesar de ter auxiliado no avanço da ciência, essa visão positivista não tolera o pluralismo lógico e são necessárias formas democráticas para construir o conhecimento no digital.</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ As classificações tradicionais estão esgotadas. Transferir essa organização para a memória digital não é eficaz, é necessária uma nova filosofia democrática da memória, com diálogo, fronteiras devem ser consideradas contato do mundo conhecido e do desconhecido, e a criação de mais mundos.</li> <li>▪ A classificação deve perceber pontos de vista nas diversas culturas e pensamentos ideológicos e políticos, evitando a exclusão de conhecimentos considerados marginais.</li> <li>▪ Conhecer o mundo necessita da categoria, da classificação e da comparação, porém não necessita se basear em conhecimentos heteronormativos, mas por uma visão plural em que todas as cosmovisões sejam aceitas.</li> <li>▪ As OC são sem prejuízo à liberdade de pensamento.</li> <li>▪ O operador burocrático proíbe pensar e seu trabalho é reduzido para resolver tarefas descontextualizadas baseadas em instâncias inatingíveis. Na produção, a conformidade é monitorada por uma elite de supervisores, supervisionados por assuntos internos do sistema. O organizador do conhecimento é um desses operadores, convencido da assepsia e objetividade do trabalho feito como qualquer outro produto comercial. Tratamentos da informação são executados como a produção de um automóvel.</li> <li>▪ A classificação é enviesada, apesar de GG não extinguir as práticas documentais, pois ele reconhece haver bons frutos na ciência, no entanto, é necessário reconhecer igualdade em todas as culturas na rede digital.</li> <li>▪ GG aponta os malefícios da classificação ditada somente por pessoas habilitadas para definir o item informacional.</li> <li>▪ Classificar, tradicionalmente, divide e separa nos princípios hierárquicos.</li> <li>▪ Aprender as coisas só é possível pelas classificações construídas ao longo do desenvolvimento do conhecimento. Comparar, medir e associar são práticas para entender e comunicar as coisas. Classificar é uma prática e condição do conhecimento.</li> <li>▪ Classificações estagnadas de um grupo seletivo de autoridades não criam um conhecimento participativo, mas excludente e colonizador.</li> <li>▪ As classificações universais possibilitaram avanços científicos inegáveis, mas promoveram exclusões, segregações e colonizações, com a redução metonímica, dicotômica e analogias, que descartam outras possibilidades. Alternativa é pensar as classificações dinâmicas e rizomáticas, com a abordagem epistemográfica.</li> </ul>
EPISTEMOGRAFIA INTERATIVA (EI)	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Pós-epistemologia emancipadora da classificação e prática pluricultural da desclassificação. Promove a reavaliação de conceitos e conhecimentos registrados, a operação de categorias abertas que tende ao pluralismo lógico, cultural, social ou cognitivo.</li> <li>▪ Promove ferramentas de resgate de todas as formas de cognição e práticas mediante sistemas de auto narração de indivíduos e comunidades, apresentando perspectivas que explicitam um acervo existente.</li> <li>▪ Alternativa às abordagens tradicionais.</li> <li>▪ Nela, um objeto é descrito e classificado por diferentes perspectivas em detrimento da visão situada.</li> <li>▪ Promove o pluralismo lógico, o dissenso na classificação, a participação de diferentes culturas na representação de um item informacional. Não suporta conceitos universais e a auto narração introduz diferentes racionalidades de um item informacional.</li> <li>▪ Promove a integração de pensamentos plurais para classificação, mesmo que haja contradição.</li> <li>▪ Não define exata e universalmente um objeto informacional. A intenção não é classificar para usuários, mas que classifiquem o pretendido, isto é, os consumidores também são produtores de conhecimento.</li> <li>▪ Alcança-se pela prática da desclassificação, não pela remoção da classificação, mas aceitar o plural, trabalhar com categorias abertas, permite agregar outras visões ou conhecimentos, mesmo conflitivo.</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Metodologia de OC, assume a necessidade de conhecimentos distintos para participação colaborativa, em detrimento de descrições especialistas. Inclui informações desconsideradas na classificação, se distancia da verdade imutável.</li> <li>▪ Forma de apreender o mundo democrático e respeitar o pluralismo lógico.</li> <li>▪ Conjunto de ferramentas e práticas de OC descolonizada, representação de um documento por categorias auto ou heteronarrativas, construção de sistema relacionado a outros com visibilidade mundial por uma língua franca digital, por fim, descrições de práticas e sistemas descolonizados e abertos à troca com condições iguais.</li> <li>▪ Proporciona a qualquer sujeito participar na descrição e OC, utilizando ferramentas de construção participativa e plural, expondo concepções para classificar e respeitando culturas e opiniões.</li> <li>▪ Compromete-se com a dignidade, democracia, ponto de vista pragmático, sua ferramenta se coloca a serviço no próprio conhecimento, indo além do conceito mercantil. Fornece ferramentas independentes da epistemologia, evita categorias polissêmicas, hierarquizações, conceitos abertos, busca pelo dissenso e diversidade antes do consenso e unificação.</li> <li>▪ Não é um objeto de fácil apropriação, ao haver práticas enraizadas na matriz ideológica.</li> </ul>
DESCCLASSIFICAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Necessária para uma classificação evolutiva e plural.</li> <li>▪ Ferramenta central da epistemografia, possui como função instalar o pluralismo lógico na classificação.</li> <li>▪ A classificação no mundo é necessária, mas ela oculta o conhecimento, o contrário, a desclassificação expõe. Desclassificar é desmontar uma estrutura de ordenação dominante, geralmente hierárquica, reclassificar com parâmetros distintos ao dessa estrutura. Logo, desclassificar seria, no limite, classificar, a diferença está no caráter aberto.</li> <li>▪ Na desclassificação, ocorre constante reavaliação de conceitos e conhecimentos registrados.</li> <li>▪ Operação com categorias abertas tende ao pluralismo lógico, cultural, social ou cognitivo.</li> <li>▪ Introduce uma nova ordem de agregar e reunir.</li> <li>▪ Ferramenta epistemográfica que não nega a classificação, mas supõe uma lógica metacognitiva plural.</li> <li>▪ Introduce a lógica plural, mundos possíveis, dúvida e contradição em proposições, pensamento antidogmático, constante reclassificação, um item com um conceito sempre aberto e plural em distintas perspectivas.</li> <li>▪ Possui nova ordem e segue diferentes lógicas para agregar e reunir.</li> </ul>
EXOMEMÓRIA	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Demanda tecnologias e requer inovações tecnológicas.</li> </ul>
OPERADORES	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Como aplicar os operadores: após criar um espaço de descrição livre de itens informacionais promovendo o pluralismo lógico com a aceitação de diversas visões de mundo, surgem problemas de contradições, como choques culturais e ideológicos.</li> <li>▪ Até que ponto os operadores não são ferramentas de censura e autoritarismo na EI?</li> </ul>

Fonte: elaborado pela autora.

Notas: desenvolvido durante o 1º semestre de 2025, baseado em Bezerra (2019).

Observa-se que os autores compartilham muitos conceitos semelhantes. Isso se deve ao fato de compartilharem as concepções do mesmo autor (García Gutiérrez). O que há em concordância entre eles é a universalidade dos SOC. O grande problema no universal reside em ser, na realidade, um pensamento situado, isto é, reflete somente uma visão, cultura e sociedade, normalmente, Ocidental. Essa

situacionalidade domina o mundo com suas ideias e pensamentos e obriga a todos a aceitar como o certo, marginalizando e excluindo pensamentos distintos.

A partir disso, os autores apresentam concepções de García Gutiérrez para auxiliar nisso, como, por exemplo, no artigo de Bezerra, no qual o autor apresenta a exomemória, os operadores, a desclassificação e a epistemografia interativa.

No trabalho de Guimarães (2018), o autor dialoga com García Gutiérrez sobre questões éticas e sociais no entendimento da loucura (sofrimento psíquico), por variados grupos em diálogo permanente. O museu é uma zona de contato com a reciprocidade, evidenciada nas confluências de pontos de vista, contraponto às tensões sociais e hierárquicas. Observa-se, adiante, no Quadro 13:

Quadro 13 – Fichamento – Guimarães (2018)

Guimarães (2018)	
CLASSIFICAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Além de organização explícita, é cognitiva, inconsciente e padrão comportamental relacionado à ideologia, cultura, identidade e memória e se mantém no pluralismo e interpretação. Se divide em 3 etapas de redução: identificar parte do todo (metonímica), distinguir opostos (dicotômica) e selecionar afinidades (analógica).</li> <li>▪ Pensar uma posição fixa em objetos fixos paralisa o mundo.</li> </ul>
DESCCLASSIFICAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ García Gutiérrez propõe, como responsabilidade social, que as estruturas sociais utilizam a classificação para controle e poder.</li> <li>▪ Baseia-se na hermenêutica e teorias pós-coloniais.</li> <li>▪ Dinâmica da organização que satisfaz a razão da mudança.</li> <li>▪ Não exige apagar a classificação, é um mecanismo democrático e emancipatório, propicia debates e pontos de vista contraditórios também de grupos sociais afetados.</li> <li>▪ Arbitrária e contrapõe-se à universalidade, busca pela interdisciplinaridade.</li> </ul>
OPERADORES	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ O operador desclassificacionista complexo garante todas as interpretações e oportunidades iguais de conceitos.</li> <li>▪ O operador transcultural busca pelo acordo. Por sanção, constrói norma ética mundial que interfere em registros locais que a infringem.</li> </ul>

Fonte: elaborado pela autora.

Notas: desenvolvido durante o 1º semestre de 2025, baseado em Guimarães (2018).

Os conceitos sumarizados no Quadro 14 se referem à autora Vogel (2007), que apresenta discussões no escopo da linguística documental, área em que García Gutiérrez trabalhou anos atrás, conforme é mencionado nas descrições adiante sobre a introdução da disciplina.

Algo mais específico do que está sendo desenvolvido no presente trabalho é a linguagem epistemográfica que o autor apresenta, sendo uma nova linguagem que utiliza os recursos da linguagem documentária e substitui as hierarquias por horizontalidades. Adiante, é possível observar com mais detalhes no Quadro 14:

Quadro 14 – Fichamento – Vogel (2007)

Vogel (2007)	
LINGUÍSTICA DOCUMENTÁRIA (LD)	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ A documentação produz as LD, elas se preocupam com procedimentos de organização e circulação do conhecimento e da cultura de massa.</li> <li>▪ Disciplina introduzida por García Gutiérrez em 1990. Ela reconhece que problemas da informação são da linguagem e se fundamenta na linguagem. Recorre à linguística, semântica, gramática aplicada na gestão da informação e ciências cognitivas.</li> <li>▪ Normas de indexação unívocas de documentos e demandas dos usuários para produzir índices de ruídos documentários. Também organizam e classificam dados de um campo científico, técnico ou especializado, na unificação dos critérios de análise e na recuperação da informação.</li> <li>▪ Sistema híbrido, com estrutura e funções próximas dos sistemas naturais.</li> <li>▪ Para o método estruturalista, é um sistema de organização de elementos com significação determinado pelas relações baseadas na oposição. A estrutura e seus elementos são artificiais e o papel do significado é o uso.</li> <li>▪ Estrutura é subjacente a LD.</li> <li>▪ Flutuam no nível pragmático e sua aproximação à estrutura da linguagem natural elimina a acepção metalinguística.</li> <li>▪ Instrumento comutador e referencial, sua função é informativa e mediadora nos processos de AD.</li> <li>▪ Dispositivo léxico construído artificialmente para análise e recuperação do sistema de informação, ele ignora o comportamento enunciativo. García Gutiérrez sugere trabalhar com linguagem associativa, que reproduz construções discursivas em uma área. Esse instrumento são as LE.</li> <li>▪ Ajustam-se à superestrutura que rege comportamentos de termos, regras e operadores no nível da superfície das interações entre elementos.</li> <li>▪ Métodos de descrição são úteis para formulação de modelos de construção de LD.</li> <li>▪ Sistema organizado de elementos com significação determinada por relações baseadas na oposição.</li> <li>▪ Tem mais significados do que significantes. Essa nova concepção é necessária à sintaxe, ao contexto e à redistribuição do conteúdo das facetas.</li> <li>▪ Não potencializam a gestão das bases léxicas nem desenvolvem satisfatoriamente o eixo sintagmático. O pensamento não é produzido por hierarquias paradigmáticas e supõe o sintagmático. Construir estrutura gramatical, como sintagma, para LDs, é importante para sua existência e para conservar a mesma denominação.</li> <li>▪ A construção da estrutura gramatical (sintagma) aqui é importante, quanto à sua própria existência e justificação para conservar sua denominação.</li> <li>▪ Não potencializam gestão de bases léxicas por operadores booleanos ou outras gramáticas, não desenvolvem eixo sintagmático de seus universos cognitivos.</li> <li>▪ Fundamenta-se mais em indicadores sintagmáticos, exceto extralinguísticos.</li> <li>▪ Deve existir mais significados do que significantes, por dever construir todos os conteúdos com poucos termos com combinação potencial, assim é necessário sintaxe, contexto e facetas.</li> </ul>
LINGUAGEM	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Termo para denominar instrumentos classificadores desprovidos da essência linguística.</li> <li>▪ Instrumento classificatório sem essência linguística, isso só mudou com as linguagens combinatórias.</li> <li>▪ As relações nas linguagens que determinam a estrutura e significação, por isso a crítica da hierarquia, a qual é uma forma de descrição da linguagem.</li> </ul>
EIXOS PARADIGMÁTICO E SINTAGMÁTICO	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Substituições para formulação das macroestruturas conceituais.</li> <li>▪ Combinações para formação da gramática enunciativa.</li> <li>▪ Estabelecimento de eixos sintagmáticos e paradigmáticos é anterior ao das relações.</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Relações paradigmáticas se estabelecem por inclusão. As sintagmáticas se materializam por participação e associação.</li> <li>▪ Eixo paradigmático: seleções possíveis, substituição de sinônimos por termos preferidos.</li> <li>▪ Eixo sintagmático: seleções realizadas, eliminação de polissemias e substituição de termos relevantes.</li> <li>▪ Destacar a função sintagmática ressalta a possibilidade de usar os TR como relação coordenativa. Tesouros convencionais tendem ao paradigmático à medida que se cristalizam no instrumento e não têm oportunidade de combinação.</li> </ul>
ESTRUTURA	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ O método estruturalista cria uma estrutura de representação e síntese de uma área.</li> <li>▪ Usar linguagem associativa destaca estrutura horizontal e atribui menor valor à hierárquica ou vertical. Superar a árvore como procedimento não nega sua relação.</li> <li>▪ Termo relacionado (TR) pode ocorrer em dois tipos: primeiro, como relação intercategoriaal associativa e segundo, como relação intracategoriaal coordenativa. A associativa é adjetiva ao conceito e esclarece propriedades, a coordenativa representa a união dos conceitos que formam outros.</li> <li>▪ Para construir uma estrutura, GG propõe o uso de adjetivos como descritores qualificadores, verbos, prefixos, advérbios e nomes próprios.</li> </ul>
LINGUAGEM EPISTEMOGRÁFICA (LE)	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Nova linguagem proposta por LD, que substitui o tesouro, mas que o utiliza como referência teórica e empírica na sua elaboração, com perda do papel dominante da hierarquia e valorização das relações horizontais.</li> <li>▪ Linguagem significa sistema sígnico sujeito a convenções estruturais, funcionais e pragmáticas. Epistemografia supõe representação formalizada.</li> </ul>

Fonte: elaborado pela autora.

Notas: desenvolvido durante o 1º semestre de 2025, baseado em Vogel (2007).

O próximo trabalho a ser analisado foi de García Gutiérrez, A. J. (2020), diferente do García Gutiérrez que está sendo trabalhado na pesquisa. Apesar de García Gutiérrez, A. J. (2020) apresentar em sua dissertação categorias de análise representativas para a pesquisa, como mundo, lógica, sentido, outro, conceito e posição, por exemplo, ele não é da área. A sua formação e seu trabalho são do campo de Integração Latino-Americana, especificamente apresenta um projeto político-estratégico de integração das bases de convergência sub-regional na América Latina.

Cabe a reflexão, ademais, de que, ao mesmo tempo, que as categorias escolhidas refletem os principais trabalhos do García Gutiérrez da desclassificação, são categorias genéricas que poderiam estar incluídas em trabalhos de diversas áreas do conhecimento. Entretanto, alguns desses trabalhos que não são da área incluídos no corpus de análise foram de conclusão de curso, isto é, foram levantados da BDTD, que possui uma grande limitação em seus filtros de busca.

Nos trabalhos adiante, não se adentrará aos detalhes, por apresentarem poucas contribuições, como é possível perceber, sendo alguns que apresentaram maiores contribuições.

No artigo de López-Huertas (2008), por exemplo, a autora somente apresenta o conceito de multiculturalismo como não sendo suficientemente crítico: não é crítico suficientemente para discutir a diversidade em uma sociedade monocultural. A OC deve estar aberta ao novo paradigma com a teoria crítica e hermenêutica.

No artigo de Farias e Almeida (2014), os autores também apresentam somente uma concepção, com exemplos de abordagens socioculturais da OC: são a garantia cultural, hospitalidade cultural, multilinguismo e ética transcultural da mediação.

No trabalho de Vanin e Sales (2024), no Quadro 15, os autores focaram em concepções mais diretas, como a classificação, a desclassificação e a epistemografia interativa. Ao mesmo tempo, o autor contribui muito com o seu trabalho de dissertação.

Quadro 15 – Fichamento – Vanin e Sales (2024)

Vanin e Sales (2024)	
CLASSIFICAÇÃO E OC	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Feita por categorias preestabelecidas por uma cultura hegemônica de uma lógica essencialista e hierarquizante, sem perceber a violência em suas propostas.</li> <li>▪ No tradicional, separam-se com princípios de hierarquias.</li> <li>▪ Baseia-se na lógica dicotômica, prioriza hierarquias e se ancora em visões indiferentes ao pluralismo, há uma falsa neutralidade aos mediadores culturais.</li> <li>▪ Na construção, organização e disseminação do conhecimento e memórias, há imposição e repressões, reproduzindo violências simbólicas e estruturais e estabelecendo uma pré-programação universalista por uma lógica universal. <i>A diversidade é pré-condicionada à sua própria contradição.</i></li> </ul>
DESCLASSIFICAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Verifica possibilidades de pluralismo lógico e paraconsistência na construção de conhecimento e memória, com a contradição para garantir o dissenso.</li> <li>▪ Introduz o pluralismo na lógica da classificação, uma operação metacognitiva, que cada ação requer consciência da incompletude, do preconceito e subjetividade. A tecnologia atual possibilita elaborar sistemas baseados na desclassificação, mas as técnicas e ferramentas precisam de revolução epistemológica.</li> <li>▪ O uso da perspectiva pós-estruturalista da desclassificação emancipa saberes marginalizados pela colonialidade e discursos dominantes.</li> <li>▪ Desclassificar introduz nova ordem, classifica por diferentes lógicas e reúne. Isto é, evita o dogmatismo e dota de configurações abertas e plurais.</li> <li>▪ Perturba a dicotomia da classificação convencional, aberta à transcultural e ferramentas de resistência, reclassificação, autoclassificação. GG não substitui ferramentas convencionais da classificação, OC e memórias, mas supera defasagens.</li> <li>▪ Fundamental na OC. A crítica à lógica dicotômica revela sua tendência à hierarquia, defende uma nova ordem aberta, sensível e plural. Ela não substitui ferramentas convencionais, mas complementa suas defasagens inerentes, alternativas culturais e memória.</li> <li>▪ Assume um papel central. A busca por conhecimento situado, livre de fronteiras epistemológicas, hierarquias e exclusão, é essencial para compreensão crítica e visão inclusiva.</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Não é teórica, mas uma chamada para transcender barreiras epistemológicas, desafiar hierarquias, enfrentar exclusões em cenários culturais, construir conhecimento plural, introduzir operadores que eliminem hierarquias e promover representação plena.</li> <li>▪ Não busca substituir abordagens convencionais, mas complementá-las com o pluralismo lógico.</li> </ul>
EPISTEMOGRAFIA INTERATIVA (EI)	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Ocupa-se do conhecimento silenciado, objetiva uma organização horizontal e interativa do conhecimento e memória. Por uma posição sensível, adentra-se aos privilegiados na ciência e nas imensas favelas do saber, mas com interesses reais.</li> <li>▪ Com dimensões socioculturais, éticas e políticas, comunica abordagem pós-moderna, pós-estruturalista, além de ser necessária para valorizar a diversidade. Ao reconhecer a fluidez, a complexidade e a importância da cultura e da memória, avança-se na construção de pontes.</li> </ul>

Fonte: elaborado pela autora.

Notas: desenvolvido durante o 1º semestre de 2025, baseado em Vanin e Sales (2024).

No artigo de Machado, Martínez-Ávila e Simões (2019), os autores expõem sobre as posições epistemológicas, da necessidade de transparência em uma pesquisa científica: explicitá-las é um ato de honestidade e transparência na pesquisa.

O próximo analisado foi o de Dumont (2019). Houve somente uma citação ao García Gutiérrez e isso se deve ao fato de que o autor do artigo não é um pesquisador da área da OC e/ou da CI. Sua dissertação é da área de educação agrícola e seu estudo é sobre o processo de construção do currículo integrado do curso técnico em agropecuária do Instituto Federal de Minas. Mesmo não sendo do campo, o autor utilizou o método da análise documental de García Gutiérrez para coleta de dados das informações identificadas nos documentos de análise. O autor apresentou a seguinte definição sobre análise documental: reconhecimento e estudo de um documento, com identificação física e intelectual.

Adiante, no trabalho de Canário (2017) no Quadro 16, o autor apresenta ênfase na epistemografia, como uma ferramenta de análise para o cinema.

Quadro 16 – Fichamento – Canário (2017)

Canário (2017)	
EPISTEMOGRAFIA	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Arelada ao cinema, mostra um caminho autônomo ao afro-brasileiro, minimizado pelo autoritarismo da ciência oficial, por sistematizar saberes disseminados pela oralidade.</li> <li>▪ Objetiva estar presente em ambiente de conhecimento excluído por processos contemporâneos, incorporar redes digitais que transitam conhecimentos dominantes.</li> <li>▪ Revisita conhecimentos recalcados pela epistemologia, subestimados e subutilizados pela ciência, excluídos da construção do conhecimento de pessoas semi ou analfabetas e aplicando o termo senso comum – desvalorizando enquanto seres pensantes.</li> <li>▪ Tem compromisso social e político para reabilitar todas as formas de cognição.</li> <li>▪ Promove ferramentas para resgate e reabilitação de todas as formas de cognição por sistemas de auto narração. Estes introduziriam suas perspectivas e</li> </ul>

	<p>explicitariam um acervo já existente e indispensável para o arquivo digital mundial.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ “reconhece uma episteme na sabedoria popular, a legalidade desta prática está no domínio do conhecimento experienciado por esses indivíduos, concomitante, com sua linguagem natural.”</li> </ul>
--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: elaborado pela autora.

Notas: desenvolvido durante o 1º semestre de 2025, baseado em Canário (2017).

Guimarães, Pinho e Milani (2016) apresentam no Quadro 17 a epistemografia interativa e a desclassificação como novo paradigma, que inclui discurso, cultura, usuário, sistema e processo cognitivo, de modo que nenhum se prevaleça sobre o outro.

Quadro 17 – Fichamento – Guimarães, Pinho e Milani (2016)

Guimarães, Pinho e Milani (2016)	
EPISTEMOGRAFIA INTERATIVA (EI)	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Sua construção promove a inclusão de distintas culturas e suas relações, estabelece ética transcultural de mediação. Na OC, isso se opõe às ferramentas lógico-semânticas positivistas, que reduzem a complexidade do conhecimento. Assim, é necessário romper as regras convencionais, pois não se preocupam com mudanças sociais e tecnológicas.</li> <li>▪ Novo paradigma que combina teoria crítica e hermenêutica. O universo sociocultural não pode se reduzir ao positivismo, pois a realidade não pode se concretizar, em seu lugar, uma visão de posição dominante que fica alheia a um profissional.</li> <li>▪ Estuda formas de resolver problemas de ordenação do conhecimento com metodologias transdisciplinares. Seu modelo interativo se favorece da internet, proporciona pluralismo e diversidade, atua em: compreender trocas cognitivas na rede, procedimentos e ferramentas para organizar documentos, e novos focos de avaliação em rede.</li> </ul>
DESCLASSIFICAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Oposta à classificação linear, purificação conceitual e modelo positivista.</li> </ul>
NOVO PARADIGMA	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Discurso, cultura, usuário, sistema ou processo cognitivo não prevaleça sobre outro, salvo por necessidade, admitindo hierarquia.</li> <li>▪ GG propõe desordem para reordenação do conhecimento e possibilita ferramentas lógico-semânticas com suporte da ética transcultural de mediação.</li> <li>▪ Nenhum aspecto deve prevalecer sobre os demais.</li> </ul>

Fonte: elaborado pela autora.

Notas: desenvolvido durante o 1º semestre de 2025, baseado em Guimarães, Pinho e Milani (2016).

Duarte (2024), no Quadro 18, somente apresenta sobre a memória, como um processo de registro de lembranças e recordações, no entanto, não apresenta sob uma nova perspectiva, com a exomemória, que possibilita o registro de diversas formas e suportes.

Quadro 18 – Fichamento – Duarte (2024)

Duarte (2024)	
MEMÓRIA	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Existem “n” maneiras de ser apresentado com aspecto flexível. Uma concepção, dentre várias: processo de recuperação de lembrança e depósito de recordações, isto é, memorizar é resgatar o vivido.</li> <li>▪ GG resgata Todorov sobre memória literal – objetiva, chamada de literal – e exemplar, chamada de justiça – analisa o passado pelo presente e possui papel</li> </ul>

	libertador, ao compreender fatos. A recordação e memória devem estar à disposição do presente e da justiça.
--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: elaborado pela autora.

Notas: desenvolvido durante o 1º semestre de 2025, baseado em Duarte (2024).

À semelhança de outros trabalhos mapeados, o artigo de Boccato e Biscalchin (2014) não cita García Gutiérrez nominalmente. No entanto, optou-se por incluí-lo neste levantamento por sua afinidade temática, visto que os autores abordam dimensões e garantias culturais na construção de vocabulários controlados multilíngues — temas centrais ao pensamento de García Gutiérrez.

Na sequência, Sundström (2023), embora também não mencione diretamente o autor, recupera o pensamento de García Gutiérrez via Guimarães, Pinho e Milani (2016). A autora discute a ética na Organização do Conhecimento (OC) sob a ótica da crítica ao positivismo, propondo uma superação da perspectiva dominante em diálogo com Hudon e Beghtol. O foco de Sundström reside na análise ética da Organização e Representação do Conhecimento (ORC) em coleções indígenas, visando o desenvolvimento de Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) museológicos mais representativos.

Por fim, Farias e Bizello (2016) articulam os conceitos de conhecimento, linguagem, cultura e exomemória. Embora tais categorias não tenham sido aprofundadas em função do escopo do trabalho, suas principais contribuições estão sistematizadas no Quadro 19:

Quadro 19 – Fichamento – Farias e Bizello (2016)

Farias e Bizello (2016)	
CONHECIMENTO	▪ Construção coletiva, reflexo de cultura enunciada na memória, encontra-se em busca constante de sentido. Como produtor cultural, é resultante sociocultural que dialoga com tempo e espaço.
LINGUAGEM	▪ formas dinâmicas de expressar cultura e memória, e estão na diversidade cultural da comunidade.
CULTURA	▪ Estáticas e entre elas se produz interação simbólica.
EXOMEMÓRIA	▪ Diversas formas de registrar o conhecimento. O conhecimento e a memória são conceitos sinônimos para GG.

Fonte: elaborado pela autora.

Notas: desenvolvido durante o 1º semestre de 2025, baseado em Farias e Bizello (2016).

No trabalho de Sales e Murguia (2015) os autores somente citam García Gutiérrez para definir OC, não tratam das discussões do autor, sendo que o objetivo do trabalho foi refletir associações teóricas entre Bliss e Otlet.

Depois, Turner (2017) também não cita García Gutiérrez, mas apresenta discussões importantes sobre perspectivas contemporâneas em estudos científicos, feministas e pós-modernos, para questionar se os padrões de descrição devem mudar

e alerta para a necessidade de atenção às questões práticas e intelectuais levantadas quando outros conhecimentos encontram os sistemas dos museus. Algumas das categorias analisadas no presente trabalho, encontradas repetidas vezes no de Turner (2017) foram classificação, cultura, sistema, conceito e mundo.

Moreira e Sabbag (2022), no Quadro 20, apresentam somente os conceitos tidos como “opostos”: a classificação e a desclassificação, verificam o aspecto epistemológico e técnico da classificação, que a desclassificação é um antídoto a esses aspectos.

Quadro 20 – Fichamento – Moreira e Sabbag (2022)

Moreira e Sabbag (2022)	
CLASSIFICAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Caráter epistemológico e aspecto técnico.</li> <li>▪ Classificar é orientado por regras organizacionais e comportamentos relacionados à ideologia, cultura, identidade e memória, que confinam o pluralismo e interpretação.</li> <li>▪ Protegida pela tradição, memória, conhecimento, religião, cultura e ciência, na busca por uma classificação idêntica e imutável que divulga suas estruturas, concebida como origem e destino do mundo, sempre submissa.</li> </ul>
DESCCLASSIFICAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Antídoto ao modelo tecnicista, que não é o oposto de classificar, até porque é impraticável, por impregnar a relação com o mundo.</li> <li>▪ Lógica diferente, plural e não essencialista, como a consciência da incompletude e viés da classificação.</li> </ul>

Fonte: elaborado pela autora.

Notas: desenvolvido durante o 1º semestre de 2025, baseado em Moreira e Sabbag (2022).

A seguir, no Quadro 21, Vilela e Barros (2022) apresentam conceitos da desclassificação, da lógica paraconsistente, da classificação e dos operadores.

Quadro 21 – Fichamento – Vilela e Barros (2022)

Vilela e Barros (2022)	
DESCCLASSIFICAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Olhar sociocultural crítico para OC, introduz pluralismo lógico nas classificações.</li> <li>▪ Desclassificar é destruir a classificação hegemônica, dar lugar a culturas e conhecimentos marginalizados.</li> <li>▪ Revisão e inclusão da hermenêutica.</li> <li>▪ Não ignora a classificação, mas propõe que estratégias autoritárias sejam revistas, para que nenhuma se sobressaia sobre outra, considere a ética, cultura e política no momento da representação.</li> <li>▪ Operação metacognitiva e requer consciência da incompletude e vieses da classificação, “propõe uma reflexão antes do processo de classificação”.</li> <li>▪ Primeiros parâmetros desclassificadores: operador complexo e cultural, permite ampliação e localização dos contornos dos conceitos. Futura aplicação necessita retornar à forma de definição, que priorize distanciamento do que é referência sociocultural e olhar os conceitos e sua constituição.</li> <li>▪ “A desclassificação interessa mais a certas áreas do conhecimento que outras e mais possível em certos tipos de SOC”.</li> </ul>
LÓGICA PARACONSISTENTE	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Permite um olhar horizontal, interativo e transdisciplinar</li> </ul>
CLASSIFICAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Baseada na racionalização do conhecimento, bane as demais formas reais. Contrapondo, GG apresenta a desclassificação.</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Epistemológica e gnosiológica e instalada na mente.</li> <li>▪ Regras organizacionais, cognitivas e comportamentais ligadas à ideologia, cultura, identidade e memória que confinam o pluralismo. O ocidente impõe uma cultura como se as categorias locais fossem de interesse global, levando ao desinteresse e compreensão de outras.</li> <li>▪ A ocidental é uma tentativa de organizar o conhecimento universalmente, com princípios baseados em redução metonímica, dicotômica e analógica.</li> </ul>
OPERADORES	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Objetivam romper esquemas unilaterais e homogeneizantes, estabelecem relacionamentos de conceitos como TG, TE e TR no tesouro. Modelos que organizam o mundo conforme a história e memória, e ao serem inseridos em sistemas tradicionais, cumpriram sua função, eliminando hierarquias redutivas.</li> <li>▪ Diferente da lógica fechada, são fontes de intervenção e garantem descolonização do pensamento igual de sistemas de informação, garantem democracia, ética, permitem dar consciência sobre documentos, contribuem para transformação social e plural do conhecimento.</li> <li>▪ Há dois operadores: complexo <math>\lambda</math> e transcultural V. O primeiro garante todas as interpretações ideológicas com oportunidades iguais para conceito e o segundo é crítico e toma partido de injustiças que circulam na memória, além de intervir em conflitos de interesse e aplicar princípios consensuais.</li> </ul>

Fonte: elaborado pela autora.

Notas: desenvolvido durante o 1º semestre de 2025, baseado em Vilela e Barros (2022).

Depois, Gomes e Frota (2019) não citam ou referenciam García Gutiérrez, no entanto, abordam questões de interesse, como a importância da diversidade cultural em tesouros enquanto exemplos de SOCs. Especificamente, os autores verificaram como procedimentos de construção de tesouros podem ser mais adequados via garantia cultural e expansão cultural, com o objetivo de propor diretrizes de modelos de construção que lidem com a complexidade das ciências e se abram para a diversidade e garantia cultural.

Arboit e Guimarães (2015) se concentram somente nos operadores complexo e transcultural e criticam as ORC, que são indiferentes às questões culturais. Observa-se no Quadro 22:

Quadro 22 – Fichamento – Arboit e Guimarães (2015)

Arboit e Guimarães (2015)	
ORC	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ São indiferentes ao social que afeta. Ao invés de neutralizar, pretende que o social participe por meio da ética transcultural de mediação. O classificador não pode privilegiar uma voz em detrimento da outra.</li> </ul>
OPERADORES	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Operador complexo busca equidade, o transcultural decide e executa democracia por consenso revisado periodicamente, baseado no complexo.</li> <li>▪ O operador transcultural é antídoto ao relativismo e o operador complexo é apoio ao equilíbrio democrático e hermenêutico.</li> </ul>

Fonte: elaborado pela autora.

Notas: desenvolvido durante o 1º semestre de 2025, baseado em Arboit e Guimarães (2015).

Bragagnolo (2019) apresenta no Quadro 23 o “antagonismo” entre classificação e desclassificação. Apresenta as dificuldades da classificação e a necessidade da desclassificação, especificamente na interpretação musical.

Quadro 23 – Fichamento – Bragagnolo (2019)

Bragagnolo (2019)	
CLASSIFICAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Exila ordens, exceto as autorizadas pelo poder. Essas ordens não desaparecem, promovem o declínio das categorias.</li> <li>▪ Orientam o entendimento da obra musical e sua conformação morfológica, a composição é a primeira marca territorial seguida por tradição de interpretação.</li> </ul>
DESCCLASSIFICAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Promove a linha de fuga do território, não nega a classificação, pois nunca se para de classificar, mas envolve a suposição metacognitiva de uma lógica diferente, plural e não essencialista. Introduce pluralismo lógico, mundos possíveis, dúvida e contradição com um pensamento antidogmático, consciência da incompletude, vieses e subjetividade explícita.</li> <li>▪ Pressupõe um olhar plural para a tradição de interpretação, como <i>performers</i> abordam partituras e como determina o resultado sonoro, com experimentos e novas morfologias por estímulos partituras.</li> <li>▪ Abre limites para a obra ser desterritorializada, restando somente indícios dela. Esses indícios são de que os envolvidos no processo de conformação morfológica poderiam reterritorializar e criar morfologias únicas e fugitivas ao território inicial. A pesquisa artística (PA), como entendimento conceitual, pode contribuir para o processo de “territorialização, deterritorialização, reterritorialização desclassificada”.</li> <li>▪ Rompeu a tradição de interpretação como regra, fruto da classificação da maneira adequada de se tocar determinadas obras, percebeu-se na concepção de fraseado. A tradição de interpretação e ensino molda instrumentistas que existem determinadas sonoridades adequadas e inadequadas para cada repertório. Essa desvinculação é árdua, pois possibilidades não hegemônicas são impensáveis, por conta da classificação.</li> <li>▪ Para desclassificar, é necessário esforço performático para compreender o que normalmente se considera nada mais do que uma marca territorial.</li> </ul>

Fonte: elaborado pela autora.

Notas: desenvolvido durante o 1º semestre de 2025, baseado em Bragagnolo (2019).

Na sequência, no Quadro 24, Gaudêncio, Albuquerque e Côrtes (2021) ampliam conceitos da desclassificação, abrangendo o excluído, o profissional da informação – denominado por García Gutiérrez como mediador – e a transculturalidade:

Quadro 24 – Fichamento – Gaudêncio, Albuquerque e Côrtes (2021)

Gaudêncio, Albuquerque e Côrtes (2021)	
DESCCLASSIFICAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Olhar alternativo para a representação do conhecimento (RC).</li> <li>▪ É preciso caminhar para um ecossistema que identifique os favelados, imersos na vulnerabilidade sociocultural.</li> <li>▪ Não deixa de classificar, mas busca por oportunidades iguais, não prescreve, mas sugere; não hierarquiza, mas complementa; não subordina, mas aproxima; não exclui, mas inclui.</li> <li>▪ Retoma e ressignifica a epistemológica e reflexiva forma do conhecimento ser historicamente construído e efetivado.</li> <li>▪ Constrói o pensamento sobre qualquer assunto e suas contradições, abandona consistência e toma posição paraconsistente.</li> <li>▪ Pode ser aplicada a todo SOC, introduz o pluralismo na lógica central da classificação.</li> <li>▪ Aqui, a hierarquia é ressignificada e atua pelo horizontal e rede de conexões culturais semânticas.</li> <li>▪ Perde-se o papel dominante na estrutura e prevalece a construção horizontal, se transforma em microestrutura e dependente da estrutura associativa.</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Desordenar para reordenar a partir das contradições. Deve ser utilizada para consciência de ruptura e subverter a dominação simbólica e fechamento conceitual.</li> <li>▪ É RC sociocultural, inclui a periferia silenciada nos SOC, movimento de transformação para organizar a vida e sociedade.</li> <li>▪ Não é refutar a clássica classificação como processo de ORC, mas é investigação alternativa e plural, propõe saídas a regimes informacionais dominantes dos SOC.</li> <li>▪ Segue oposto à classificação, tenta entender marginalizados da RC.</li> <li>▪ O motivo das lacunas nos SOC tradicionais são instâncias colonizadas que disseminam colonização.</li> <li>▪ Para a representação social do conhecimento (RSC), pense na desclassificação, é necessário se despir do domínio, repense teorias, métodos e práticas informacionais tradicionais.</li> <li>▪ Alternativa de atuação ao profissional da informação. Autores recomendam estudos para o desenvolvimento de metodologias para práticas na ORC.</li> </ul>
EXCLUÍDO	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Necessário aplicar a RC pela dimensão sociocultural da CI, construir diálogo e incluir quem está à margem, ou favelados do conhecimento.</li> <li>▪ Necessário caminhar a um ecossistema que identifique os favelados, imersos na vulnerabilidade sociocultural.</li> <li>▪ Acolher o excluído e devolver a legitimidade negada pelo convencional.</li> </ul>
EPISTEMOGRAFIA INTERATIVA (EI)	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ A RSC dialoga com a epistemografia, além de ser mediadora estratégica e relevante para responder aos Dilemas Sociais e Informacionais vigentes.</li> <li>▪ Incorpora “uma dimensão sociocultural, ética e política, em suma, crítico-pós-moderna”.</li> </ul>
CLASSIFICAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ A tradicional é baseada na lógica dicotômica, emerge hierarquias de uma visão indiferente ao pluralismo.</li> <li>▪ Oculta o conhecimento.</li> <li>▪ Arma de dominação, acompanha projetos de colonização e atos de violência simbólica.</li> <li>▪ Com discriminação, injustiça, desigualdade, exploração de recursos, egoísmo, cinismo, relativismo, dogmatismo etc.</li> </ul>
PROFISSIONAL DA INFORMAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Está no meio do poder simbólico, reproduz o senso comum da cultura dominante.</li> <li>▪ Conduz dele operário burocrático, retira emancipação e o empurra à manipulação da informação.</li> </ul>
TRANSCULTURAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Supera cenários com oportunidades de construções socioculturais.</li> <li>▪ Troca acelerada de valores e categorias, desenraizados de matrizes culturais, quebra de visões de mundo, remove classificações hierárquicas e estabelece estrutura horizontal, extingue valores práticos, permite repensar conceitos e anestésias.</li> </ul>

Fonte: elaborado pela autora.

Notas: desenvolvido durante o 1º semestre de 2025, baseado em Gaudêncio, Albuquerque Côrtes (2021).

Guimarães (2024), na sequência, somente cita uma única vez García Gutiérrez e somente para referenciar o impacto da diversidade cultural e a dimensão ética dos processos, instrumentos e produtos da OC. As categorias mais citadas pelo autor, representativas em textos do García Gutiérrez foram conceito, cultura, sentido, classificação, sistema e outro.

Após, Manhique e Casarin (2019) não citam e nem referenciam García Gutiérrez. No entanto, o trabalho foi representativo por suas categorias presentes e

sua temática refletir isso, com a análise das tendências da produção sobre abordagem cultural na OC. Isso reflete em outros trabalhos, que trabalham o contexto cultural e da memória ou outras temáticas de García Gutiérrez, mas não utilizam a vertente do pensador ou não se aprofundam.

Quintero Castro *et al.* (2009) somente trazem uma referência de García Gutiérrez, mas não apresentam nenhuma concepção do autor. Os autores pretenderam apresentar em seu artigo a identificação das áreas que compõem a Ciência da Informação e as relações estabelecidas entre elas, além de verificar suas possibilidades de existência e apresentar diferenças e similaridades terminológicas. Cultura, outro, memória e mundo foram as categorias de García Gutiérrez que mais estiveram presentes no texto dos autores.

Guimarães e Pinho (2006) apresentam a epistemografia interativa e a ética transcultural. Verifica-se no Quadro 25:

Quadro 25 – Fichamento – Guimarães e Pinho (2006)

Guimarães e Pinho (2006)	
<p>EPISTEMOGRAFIA INTERATIVA (EI)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Contribui para a ética na representação do conhecimento (RC).</li> <li>▪ Estabelece estrutura teórica e permite que polarizações sejam introduzidas sem privilégios pelo mediador.</li> </ul>
<p>ÉTICA TRANSCULTURAL</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Principal conceito de GG, uma nova estrutura epistemológica na ORC, com diversidade cultural e representação.</li> <li>▪ Atividades desempenhadas por mediadores, com reflexão crítica, não propensos à ideologia dominante.</li> <li>▪ Fundamenta a garantia cultural, para que um sistema não entre em conflito com outras culturas.</li> <li>▪ Necessidade de converter sistemas atuais em eticamente aceitáveis, o discurso de GG reflete no sistema de representação e a competência profissional deve se respaldar na ética e reflexão crítica.</li> </ul>

Fonte: elaborado pela autora.

Notas: desenvolvido durante o 1º semestre de 2025, baseado em Guimarães e Pinho (2006).

Santana, Martins e Costa (2024) apresentam concepções da desclassificação, da classificação e da necessidade do pluralismo lógico, com aceitação das contradições e possibilidade de diferentes interpretações (Quadro 26):

Quadro 26 – Fichamento – Santana, Martins e Costa (2024)

Santana, Martins e Costa (2024)	
<p>DESCCLASSIFICAÇÃO</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Operação com categorias abertas, com tendência ao pluralismo lógico, cultural, social ou cognitivo, convite à reavaliação de conceitos e itens informacionais com incorporação de novas perspectivas.</li> <li>▪ Tão imperativa quanto classificar, ao reclassificar para melhor ordenar a informação.</li> <li>▪ Como construto sociológico, pode ser aplicada em diversos contextos e sua ligação na arquivologia incide sobre o fazer e refazer da área.</li> <li>▪ Permite diferentes lógicas para agregar e reunir.</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Não nega a classificação nem propõe substituir ferramentas convencionais, mas que a desclassificação atue quando as classificações são inadequadas. Não é antagonista à classificação, sendo que a desclassificação é uma reclassificação.</li> <li>▪ Olhar hermenêutico, retorno dos aspectos sociais, culturais, políticos e técnico-científicos, por meio da crítica, retórica, reflexão, contradição como alicerce de sistemas.</li> <li>▪ Trabalha com a possibilidade ou impossibilidade de admissão das contradições nas quais as ferramentas de abordagens críticas e emancipatórias convencionais não conseguem superar dilemas epistêmicos teóricos e técnicos.</li> <li>▪ A contradição é fundamental para a desclassificação.</li> </ul>
CLASSIFICAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Baseia-se no social, cultural, político e técnico-científico.</li> <li>▪ A tradicional divide e separa com hierarquias.</li> </ul>
PLURALISMO LÓGICO	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Coexistência de distintas ideias, aceita contradições, possibilita diferentes interpretações e rejeita uma racionalidade única, sendo que é indispensável para compreender e representar adequadamente diversos conteúdos e formatos.</li> </ul>

Fonte: elaborado pela autora.

Notas: desenvolvido durante o 1º semestre de 2025, baseado em Santana, Martins e Costa (2024).

Almeida e Saldanha (2021) apresentam concepções da classificação, do conhecimento, da teoria tropológica, da desclassificação, da cultura e dos operadores. Os autores, dentre outros, foram os únicos que apresentaram a respeito do *topoi*, sendo uma teoria da documentação que se baseia numa visão desclassificacionista. Observa-se no Quadro 27:

Quadro 27 – Fichamento – Almeida e Saldanha (2021)

Almeida e Saldanha (2021)	
CLASSIFICAÇÃO E OC	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Dada por imaginário de supremacia, demarcação e poder.</li> <li>▪ O caráter cultural da OC é atividade reflexiva e elabora esquemas de análises específicas, representação e discursos, destaca-se a democracia do conhecimento no global, uma noção da ORC para acesso igualitário.</li> <li>▪ A classificação é influenciada pela relação do indivíduo com o mundo e se apropria dos objetos conforme categorias dadas pela cultura. Assim, a representação deve elaborar processos complexos que transcendem a cultura.</li> <li>▪ A classificação ordena o mundo por dicotomias, subordinações e sujeitas a lógica convencional.</li> <li>▪ A classificação determina o ato apropriado de nomear.</li> <li>▪ A classificação é do conhecimento comum e instrumento de OC.</li> <li>▪ A OC é entendida como um universo bastante divergente em relação ao <i>corpus</i> de atuação e sua teia de termos, conceitos e definições.</li> </ul>
CONHECIMENTO	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Aplicação da classificação.</li> <li>▪ Seu primeiro impulso vem do reconhecimento, a ânsia da comunicação contribui para a construção do consenso por falsas fundações.</li> </ul>
TOPOI	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Desenvolvimento de uma teoria tropológica para a documentação.</li> <li>▪ Baseada em seu pensamento e reconfiguração da OC.</li> <li>▪ Remonta ao <i>locus</i>, ou espaço.</li> <li>▪ Seu reconhecimento e a construção de inventário multiposição facilitam a tradução transcultural.</li> <li>▪ O diálogo de <i>topoi</i> e <i>tropos</i> conduz à abertura de uma teoria crítica da cultura em OC.</li> <li>▪ Sua teoria conduz à da estrutura retórica e ao contexto prévio de cada sujeito discursivo. Sempre deve haver espaço de interlocução entre emissor e destinatário para constituir a comensurabilidade (comparar coisas em relação a um padrão).</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Sua condição expande a desclassificação e permite reencontro com uma estrutura epistemológica-histórica.</li> <li>▪ Definido em Aristóteles na Retórica, sofre crítica filosófica contra a linguagem ordinária, porém essa configuração se transforma com a filosofia da linguagem ordinária com filosofias dedicadas à contextualidade e à virada linguística (ação da palavra).</li> <li>▪ Identifica-se com a retórica de compreensão cultural da formação de discursos.</li> <li>▪ <i>Topoi</i> (espaço) e <i>tropos</i> (linguagem).</li> <li>▪ A teoria crítica da OC posiciona o papel fundamental dos <i>topoi</i> para identificar possibilidades de diálogo de um campo, constituição de discurso e universos que escapam de estruturas lógicas clássicas.</li> <li>▪ Visão desclassificacionista, identifica dilemas ocultados em dimensões de estruturas hierárquicas das classificações.</li> </ul>
DESCCLASSIFICAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Em suas diversas abordagens, enseja a sabedoria que conduz a humanidade guiada por uma racionalidade sensível.</li> <li>▪ Alerta para a necessidade de reflexão crítica e ética em epistemologias dominantes em práticas e teorias da OC.</li> <li>▪ Contribui com o livre pensamento.</li> <li>▪ Hermenêutica e recupera crítica, retórica, reflexão e contradição com base em processos de produção do conhecimento.</li> <li>▪ Busca interpretação alternativa para repensar identidade, cultura e memória.</li> <li>▪ A incompatibilidade entre o todo não impede a compatibilidade entre partes, ao iniciar, avança e reverte o princípio da contradição.</li> <li>▪ Cria noção de pertencimento.</li> <li>▪ Através da desclassificação, identificar esquemas de classificação ocultos sob conceitos, categorias e visões. Desvendar limites das lógicas tradicionais e proporcionar ferramentas com o pensamento livre.</li> <li>▪ Ao pensar contradições, conforme proposto, é necessário admiti-las como abertura do mundo a outras lógicas fora do convencional.</li> <li>▪ Aponta para a crítica social do domínio.</li> </ul>
CULTURA	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Cada cultura exige tratamento distinto, há um elemento que influencia na democracia do conhecimento, a linguagem para comunicação.</li> <li>▪ Evidencia aspecto social da OC, para desenvolvimento de estruturas organizacionais.</li> <li>▪ Sustentada pela transculturalidade da desclassificação, aponta para a crítica social do domínio.</li> </ul>
OPERADORES	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Operadores se complementam: o complexo garante igualdade na expressão de todas as posições de um tema, o transcultural executa democracia pelo consenso e é antídoto do relativismo.</li> <li>▪ O complexo é o equilíbrio democrático e hermenêutico que respalda o transcultural.</li> <li>▪ Enraizados em profundos substratos ideológicos culturais que afloram preconceitos, tendências em resultados de suas operações, estão a serviço do <i>status quo</i> dominante.</li> </ul>

Fonte: elaborado pela autora.

Notas: desenvolvido durante o 1º semestre de 2025, baseado em Almeida e Saldanha (2021).

Na sequência, o trabalho de Chagas e Paula (2023) não cita ou referencia García Gutiérrez. Seu trabalho apresenta o potencial da análise do discurso crítica, em seus aspectos teórico-metodológicos, para estudos críticos das linguagens documentárias. As categorias mais frequentes de García Gutiérrez no trabalho dos autores foram cultura, conceito, mundo, sentido e outro.

No texto de Martines, Moreira e Almeida (2022), apresentam somente sobre o termo “conceito”, em formato de pergunta: como conciliar uma percepção conceitual inexoravelmente constituída pelo movimento com a paralisia dos próprios conceitos? Entretanto, não há outras definições e aspectos metodológicos para a discussão.

Reig (2019) apresenta somente um conceito, na realidade, uma crítica de García Gutiérrez sobre o capitalismo digital, entretanto, não é aprofundado sobre a desclassificação ou conceitos relacionados. Podem ser sumarizadas as palavras de Reig (2019) como: García Gutiérrez critica e afirma haver uma visão de que o poder abusa do cidadão digital, que o converte em “deficiente” cognitivo, mas o que existe é um processo natural de expansão de mercado e busca de poder com excessos lógicos da natureza humana.

Guimarães, Evangelista, Luz e Osawa (2019) apresentam concepções da EI, da classificação e da desclassificação, no Quadro 28:

Quadro 28 – Fichamento – Guimarães, Evangelista, Luz e Osawa (2019)

Guimarães, Evangelista, Luz e Osawa (2019)	
EPISTEMOGRAFIA INTERATIVA (EI)	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Considera a diversidade das culturas e ética transcultural da mediação, para que processos e produtos de OC estejam comprometidos com o diálogo intercultural.</li> </ul>
CLASSIFICAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Crítica ao caráter dominador.</li> <li>▪ Aborda a ideologia dominante.</li> <li>▪ Instrumento de representação serve a uma realidade, ignora valores de outras realidades.</li> </ul>
DESCLASSIFICAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Hermenêutica e aberta ao pluralismo.</li> <li>▪ Estratégias para esse processo: instâncias devem ser admitidas como polihierárquicas, reconhece a possibilidade do não ser e permite que instâncias sejam vistas além das dicotomias.</li> </ul>

Fonte: elaborado pela autora.

Notas: desenvolvido durante o 1º semestre de 2025, baseado em Guimarães, Evangelista, Luz e Osawa (2019).

Martínez-Ávila e Kipp (2014) não apresentam concepções de García Gutiérrez, somente sua crítica à estrutura da classificação, que molda e afeta a sociedade com tendências discriminatórias. A crítica da classificação dos autores pode ser sintetizada como: ao ensinar uma estrutura do conhecimento, molda e afeta a sociedade, o que pode trazer consequência do uso e transmissão, ainda mais quando discriminatório e tendencioso.

O trabalho de Mejías, García Rodríguez e Álvarez Bornstein (2024) não cita ou referencia García Gutiérrez, mas faz menção substancialmente das categorias de análise memória e cultura. Os autores, em seu trabalho, apresentam os desafios de alunos de biblioteconomia no desenvolvimento de um projeto para revitalizar a

iniciativa de “Memória dos Bairros”, proposta pela Biblioteca Digital Memória de Madrid.

Na subsequência, no Quadro 29, Martínez-Ávila e Guimarães (2013) criticam a classificação pelo seu totalitarismo e por serem tendenciosas, apresentam a ética transcultural, sendo uma epistemologia mais plural e menos dogmática.

Quadro 29 – Fichamento – Martínez-Ávila e Guimarães (2013)

Martínez-Ávila e Guimarães (2013)	
CLASSIFICAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>Seu consenso só é fornecido por razões universais, o que nem sempre é justificado. Um consenso como acordo geral poderia ser referido como totalitarismo e a vontade primordial de unificar leva a crer na ameaça de uma mentalidade única camuflada de boas intenções.</li> <li>Toda deve ser considerada tendenciosa, ao seguir um propósito.</li> </ul>
ÉTICA TRANSCULTURAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>Seguir essa epistemologia da paraconsistência é mais plural e menos dogmático. A barreira ética deve ser rompida para o bem da percepção teórica.</li> </ul>

Fonte: elaborado pela autora.

Notas: desenvolvido durante o 1º semestre de 2025, baseado em Martínez-Ávila e Guimarães (2013).

Geffet e Hajibayova (2020) apresentam somente uma concepção de García Gutiérrez, da ética transcultural: na mediação da informação, reflete e garante a diversidade na dimensão cultural da representação do conhecimento.

Saldanha e Silva (2017) apresentam duas concepções da classificação, como crítica a sua arbitrariedade, no Quadro 30:

Quadro 30 – Fichamento – Saldanha e Silva (2017)

Saldanha e Silva (2017)	
CLASSIFICAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>Critica sua arbitrariedade, como nas fronteiras onde a suspeição sobre OC é tensionada.</li> <li>Pelas distinções sociais estabelecidas por práticas, é possível conferir o impacto político e na informação.</li> </ul>

Fonte: elaborado pela autora.

Notas: desenvolvido durante o 1º semestre de 2025, baseado em Saldanha e Silva (2017).

Martínez-Ávila (2015) apresenta críticas à OC, por forçar padrões, no Quadro 31:

Quadro 31 – Fichamento – Martínez-Ávila (2015)

Martínez-Ávila (2015)	
CRÍTICA EM OC	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não se pode forçar padrões, mas com treinamento crítico em OC, pode haver contribuição significativa, minimizando problemas de padrões e culturais.</li> <li>O uso de conhecimento contextual, ético e teórico com técnicas subversivas já implantadas nos sistemas tradicionais pode contrabalançar os interesses nocivos do mercado.</li> <li>Importante também a formação ética e cultural, não somente técnica, por serem formações-chave no desenvolvimento de tecnologias e oportunidades de intersecção entre OC e TI.</li> </ul>

Fonte: elaborado pela autora.

Notas: desenvolvido durante o 1º semestre de 2025, baseado em Martínez-Ávila (2015).

Outro trabalho identificado no levantamento e considerado representativo, pelos termos apresentados, foi o de Almeida (2012); no entanto, o autor não cita García Gutiérrez. O enfoque do autor foi realizar uma análise do conceito nas abordagens e modelos semióticos na OC, reconhecendo linhas teóricas. A categoria de García Gutiérrez identificada mais repetida no trabalho de Almeida (2012) foi o termo conceito (1298). Isso se deve ao fato da temática tratada pelo autor.

Saldanha (2020) em seu trabalho também apresentou brevemente sobre a teoria tropológica, mas não se aprofunda: a teoria tropológica possui diferente linha teórico-metodológica que se coloca no centro da teoria da não-conceitualidade na OC.

Após, Café, Barros e Santos (2014) não citam diretamente García Gutiérrez em seu texto, mas o autor fez parte do corpus da pesquisa dos autores sobre o estudo do conceito dos termos OC e CI. Os autores verificaram a conformidade da literatura da área de acordo com atributos sugeridos como conceito norteador. Igualmente ocorre com Almeida (2012), a categoria de GG mais repetida foi o termo conceito (913), tendo em vista a temática dos autores.

Farias e Lima (2021) somente apresentam a concepção de exomemória, sendo a representação de diferentes formas e suportes de pensamento, experiências e sonhos: pensamento, experiências, sonhos etc., registrados em livros, jornais, audiovisuais, possuem um lugar na exomemória. A localização é expressa por normas e códigos em processos complexos de mediação.

Monteiro, Vignoli e Almeida (2020) apresentam a concepção de transcultural, como a crítica às dicotomias sendo construídas e as categorias multiculturais: esse pensamento revela que as dicotomias são construídas, também as categorias multiculturais, pois a comunicação e interconexão entre pessoas propõe superação das narrativas vigentes. O paradigma pós-humano seria sustentado por uma dialética transcultural.

O trabalho de Giraudy Gómez (2018) é voltado para a linguística documental, o autor apresenta as influências de Gardin, além de se distanciar da normativa. Observa-se no Quadro 32:

Quadro 32 – Fichamento – Giraudy Gómez (2018)

Giraudy Gómez (2018)	
LINGÜÍSTICA DOCUMENTAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Gardin foi precursor e, a partir dele, surgiram novas tendências nos processos documentais, com a inserção da importância do signo linguístico e contribuições da classificação do conhecimento e recuperação.</li> <li>▪ Preocupa-se com a organização de procedimentos de captação de mensagem, suas transformações e da organização de dispositivos de representação para obtenção eficiente do conhecimento.</li> <li>▪ Introduce processos e mecanismos para explicação de raciocínio e, posteriormente, validade científica.</li> <li>▪ Distancia-se das regulamentações que objetivam a normativa, ao dar credibilidade científica às suas propostas.</li> </ul>

Fonte: elaborado pela autora.

Notas: desenvolvido durante o 1º semestre de 2025, baseado em Giraudy Gómez (2018).

Por fim, não ocorreu o fichamento no trabalho de Martines e Almeida (2023), pois os autores citam García Gutiérrez somente para citar que o autor trata em um artigo sobre os assuntos: linguagem, linguística e texto; ademais, afirmam que o autor foi motivado por estudos de linguística estrutural de Hjelmslev e que a pesquisadora Marilda Lara seguiu os seus passos para a consolidação da linguística documental no Brasil. As principais categorias de análise presentes no texto dos autores foram conceito, sistema, mundo e cultura.

Ademais, foram apresentadas breves explorações do universo do trabalho, mais especificamente, do que outros autores tratam em seus trabalhos sobre as concepções de García Gutiérrez. A análise teve como pretensão a possibilidade do desenvolvimento de subsídios metodológicos da desclassificação, a fim de servir para uma aplicação real.

## 9.2 Subsídios Metodológicos da Desclassificação

Após construída a estrutura dos subsídios, notou-se que ainda se tratava de algo genérico e pouco aplicável, principalmente, por ter ações e decisões repetitivas – não que estavam escritas exatamente iguais, mas eram muito semelhantes – ou complementares entre as teorias dos operadores da desclassificação e a teoria da desconstrução. Além de que estavam ordenados sem critério de execução, sendo que o único critério foi o estabelecimento da relação entre ações de cada um dos conceitos teóricos.

Mesmo que muitos processos da desconstrução e da desclassificação possam ocorrer concomitantemente, decidiu-se criar um segmento linear de cada uma das ações a serem executadas. Ademais, em consonância com esse raciocínio, para não ser tratado somente como um painel comparativo de estudos, realizou-se um

ordenamento dessas ações, sendo a construção dos subsídios metodológicos, de acordo com o Quadro 33:

Quadro 33 - Subsídios Metodológicos para a Desclassificação

Nº	Reflexões e ações para a desclassificação
1	Identificar as oposições, dicotomias e paradoxos
2	Distinguir conceitos subordinado e o superordenado
3	Identificar assuntos / conceitos são universais
4	Identificar e distinguir termos / conceitos colonizados e descolonizados
5	Inverter a subordinação
6	Enunciar domínios marginalizados do assunto
7	Identificar e representar outros pontos de vista desses assuntos / conceitos, adicionando novos termos
8	Identificar as limitações do sistema
9	Reconhecer que oposições e hierarquias são construídas
10	Discutir os paradoxos e domínios interdisciplinares
11	Estabelecer termos / relacionamentos / traduções que melhor se adequam ao contexto, respeitando a cultura, o debate e ética
12	Representar documentos, registros e propor relações entre termos marginalizados pela cultura dominante
13	Propor mudança de conceitos paternalistas por miscigenados
14	Registrar, organizar e relacionar a diacronia do conceito / tradução / interpretação do assunto
15	Utilizar notas explicativas
16	Relacionar conceitos sem subordinação, com a mudança de hierarquia por relacionado e oposições por oxímoros
17	Construir e organizar estrutura escolhida coerente com discurso / domínio
18	Propor um sistema mutável e hospitaleiro
19	Aplicar o universalismo apenas parcial e contextual
20	Prever o uso de tecnologia
21	Estabelecer o diálogo e igual acordo das escolhas, respeitando as diferenças
22	Estabelecer política de atualização de termos e acordos

Fonte: elaborado pela autora.

Nota: desenvolvido durante janeiro de 2026.

Como se pode observar, os subsídios metodológicos ficaram divididos em 22 etapas de um processo de reflexão para a tomada de decisão. Eles são compostos por sínteses e aperfeiçoamento da coluna atitudes e decisões do Quadro 8, além de que alguns dos processos nessa coluna se fundiram e se tornaram apenas um subsídio.

É importante ressaltar que esses subsídios foram desenvolvidos tendo como objetivo a criação e a manutenção de SOCs; entretanto, reflexões sobre o processo de classificação e indexação podem se valer de elementos apresentados aqui.

Utilizou-se de verbos infinitivos de identificação dos elementos do sistema. As ordens desses processos, antes agrupadas por suas teorias (desconstrução e desclassificação), foram alteradas por uma lógica processual. Ademais, não se trata mais de uma aglutinação de diversas teorias, mas da formação de subsídios metodológicos da desclassificação, ancorada também pela desconstrução.

Portanto, por se tratar de uma lógica processual, importou-se descrever como se deram essas ações, tendo em vista que a descrição desses passos dar-se-á concomitantemente a exemplificações e aplicações na CDD. A escolha do sistema de classificação de Dewey foi feita por ser um sistema amplamente utilizado no Brasil e em vários outros países, além de ser o mais criticado. Isso se deve, segundo Broughton e Lomas (2020, p. 379, tradução livre), “por ser geograficamente tão amplamente utilizado e, portanto, mais propenso a ser aplicado em uma cultura não predominantemente cristã”. Há diversos problemas em sua representação, que inclui discriminação, termos e relações de uma cultura dominante ocidental, além de marginalização de diversos grupos.

É importante ressaltar que se reconhece a existência de diversos problemas de representação na CDD e em outros sistemas; contudo, não há espaço e tempo hábeis, no âmbito de uma tese, para aplicar esta proposta a todos os casos. Ressalta-se, ademais, que ao longo da pesquisa concentraram-se esforços em apresentar os problemas da classificação de forma geral, sem privilegiar um grupo, em consonância com o que García Gutiérrez (2018a, p. 32, tradução livre) afirma sobre a superação dos problemas da classificação:

ao atacar o cerne do problema, inúmeras emancipações setoriais poderiam ser alcançadas sem a necessidade de lutas descoordenadas e individuais. Concentrar-se em um único coletivo para sua emancipação exclusiva pode estar, involuntariamente, obscurecendo antigas práticas classificatórias.

Outrossim, como mencionado, não é possível alcançar todos os problemas da classificação na pesquisa, tendo em vista que a natureza de uma monografia necessita de uma conclusão, limitada pelos seus objetivos. Além disso, a proposta de subsídios metodológicos demandou um pré-teste teórico-aplicado, para uma mínima validação. Para se alcançar isso, foi necessário se submeter ao que García Gutiérrez criticou: essas lutas descoordenadas e individuais.

Entretanto, para equilibrar essas lutas e tentar incluir estudos que ainda são pouco abordados, aplicaram-se os subsídios metodológicos no campo da religião. Em concordância com Broughton e Lomas (2020, p. 373, tradução livre)

Muito se escreve nos últimos tempos sobre o fenômeno da diversidade e a forma como as diversas comunidades são afetadas (ou, mais frequentemente, descontentes) pela composição e vocabulário dos sistemas estabelecidos de organização do conhecimento [...] Alguns dos primeiros estudos nessa área se concentraram na representação distorcida, ou na falta de representação, das mulheres [...], sendo seguidos por análises de grupos étnicos e raciais [...], identidade e orientação sexual [...] e, mais recentemente, pela descrição de refugiados e migrantes nos Cabeçalhos de Assunto da Biblioteca do Congresso.

[Entretanto,] tem-se falado muito menos sobre preconceitos e vieses no campo da religião, apesar de sua presença mais substancial na maioria das sociedades de referência e da capacidade equivalente de seu vocabulário de desconsiderar, deturpar ou ofender diversas pessoas. A religião também é um poderoso indicador de identidade, visto que 'uma das características definidoras importantes para algumas minorias étnicas é a sua religião'.

De acordo com o Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU, um dos seus objetivos é a redução das desigualdades, que inclui o empoderamento e promoção da “inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra” (Nações Unidas Brasil, [c2026]). Ou seja, é observável a importância apresentada pelos objetivos instituídos pela ONU serem alcançados na década atual, apesar de ser tratado de forma genérica sobre a religião. Igualmente, essa generalização pode ser observada no Brasil, de forma geral.

Ao realizar simples buscas no Google com termos como: “liberdade religiosa no Brasil”, “dados sobre intolerância religiosa no Brasil”, “minorias Brasil religião”, por exemplo, percebe-se a falta de resultados, como programas no país para erradicar a intolerância religiosa, ou mesmo, a falta de relatórios oficiais do Governo Federal sobre o tema, entre outros. É importante ressaltar que o resultado advindo de uma simples busca realizada em um metabuscador não significa que não existam investimentos destinados a esses problemas, mas pode revelar a falta da promoção de tais programas. A maioria das pesquisas e investigações encontradas é realizada por entidades religiosas, como o Relatório de Liberdade Religiosa no Mundo (RLR) da Ajuda à Igreja que Sofre (ACN), ou portais de notícias com análise dos Dados da Ouvidoria Nacional, sobre o crescimento de intolerância religiosa (80%) no Brasil em religiões de matriz africana.

Ao verificar no Painel de Dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (ONDH), obteve os seguintes dados de denúncia e violação tanto da liberdade no geral, quanto da liberdade de religião ou crença:

Tabela 3 – Dados de Denúncia e Violação da Liberdade e Liberdade de Religião ou Crença

<b>Ano</b>	<b>Liberdade – Denúncia</b>	<b>Liberdade – Violação</b>	<b>Liberdade de Religião ou Crença – Denúncia</b>	<b>Liberdade de Religião ou Crença – Violação</b>
2023	80.956	150.185	1.482	2.128
2024	93.032	194.769	2.472	3.853
2025	87.975	173.148	2.723	4.424

Fonte: Brasil (2023, 2024, 2025).

Percebe-se um aumento circunstancial nos dados de denúncia nos últimos três anos, sendo que em pouco tempo aumentou o número de denúncias em aproximadamente 84% e 108% nas violações da liberdade de religião.

Ainda, no Portal do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, há poucas informações sobre liberdade religiosa, não foi identificado nenhum projeto e somente encontraram-se algumas cartilhas, como: “O que é liberdade religiosa e por que protegê-la? – Vol.1”, “Como garantir a igualdade e combater a discriminação religiosa? – Vol.2”, “Laicidade: Quais os Caminhos Para o Seu Fortalecimento?” e “Declaração dos Diálogos Inter-Religiosos da Paraíba”.

Nas buscas do Google, encontrou-se um “Relatório Social e Jurídico sobre a Situação do Racismo Religioso no Brasil”, desenvolvido pelo Ministério da Igualdade Racial, no entanto, somente direcionado para o racismo religioso de religiões de matriz africana.

Ademais, há o conhecimento de que é de direito fundamental na Constituição Federal de 1988, no Art. 5º a liberdade de religião: “VI – é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias” (Brasil, 1988). No entanto, somente com a Lei nº 10.825/2003 é garantida a liberdade religiosa, tanto “a criação, a organização, a estruturação interna e o funcionamento das organizações religiosas” (Brasil, 2003), e em 2007 é instituído o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, decretado e sancionado nos termos da Lei nº 11.635/2007 (Brasil, 2007).

Compreende-se que, apesar da necessidade da discussão, ainda é um assunto negligenciado nas minorias sociais. Dessa maneira, a partir dessas reflexões, é possível justificar a escolha para a aplicação nos subsídios metodológicos.

Há poucos estudos da classe 200, de religião, na CDD. Surpreendentemente, ao realizar uma breve busca, com a seguinte estratégia, nas bases Library Information Science and Technology Abstracts (LISTA), Web of Science (WoS) e BRAPCI: (dewey OR "dewey decimal classification" OR DDC) AND religion (Title) OR (dewey OR "dewey decimal classification" OR DDC) AND religion (Abstract) OR (dewey OR "dewey decimal classification" OR DDC) AND religion (Author Keywords), para compreender como a religião é estudada na área, obteve-se dez (LISTA), cinco (WoS) e dez (BRAPCI) documentos como resultados, reforçando ainda mais a necessidade de estudos no campo. Sendo assim, na próxima seção foram aplicados os subsídios metodológicos na representação da religião da classe 200 da CDD.

### **9.3 Aplicação dos Subsídios na CDD**

A classificação de Dewey é decimal e divide o conhecimento em dez classes e, dentro dessas classes, dez subclasses e assim sucessivamente. A classe 200 analisada, é denominada “religião” e ela define o termo como “crenças, atitudes, práticas individuais e grupos com relação à natureza das existências e relacionamentos no contexto de revelação, divindade e adoração” (Dewey, 2004, p. 3, tradução livre), isto é, classifica-se nesta classe documentos que melhor se adequam a essas definições. Adiante, segue o sumário de divisão da classe, na Figura 3:

Figura 3 – Sumário da Classe 200 da CDD

200	
200	Religion
201	Religious mythology & social theology
202	Doctrines
203	Public worship and other practices
204	Religious experience, life, practice
205	Religious ethics
206	Leaders and organization
207	Missions and religious education
208	Sources
209	Sects and reform movements
210	Philosophy and theory of religion
211	Concepts of God
212	Existence, knowability & attributes of God
213	Creation
214	Theodicy
215	Science and religion
216	[Unassigned]
217	[Unassigned]
218	Humankind
219	[Unassigned]
220	Bible
221	Old Testament (Tanakh)
222	Historical books of Old Testament
223	Poetic books of Old Testament
224	Prophetic books of Old Testament
225	New Testament
226	Gospels and Acts
227	Epistles
228	Revelation (Apocalypse)
229	Apocrypha and pseudepigrapha
230	Christianity
231	God
232	Jesus Christ and his family
233	Humankind
234	Salvation and grace
235	Spiritual beings
236	Eschatology
237	[Unassigned]
238	Creeds & catechisms
239	Apologetics and polemics
240	Christian moral and devotional theology
241	Christian ethics
242	Devotional literature
243	Evangelistic writings for individuals
244	[Unassigned]
245	[Unassigned]
246	Use of art in Christianity
247	Church furnishings and related articles
248	Christian experience, practice, life
249	Christian observances in family life
250	Local Christian church and religious orders
251	Preaching (Homiletics)
252	Texts of sermons
253	Pastoral work (Pastoral theology)
254	Local church administration
255	Religious congregations and orders
256	[Unassigned]
257	[Unassigned]
258	[Unassigned]
259	Pastoral care of families & groups of people
260	Christian social and ecclesiastical theology
261	Social theology and interreligious relations
262	Ecclesiology
263	Days, times, places of religious observance
264	Public worship
265	Sacraments, other rites and acts
266	Missions
267	Associations for religious work
268	Religious education
269	Spiritual renewal
270	History, geographic treatment, biography
271	Religious orders in church history
272	Persecutions in general church history
273	Doctrinal controversies & heresies
274	History of Christianity in Europe
275	History of Christianity in Asia
276	History of Christianity in Africa
277	History of Christianity in North America
278	History of Christianity in South America
279	History of Christianity in other areas
280	Denominations & sects of Christian church
281	Early church and Eastern churches
282	Roman Catholic Church
283	Anglican churches
284	Protestants of Continental origin
285	Presbyterian, Reformed & Congregational
286	Baptist, Restoration & Adventist
287	Methodist and related churches
288	[Unassigned]
289	Other denominations and sects
290	Other religions
291	[Unassigned]
292	Classical religion (Greek & Roman religion)
293	Germanic religion
294	Religions of Indic origin
295	Zoroastrianism (Mazdaism, Parseism)
296	Judaism
297	Islam, Babism & Bahai Faith
298	(Optional number)
299	Religions not provided for elsewhere

Fonte: Online Computer Library Center (c2026).

Observa-se que suas subclasses são: 200 (subdivisões gerais da religião, incluindo doutrinas, experiências religiosas, práticas, ritos, missão e educação religiosa e movimentos); 210 (filosofia e teoria da religião); 220 (bíblia, apresentada detalhadamente sobre o livro sagrado cristão); 230 – 280 (cristianismo); 290 (outras religiões).

É evidente o grande problema da CDD: dentre dez, sete são classes dedicadas somente para o cristianismo (livro sagrado, teologia, moral e devoção, igrejas, teologia eclesiástica e cristianismo social, história da igreja, denominações cristãs). Fica clara a dicotomia apresentada pela CDD, apesar da 23ª edição ter se esforçado em uma melhora para a classe 200, indicando em cada subclasse as possibilidades de adaptações ao contexto, isto é, orientando a troca das

especificidades do cristianismo nas subclasses por outra religião mais representativa ao contexto de uso. No entanto, parece óbvio que, se uma biblioteca quiser adaptar, ela poderia realizar essa adaptação, mesmo sem essa indicação, tudo isso dependerá das políticas da biblioteca ou da instituição à qual a biblioteca está sediada.

Essa indicação da CDD ainda é limitada, ao colocar sempre uma dicotomia e binaridade, destacando uma religião e marginalizando outra. Para refletir sobre o assunto, propõe-se uma ilustração de uma possível hipótese: o contexto de uma biblioteca universitária onde exista um curso de teologia.

No Brasil, os cursos de teologia, em grande parte, atendem mais o cristianismo, ainda assim, adentram-se em assuntos religiosos para se compreender o estudo da religião em si. Consequentemente, o estudante terá acesso a livros de diversas religiões. Supõe-se que existam livros de budismo em uma biblioteca. Como o estudante recuperará os livros que ele precisa sobre o assunto precisamente se a representação está restrita somente ao cristianismo? Não será possível recuperar livros sobre denominações do hinduísmo, ou mesmo, divisões de seus respectivos livros sagrados, pois a religião da biblioteca é o cristianismo e não atende “outras religiões”. Até pode conseguir encontrar, mas terá que despende muito tempo nessa tarefa, contradizendo a quarta lei da biblioteconomia de Ranganathan “poupe o tempo do leitor”.

Esse exemplo do estudante de teologia ilustra claramente que a proposta da 23ª CDD falha novamente, ao criar uma oposição, ao ter que escolher somente uma religião para representar em detrimento de outras. A Online Computer Library Center (OCLC)<sup>10</sup>, responsável pelas atualizações da CDD, explicita sua preferência religiosa e não tem interesse em representar outras religiões, pois não possui viabilidade financeira para a instituição. Aqueles que optarem por modificar a CDD poderão fazê-lo sob sua própria responsabilidade.

Tendo identificado a binaridade da CDD, o próximo passo são os próximos subsídios, sendo que o primeiro já foi identificado: Quais são as oposições, dicotomias e paradoxos? Cristianismo x outras religiões.

---

<sup>10</sup> Vale ressaltar que a OCLC possui um conselho de líderes composto por bibliotecas-membros da OCLC global. Nesse conselho, representa-se a adesão global com o compartilhamento de reflexões sobre questões-chave da biblioteca. Acredita-se que, nesse conselho, se inclua o compartilhamento de problemáticas de representação como as mencionadas.

Os subsídios e seu respectivo pré-teste foram ordenados conforme se segue adiante no Quadro 34:

Quadro 34 – Pré-teste: Classe 200 da CDD

<p><b>1</b> <b><i>Quais são as oposições, dicotomias e paradoxos?</i></b>  OPOSIÇÕES e DICOTOMIAS: cristianismo x outras religiões;  PARADOXO: trocar cristianismo e dar supremacia a outra religião e continuar com a classe “outras religiões”</p> <p><b>2</b> <b><i>Quais são os conceitos subordinado e superordenado?</i></b>  SUBORDINADO: outras religiões;<sup>11</sup>  SUPERORDENADO: cristianismo</p> <p><b>3</b> <b><i>Quais assuntos / conceitos são universais?</i></b>  ASSUNTOS / CONCEITOS UNIVERSAIS: outras religiões.</p> <p><b>4</b> <b><i>Quais termos / conceitos são colonizados? Há descolonizados?</i></b>  CONCEITOS COLONIZADOS: religiões clássicas, religiões germânicas, religiões de origem indiana, zoroastrianismo (masdaísmo, parciísmo), judaísmo, islamismo, babismo, fé bahá'í, religiões não contempladas em outros lugares, não mencionadas, representadas genericamente);  CONCEITOS DESCOLONIZADOS: cristianismo (bíblia, teologia cristã, teologia cristã moral e devocional, igrejas cristãs, teologia cristã social e eclesiástica, tratamento histórico, geográfico e pessoal do cristianismo, denominações e seitas da igreja cristã)</p> <p><b>5</b> <b><i>Inverter a subordinação</i></b>  INVERSÃO: outras religiões x cristianismo</p> <p><b>6</b> <b><i>Quais são os domínios marginalizados do assunto?</i></b>  MARGINALIZADOS: religiões germânicas, clássicas, de origem indiana, zoroastrianismo, judaísmo, islamismo, babismo, [...]</p> <p><b>7</b> <b><i>Quais são os outros pontos de vista desses assuntos / conceitos? Representar com novos termos</i></b>  Classe 220 para religião do islamismo: representaria o alcorão. Entretanto, a intenção não é trocar o cristianismo pelo islamismo, como propõe a 23ª CDD, mas trazer os livros sagrados de distintas religiões. No lugar de ter tantas classes exclusivas para tantas características de uma única religião, utilizar uma classe que reflita sobre livros sagrados, outra classe sobre denominações religiosas (as principais do mundo e local geográfico e instituição), doutrinas das religiões, crenças, manifestações etc.</p> <p><b>8</b> <b><i>Quais são as limitações do sistema?</i></b>  Marginalizar classe e domínio por uma única religião</p> <p><b>9</b> <b><i>Reconhecer que oposições e hierarquias são construídas</i></b>  Consciente. As respostas refletem a consciência do domínio e da marginalização</p> <p><b>10</b> <b><i>Dialogar com os paradoxos e domínios interdisciplinares</i></b>  Ao invés de organizar cada classe para uma religião, cada classe teria várias características de várias religiões para utilizar e reutilizar em diferentes religiões, como facetas.</p>
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<sup>11</sup> A subordinação entre as subclasses “cristianismo” e “outras religiões”, na classe 200 da CDD, é implícita. Para o entendimento dessa subordinação, considerou-se a definição do termo “subordinar” empregada pelo dicionário Aulete: 1. Pôr(-se) sob as ordens, o poder, os desejos, ou a orientação de; SUJEITAR(-SE). Ou seja, o entendimento que se tem da representação do termo “outras religiões”, na CDD, é que ele se sujeita ao termo “cristianismo”, tendo em vista que esse último é o termo dominante, que detém o poder e é amplamente representado no sistema.

**11 *Quais termos / relacionamentos / traduções melhor se adequam ao contexto, respeitando a cultura, o debate e a ética?***

Retirar termos como "outras religiões", não tratar subclasses como religiões clássicas, germânicas e de origem indiana, enquanto a cristã possui uma classe somente dedicada ao seu livro sagrado. Mudar o relacionamento de uma religião suprema para as demais, as descrições detalhadas de uma religião devem ser retiradas, relacionar como facetas as características de uma religião.

**12 *Representar documentos, registros e relações entre termos marginalizados pela cultura dominante***

Empregar os termos supremos somente para conceitos gerais, para embasar a construção das classes, incluindo todas as religiões representativas - definir de acordo com as religiões representativas para a localização e incluir também para a instituição. Evitar classes supremas para religiões e utilizá-las para descrição de templos, livros sagrados, teologias, ética etc. Representar igualmente um livro de religião de matriz africana como um de judaísmo. Trazer termos utilizados pela religião, por meio da leitura documentária e o uso de tesouros especializados.

**13 *Trocar conceitos paternalistas por miscigenados***

Trocar termos, como igreja, para templos, que inclui mesquitas, sinagogas, terreiros, domo da rocha, santuários etc.

**14 *Registrar, organizar e relacionar a diacronia do conceito / tradução / interpretação do assunto***

Deve-se trazer o original dos termos, pois cada religião possui uma origem diferente e deve-se apresentar as mudanças ocorridas ao longo da história de seus termos e traduções. Nomes de localização geográfica sempre mudaram ao longo da história, por exemplo, o Rio Nilo entre os egípcios foi chamado *Iteru* (grande rio), *Hapy* (deus da inundação), na moderna derivação do grego *Neilos* (vale do rio) e assim por diante.

**15 *Utilizar notas explicativas***

Utilize notas explicativas, por exemplo, para trazer explicações das origens dos termos e seu histórico. Ou mesmo, outras informações pertinentes, assim como nos tesouros, são possíveis utilizar notas de escopo

**16 *Relacionar conceitos sem subordinação, com troca de hierarquia por relacionado e oposições por oxímoros***

Nem sempre as subordinações estão explícitas. Na classe 200 da CDD, por exemplo, a subordinação entre religiões é implícita, mas evidente. As subordinações devem ser retiradas, por exemplo, de uma religião possuir mais subclasses do que a outra, para trazer maior detalhe da favorita. Subordinações como períodos históricos: idade antiga, moderna ou contemporânea são aceitáveis, no entanto, criar classes para períodos da história do cristianismo e outros períodos, não condizem com a desclassificação.

**17 *A estrutura escolhida é coerente com o discurso / domínio?***

Para o cristianismo, utilizar uma classe para detalhar as religiões representativas e de conhecimento e as demais classes para características das religiões, como já mencionado, é coerente.

**18 *O sistema deve ser mutável e hospitaleiro***

Devem-se prever subclasses para novas religiões e subclasses nas classes das características para novas informações que se obter sobre as religiões

**19 *Universalizar somente parcialmente e contextualmente***

A universalização da religião deve ser evitada, tendo em vista que cada região do mundo possui atuações religiosas diferentes. Ainda, pode-se representar as mais populares no mundo ou naquele contexto, mas não as tornar principais e minimizar as locais menos conhecidas

**20 *Está previsto o uso de tecnologia?***

Prever que o instrumento seja digital, com apoio de equipe multidisciplinar, para o desenvolvimento, inclusive

**21 *Há igual acordo e diálogo das escolhas, respeitando as diferenças?***

O sistema deve representar as religiões de maneira igualitária. Sabe-se que a representação de todas as religiões é uma tarefa muito difícil para uma biblioteca, em conjunto, talvez seja possível. Entretanto, as religiões que forem ser representadas devem ser tratadas igualmente de acordo com suas diferenças.

**22 Há política de atualização dos termos e acordos?**

Determinar o período de acordo com a atualização das religiões representadas

Fonte: elaborado pela autora.

Nota: durante janeiro de 2026.

As oposições e dicotomias identificadas foram cristianismo como termo superordenado e outras religiões como termo subordinado e universalizante, isto é, colonizador e colonizado, respectivamente. Isso se deve ao fato de as classes serem totalmente voltadas para o cristianismo e apenas ter uma para classificar centenas de religiões. Segundo Broughton e Lomas (2020, p. 376, tradução livre), “é evidente que as ferramentas atuais de organização do conhecimento representam algumas visões de mundo específicas e desconsideram outras”.

O paradoxo na classe das religiões é a 23ª edição da CDD propor a possível troca da supremacia, isto é, representar uma religião mais representativa de acordo com o contexto. A princípio, parece ser uma proposta interessante, no entanto, não é justa e equitativa com outras religiões. A única diferença dessa edição da CDD é que, ao invés do cristianismo, outra religião será suprema enquanto as demais continuam sendo subordinadas, ou seja, trocou-se o ditador com suas novas regras, mas a ditadura continua. Ademais, “embora os editores tenham implementado algumas medidas para melhor representar os crentes não cristãos, a impressão geral do ‘padrão’ Dewey ainda é fortemente dominada pelo cristianismo, com 80% da notação atribuída a ele” (Broughton; Lomas, 2020, p. 387, tradução livre). García Gutiérrez (2014b) compreende que a dicotomia não é justa, por operar como lógica de dominação, refletindo subordinações e exclusões.

A falha em representar adequadamente as diversas perspectivas religiosas cria o mesmo tipo de problemas que ocorre com grupos minoritários de todos os tipos. Sentimentos de ofensa ou desvantagem e de invisibilidade são comuns e, em um nível operacional, a má representação na catalogação e indexação leva ao ocultamento efetivo de informações, dificultando a recuperação e perpetuando a desinformação e a ignorância (Broughton; Lomas, 2020, p. 376, tradução livre).

Ao inverter as hierarquias, notou-se a desproporção que a oposição faz: fragmenta uma religião e generaliza as outras, isto é, uma somente detém o poder. Ou seja, pode-se afirmar que as religiões marginalizadas são aquelas tratadas como outras, que muitas vezes são apresentadas de forma genérica, como “religiões

clássicas” ou “religiões de origem indiana”. O problema da polarização, de acordo com García Gutiérrez (2018a), é suprir outros pensamentos e, conseqüentemente, suprimir novos significados.

É comum encontrar essa polarização em sistemas de classificação de religião, em que muitos deles utilizam o princípio normativo, que compreende a religião como verdadeira ou falsa, o que é um grande problema, segundo Broughton e Lomas (2020). As autoras apresentam outros princípios, outrossim, como o geográfico, o etnográfico-linguístico, filosófico, morfológico e fenomenológico. Entretanto, para Broughton e Lomas (2020, p. 376, tradução livre), “ordens relativamente não controversas, como aquelas baseadas em cronologia ou geografia, têm menos probabilidade de causar ofensas do que classificações baseadas em crenças ou práticas”.

Em continuação, para visualizar um novo ponto de vista na classe 220 na religião do islamismo, poderia representar o alcorão no lugar da bíblia, conforme sugere a 23ª edição da CDD, no entanto, não é essa a intenção, pois isso traria o mesmo efeito com outra religião. Somente a mudança da incumbência não é suficiente, é necessário mudar a estrutura, a mentalidade de concepção e o uso. Dessa maneira, propôs-se que, no lugar de tantas classes exclusivas para tantas características de uma única religião, utilizar-se-á, por exemplo, uma classe que represente todos os livros sagrados de N religiões; outra que represente denominações religiosas, com as principais do mundo, local e instituição; outras para doutrinas das religiões; crenças; manifestações etc.

Ao invés de organizar cada classe para uma religião, cada classe representaria características de várias religiões, isto é, para representar, utilizar e reutilizar em diferentes religiões, como em facetas. Uma das vantagens das facetas, segundo Broughton e Lomas (2020), é o seu potencial pluralista à organização do conhecimento religioso, sendo que as classificações gerais, como a CDD, devem dar preferência a uma abordagem pluralista, isto é, uma representação com uma postura neutra, em que todas as religiões são representadas igualmente.

Em complemento, Broughton e Lomas (2020) sugerem às classificações de religiões o uso de tabelas básicas, através das facetas, que podem substituir termos específicos por conceitos mais hospitaleiro. “Embora esses termos não sejam absolutamente equivalentes entre as religiões, eles ocupam o mesmo espaço conceitual no domínio” (Broughton; Lomas, 2020, p. 385, tradução livre).

Algumas formas de respeitar a cultura, o debate e a ética, representando termos, seus relacionamentos e traduções é retirar, primeiramente, a classe “outras religiões”, pois é um desrespeito com as representadas aqui; e não representar subclasses de forma genérica, enquanto o cristianismo possui uma classe dedicada a bíblia. Outra forma é mudar o relacionamento de uma religião superordenada para com as subordinadas, isto é, remover descrições detalhadas de uma religião e criar classes e subclasses de características e as relacionar, como facetas. Conforme se observa, ainda é necessário o uso da classificação, pois, conforme García Gutiérrez (2007) afirma, a sociedade está refém desses instrumentos, pois compreender o mundo exige organização, categorização e classificação, e a despeito disso, é necessário rever as estruturas com a desclassificação.

Em consonância, recomenda-se empregar termos superordenados somente para conceitos gerais, para embasar a construção das classes, incluir todas as religiões representativas, afinal a desclassificação não visa destruir a classificação, mas rever suas estruturas. Essa definição deve considerar a localização, isto é, quais são as religiões daquele local, e as religiões representativas para a instituição. No entanto, não pode considerar somente a religião representativa para a instituição, por motivos de viés. Devem ser consideradas as principais religiões do mundo, isto é, as que são encontradas na maioria dos países, além das religiões mais locais, isto é, as religiões representativas no país, no estado, na cidade. Essa escolha deve ser tomada considerando o pluralismo lógico de García Gutiérrez (2007), com uma representação de multiplicidades e aleatoriedades.

Nessa proposta, deve-se evitar representar as religiões em classes superiores, isto é, a representação exclusiva para uma religião em detrimento de outras, pois para García Gutiérrez (2006), paradigmas dogmáticos e de dominação impõem uma lógica universal e abstêm a diversidade. Dessa maneira, utilizam-se as classes superiores somente para descrições de templos, livros sagrados, teologias, ética etc. Deve-se incentivar a representação igual de um livro de religião de matriz africana como um de judaísmo. É necessário trazer termos especializados de cada religião, por meio da indexação, isto é, pela leitura documentária e o uso de vocabulários controlados, como o tesouro. Ao invés de representar o termo igreja, por exemplo, comum para o cristianismo ou mesmo templo, sendo um termo genérico, empregar termos específicos para cada religião, como mesquitas, sinagogas, terreiros, domo da rocha, santuários etc., em consonância com a lógica

paraconsistente. Recomenda-se uma representação que reflita somente os diferentes tipos de templos, como se não se dividissem por religião, pois conforme a lógica paraconsistente (García Gutiérrez, 2011b), a existência concomitante de termos distintos não anula os outros; pelo contrário, aproxima a diversidade e o diálogo.

Outra forma de representar os termos é apresentar o termo em seus diversos idiomas representativos, com suas mudanças diacrônicas. A epistemografia incentiva essa representação de memórias e registros do conhecimento baseado nas evoluções e outros meios manifestados no passado ou futuro (García Gutiérrez, 2011b). Um exemplo para essa representação é o nome do Rio Nilo, conhecido hoje assim, no entanto, ao longo da história foi chamado entre os egípcios de Iteru (grande rio), Hapy (deus da inundação), Neilos (em grego, vale do rio) e entre outras formas. Conforme a epistemografia, todas essas traduções seriam representadas. Essas explicações podem ser feitas em notas explicativas, assim como no tesouro, além de outras informações pertinentes aos termos e às classes.

As subordinações devem ser evitadas, quando possível. Nem sempre as subordinações estarão explícitas, com recuo do texto do termo subordinado. Além de que as subordinações podem ocorrer quando uma religião possui privilégios, com mais classes e subclasses do que outra.

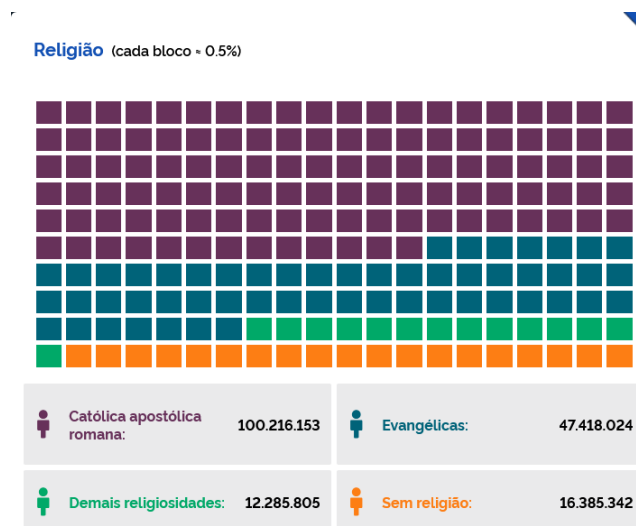
As atitudes e decisões estabelecidas até o momento foram proporcionais ao operador complexo de García Gutiérrez (2018a), que buscou o equilíbrio e democracia, o estabelecimento de relações interculturais e a representação plural. O operador buscou admitir todas as posições e oposições das diferentes religiões, além de valorizar e respeitar eticamente todas as religiões.

A grande limitação da CDD é a marginalização da classe e o domínio de uma única religião. É necessário reconhecer que essas oposições, hierarquias, marginalizações são construídas, isto é, não são inerentes aos conceitos, ademais, ressalta-se a relevância de reconhecer a necessidade de implementação do operador transcultural. Para esse estabelecimento, foi importante corroborar os acordos interculturais, considerando as relações e culturas rejeitadas, protegendo a diacronia dos conceitos, respeitar as memórias e eliminar conceitos paternalistas (García Gutiérrez, 2011b).

Algumas atitudes tomadas, por exemplo, em conformidade com García Gutiérrez (2004), foram representar a cultura de fronteira e demarcada, ou seja, utilizar a exomemória, como forma de reconhecimento da marginalização. Essa atitude pode

ser feita ao representar religiões marginalizadas no contexto brasileiro, as que são tratadas como “demais religiosidades” pelo censo de 2022, por exemplo:

Figura 4 – Religião no Brasil



Fonte: IBGE (2023).

Cerca de 9.919.982 da população brasileira declaram possuir alguma religião e cerca de 7,68% é classificada como “demais religiosidades”, enquanto o cristianismo é representado por duas categorias de suas ramificações (católica apostólica romana e evangélicas). Ao clicar na lupa do canto superior direito da imagem, para verificar mais dados de religião, abre-se uma nova página e os dados sobre as “demais religiosidades” são categorizados por “espírita”, “umbanda e candomblé”, “tradições indígenas” e “outras religiosidades”.

García Gutiérrez (2004), ao descrever sobre a exomemória e sobre a representação de culturas demarcadas, estava sugerindo a representação dessas “demais religiosidades” e “outras religiosidades”, isto é, representar religiões que estão à margem da religião dominante cristã (católica apostólica romana e evangélicas).

O operador transcultural requer a tomada de decisão. Dessa maneira, é importante que o mediador, no processo de classificação e representação, escolha o que irá ou não representar, sempre considerando o contexto e o diálogo comum entre as partes da instituição.

Ademais, um elemento fundamental na desclassificação é a manutenção de uma estrutura coerente com o discurso; isto é, no processo de tomada de decisão, o mediador deve prezar pela coerência do sistema. Considerar-se-á a necessidade de futuras ampliações, visto que as religiões estão em constante expansão, além de

que se deve evitar a universalização sempre que possível, sobretudo quando outras religiões puderem ser preteridas em favor de um privilégio institucionalizado.

Outra adaptação está relacionada aos sistemas. Eles devem ser digitais, com o apoio de uma equipe multidisciplinar, tanto na área de tecnologia quanto na de religião. Por fim, é necessário implementar uma política de atualização, tendo em vista as possíveis inconsistências de um sistema – devendo haver a possibilidade de correção –, aliada à celeridade com que as estruturas se tornam desatualizadas, diante das demandas do trabalho bibliotecário.

As atitudes e decisões descritas pelo operador transcultural estão alicerçadas nos princípios dos acordos interculturais preconizados por García Gutiérrez (2011b).

## **10 CONCLUSÃO**

Considera-se que a classificação é uma especialidade, no campo da OC, que visa representar e organizar, por meio de classes, categorias e o estabelecimento de relações. A definição sintética da classificação pode ser estabelecida como o agrupamento de conceitos e classes de acordo com suas características, definições e funções.

Os sistemas de classificações são o produto resultante das classificações. Eles possuem uma estrutura de relações entre termos e conceitos organizados em uma ordem planejada, cujo objetivo é a recuperação da informação. Os sistemas de classificação estão sujeitos a uma lógica, que estabelece os conceitos e as relações. Nas classificações tradicionais, os sistemas utilizam a lógica clássica, conhecida na OC, como estrutura arborescente e hierárquica; ou melhor, as classificações aristotélico-linneana.

Entretanto, essa classificação é limitada, por não refletir a natureza complexa do conhecimento. A complexidade para Edgar Morin (2005) pode ser identificada pela presença concomitante dos paradoxos ordem e desordem, uno e o múltiplo, pela diversidade formada no mundo, pelas contradições e incertezas e pela crescente interdisciplinaridade do conhecimento.

Para identificar as limitações de um sistema organizado por lógicas tradicionais, explorou-se na pesquisa sobre as teorias críticas. A teoria crítica, no seio da OC, busca criticar as teorias tradicionais dos SOCs, que representam o conhecimento por conceitos e categorias universais. A teoria crítica, em contrapartida, rejeita o universalismo e oferece subsídios para considerar o contexto social.

Ao se aprofundar nas teorias críticas, deparou-se com a desconstrução, teoria desenvolvida por Jacques Derrida, o qual acreditava que a sociedade estava à mercê da linguagem. Os estudos de Derrida criticaram a estrutura da linguagem e compreendiam que a linguagem era um jogo de diferenças na significação. Nesse entendimento, Derrida criticou as oposições binárias propondo a identificação, a inversão e a dissolução do binário, revelando, dessa maneira, que as oposições são construídas.

As análises, discussões e críticas apresentadas mostram a necessidade de reflexão sobre as classificações e estruturas da sociedade, além de evidenciar que já existem diversas discussões sobre a temática na CI e na OC, como os estudos críticos. Ademais, evidenciaram a problemática e limitação das classificações tradicionais, tendo em vista a universalidade, as hierarquias, a binaridade, a não

representação do mundo e do conhecimento complexo – diverso, múltiplo e interdisciplinar.

A classificação, regida por uma lógica baseada em uma estrutura de poder, representa o conhecimento que as instituições de domínio querem representar. Esse conhecimento representado está afiado sob uma lógica ocidentalizada capitalista. No entanto, o conhecimento visto são meras representações e simulações de um conhecimento complexo que necessita ser explorado.

Em poucos lugares do planeta, porém, ainda se desfruta de uma certa diferença cultural, a emoção que a diferença genuína transmite, uma diferença que, inata ou tentada, deveria ser realçada para além da nuance gastronômica ou da falácia folclórica. Esta diferença por vezes mal sobrevive entre as práticas culturais entregues à globalização capitalista e ao turismo de massas, empurradas para a decadência total (García Gutiérrez, 2018a, p. 41, tradução livre).

A proposta apresentada foi refletir sobre esse conhecimento complexo, sobre a pluralidade, desvendar além da representação dos sistemas tradicionais, buscar pela pluralidade, olhar para o outro, para culturas e povos marginalizados e colonizados. Alicerçada sobre bases teóricas, com as teorias críticas, além de teóricos como Derrida na desconstrução e García Gutiérrez com a desclassificação.

A desclassificação, elementar à pesquisa, apresentou uma nova perspectiva a essas problemáticas dos SOCs, para refletir os sistemas tradicionais e propor melhorias às classificações. García Gutiérrez, com seu olhar crítico, expressa acolhimento ao Outro, ao visar a necessidade de representação de indivíduos e comunidades marginalizadas nos sistemas tradicionais. García Gutiérrez foi um teórico fundamental para essa investigação, suas teorias possibilitaram o desenvolvimento dessas reflexões e subsídios metodológicos, além de subsidiar a aplicação de sua teoria.

García Gutiérrez apresenta concepções que auxiliam na proposição de uma desclassificação, como as dicotomias e binaridades, ao criticar o modo como o mundo está representado, as implicações que essas oposições acarretam ao sistema e ao valorizar uma cultura em detrimento de outras; o pluralismo lógico, que se debruça na concepção de que a lógica representada em um sistema é uma dentre outras, isto é, o pluralismo lógico reconhece a parcialidade dos sistemas e compreende que existem outras formas de representar o conhecimento além daquele representado; a lógica paraconsistente, ao buscar pela existência da contradição, da aproximação da diversidade para promover o diálogo; a epistemografia, que objetiva

representar memórias e registros do conhecimento de culturas e saberes distintos, dar acesso a esses conhecimentos manifestados em diferentes épocas; a exomemória, que representa as culturas e memórias de fronteiras e demarcadas; e por fim, os operadores complexo e transcultural, que resumem as concepções apresentadas, ao buscar pela representação plural e ao decidir frente aos preconceitos, através da epistemografia e da exomemória, por exemplo.

O primeiro objetivo da pesquisa foi identificar a literatura da desclassificação, sendo que este objetivo foi alcançado através do levantamento da literatura do pensador García Gutiérrez e sua fortuna crítica. Ressalta-se que a desclassificação, assim como outras teorias, é formada por uma aglutinação de diversas concepções. Dessa maneira, necessitou-se abordar as concepções mencionadas no parágrafo anterior para a compreensão da desclassificação.

O objetivo seguinte, em concomitância ao terceiro, previu a síntese da literatura identificada, por meio da elaboração do referencial teórico, a identificação e a sistematização da operacionalização da desclassificação para a posterior construção de pressupostos metodológicos.

O quarto objetivo estabeleceu identificar se houve na fortuna crítica de García Gutiérrez aplicações da desclassificação e sistematizar por meio de fichamentos. A princípio, para identificar a fortuna crítica, foi necessário identificar os termos mais representativos do autor em seus textos. Após identificar os conceitos representativos, construiu-se uma estratégia de busca que representasse as concepções do teórico. Nesse levantamento da fortuna crítica, identificou-se em cada texto as concepções e possíveis aplicações da desclassificação e concepções de García Gutiérrez que remetem à desclassificação.

O último objetivo, embasado na literatura e na fortuna crítica levantada de García Gutiérrez, foi alcançado, ao construir princípios norteadores para decisão crítica na classificação, através da desclassificação com apoio da desconstrução.

Esses princípios tiveram como base secundária o modelo de tomada de decisão de Beghtol (2005), a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Após a construção dos subsídios, para mostrar sua eficiência, foi aplicado na classe 200 de religião da CDD, baseado na desclassificação e secundariamente de Broughton e Lomas (2020).

Os subsídios demonstraram-se eficazes para a aplicação em sistemas tradicionais, além da necessidade que os sistemas possuem para uma visão crítica.

É necessário reconhecer a parcialidade dos sistemas, é necessário representar religiões assim como outras classes marginalizadas e é necessário o não favorecimento de nenhuma cultura em detrimento de outras.

Percebeu-se um entrave ao longo do desenvolvimento dos subsídios, muitas vezes, pela distância entre a teoria e a prática. Os modelos buscam o diálogo ao representar a realidade. Ao mesmo tempo, sabe-se que a realidade é contextual e muda de acordo com a unidade informacional. Os modelos se situam entre a teoria e a prática e podem servir como uma forma de diálogo entre os pesquisadores, o ensino e as práticas nas unidades de informação, por exemplo. Assim, o mediador, por meio dos subsídios, pode reconhecer a crítica e encontrar uma prática viável à unidade de informação em que atua.

Reforça-se que o objetivo desta pesquisa não foi propor um sistema de classificação que resolva todos os problemas que as relações de poder já impuseram à sociedade. O objetivo foi apresentar subsídios reflexivo-aplicados, utilizando os princípios da desconstrução e da desclassificação, que fortaleçam a busca pelo pluralismo lógico, pelo reconhecimento da não-neutralidade e pelo posicionamento de figuras de poder, como o mediador e o professor; o profissional da informação, ao aplicar as técnicas em unidades de informação; e a pessoa docente, como nova figura apresentada na pesquisa, possui um papel ainda mais fundamental, ao transmitir o conhecimento e as técnicas do campo aos futuros mediadores.

O professor e o pesquisador, como figuras de poder e pelo domínio da lógica de persuasão, possui papel fundamental no ensino dessas teorias. Essas figuras devem encontrar um equilíbrio no ensino das práticas tradicionais e das discussões críticas, que dependem do desenvolvimento de manuais pedagógicos, como subsídio de ensino.

Ademais, outra dificuldade em transformar a teoria em forma prática pode ser justificada pela forma filosófica que García Gutiérrez apresenta suas ideias, além da complexidade de suas teorias. Os passos para se chegar aos subsídios metodológicos foram as leituras do próprio autor, sua fortuna crítica, isto é, seus interpretadores. Foram construídos fichamentos, a criação de uma outra estrutura que não foi suficiente, a aplicação de um teste piloto para verificar se estava coerente, o desenvolvimento da estrutura para construção dos subsídios. Além dos subsídios metodológicos em si e do pré-teste na classe 200 de religião da CDD, para materializar as proposições.

Acredita-se que os resultados apresentados foram suficientes para a proposta dos subsídios metodológicos. Considera-se que o próximo passo que se propõe é a criação de um modelo, que deve ser testado por mediadores em suas unidades de informação, para fins de aperfeiçoamento, sendo que isso somente se dará em futuras pesquisas. Além de que se almeja, em um futuro, que esse trabalho possa ser base para o desenvolvimento de um método, embora seja um desejo muito audacioso.

A busca pela pluralidade é o objetivo da desclassificação, de representar diferentes estruturas igualmente na proporção de cada necessidade, além da tomada de decisão para o que será e o que não será representado, buscando pela equidade diante de diversas culturas e memórias, sendo esse o cerne da pesquisa.

Acredita-se que a busca por uma classificação mais justa é um processo que perdurará ainda por muitos anos, tendo em vista que esse é o problema maior do que da CI e da biblioteconomia, sendo das estruturas de domínio de nossa sociedade. Em consonância, considera-se que a aplicação desses subsídios possui impactos políticos reais, ao evocar a tomada de decisões críticas frente ao uso e, principalmente, frente ao ensino das classificações e das linguagens documentárias nas escolas de biblioteconomia. No campo do ensino, a aplicação de uma desclassificação, assim como a aplicação de outros modelos lógicos, ocorre através do desenvolvimento de manuais e elementos pedagógicos, isto é, no eixo paradigmático, quando os alunos vivenciam experiências de representação para que, no futuro, apliquem e desenvolvam novas teorias.

Considera-se que é necessário seguir firme e continuar lutando, com o desenvolvimento de manuais, práticas e com a inovação dos instrumentos de representação para algum dia haver um mundo desclassificado.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, A. C. **A classificação de documentos fotográficos**: um estudo em arquivos, bibliotecas e museus. 2012. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012.

ALBUQUERQUE, A. C. Pressupostos para uma discussão acerca das interlocuções entre a classificação arquivística, a teoria da classificação e a teoria do conceito. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17., Salvador, 2016. **Anais** [...]. Salvador: UFBA, 2016. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2016/enancib2016/paper/viewFile/4142/2387>. Acesso em: 22 ago. 2025.

ALBUQUERQUE, A. C.; MADIO, T. C. A noção de classificação na arquivologia, biblioteconomia e museologia: abordagens teóricas. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., Santa Catarina, 2013. **Anais** [...]. Santa Catarina: UFSC, 2013. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xivenancib/paper/viewFile/4570/3693>. Acesso em: 22 ago. 2025.

ALMEIDA, C. C. Conceito como signo: elemento semiótico para análise e mediação da informação. **Scire**, v. 18, n. 2, p. 49-55, jul./dic. 2012. Disponível em: <https://www.ibersid.eu/ojs/index.php/scire/article/view/3961/3706>. Acesso em: 22 ago. 2025.

ALMEIDA, M. B. **Ontologia em ciência da informação**: teoria e método. Curitiba: Editora CRV, 2020.

ALMEIDA, T.; SALDANHA, G. S. Topoi, tropos, loci e a teoria da cultura contra o epistemicídio: diálogos com Antonio García Gutiérrez. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 21., 2021, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: IBICT; UFRJ, 2021. Disponível em: <https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxienancib/paper/viewFile/381/162>. Acesso em: 22 ago. 2025.

ALVES, R. C. V. Modelo de leitura documentária para elaboração de resumos da literatura infantojuvenil em prosa. *In*: FUJITA, M. S. L.; ALVES, R. C. V.; ALMEIDA, C. C. (org.). **Modelos de leitura documentária para indexação**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p. 347-382. Disponível em: [https://ebooks.marilia.unesp.br/index.php/lab\\_editorial/catalog/view/163/440/1646](https://ebooks.marilia.unesp.br/index.php/lab_editorial/catalog/view/163/440/1646). Acesso em: 11 jan. 2026.

AMORIM, I. S.; MEDEIROS, M. B. B. O fora da organização do conhecimento: considerações para a arquivologia, biblioteconomia e museologia. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 359-376, abr./jul. 2017. Trabalho apresentado no 35º Painel Biblioteconomia em Santa Catarina, 2017, Chapecó. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1341/pdf>. Acesso em: 22 ago. 2025.

ANJOS, L. **Sistemas de classificação do conhecimento na filosofia e na biblioteconomia**: uma visão histórico-conceitual crítica com enfoque nos conceitos de classe, de categoria e de faceta. 2008. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ARAÚJO, C. A. A. Fundamentos teóricos da classificação. **Encontros bibli**, Florianópolis, n. 22, p. 117-140, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2006v11n22p117/368>. Acesso em: 22 ago. 2025.

ARBOIT, A. E. Representação do conhecimento como ato ideológico. **Logeion: filosofia da informação**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 154-166, set./fev. 2018a. Disponível em: <https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4129>. Acesso em: 22 ago. 2025.

ARBOIT, A. E.; GUIMARÃES, J. A. C. The ethics of knowledge organization and representation from a bakhtinian perspective. **Knowledge Organization**, v. 42, n. 5, p. 324-331, 2015. Disponível em: <https://www.nomos-elibrary.de/10.5771/0943-7444-2015-5-324.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2025.

ARBOIT, A. Knowledge organization: from term to concept, from concept to domain. **Knowledge Organization**, v. 45, n. 2, p. 125-136, 2018b. Disponível em: <https://www.nomos-elibrary.de/471741.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2025.

BARBOSA, A. P. **Teoria e prática dos sistemas de classificação bibliográfica**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1969.

BARROS, K.; LIMA, E. B. Diálogos desclassificados: a música e a voz por trás da teoria da desclassificação, segundo passo. **Orfeu**, v. 6, n. 1, p. 1-16, abr. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5965/2525530406012021e0019>. Acesso em: 25 ago. 2025.

BEGHTOL, C. Ethical decision-making for knowledge representation and organization systems for global use. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 56, n. 9, p. 903-912, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/asi.20184>. Acesso em: 11 jan. 2026.

BERGMAN, M. K. Hierarchy in knowledge systems. **Knowledge Organization**, v. 49, n. 1, p. 40-66, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5771/0943-7444-2022-1-40>. Acesso em: 22 ago. 2025.

BEZERRA, V. C. A. **Epistemografia interativa como prática em ambientes digitais**: um protótipo no Repositório Filatélico Brasileiro. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

BISCALCHIN, R.; MOREIRA, W. Construção de vocabulários multilíngues: perspectivas culturais. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 25, n. 4, p. 47-

67, dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-5344/3690>. Acesso em: 22 ago. 2025.

BOCCATO, V. R. C.; BISCALCHIN, R. As dimensões culturais no contexto da construção de vocabulários controlados multilíngues. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, Medellín, v. 37, n. 3, sep./dic. 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=179031873006>. Acesso em: 22 ago. 2025.

BOUTIN-QUESNEL, R.; BÉLANGER, N.; KERPAN, N.; ROUSSEAU, L. J. **Vocabulaire systématique de la terminologie**. Québec: Publications du Québec, 1985.

BOWKER, G. C.; STAR, S. L. **Sorting things out: classification and its consequences**. Cambridge: MIT Press, 2000.

BRAGAGNOLO, B. M. **A inclusão da performance na análise musical: uma perspectiva a partir da construção da sonoridade em peças para piano**. 2019. Tese (Doutorado em Música) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

BRÄSCHER, M.; CAFÉ, L. Organização da informação ou organização do conhecimento. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: USP, 2008. p. 1-14. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/176536>. Acesso em: 22 ago. 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 17 jan. 2026.

BRASIL. **Lei nº 10.825, de 22 de dezembro de 2003**. Brasília: Presidência da República, 2003. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.825.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.825.htm). Acesso em: 17 jan. 2026.

BRASIL. **Lei nº 11.635, de 27 de dezembro de 2007**. Brasília: Presidência da República, 2007. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/l11635.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11635.htm). Acesso em: 17 jan. 2026.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Ações e programas**. [S. l.]: MDH, [202-?]. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas>. Acesso em: 12 jan. 2026.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Painel de dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos**. Brasil: MDH, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/painel-de-dados/2023>. Acesso em: 17 jan. 2026.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Painel de dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos**. Brasil: MDH, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/painel-de-dados/2024>. Acesso em: 17 jan. 2026.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Painel de dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos**. Brasil: MDH, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/painel-de-dados/2025>. Acesso em: 17 jan. 2026.

BROUGHTON, V.; LOMAS, E. Philosophical foundations for the organization of religious knowledge: irreconcilable diversity or a unity of purpose? **Knowledge Organization**, v. 47, n. 5, p. 372-392, 2020.

CAFÉ, L. M. A.; BARROS, C. M.; SANTOS, V. C. O conceito de organização do conhecimento nas revistas brasileiras de Ciência da Informação. **Revista Interamericana de Bibliotecologia**, Medellín, v. 37, n. 3, p. 201-214, sep./dic. 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1790/179031873003.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2025.

CANÁRIO, R. F. **Barravento (1961) e a organização do etnoconhecimento afro-brasileiro dos pescadores de Buraquinho/BA**. 2017. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

CAPURRO, R.; HJØRLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007. Tradução de Ana Maria Pereira Cardoso, Maria da Glória Achtschin Ferreira, Marco Antônio de Azevedo.

CARVALHO, K. Imprensa e informação no Brasil, século xix. **Ciência da Informação**, v. 25, n. 3, p. 1-6, 1996.

CENTRO DE INFORMAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O BRASIL. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Adaptado de ONU. [S. l.]: Nações Unidas Brasil, [2020?]. Título original: Universal Declaration of Human Rights. Disponível em: [https://brasil.un.org/sites/default/files/2025-03/ONU\\_DireitosHumanos\\_DUDH\\_UNICRio\\_20250310.pdf](https://brasil.un.org/sites/default/files/2025-03/ONU_DireitosHumanos_DUDH_UNICRio_20250310.pdf). Acesso em: 12 jan. 2026.

CHAGAS, L. B. R.; PAULA, L. T. Análise de discurso crítica como instrumental teórico e metodológico para a garantia semântica em linguagens documentárias. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 28, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2023.e90893>. Acesso em: 22 ago. 2025.

CINTRA, A. M. M.; TÁLAMO, M. F. G. M.; LARA, M. L. G.; KOBASHI, N. Y. **Para entender as linguagens documentárias**. São Paulo: Editora Polis, 1994.

COYLE, K. **FRBR before and after: a look at our bibliographic models**. Chicago: ALA Editions, 2016. Disponível em: <https://kcoyle.net/beforeAndAfter/978-0-8389-1364-2.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2025.

DAHLBERG, I. Teoria do conceito. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 101-107, 1978a.

DAHLBERG, I. Fundamentos teórico-conceituais da classificação. **Revista de Biblioteconomia**, Brasília, v. 6, n. 1, p. 9-21, 1978b.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000.

DEODATO, J. Deconstructing the library with Jacques Derrida: creating space for the “other” in bibliographic description and classification. *In*: LECKIE, G. J.; GIVEN, L. M.; BUSCHMAN, J. E. (edit.). **Critical theory for library and information science: exploring the social from across the disciplines**. Santa Barbara: Libraries Unlimited, 2010. p. 75-87. Disponível em: <https://scholarship.libraries.rutgers.edu/esploro/outputs/991031759903404646>. Acesso em: 25 ago. 2025.

DERRIDA, J. **Posições**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 2001.

ONLINE COMPUTER LIBRARY CENTER. Dewey Services. **DDC 23 summaries**. [S. l.]: OCLC, c2026.

DUARTE, M. E. S. **Família e dinâmicas de violência em dois romances irlandeses contemporâneos: o encontro (2008) de Anne Enright e o milagre (2018) de Emma Donoghue**. 2024. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2024.

DUMONT, V. M. G. O. **Um estudo sobre o processo de construção do currículo integrado do curso técnico em agropecuária do Instituto Federal de Minas Gerais - campus São João Evangelista**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2019.

ÉVORA, F. R. R. (ed.). **Século XIX: o nascimento da ciência contemporânea**. Campinas: Évora, 1992. Coleção CLE. 11 v. Disponível em: <https://www.cle.unicamp.br/ebooks/index.php/publicacoes/catalog/book/32>. Acesso em: 25 ago. 2025.

FARIAS, M. C. Q. S. **A semiótica da cultura nas abordagens socioculturais da organização do conhecimento: uma análise teórico-conceitual**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2014.

FARIAS, M. C. Q. S.; ALMEIDA, C. C. A semiótica da cultura nas abordagens socioculturais da organização do conhecimento: uma análise teórico-conceitual. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15., 2014, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: UFMG, 2014. Disponível em: 25 ago. 2025.

FARIAS, M. C. Q. S.; BIZELLO, M. L. Memória e representação: reflexões para a organização do conhecimento. **Scire**, v. 22, n. 2, p. 99-106, jul./dic. 2016. Disponível em: <https://www.ibersid.eu/ojs/index.php/scire/article/view/4365/3860>. Acesso em: 25 ago. 2025.

FARIAS, R. A. N.; LIMA, I. F. O bibliotecário gestor na implicação da preservação digital pela análise das políticas dos repositórios das universidades públicas. **Biblos**, n. 82, p. 24-40, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5195/biblos.2021.953>. Acesso em: 25 ago. 2025.

FEITOSA, K. L.; SALCEDO, D. A. Selos comemorativos brasileiros: uma proposta de representação do conhecimento. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [s. l.], v. 24, n. 1, p. 232-251, jan./mar. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-5344/3592>. Acesso em: 25 ago. 2025.

FORNELLS, V. H. G. **Performance del canto coplero**: la baguala y la vidala como práctica cultural andina. 2016. Dissertação (Mestrado em Estudos Latino-Americanos) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2016.

FRANCELIN, M. M. Abordagens em epistemologia: Bachelard, Morin e a epistemologia da complexidade. **Transinformação**, Campinas, v. 17, n. 2, p. 101-109, maio/ago. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/YRKCnVVKFXtTFh6j9T3FQgx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 ago. 2025.

FRANCELIN, M. M.; KOBASHI, N. Y. Concepções sobre o conceito na organização da informação e do conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 40, n. 2, p. 207-228, maio/ago. 2011.

FRANCO, T. C.; TUZZO, S. A. Crítica, vida e teorias de Edgar Morin: recortes do cinema, massa e cidadania. **Comunicação & Informação**, v. 16, n. 2, p. 27-38, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ci/article/view/29186/16542>. Acesso em: 25 ago. 2025.

FRICKÉ, M. **Logic and the organization of information**. New York: Springer, 2012.

FUJITA, M. S. L.; GIL-LEIVA, I. Avaliação da indexação por meio da recuperação da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 41, n. 1, p. 50-66, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.18225/ci.inf.v43i1.1418>. Acesso em: 11 jan. 2026.

GARCEZ, D. C.; SALES, R. Teorias críticas utilizadas por autores latino-americanos em organização do conhecimento. *In*: SALDANHA, G. S.; ALMEIDA, T.; SILVEIRA, N. (Org.). **Teorias críticas em organização do conhecimento**. Rio de Janeiro: IBICT, 2022.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. **Academia.edu**. c2025a. Disponível em: <https://independent.academia.edu/ANTONIOLUISGARCIAGUTIERREZ>. Acesso em: 25 ago. 2025.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. **A ojos de la arena**: ejercicios de desclasificación. Madrid: Asociación cultural y científica iberoamericana ediciones, 2020.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Científicamente favelados: uma visão crítica do conhecimento a partir da epistemografia. **TransInformação**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 103-112, maio/ago. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/49xzkXKxWSbxPRCKx6RfX8t/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 ago. 2025.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Declassifying knowledge organization, **Knowledge Organization**, v. 41, n. 5, p. 393-409, 2014b. <https://www.nomos-elibrary.de/10.5771/0943-7444-2014-5-393.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2025.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. **Desclasificados**: pluralismo lógico y violencia de la clasificación. Barcelona: Anthropos, 2007.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Declassification in knowledge organization: a post-epistemological essay. **Transinformação**, Campinas, v. 23, n. 1, p. 5-14, 2011a. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/89vfV6PdSJjGkRMrr56GqvJ/?lang=en#>. Acesso em: 25 ago. 2025.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Dialéctica de la exomemoria. *In*: VALLE ROJAS, C. del; SARTORI, R. B.; VALDEBENITO, L. N.; MAYORGA ROJEL, J.; ECHETO, V. S. **Contrapuntos y entrelineas sobre cultura, comunicación y discurso**. Chile: Universidad de la Frontera, 2008a. p. 232-260. Disponível em: <https://idus.us.es/server/api/core/bitstreams/b8b6f8bf-b5cb-44fe-9964-de4694f36204/content>. Acesso em: 25 ago. 2025.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. **En pedazos**: el sentido de la desclasificación. Madrid: Asociación Cultural y Científica Iberoamericana, 2018a.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. **Epistemología de la documentación**. Barcelona: Stonberg Editorial, 2011b. Disponível em: <https://idus.us.es/server/api/core/bitstreams/3d281736-ebd9-4d4a-8f05-23dbe47138ee/content>. Acesso em: 25 ago. 2025.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Exomemoria y cultura de frontera: hacia una ética transcultural de la mediación. **Redes.com**, [Sevilla], n. 1, p. 29-37, 2004. Trabalho apresentado no 7º Congreso Internacional sobre Organización del Conocimiento, 2002, Granada. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3657690>. Acesso em: 25 ago. 2025.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. **Frentes digitales**: totalitarismo tecnológico y transcultura. Salamanca: Comunicación Social, 2016.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. **Google Académico**. [2025?a]. Disponível em: <https://scholar.google.com/citations?user=AMbAp9s0lk8C&hl=es>. Acesso em: 25 ago. 2025.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. J. **Desfragmentación em América Latina**: un proyecto político-estratégico de integración sobre la base de la convergencia subregional. 2020. Dissertação (Mestrado em Integração Latino-Americana) - Instituto Latino-

Americano de Economia, Sociedade e Política, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2020.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. La organización del conocimiento desde la perspectiva poscolonial: itinerarios de la paraconsistencia. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [Belo Horizonte], v. 18, n. 4, p. 93-111, out./dez. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-99362013000400007>. Acesso em: 25 ago. 2025.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. La organización del conocimiento en el nuevo orden transcultural: del totalitarismo a la desclasificación (la razón como creencia y la OC como burocracia). **Brazilian Journal of Information Science**, Marília, v. 8, n. 1-2, 2014c. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4972279>. Acesso em: 25 ago. 2025.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. La organización del conocimiento en el nuevo orden transcultural: del totalitarismo a la desclasificación (obstáculos epistémicos, regencia de la transcultura y desclasificación). **Brazilian Journal of Information Science**, Marília, v. 8, p. 1-34, 2014a. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/1981-1640.2014.v8n1e2.03.p22>. Acesso em: 25 ago. 2025.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. **Lens.org**. c2025c. Disponível em: <https://www.lens.org/lens/orcid/0000-0001-5217-2611/scholar>. Acesso em: 25 ago. 2025.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. **ORCID**. [2025?b]. Disponível em: <https://orcid.org/0000-0001-5217-2611>. Acesso em: 25 ago. 2025.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. **Outra memória é possível**: estratégias descolonizadoras do arquivo mundial. Petrópolis: Editora Vozes, 2008b.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Por uma economia política da organização do conhecimento. Tradução de Gustavo Silva Saldanha. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 109-117, nov. 2018b. Disponível em: <https://doi.org/10.18617/liinc.v14i2.4518>. Acesso em: 25 ago. 2025.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. **Principios de lenguaje epistemográfico**: la representación del conocimiento sobre Patrimonio Histórico Andaluz. Granada: Junta de Andalucía consejería de cultura, 1998.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Redes digitales y exomemoria. **Binaria**: revista de comunicación, cultura y tecnología, n. 1, 2001. Disponível em: [https://abacus.universidadeuropea.com/bitstream/handle/11268/2800/a\\_gutierrez.pdf?sequence=1](https://abacus.universidadeuropea.com/bitstream/handle/11268/2800/a_gutierrez.pdf?sequence=1). Acesso em: 25 ago. 2025.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. **Researchgate**. c2025b. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Antonio-Garcia-Gutierrez>. Acesso em: 25 ago. 2025.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Todo en pedazos: reflexiones sobre desclasificación y complejidad. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA

INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília. **Anais [...]**. Marília: UNESP, 2017. Disponível em: [http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XVIII\\_ENANCIB/ENANCIB/paper/viewFile/645/1209](http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XVIII_ENANCIB/ENANCIB/paper/viewFile/645/1209). Acesso em: 25 ago. 2025.

GAUDÊNCIO, S. M.; ALBUQUERQUE, M. E. B. C.; CÔRTEZ, G. R. Representação sociocultural do conhecimento (RSC): um olhar a partir do pensamento de Antonio García Gutiérrez e Boaventura de Souza Santos. **Informação & Informação**, Londrina, v. 26, n. 4, p. 500-527, out./dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/1981-8920.2021v26n4p500>. Acesso em: 25 ago. 2025.

GEFFET, M. G.; HAJIBAYOVA, L. A new framework for ethical creation and evaluation of multi-perspective knowledge organization systems. **Journal of Documentation**, v. 76, n. 6, p. 1459-1471, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/JD-04-2020-0053>. Acesso em: 25 ago. 2025.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GIRAUDY GÓMEZ, M. Lingüística documental frente al paradigma social. **Revista General de Información y Documentación**, v. 28, n. 1, p. 143-162, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5209/RGID.60803>. Acesso em: 25 ago. 2025.

GOMES, P.; FROTA, M. G. C. Knowledge organization from a social perspective: thesauri and the commitment to cultural diversity. **Knowledge Organization**, v. 46, n. 8, p. 639-646, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5771/0943-7444-2019-8-639>. Acesso em: 25 ago. 2025.

GREENBERG, G. S. Poststructuralism and communication: a review of the literature 1990-2001. **Communication Booknotes Quarterly**, v. 33, n. 3, p. 150-163, 2002. Disponível em: [https://doi.org/10.1207/S15326896CBQ3303\\_1](https://doi.org/10.1207/S15326896CBQ3303_1). Acesso em: 25 ago. 2025.

GUIMARÃES, J. A. C. A análise de domínio como perspectiva teórica-metodológica na organização do conhecimento: uma análise dos aspectos teóricos na literatura internacional. **RICI: revista iberoamericana em Ciência da Informação**, Brasília, v. 17, n. 3, p. 644-677, set./dez. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/rici.v17.n3.2024.53674>. Acesso em: 25 ago. 2025.

GUIMARÃES, J. A. C.; EVANGELISTA, I. V.; LUZ, G. A. M.; OSAWA, H. F. A dimensão cultural da organização do conhecimento: uma análise no contexto internacional da ciência da informação. **Scire**, v. 25, n. 1, p. 25-36, en./jun. 2019. Disponível em: <https://ibersid.eu/ojs/index.php/scire/article/view/4632/4234>. Acesso em: 25 ago. 2025.

GUIMARÃES, J. A. C.; PINHO, F. A. Aspectos éticos em organização e representação do conhecimento (O.R.C.). *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 7., 2006, Marília. **Anais [...]**. Marília: UNESP, 2006. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/viiencib/paper/viewFile/2432/1563>. Acesso em: 25 ago. 2025.

GUIMARÃES, J. A. C.; PINHO, F. A.; MILANI, S. O. Theoretical dialogs about ethical issues in knowledge organization: García Gutiérrez, Hudon, Beghtol, and Olson. **Knowledge Organization**, v. 43, n. 5, p. 338-350, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.5771/0943-7444-2016-5-338>. Acesso em: 25 ago. 2025.

GUIMARÃES, M. L. **A vivência dos (meta)documentos do inconsciente: itinerários da organização do conhecimento no Museu de Imagens do Inconsciente a partir do olhar de Nise de Silveira**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia; Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Tradução: Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Edições Vértice: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HJØRLAND, B. Classification. **Knowledge Organization**, [s. l.], v. 44, n. 2, p. 97-128, 2017a. Disponível em: <https://www.isko.org/cyclo/classification>. Acesso em: 25 ago. 2025.

HJØRLAND, B. Domain analysis. **Knowledge Organization**, [s. l.], v. 44, n. 6, p. 436-464, 2017b. Disponível em: <https://doi.org/10.5771/0943-7444-2017-6-436>. Acesso em: 25 ago. 2025.

HJØRLAND, B. Theories are knowledge organizing systems (KOS). **Knowledge Organization**, v. 42, n. 2, p. 113-128, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.5771/0943-7444-2015-2-113>. Acesso em: 25 ago. 2025.

HJØRLAND, B. Theories of knowledge organization: theories of knowledge. **Knowledge Organization**, v. 40, n. 3, p. 169-181, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.5771/0943-7444-2013-3-169>. Acesso em: 25 ago. 2025.

HJØRLAND, B.; ALBRECHTSEN, H. Toward a new horizon in information science: domain-analysis. **Journal of the American for Information Science**, [s. l.], v. 46, n. 6, p. 400-425, 1995. Disponível em: [https://doi.org/10.1002/\(SICI\)1097-4571\(199507\)46:6<400::AID-ASIS>3.0.CO;2-Y](https://doi.org/10.1002/(SICI)1097-4571(199507)46:6<400::AID-ASIS>3.0.CO;2-Y). Acesso em: 25 ago. 2025.

HORKHEIMER, M. **Critical theory: selected essays**. Translated by Matthew J. O'Connell and others. New York: Continuum, 2002.

HUNTER, E. J. **Classification made simple: an introduction to knowledge organisation and information retrieval**. 3. ed. London: Routledge, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2022: panorama**. Religião. Brasil: IBGE, 2023. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/index.html?localidade=BR>. Acesso em: 31 jan. 2026.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **IFLA Library Reference Model: um modelo conceitual para a informação bibliográfica**. Tradução Isabel Cristina Ayres da Silva Maringelli *et al.* Netherlands: IFLA, 2017. Disponível em: <https://www.ifla.org/wp->

content/uploads/2019/05/assets/cataloguing/frbr-lrm/ifla-lrm-august-2017\_rev201712-por.pdf. Acesso em: 13 out. 2025.

JAPIASSU, H. A questão da interdisciplinaridade. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR, 1994, Porto Alegre. **Palestra** [...]. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Educação, 1994.

JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976.

JOUDREY, D. N.; TAYLOR, A. G.; MILLER, D. P. **Introduction to cataloging and classification**. 11. ed. Santa Barbara, California: Libraries Unlimited, 2015.

KANT, I. **Lógica**. Tradução: Gottlob Benjamin Jäsche de Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992. (Série Estudos alemães). Título original: Immanuel Kants Logik ein Handbuch zu Vorlesungen.

KOBASHI, N. Y.; FRANCELIN, M. M. Conceitos, categorias e organização do conhecimento. **Informação & Informação**, Londrina, v. 16, n. 3, p. 1-24, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/1981-8920.2011v16n2p1>. Acesso em: 25 nov. 2025.

KOCHEN, M. Opinion paper: ethics and information science. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 38, n. 3, p. 206-210, 1987.

LANGRIDGE, D. **Classificação**: abordagem para estudantes de biblioteconomia. Rio de Janeiro: Interciência, 1977.

LATHER, P. **Getting lost**: feminism efforts toward a double(d) science. Albany: State University of New York Press, 2007.

LECKIE, G.; BUSCHMAN, J. Introduction: the necessity for theoretically informed critique in library and information science (LIS). *In*: LECKIE, G. J.; GIVEN, L. M.; BUSCHMAN, J. E. (Edit.). **Critical theory for library and information science**. Santa Barbara, California: Libraries Unlimited, 2010.

LÓPEZ-HUERTAS, M. J. Some current research questions in the field of knowledge organization. **Knowledge Organization**, v. 35, n. 2-3, p. 113-136, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.5771/0943-7444-2008-2-3-113>. Acesso em: 25 ago. 2025.

MACHADO, L. M. O.; MARTÍNEZ-ÁVILA, D.; SIMÕES, M. G. M. Concept theory in library and information science: an epistemological analysis. **Journal Documentation**, v. 75, n. 4, p. 866-891, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/JD-11-2018-0195>. Acesso em: 25 ago. 2025.

MANHIQUE, I. L. E.; CASARIN, H. C. S. Abordagem cultural da organização do conhecimento na ciência da informação brasileira. **Encontros Bibli**, v. 24, n. 56, p. 1-20, set./dez. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2019.e65174>. Acesso em: 25 ago. 2025.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2017.

MARTINES, A. R.; ALMEIDA, C. C. Fundamentos linguísticos da indexação: uma revisão. **Scire**, v. 29, n. 2, p. 25-37, jul./dic. 2023. Disponível em: <https://www.ibersid.eu/ojs/index.php/scire/article/view/4913/4372>. Acesso em: 25 ago. 2025.

MARTINES, A. R.; MOREIRA, W.; ALMEIDA, C. C. Do signo ao tesouro: contribuições de três correntes da linguagem. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 51, n. 1, p. 31-54, jan./abr. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.18225/ci.inf.v51i1.5543>. Acesso em: 25 ago. 2025.

MARTÍNEZ-ÁVILA, D. Knowledge organization in the intersection with information technologies. **Knowledge Organization**, v. 42, n. 7, p. 486-498, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.5771/0943-7444-2015-7-486>. Acesso em: 25 ago. 2025.

MARTÍNEZ-ÁVILA, D.; GUIMARÃES, J. A. C. Library classifications criticisms: universality, poststructuralism and ethics. **Scire**, v. 19, n. 2, p. 21-26, jul./dic. 2013. Disponível em: <https://www.ibersid.eu/ojs/index.php/scire/article/download/4081/3730/5042>. Acesso em: 25 ago. 2025.

MARTÍNEZ-ÁVILA, D.; KIPP, M. E. I. Implications of the adoption of BISAC for classifying library collections. **Knowledge Organization**, v. 41, n. 5, p. 377-392, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.5771/0943-7444-2014-5-377>. Acesso em: 25 ago. 2025.

MARTÍNEZ-ÁVILA, D.; MELLO, M. R. G. Da teoria crítica às teorias críticas: o percurso das reivindicações aplicadas na organização do conhecimento. *In*: SALDANHA, G. S.; ALMEIDA, T.; SILVEIRA, N. (Org.). **Teorias críticas em organização do conhecimento**. Rio de Janeiro: IBICT, 2022. Disponível em: <https://omp-editora.prd.ibict.br/index.php/edibict/catalog/view/298/308/1745>. Acesso em: 25 ago. 2025.

MEJÍAS, A. C.; GARCÍA RODRÍGUEZ, L.; ÁLVAREZ BORNSTEIN, B. Impacto e avaliação do projeto “Madrid, ¡Recuerda!”: tecendo as redes para a preservação da memória cidadã. **RICI: revista iberoamericana em ciência da informação**, Brasília, v. 18, n. 1, p. 80-99, set./dez. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/rici.v18.n1.2025.56823>. Acesso em: 25 ago. 2025.

MELO, A. M. C. **Um modelo de arquitetura da informação para processo de investigação científica**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

MENESES, R. D. B. A desconstrução em Jacques Derrida: o que é e o que não é pela estratégia. **Universitas Philosophica**, Bogotá, v. 60, ano 30, p. 177-204, 2013.

MILANI, S. O. Estudos críticos e sistemas de organização do conhecimento: aspectos conceituais e éticos. *In*: ALMEIDA, C. C.; SAN SEGUNDO, R.; MARTÍNEZ-

ÁVILA, D. (Org.). **Estudos críticos em organização do conhecimento**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/2024.978-65-5954-485-1>. Acesso em: 25 ago. 2025.

MILANI, S. O. Uma discussão de oposições binárias nos Functional Requirements for Subject Authority Data (FRSAD). **Perspectivas em Ciência da Informação**, [Belo Horizonte], v. 22, n. 2, p. 29-53, abr./jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22502>. Acesso em: 29 jan. 2026.

MONTEIRO, S. D.; VIGNOLI, R. G.; ALMEIDA, C. C. O pós-humano como paradigma emergente na ciência da informação. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 30, n. 4, p. 1-28, out./dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1809-4783.2020v30n4.54017>. Acesso em: 25 ago. 2025.

MOREIRA, W. Relações entre os conceitos de classificação e de categorização: alguns subsídios da literatura periódica brasileira de ciência da informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 21., 2021, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: IBICT; UFRJ, 2021. Disponível em: <https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxienancib/paper/viewFile/373/484>. Acesso em: 25 ago. 2025.

MOREIRA, W.; SABBAG, D. Diálogos entre as questões socioculturais e os sistemas de organização do conhecimento. **Scire**, v. 28, n. 2, p. 35-43, jul./dic. 2022. Disponível em: <https://www.ibersid.eu/ojs/index.php/scire/article/view/4835/4326>. Acesso em: 25 ago. 2025.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Tradução: Eliane Lisboa. Porto Alegre: Editora Sulina, 2005. Título original: Introduction à la pensée complexe.

MORIN, E. **Meus demônios**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

MORTARI, C. A. **Introdução à lógica**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 2001.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Os objetivos do desenvolvimento sustentável no Brasil**: 10 redução das desigualdades. Brasil: Nações Unidas Brasil, [c2026]. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/10>. Acesso em: 17 jan. 2026.

OLSON, H. A. If it's there, can you find it? Bibliographic control. *In*: OLSON, H. A. (ed.). **Information sources in women's studies and feminism**. München: K.G. Saur, 2002b. p. 100-114. Guides to information sources.

OLSON, H. A. Patriarchal structures of subject access and subversive techniques for change. **The Canadian Journal of Information and Library Science**, v. 26, n. 2-3, 2001.

OLSON, H. A. **The power to name**: locating the limits of subject representation in libraries. Alemanha: Springer, 2002a.

OLSON, H. A.; FOX, M. J. Gayatri Chakravorty Spivak: deconstructionist, Marxist, feminist, postcolonialist. *In*: LECKIE, G. J.; GIVEN, L. M.; BUSCHMAN, J. E. (edit.). **Critical theory for library and information science**: exploring the social from across the disciplines. Santa Barbara: Libraries Unlimited, 2010. p. 295-309.

D'OTTAVIANO, I. M. L.; FEITOSA, H. A. Sobre a história da lógica, a lógica clássica e o surgimento das lógicas não-clássicas. [**Página Educacional do CLE**, Campinas, p. 1-34, 2003]. Disponível em: <https://www.cle.unicamp.br/cle/content/publica%C3%A7oes-do-grupo-glta>. Acesso em: 29 jan. 2024.

PARANÁ (estado). Secretaria da Justiça e Cidadania. **A declaração Universal e a Constituição de 1988**. Curitiba: Secretaria da Justiça e Cidadania, 2019. Disponível em: <https://www.justica.pr.gov.br/Pagina/Declaracao-Universal-e-Constituicao-de-1988>. Acesso em: 13 jan. 2026.

PIEIDADE, M. A. R. **Introdução à teoria da classificação**. Rio de Janeiro: Interciência, 1983.

PINHO, F. A. **Aspectos éticos em representação do conhecimento**: em busca do diálogo entre Antonio García Gutiérrez, Michèle Hudon e Clare Beghtol. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2006.

PLATÃO. **A república**. Brasília: Editora Kiron, 2012. Coleção Filosofia à Maneira Clássica.

POMBO, O. Interdisciplinaridade e integração dos saberes. **Liinc em Revista**, v. 1, n. 1, p. 3-15, mar. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.18617/liinc.v1i1.186>. Acesso em: 25 ago. 2025.

QUINTERO CASTRO, N.; GIRALDO LOPERA, M. L.; BERNAL VINASCO, I. C.; VIANA ARANGO, C.; TABORDA ORTIZ, J. G. Identificación de las ciencias de la información documental. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, Medellín, v. 32, n. 2, jul./dic. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rib/v32n2/v32n2a07.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2025.

RADFORD, G. P. Structuralism, post-structuralism, and the library: de Saussure and Foucault. **Journal of Documentation**, v. 61, n. 1, p. 60-78, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/00220410510578014>. Acesso em: 25 ago. 2025.

REIG, R. History, power, communication, journalism: beyond the "traditional" critical approach. **El profesional de la información**, v. 28, n. 6, p. 1-17, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.3145/epi.2019.nov.02>. Acesso em: 25 ago. 2025.

RICHARDSON, E. C. **Classification, theoretical and practical**: together with an appendix containing an essay towards a bibliographical history of systems of classification. New York: Charles Scribner's Sons, 1901.

ROCHA, J. A. P.; DUARTE, A. B. S.; PAULA, C. P. A. Modelos de práticas informacionais. **Em questão**, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 36-61, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.19132/1808-5245231.36-61>. Acesso em: 25 ago. 2025.

SALDANHA, G. Democracia documentária e a teoria da não-conceitualidade: filosofia e práxis. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 30, n. 4, p. 1-20, out./dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1809-4783.2020v30n4.57260>. Acesso em: 25 ago. 2025.

SALDANHA, G. Luta de classe e luta das classes: do Trivium e do quadrivium ao devir dialético antiepistemicida em organização do conhecimento. *In*: ALMEIDA, C. C.; SAN SEGUNDO, R.; MARTÍNEZ-ÁVILA, D. (Org.). **Estudos críticos em organização do conhecimento**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/2024.978-65-5954-485-1>. Acesso em: 25 ago. 2025.

SALDANHA, G. S.; SILVA, M. L. G. Da loucura e da arte nos limites de uma epistemologia da organização do conhecimento. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília. **Anais [...]**. Marília: UNESP, 2017. Disponível em: [http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XVIII\\_ENANCIB/ENANCIB/paper/viewFile/343/1157](http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XVIII_ENANCIB/ENANCIB/paper/viewFile/343/1157). Acesso em: 25 ago. 2025.

SALES, R.; MURGUIA, E. I. Instaurações discursivas da organização do conhecimento: H. E. Bliss e a International Society for Knowledge Organization (ISKO). **Ciência da Informação**, Brasília, v. 44, n. 3, p. 396-415, set./dez. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.18225/ci.inf.v44i3.1949>. Acesso em: 25 ago. 2025.

SALMON, W. C. **Lógica**. Tradução: Leonidas Hengenber e Octanny Silveira da Mota. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965. (Curso Moderno de Filosofia) Título original: Logic.

SANTANA, S. R.; MARTINS, E. E.; COSTA, D. J. E. Desclassificação arquivística para arquivos pessoais: um estudo exploratório e epistêmico no âmbito da Governança Arquivística a partir da teoria de García Gutiérrez. **Archeion Online**, João Pessoa, v. 12, n. 2, p. 40-59, jul./dez. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.22478/ufpb.2318-6186.2024v12n2.71261>. Acesso em: 25 ago. 2025.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências**. 7. ed. Porto: Edições Afrontamento, 1995.

SAYÃO, L. F. Modelos teóricos em ciência da informação: abstração e método científico. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 82-91, jan./abr. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/VP65L6856xSDztv9RzT3D5k/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 ago. 2025.

SAYERS, W. C. B. **Canons of classifications**: applied to the subject, the expansive, the decimal and the Library of Congress Classification. London: Grafton, 1915.

SILVA, A. M. Modelos e modelizações em ciência da informação: o modelo e Lit.pt e a investigação em literacia informacional. **Prisma.com**, n. 13, p. 298-353, 2010. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/prismacom/article/view/2011/3239>. Acesso em: 25 ago. 2025.

SIMAN, L. M. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. [Adaptado da obra de] Christian Laville e Jean Dionne. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

SINCLAIR, S.; ROCKWELL, G. **Voyant Tool**. 2016. Disponível em: <https://voyant-tools.org/docs/tutorial-about.html>. Acesso em: 25 ago. 2025.

SMIRAGLIA, R. P. Domain analysis for knowledge organization: observations on an emergent methodological cluster. **Knowledge Organization**, v. 42, n. 8, p. 602-611, 2015b. Disponível em: <https://doi.org/10.5771/0943-7444-2015-8-602>. Acesso em: 25 ago. 2025.

SMIRAGLIA, R. P. **Domain analysis for knowledge organization**: tools for ontology extraction. Waltham: Kidlington: Chandos Publishing, 2015a.

SMIRAGLIA, R. P. The progress of theory in knowledge organization. **Library Trends**, v. 50, n. 3, p. 330-349, 2002. Disponível em: <https://hdl.handle.net/2142/8414>. Acesso em: 25 ago. 2025.

SOARES, E. **Fundamentos da lógica**: elementos de lógica formal e teoria da argumentação. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

SOARES, E. **Lógica formal**: da lógica aristotélica ao cálculo sentencial bivalente. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2023. Disponível em: [https://ebooks.marilia.unesp.br/index.php/lab\\_editorial/catalog/book/412](https://ebooks.marilia.unesp.br/index.php/lab_editorial/catalog/book/412). Acesso em: 30 jan. 2024.

SOARES, M. S. B.; MARTIN, M. T.; FRANCELIN, M. M. Pluralismo lógico e epistemografia interativa como ferramentas desclassificadoras do conhecimento. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 55-71, jan./abr. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rdbci.v11i1.1651>. Acesso em: 25 ago. 2025.

SOUZA, J. S. **Classificação**: sistemas de classificação bibliográfica. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

SOWA, J. F. Logic. In: SOWA, J. F. **Knowledge representation**: logical, philosophical, and computational foundations. Pacific Grove, California: Brooks Cole, 2000.

STRATHERN, P. **Derrida**: em 90 minutos. Tradução: Ivan R. Dee. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. Título original: Derrida in 90 minutes.

SUNDSTRÖM, A. S. S. Ethical issues from decolonial practices in knowledge organization: the case of indigenous collections in Världskulturmuseet. **Knowledge Organization**, v. 50, n. 6, p. 439-451, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5771/0943-7444-2023-6-439>. Acesso em: 25 ago. 2025.

SZOSTAK, R. A pluralistic approach to the philosophy of classification. **Library Trends**, v. 63, n. 3, p. 591-614, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1353/lib.2015.0007>. Acesso em: 25 ago. 2025.

SZOSTAK, R. **Classifying science**: phenomena, data, theory, method, practice. Netherlands: Springer, 2004.

SZOSTAK, R. Complex concepts into basic concepts. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 62, n. 11, p. 2247-2265, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/asi.21635>. Acesso em: 25 ago. 2025.

SZOSTAK, R.; GNOLI, C.; LÓPEZ-HUERTAS, M. **Interdisciplinary knowledge organization**. Switzerland: Springer, 2016.

TENNIS, J. T. Two axes of domains for domain analysis. **Knowledge Organizations**, v. 30, n. 3-4, p. 191-195, 2003. Disponível em: [https://faculty.washington.edu/jtennis/Publications\\_files/Tennis2003KO30-3-4.pdf](https://faculty.washington.edu/jtennis/Publications_files/Tennis2003KO30-3-4.pdf). Acesso em: 25 ago. 2025.

TOLKIEN, J. R. R. **O hobbit**: ou lá e de volta outra vez. Tradução de Reinaldo José Lopes. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2020. Título original: the hobbit.

TURNER, H. Organizing knowledge in museums: a review of concepts and concerns. **Knowledge Organization**, v. 44, n. 7, p. 472-484, 2017. Disponível em: <https://www.nomos-elibrary.de/10.5771/0943-7444-2017-7-472.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2025.

UNIVERSIDAD COMPLUTENSE MADRID. Portal de la investigación. **Antonio Luis García Gutiérrez**. c2025. Disponível em: <https://produccioncientifica.ucm.es/investigadores/165496/detalle>. Acesso em: 25 ago. 2025.

VANIN, L. F. **Organização das memórias e patrimônios culturais LGBTQIAPN+ de Florianópolis-SC sob a perspectiva da desclassificação**. 2024. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2024.

VANIN, L. F.; SALES, R. Organização das memórias e patrimônios culturais LGBTQIAPN+ sob a perspectiva da desclassificação. **Em questão**, Porto Alegre, v. 30, p. 1-25, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1808-5245.30.137368>. Acesso em: 25 ago. 2025.

VILELA, C. L. **A desclassificação como perspectiva teórica para os sistemas de organização do conhecimento**. 2024. Dissertação (Mestrado em Ciência da

Informação) - Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2024.

VILELA, C. L.; BARROS, C. M. Sistemas de organização do conhecimento e a teoria da desclassificação: diálogos possíveis. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., 2022, Porto Alegre. **Anais** [...]. UFRGS: Porto Alegre, 2022. Disponível em:  
<https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxii/enancib/paper/viewFile/813/493>. Acesso em: 25 ago. 2025.

VOGEL, M. J. M. **A noção de estrutura lingüística e de processo de estruturação e sua influência no conceito e na elaboração de linguagens documentárias**. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

**ANEXO A – CORRESPONDÊNCIA DA  
DECLARAÇÃO UNIVERSAL NA CONSTITUIÇÃO  
DE 1988**

## A Declaração Universal e a Constituição de 1988



Eis aqui, na íntegra, a [Declaração Universal dos Direitos do Homem](#), aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas (ONU) em 10/12/48.

Em seguida indicamos seu correspondente na Constituição Brasileira de 1988:

### DIGNIDADE HUMANA

I. Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.[5]

Art. 5º, I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição.

### NÃO DISCRIMINAÇÃO

II. Todo homem tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidas nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição.

Além disso, não se fará distinção alguma baseada na condição política, jurídica ou internacional, do país ou do território cuja jurisdição dependa uma pessoa, quer se trate de país independente, como de território de administração fiduciária, não autônomo ou submetido a qualquer outra limitação de soberania.[6]

Art. 5º, XLI - a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais:

Art. 5º, XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;

#### **VIDA**

#### **LIBERDADE**

#### **SEGURANÇA**

III. Todo homem tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.[7]

Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade...

#### **ESCRAVIDÃO**

IV. Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas. [8]

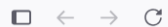
#### **TORTURA**

V. Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

Art. 5º, III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

Art. 5º, XLIII - a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os crimes definidos como hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;





Art. 5º, XLIX - é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral;

Art. 5º, L - às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação;

#### PESSOA HUMANA

VI. Todo homem tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa humana, perante a lei.. [9]

Art. 1º - A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e Distrito Federal, constituiu-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: ... III - a dignidade da pessoa humana

#### IGUALDADE

VII. Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

Art. 5º, I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição.

#### ACESSO À JUSTIÇA

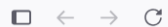
VIII. Todo homem tem direito a receber, dos tribunais nacionais competentes, remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela constituição ou pela lei..[10]

Art. 5º, XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

Art. 5º, LIII - ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente.

Art. 5º, LXVIII - conceder-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.





Art. 5º, XLIX - é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral;

Art. 5º, L - às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação;

#### PESSOA HUMANA

VI. Todo homem tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa humana, perante a lei.. [9]

Art. 1º - A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e Distrito Federal, constituiu-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: ... III - a dignidade da pessoa humana

#### IGUALDADE

VII. Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

Art. 5º, I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição.

#### ACESSO À JUSTIÇA

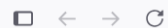
VIII. Todo homem tem direito a receber, dos tribunais nacionais competentes, remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela constituição ou pela lei..[10]

Art. 5º, XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

Art. 5º, LIII - ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente.

Art. 5º, LXVIII - conceder-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.





### DEVIDO PROCESSO LEGAL

X. Todo homem tem direito, em plena igualdade, a uma justa e pública audiência por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir de seus direitos e deveres ou do fundamento de qualquer acusação criminal contra ele. [12]

Art. 5º, XXXVII - não haverá juízo ou tribunal de exceção;

Art. 5º, XXXVIII - é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados: a) a plenitude da defesa; b) o sigilo das votações; c) a soberania dos veredictos; d) a competência para julgamento dos crimes dolosos contra a vida;

### INOCÊNCIA

XI. Todo homem acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente, até que sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público, no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa. Ninguém será condenado por atos ou omissões que, no momento em que foram cometidos, não tenham sido delituosos segundo o direito nacional ou internacional. Tampouco será imposta penalidade mais grave do que a aplicável no momento em que foi cometido o delito. [13]

Art. 5º, XXXIX - não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal;

Art. 5º, XL - a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu;

Art. 5º, XLV - nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido;

Art. 5º, XLVI - a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, a seguinte: a) privação ou restrição da liberdade; b) perda de bens; c) multa; d) prestação social alternativa; e) suspensão ou interdição de direitos;

Art. 5º, XLVII - não haverá penas: a) de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX; b) de caráter perpétuo; c) de trabalhos forçados; d) de banimento; e) cruéis;

Art. 5º, LIV - ninguém será privado de liberdade ou de seus bens, sem o devido processo legal;





Art. 5º, LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com meios e recursos a ele inerentes;

Art. 5º, LVI - são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos;

Art. 5º, LVII - ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.

#### DIREITO À INTIMIDADE

XII. Ninguém será sujeito a interferências na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência, nem a ataques à sua honra e reputação. Todo homem tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques.[14]

Art. 5º, X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

Art. 5º, XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre ou para prestar socorro, ou durante o dia, por determinação judicial;

Art. 5º, XII - é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados, e das comunicações telefônicas, salvo no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;

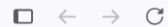
#### LIBERDADE DE IR E VIR

XIII. Todo homem tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado. Todo homem tem direito a sair de qualquer país, inclusive do próprio, e a ele regressar.[15]

Art. 5º, XV - é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;

XIV. Todo homem, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países. Este direito não poderá ser invocado contra uma ação judicial realmente originada em delitos comuns ou em atos opostos aos propósitos e princípios das Nações Unidas.[16]





Art. 5º, XLIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

Art. 5º, LI - nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei;

Art. 5º, LII - não será concedida a extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião;

#### NACIONALIDADE

XV. Todo homem tem direito a uma nacionalidade. Não se privará ninguém arbitrariamente da sua nacionalidade, nem do direito de mudar de nacionalidade.

Art. 12, §2º - A lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos previstos nesta Constituição.

#### FAMÍLIA

XVI. Os homens e as mulheres de maior idade, sem qualquer restrição de raça, nacionalidade ou religião, têm o direito de contrair matrimônio e fundar uma família. Gozam de iguais direitos em relação ao casamento, sua duração e dissolução. O casamento não será válido senão com o livre e pleno consentimento dos nubentes. A família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do Estado.[17]

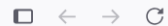
Art. 226 - A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

Art. 227 - É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

#### PROPRIEDADE

Art. 229 - Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar na velhice, carência ou enfermidade.





XVII. Todo homem tem direito à propriedade, só ou em sociedade com outros. Ninguém será arbitrariamente privado de sua propriedade. [18]

Art. 5º, XXII - é garantido o direito de propriedade;

Art. 5º, XXIII - a propriedade atenderá a sua função social;

Art. 5º, XXIV - a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos na Constituição;

Art. 5º, XXV - no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;

Art. 5º, XXVI - a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei os meios de financiar o seu desenvolvimento;

Art. 5º, XXX - é garantido o direito de herança;

#### **LIBERDADE DE CONSCIÊNCIA**

XVIII. Todo homem tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião. Este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular.

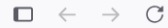
Art. 5º, VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício de cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção nos locais de culto e as suas liturgias;

Art. 5º, VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

#### **LIVRE EXPRESSÃO**

XIX. Todo homem tem direito à liberdade de opinião e expressão. Este direito inclui a liberdade de, sem interferências, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independente de fronteiras.





Art. 5º, XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

Art. 5º, IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

### ASSOCIAÇÃO

XX. Todo homem tem direito à liberdade de reunião e associação pacíficas. Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação.

Art. 5º, XVI - todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ou públicos, independente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;

Art. 5º, XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;

Art. 5º, XVIII - a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;

Art. 5º, XIX - as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se no primeiro caso o trânsito em julgado;

Art. 1º, § único - Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos, ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 10 - É assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão ou deliberação.

Art. 14 - A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto secreto, com valor igual para todos...

Art. 15 - É vedada a cassação de direitos políticos ...

Art. 16 - A lei que alterar o processo eleitoral só entrará em vigor um ano após sua promulgação.

Art. 17 - É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, ...os direitos fundamentais da pessoa humana ...

### ACESSO AO GOVERNO



XXI. Todo homem tem o direito de tomar parte no governo do próprio país, diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos.

Todo homem tem o direito de acesso em condições de igualdade, às funções públicas de seu país. A vontade do povo é a base da autoridade do poder público; esta vontade deverá ser expressa mediante eleições autênticas que deverão se realizar periodicamente, por sufrágio universal e igual, e por voto secreto ou outro procedimento equivalente que garanta a liberdade do voto.

Art. 7º - São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: I - relação de emprego protegida ...; II - seguro-desemprego; III - fundo de garantia; IV - salário mínimo ...

Art. 8º - É livre a associação profissional ou sindical ...

Art. 9º - É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.

Art. 11 - Nas empresas de mais de duzentos empregados é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.

### SEGURANÇA SOCIAL

XXII. Todo homem, como membro da sociedade, tem direito à segurança social e à realização, pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento de sua personalidade.

Art. 5º, XXXIII - todos têm o direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade ou do Estado;

Art. 5º, XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas: a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direito ou contra ilegalidade ou abuso de poder; b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal;

XXIII. Todo homem tem direito ao trabalho, à livre escolha do emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego. Todo homem, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho. Todo homem que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social. Todo homem tem direito a organizar sindicatos e a neles ingressar para a proteção de seus interesses.





Art. 5º, XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

#### LAZER

XXIV. Todo homem tem direito a repouso e lazer, inclusive à limitação razoável das horas de trabalho e a férias remuneradas periódicas.

Art. 6º - São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados...

#### BEM-ESTAR

XXV. Todo homem tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.

A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças, nascidas de matrimônio ou fora dele, têm direito a igual proteção social..

Art. 230 - A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

#### INSTRUÇÃO

XXVI. Todo homem tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos do homem e pelas suas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz. Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos.





Art. 205 - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho.

## CULTURA

XXVII. Todo homem tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir das artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios. Todo homem tem direito à proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica, literária ou artística da qual seja autor.

Art. 5º, XXVII - aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar;

Art. 5º, XXVIII - são assegurados, nos termos da lei: a) a proteção às participações em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas; b) o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem aos criadores, aos intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas;

Art. 5º, XXIX - a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País;

Art. 5º, XXX - é garantido o direito de herança;

Art. 215 - O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

## ORDEM SOCIAL

XVIII. Todo homem tem direito a uma ordem social e internacional em que os direitos e liberdades estabelecidos na presente Declaração possam ser plenamente realizados.

Art. 5º, XXXI - a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do de cujus;

Art. 193 - A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça social.

